

# Fato & Versões

## Revista de História



## Historiografia e Escrita da História



**GEDHB**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Grupo de Pesquisa  
História, Cultura e Sociedade

ISSN: 1983-1293

## **CONSELHO EDITORIAL**

Prof.<sup>a</sup> Ma. Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento(UFMS)

Prof. Dr. Henry Marcelo Martins da Silva (UFMS)

Prof. Dr. Renato Jales Silva Junior (UFMS)

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese (UFRJ)

Dra. Maria Regina Candido (NEA/UERJ)

Dra. MARIA CECILIA COLOMBANI, Universidad de Morón / UN MP- Argentina)

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes (UFF)

Prof. Dr. Alexandro Neundorf ( PUC/PR)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior (UFSCar)

Prof. Dr. Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR)

Prof. Dr. Daniel Trevisan Samways ( IFSP)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dulcina Tereza Bonati Borges (UC de UBERLÂNDIA)

Prof. Dr. Estevão Resende Martins (UNB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzia Margareth Rago (UNICAMP).

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Janete Espig (UFPe)

Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes (UFG)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cecilia Oliveira Adão (Centro Universitário Claretiano)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Izilda de Matos (PUC-SP)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Machado (UFU)

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (FH-UFG)

Prof. Dr. Sergio Paulo Morais (UFU)

Prof. Dr. Roger Chartier (École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Semíramis Corsi Silva (UFMS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Vera Lúcia Puga (UFU)

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim (UFMA)

## SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO p.05-07  
Luiz Carlos Bento
- 1-REGIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL NOS FILMES DE HUMBERTO MAURO DOS ANOS DE 1920. p. 08-24.  
Ana Paula Spini
- 2-O PARTIDO FEDERALISTA AO TEMPO DO CASTILHISMO-BORGISMO CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS p. 25-55  
Eduardo Rouston Junior
- 3-DAS HEROÍNAS ÀS FLAPPERS O CINEMA HOLLYWOODIANO E A CONSTRUÇÃO DAS FEMINILIDADES (1920) p. 56-69  
Carla Miucci Ferraresi de Barros
- 4-QUESTÕES SOBRE A “PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA” A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUP. (1961). p. 70-87  
Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior
- 5-REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS DO NACIONALISMO REPUBLICANO NAS PINTURAS DE LÍDIA BAÍ S p. 88-106  
Fernanda Reis Varella
- 6-O ESCREVER A HISTÓRIA NOTAS DE UMA PESQUISA SOBRE O USO DE PSICOATIVOS LÍCITOS E ILÍCITOS NA RELIGIOSIDADE DO SANTO DAIME p.107-122.  
Jéssica Rocha
- 7-O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL p. 123-137  
Gislaine Martins Leite
- 8-A MEMÓRIA, O PASSADO. p. 138-156  
Rodrigo Tavares Godoi
- 9-HISTORIOGRAFIA E CULTURA HISTÓRICA NO PENSAMENTO DE FERNANDO DE AZEVEDO p. 157-173  
Wilson de Sousa Gomes

10- A UTOPIA REVOLUCIONARIA DE MANOEL BOMFIM NA OBRA O BRASIL  
NAÇÃO: REALIDADE DA SOBERANIA BRASILEIRA. p. 174-187

Luiz Carlos Bento

11-MITOLOGIAS EM AÇÃO p. 188-197

Aruanã Antônio dos Passos

12- HERÓDOTO E SUAS *HISTÓRIAS*: ALGUMAS PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO  
DO CONHECIMENTO HISTÓRICO p. 198-220

## APRESENTAÇÃO

O presente número da revista **Fato & Versões** busca apresentar um debate entorno de questões que são relacionadas à história da historiografia e a escrita da história, dando ênfase à historiografia brasileira, mas sem deixar de dialogar com múltiplas temáticas de pesquisas que tem sido uma característica das edições anteriores. A concepção inicial do presente número surgiu a partir de uma das ações desenvolvidas pelo **Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira** que juntamente com o grupo de pesquisa **História, Cultura e Sociedade** tem contribuído para a consolidação e o fortalecimento da revista no cenário regional e nacional. Tal ação supracitada foi à proposição do simpósio temático: *Historiografia e nação: os projetos de Brasil constituídos e constituidores de uma cultura histórica nacional* no 9º Seminário Brasileiro de História da Historiografia que ocorreu entre 23 e 25 de maio em Vitória-ES.

Com este simpósio o grupo objetivava reunir pesquisadores voltados para o tema da constituição do saber histórico, bem como, da sua relação com a cultura histórica nacional no século XIX e primeiras décadas do século XX. No intuito de promover um debate sobre os múltiplos projetos de escrita da história do Brasil, com especial ênfase para as questões teóricas, metodológicas e didáticas que preocuparam os principais nomes da historiografia brasileira deste período. A questão central do Simpósio era refletir sobre o conceito de cultura histórica, pensando-o na sua tripla dimensão: cognitiva, política e estética. Dessa forma, ao refletir sobre os estatutos atribuídos a cultura histórica e ao saber histórico, foi possível reunir um número considerável de pesquisadores preocupados em identificar as continuidades e rupturas no processo de pensar a escrita da história no Brasil.

Dessa forma, o presente número comporta discussões que foram problematizadas nesse encontro, tais como: identidades nacionais, regionais, multiplicidades étnico-raciais, memória, limites e aproximações epistemológicas no processo de constituição das ciências humanas no Brasil, bem como, os múltiplos sentidos atribuídos à pesquisa e a escrita da história. Nesse sentido essa publicação traz a assinatura coletiva de um jovem grupo de pesquisadores vinculados ao **Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira**, bem como, de outros pesquisadores que contribuíram com o debate proposto pelo grupo na *9ºSBHH*, cuja contribuição foi imprescindível para a realização dessa publicação.

Para a consolidação dessa edição, somou-se a ação deste grupo supracitado, a contribuição de outros pesquisadores vinculados a outros programas de graduação e pós-graduação, que foi fundamental para a constituição desse amplo mosaico de reflexões historiográficas que constituem a presente publicação.

Por se tratar de um conjunto variado de objetos e temáticas, não vou tentar oferecer ao leitor uma concepção previa dos textos que se seguem, pois entendo, que tal esforço ainda que seja valido, no sentido de oferecer um viés interpretativo para os textos, não é possível de ser feito de forma qualificada dentro dos espaços restritos de uma mera apresentação. Minha ênfase será colocada numa rápida apresentação de alguns conceitos trabalhos pelos autores e na valorização da multiplicidade de instituições (UFMS, UFGD, UFU, PUC-RS, UEG, UNIR, UFSC) e de pesquisadores em níveis diferentes de suas carreiras preocupados com aspectos inerentes a historiografia e a escrita da história, o que evidencia a atualidade dessa temática para a pesquisa histórica contemporânea.

A revista **Fato & Versões**, através de seu corpo editorial, acredita neste dialogo interinstitucional e na pluralidade de ideias e perspectivas do saber histórico, como sendo um caminho viável para a renovação e circulação do saber acadêmico produzido na área de história. Dessa forma, convido todos os leitores, especialistas da área, ou curiosos sobre o assunto, a navegarem em busca da compreensão da relação entre memória e passado no pensamento bersoniano desenvolvido por Rodrigo Tavares Godói (UNIR) cuja preocupação analítica é pensar a possibilidade da constituição de uma hermenêutica da memória, pensando-a por seus princípios estéticos e retóricos. A se deleitarem nas idiossincrasias e singularidades da relação entre história, cinema e arte presente nos textos das pesquisadoras: Carla Miucci Ferraresi de Barros (UFU), Ana Paula Spini (UFU), Fernanda Reis Varella (UFGD) que problematizam as noções de “feminilidade”, “condição feminina”, “regionalismo”, “identidade nacional” e “nacionalismo republicano” nas produções cinematográficas do cinema hollywoodiano, no cinema de Humberto Mauro dos anos de 1920 e nas representações pictóricas de Lúcia Baís.

Nos artigos dos pesquisadores Wilson de Sousa Gomes (UEG), Luiz Carlos Bento (UFMS), Eduardo Rouston Junior (PUC-RS), Mauro Vaz de Camargo Junior. (UFSC), Aruanã Antônio dos Passos (UTFPR), Leandro Hecko (UFMS/CPTL), convido os leitores a percorrerem os caminhos sinuosos da constituição da historiografia brasileira, um campo

composto por inúmeras disputas de poder, atravessado por paixões políticas e ideológicas que quase sempre são instrumentalizadas como pressupostos para pensar projetos de Brasil, dando visibilidade a certos aspectos dessa sociedade plural e obstruindo outras formas de alteridades que jazem esquecidas nos diversos rincões e quêtos que são habitados por sujeitos históricos sequiosos de fortalecerem suas representações sociais, mitos e tradições, pois tanto a classe dominante quanto os “esquecidos”, buscam por meio de suas narrativas constituírem um lugar na história, e muito embora, esse não seja o objeto predileto da história da historiografia, ela nos fornece uma belíssima possibilidade de alargar a nossa visão histórica de mundo.

Nos textos de Gislaine Martins Leite (UFMS) e Jessica Rocha (UNESP) os leitores encontrarão uma excelente oportunidade para refletir sobre a resignificação de valores e preconceitos associados à questão racial e ao uso de psicoativos, bem como, para conhecerem a historicidade e a construção social desses preconceitos na sociedade brasileira. Com base no que fora anteriormente exposto, encerro essa breve apresentação, agradecendo em nome do Conselho Editorial da revista **Fato & Versões**, a contribuição de todos os colaboradores deste número.

Luiz Carlos Bento

Conselho Editorial

# REGIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL NOS FILMES DE HUMBERTO MAURO DOS ANOS DE 1920<sup>1</sup>

Ana Paula Spini<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste texto é analisar o cinema de Humberto Mauro dos anos de 1920, inscrevendo-o no processo de disputas entre projetos de nação para o Brasil em voga à época. Os filmes realizados permitem o levantamento de questões acerca das tensões entre o regional e o nacional, bem como dos binômios cidade/campo e litoral/sertão. Conclui-se que a perspectiva prevalecente de conciliação entre litoral e sertão e entre a tradição e a modernidade foi construída ao longo do período de realização dos filmes (1926-1929), no diálogo com a tradição literária e com os debates candentes à época sobre a identidade nacional brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Humberto Mauro, cinema silencioso, identidade nacional brasileira.

## REGIONALISM AND NATIONAL IDENTITY IN HUMBERTO MAURO'S FILMS IN THE 1920

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to analyze Humberto Mauro's filmography in the 1920s inscribing it in the process of disputes between national projects for Brazil in vogue at the time. The films in question allow one to raise issues about the tensions between regional and national, as well as between the city/countryside and coast/hinterland binomials. It is concluded that the prevailing perspective of conciliation between coast and hinterland and between tradition and modernity was built over the filmmaking period (1926-1929), in dialogue with the literary tradition and the burning debates at the time on the Brazilian national identity.

**KEYWORDS:** Humberto Mauro, silent films, Brazilian national identity.

Em *Sangue Mineiro*, terceiro e último filme de Humberto Mauro no chamado Ciclo de Cataguases, a defesa da identidade nacional e sua articulação ao regionalismo se apresenta como proposta para a realização do cinema projetado pelo grupo Phebo Brasil Film /Cinearte<sup>3</sup>:

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado parcial da pesquisa Diálogos impressos: a construção da literatura e do cinema na imprensa brasileira (1885-1930), financiada pelo CNPq. Uma versão preliminar foi publicada nos Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professora da pós graduação e da graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Área de atuação: História e cinema, Identidade nacional, Primeira República, história e gênero.

<sup>3</sup> Adoto em várias passagens a expressão grupo Phebo/Cinearte por entender que a formulação do projeto de cinema nacional, que implicava também no estabelecimento de uma escrita fílmica nacional espelhada no modelo hollywoodiano de cinema, foi construída nos anos finais da década de 1920 por Humberto Mauro na intensa interlocução mantida com os redatores de *Cinearte*, particularmente Adhemar Gonzaga e Pedro Lima.



Apresentando hoje SANGUE MINEIRO a Phebo realiza o seu quarto trabalho cinematographico. O que nos levou a denomina-lo assim, longe de um sentimento de bairrismo, foi, antes de tudo, e principalmente, esse vigoroso sopro de brasilidade, que hoje reanima e reeduca a nova geração brasileira. Registrando costumes e aspectos da terra mineira, embora em rápidos detalhes, procuramos fixar, de algum modo, um pouco da alma simples e bôa da nossa gente. Grande parte desta pellicula foi tomada, em varias sequencias, internas e externas, no maravilhoso solar de MONJOPE, de José Mariano Filho, o grande reivindicador (sic) de nossas tradições coloniaes, constituindo este facto, um dos maiores, senão o maior dos interesses do nosso trabalho.

A cartela de abertura do filme destina-se a explicar o título escolhido e a enaltecer José Mariano Filho. Deixa transparecer a preocupação do grupo Phebo/*Cinearte* em negar o rótulo de bairrismo. É preciso, pois, inserir o termo nas disputas entre projetos de nacionalidade no período para a compreensão da importância de sua figuração na cartela de apresentação do filme.

No Manifesto Regionalista de 1926, cuja proposta era a “reabilitação de valores regionais e tradicionais” do Nordeste do Brasil, Gilberto Freyre enfrentava questão correlata ao reagir contrariamente ao empenho modernizante em Recife nos anos de 1920.

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo, ou bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substitui-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão – que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de interrelação que ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense, em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano. (FREIRE, 1996, p.48)

A dura crítica de Gilberto Freyre ao “estadualismo” pode ser encontrada também em falas oriundas de São Paulo que se levantavam contra o regionalismo exclusivista emergente à época dentro do próprio movimento modernista paulista. Ao passo que para Sérgio Milliet, ser verdadeiramente brasileiro era ser paulista, para Mário de Andrade esta posição demonstrava um “bairrismo histórico” (VELLOSO, 1993, p.10). Se na literatura e na

---

Considero, pois, que os resultados vistos nos filmes foram negociados entre estes homens que se empenhavam na constituição de uma indústria de cinema no Brasil.

imprensa este debate foi acirrado, no cinema ele não foi ignorado. O grupo Phebo Brasil Film/*Cinearte* estava inserido nos debates acerca dos projetos de nação e de nacionalidade ocorridos nos anos de 1920. A defesa do cinema brasileiro à imagem e semelhança do cinema de Hollywood fazia-se articulada com a adoção de uma perspectiva sobre a nacionalidade brasileira. Estrangeirismo e nacionalismo não eram excludentes para os homens do mundo de cinema do eixo Rio-Minas-São Paulo, que projetavam o ideal de Brasil nas imagens em movimento.

Nos filmes de Mauro, as imagens de Minas eram projetadas para fortalecer o “sopro de brasilidade” da época. Tal ideia era reforçada nas matérias de *Cinearte* sobre os filmes da Phebo. Em nota de 25 de abril de 1928, Pedro Lima explica os critérios que os levaram a escolher *Thesouro Perdido* como o vencedor do prêmio *Medalhão Cinearte* para o melhor filme de 1928:

É bem caracteristicamente brasileiro: é “branco” pois não tem cena nenhum imoral e a interpretação tem naturalidade. O espermacete da vela para curar mordida de cão, a alvorada do sertão, as espingardinhas de cano de guarda-chuva e outros detalhes, agradam e são bem nossos. (LIMA, *Cinearte*, 25 de abril de 1928)

O discurso sobre Brasil presente na filmografia de Humberto Mauro nos anos de 1920 foi sendo paulatinamente construído no processo de idealização, produção, realização e recepção destes filmes. As imagens que opõem litoral ao interior, o interiorano ao cosmopolita, foram construídas como um mosaico de elementos oriundos tanto da tradição imagética sobre o interior brasileiro, quanto do empenho modernizador encampado pela revista *Cinearte*, com o projeto de cinema industrial brasileiro, ao qual Mauro reivindicou participação e esteve inserido desde 1926. Assim, a análise aqui proposta será realizada no trânsito entre as imagens fílmicas, a defesa de projetos de identidade nacional e a análise da tradição imagética sobre o interior produzido por uma variedade de linguagens desde o século XIX, como a literatura, pintura, música, imprensa, ainda que em escopo reduzido.

### **Redefinindo espaços: locação dos filmes e “desgeografização” da identidade nacional**

Os três filmes silenciosos realizados por Humberto Mauro no período, disponíveis em DVD<sup>4</sup>, *Thesouro Perdido*, *Braza Dormida* e *Sangue Mineiro*, tiveram cenas gravadas no Rio

---

<sup>4</sup> Em 1997 a Funarte lançou a coleção 100 anos de Humberto Mauro, com sete filmes longa metragens do diretor, tornando acessível ao público parte de sua filmografia, composta também por centenas de documentários realizados no INCE. Agradeço à CTAv, Funarte, do Ministério da Cultura, a cessão das três cópias relativas ao

de Janeiro, além das locações em Cataguases, sendo que o primeiro e o último foram filmados também em Belo Horizonte. Isto permite a análise das imagens construídas sobre o litoral do Brasil em contraste ao interior e sobre a cidade em contraste ao campo. Permite, ainda, analisar os resultados desta escolha na narrativa ficcional dos filmes e nos sentidos produzidos em torno da ideia de nacionalidade.

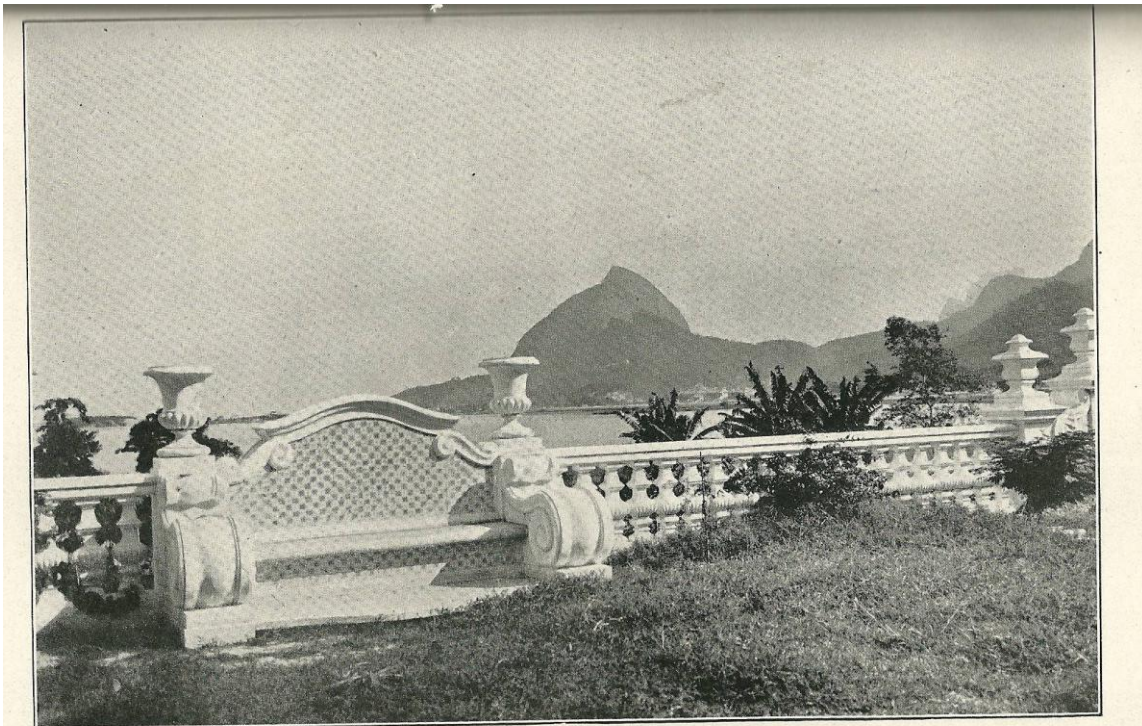
A deferência a José Mariano Filho na cartela acima reproduzida é a chave de entrada para esta análise, especialmente porque foi um dos que idealizaram um projeto de identidade nacional no campo da arquitetura, nos anos de 1920. Reconhecido pela revista *Ilustração Brasileira* como “esteta admirável” (*Ilustração Brasileira*, 13 de maio de 1922), acabara de construir o Solar de Monjope de estilo neocolonial na cidade do Rio de Janeiro (1928), e entre 1926 e 1927 foi o diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Consagrava-se à época por sua defesa das tradições artísticas brasileiras, sentidas como que em perigo de desaparecimento em função do processo de urbanização então em curso. Seriam os ecos do Manifesto Regionalista em terras litorâneas da antiga corte? Conterrâneo de Freyre e filho de grande proprietário rural em Recife, sua preocupação fundamental, orientada pelo arquiteto português Ricardo Severo, era a criação da casa verdadeiramente brasileira.

O Solar de Monjope era o cartão de visitas deste projeto de arquitetura nacional, um pastiche de estilos, feito com materiais vindos de várias edificações coloniais do nordeste brasileiro. José Mariano Filho teria acumulado durante anos diversos materiais recolhidos em conventos em ruínas, engenhos antigos, casas-grandes abandonadas de “opulentas fazendas” no interior do Brasil (COSTA, 1928). Móveis, louças, azulejos, cerâmicas eram fragmentos de uma arquitetura do passado colonial percebido como pomposo, que precisava ser recriado. O interior do Brasil era trazido para o centro do poder na Primeira República, à beira mar, em um processo de “desgeografização” da identidade nacional.<sup>5</sup>

---

período de 1920, produzidas por sua companhia cinematográfica Fhebo Brasil Film, para a realização desta pesquisa.

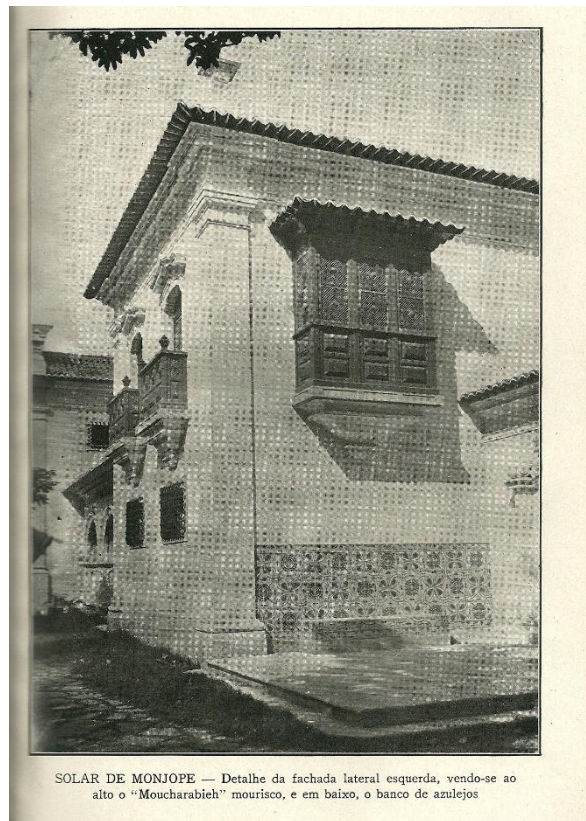
<sup>5</sup> O solar de Monjope foi demolido em 1973 após disputa judicial empreendida pelos herdeiros de José Mariano Filho contra o seu tombamento. Ver ATIQUE, Fernando. De “casa manifesto” a “espaço de desafetos”: os impactos culturais, políticos e urbanos verificados na trajetória do Solar de Monjope (Rio, anos 20 –anos 70). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, 2016, 215-234.



SOLAR DE MONJOPE — Sofá com espaldar de azulejos do Seculo XVIII no terreiro que o circunda

Azulejos do século XVIII no banco do jardim e vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas. Ao fundo, Morro Dois Irmãos.

Imagem retirada do livro *A inquietação das Abelhas* (1927)



SOLAR DE MONJOPE — Detalhe da fachada lateral esquerda, vendo-se ao alto o "Moucharabieh" mourisco, e em baixo, o banco de azulejos

Em *A inquietação das Abelhas* (1927), livro de entrevistas com pintores, escultores, gravuristas e arquitetos, Angyone Costa reverencia José Mariano Filho. Dedicou-lhe o livro e a ele reserva o maior espaço dentre os arquitetos entrevistados. Tece uma representação com um forte apelo afetivo sobre o interesse de Mariano Filho pela arquitetura neocolonial:

A ideia de edificação do solar de Monjope nasceu em José Mariano filho da velha reminiscência da casa paterna, o solar de igual nome, edificado por sua família, em Pernambuco, e onde José Mariano passou a melhor parte de sua existência. Dessa época remota, ficou-lhe na alma uma forte afeição emotiva pela casa onde ensaiara a timidez dos primeiros passos e a sua inteligência se abriu para a compreensão dos fenômenos da vida. Os pequenos detalhes da infância e juventude ali passadas, juntamente com o fundo de paisagem desbotada, dos canaviais e cajueiros em flor, compuseram um quadro de delicada beleza no subconsciente desse espírito de artista, influenciando, poderosamente, no fundo paradoxalmente místico do seu caráter. (COSTA, 1927, p. 292)

O neocolonial remete, assim, a um tempo idílico da vida do “grande reivindicador das tradições coloniais” brasileiras, constituindo-se em uma metáfora da história do Brasil que se pretendia unívoca. Mariano Filho criticava tanto o desprezo pela arquitetura tradicional brasileira prevalecente no século XIX e a acolhida às diferentes arquiteturas imigrantes, quanto a padronização das construções impostas pela urbanização e pelo sanitarismo no período republicano. A casa verdadeiramente brasileira teria, aos seus olhos, as características da arquitetura colonial, alusivas ao engenho de açúcar, à paisagem do campo, à casa-grande de um Brasil rural e latifundiário. Assim, nas palavras de Carlos Kessel, “a recuperação da tradição pelo neocolonial teve a pretensão de desvelar uma origem pretensamente pura e perfeita da brasilidade, que teria sido posteriormente alterada, desfigurada pelo progresso e pela urbanização” (KESSEL, 1999, p. 99). Temos aqui, portanto, no momento de modernização do Rio de Janeiro e de São Paulo, um dos vários movimentos de resistência que se opunham ao passado recente e à onda modernizadora, lançando mão de um passado remoto.

A gênese da nacionalidade estaria na chegada dos portugueses ao Brasil, tratados como “nossos avós”. Há, portanto, uma busca da brasilidade em termos de linhagem portuguesa, e uma negação das influências europeias outras, especialmente a influência francesa. Ainda assim, a matriz da nacionalidade brasileira reivindicada é a europeia, branca, contraposta ao romantismo que inseriu não brancos na narrativa da brasilidade.

Em 1928, um ano após o lançamento do livro, Angyone Costa publicava artigo de duas páginas na revista *Ilustração Brasileira* com o título “O solar de Monjope e a arquitetura tradicional brasileira”. (COSTA, 1928) O “esteta admirável” era uma personalidade pública frequentemente citada na imprensa e com trânsito nos altos escalões dos governos federal e municipal. Quando da notícia de sua provável nomeação para a direção da Escola Nacional de Bellas Artes, o jornal *Gazeta de Notícias* lançou a seguinte nota:

[...] nenhum outro nome sabemos que mais se impusesse à escolha do governo, para aquelas funções.

O Dr. José Mariano Filho é uma dessas raras individualidades cujo traço distintivo é o bem fazer.

A sua missão essencial na sociedade tem sido a de contribuir, patrioticamente, abnegadamente, com um desinteresse e uma constância de toda hora, para o nosso aperfeiçoamento artístico, para o brilho de nossas tradições artísticas, para o aumento e a ressalva do patrimônio artístico nacional.

Com o seu apostolado, que o é verdadeiramente a vida de mecenato, elevado e nobre, de José Mariano – granjeou a invejável situação de líder incontestável, nos meios onde se fala de arte, onde se ama e se protege a arte e onde têm abrigo os planos de sua defesa e de seu desenvolvimento.

Ainda há pouco, a iniciativa do ilustre presidente da Sociedade Brasileira de Bellas Artes despertava no país toda a consciência artística colonial, e lhe devemos esse empolgante movimento, de perfeito nacionalismo, que tão bem – para honra nossa! – vai repercutindo no estrangeiro.

Todos os problemas concernentes ao futuro das artes no Brasil encontram em José Mariano Filho o paladino, sempre a postos, inalterável na sua atitude de desassombro, de generosidade, de [...] civismo.

Designando-o o governo para o cargo a que aludimos, estamos certos de que seria das mais eficientes, de um irrecusável brilho a administração criteriosa e inteligente Dr. José Mariano Filho. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1926)

O nome de José Mariano Filho era também usado como referência para anúncio de oferecimento de serviços:

Oferece-se um encerador com prática bastante em cera e alguma prática em verniz, já tendo sido encerador do solar de Monope Colonial de propriedade do dr. José Marianno Filho. Trabalha-se sozinho com a companhia de Deus, para que eu possa tomar a responsabilidade do que me for entregue. Aceito escritórios e casas particulares de família, pensões e hotéis. (CORREIO DA MANHÃ, 1929)

Com toda a popularidade e importância política de José Mariano Filho à época, é um equívoco supor, portanto, que a escolha do Solar de Monjope para locação do filme *Sangue Mineiro* tenha se dado pela falta de uma edificação à altura em Cataguases. Era uma importante oportunidade para a entrada dos homens dedicados ao cinema nacional na rede de

sociabilidade que naquele momento ganhava credibilidade e adquiria a confiança da elite política brasileira. Em termos diegéticos, dava a cara do Brasil que se pretendia vender: rico, branco, bem sucedido. A um só tempo moderno e aristocrático.

Aqui a teoria de “desgeografização” proposta por Mário de Andrade à época auxilia a pensar no significado possível a ser atribuído a esta prática de Mariano Filho, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, de captar materiais do interior do Brasil e propor para a desejada modernidade cosmopolita o padrão de moradia brasileira à imagem e semelhança dos engenhos, das fazendas nordestinas e mineiras do período colonial. Assim como Mariano Filho, Mauro realiza em *Sangue Mineiro* a “desgeografização” diegética do solar de estilo neocolonial ao “transplantá-lo” da capital federal litorânea para a jovem interiorana capital do Estado de Minas Gerais. No filme há, portanto, duas camadas de sincretismo geográfico que gira em torno do solar de Monjope: o significado estético do solar neste período, resultado de um processo de percepção de materiais de vários lugares do país, e a sua nova localização. Nas duas obras – Solar de Monjope e *Sangue Mineiro* – a identidade nacional surge da conciliação entre modernidade e tradição, litoral e sertão.

Em *Sangue Mineiro*, a tradição brasileira está representada por dois espaços distintos: o solar de Monjope, situado diegeticamente na cidade de Belo Horizonte, e a chácara do Acaba Mundo, nas cercanias da cidade. Espaços distintos que se fundem na construção de um espaço mítico por excelência da brasilidade, extensão da mineiridade. Em *Acaba Mundo*, temos uma matriarca, apresentada como defensora das tradições familiares, metáfora para as tradições nacionais. Defende tais tradições que passam a ser ameaçadas com a chegada do sobrinho carioca que, via de regra, leva para o mau caminho o primo, um rapaz nascido ali, obediente às regras tradicionais impostas às novas gerações. No solar de Monjope, o patriarca é o defensor das tradições familiares. Contudo, os ares de modernidade são bem-vindos ao solar, mantidos os ares aristocráticos.

Em *Thesouro Perdido* (1927), o Arraial do Príncipe na Serra do Caparaó foi o ambiente diegético escolhido por Humberto Mauro para sua trama de caça ao tesouro perdido. O “Arraial”, para Paulo Emílio, é Cataguases, a cidade natal de Humberto Mauro e onde a maior parte das cenas foram filmadas. A história que alude ao modelo narrativo norte-americano está relacionada também à história da região mineradora no período aurífero. A fictícia “Arraial dos Príncipes” parece ser menção a uma região histórica da exploração aurífera e parte da rota dos diamantes em Minas Gerais, a Vila do Príncipe, atual Serro, cuja colonização remonta a fins do século XVII, com as expedições de bandeirantes paulistas em

busca de ouro e de pedras preciosas. Em 1720 foi estabelecida a Casa de Fundição e na década seguinte foram descobertos diamantes neste local. Em 29 de janeiro de 1714 o território foi desmembrado da antiga Vila de Sabará e elevado a Vila do Príncipe (IBGE). Assim, a escolha da trama remonta à interiorização do Brasil no período colonial, em clara adaptação do modelo estrangeiro de narrativa cinematográfica a temáticas, espaços e costumes regionais.

Finalmente, em *Braza Dormida* (1928), a usina de açúcar diegeticamente localizada nas proximidades da capital federal situava-se no perímetro urbano de Cataguases. As demais cenas no campo foram filmadas na colônia agrícola Major Vieira, dirigida pelo ator Pedro Fantol, provavelmente nas imediações do Rio de Janeiro. (SALLES GOMES, 1974, p.218) Várias cenas foram filmadas na capital federal. Para Paulo Emílio a ampliação das gravações no Rio de Janeiro em *Braza Dormida*, deu-se pela ideia corrente na Phebo que as imagens da capital facilitariam “a exibição dos filmes nos principais mercados cinematográficos do país”. (SALLES GOMES, 1974, p.216)

### **O mito da mineiridade: o regional como nacional na imagética do sertão.**

Os filmes de Mauro, junto com toda uma tradição narrativa literária e musical, entraram na formulação e reformulação do mito da mineiridade, reforçando imagens tradicionais e inserindo novas formulações identitárias a partir de mescla entre espaço diegético mineiro e extradiegético formado pela diversificação geográfica das locações (Minas Gerais-Rio de Janeiro). A partir do processo de recepção de seus filmes na imprensa, notadamente carioca, é possível perceber uma apropriação do que seria considerado tipicamente mineiro e sua universalização para a identificação do nacional.

Mineiro de Cataguases, Mauro foi visto por Paulo Emílio Salles Gomes como o homem do interior que foi perdendo sua identidade original à medida que aprofundava seus laços com Adhemar Gonzaga, homem do litoral, da capital federal. Ao longo do texto, Paulo Emílio dá ao leitor a imagem de uma relação entre desiguais, estabelecida em termos de ensinar e aprender, na qual Gonzaga é o mestre e Mauro o discípulo que foi perdendo, ao longo dos anos de aprendizado, a “seiva” ou a originalidade percebida no seu segundo filme, *Thesouro Perdido*, de 1927.

Há aqui uma percepção essencialista de identidade que consiste em avaliar como perda das características originais, puras, essenciais de uma certa cultura quando entra em contato



com o outro, o estrangeiro, o de fora. Há ainda uma adesão ao mito da mineiridade ao identificar em um personagem de *Thesouro Perdido* – Pedrinho – “um tom verdadeiro e brasileiro que o nosso cinema provavelmente ainda não conheceu”. Paulo Emílio vê a verdade em um Máximo Serrano que interpretou um único papel nos três filmes dos anos de 1920: o de homem do interior, caracterizado pela “simplicidade, inocência, renúncia”. Estas são, para Paulo Emílio, as características do personagem que reconhece como sendo o mineiro, e como projeção do mito, o brasileiro. A simplicidade e a inocência estariam relacionadas a uma vida no interior, idílica e pacata, estando inscrita em uma percepção do sertão como jardim do Eden. Segundo Lucia Lippi esta imagem “da terra como natureza paradisíaca está presente desde sua ‘certidão de nascimento’ com a Carta de Pero Vaz de Caminha”, sendo retomada como mito de origem até hoje. (OLIVEIRA, 2000, p.70)

As montanhas de Minas, a natureza exuberante, seus rios caudalosos, a tênue fronteira entre cidade e campo, o homem simples do interior são personagens recorrentes nos filmes de Mauro nos anos de 1920. O pai provedor, a família estruturada, ainda que com a ausência da mãe, a juventude moderna, o galã que tem algo a aprender neste lugar idílico, são outra constante nestes filmes. Como contraponto do idílio, o vilão – o pária ou o operário anarcossindicalista – representando as esferas mais baixas da sociedade. O interior como lugar do idílio enfrentava suas mazelas como metáforas dos problemas nacionais. Era preciso superar o país do atraso derrotando seus inimigos para que a imagem de país moderno e próspero saísse vitoriosa. Este cinema fez frente à ofensiva de produção de uma imagética de nação habitada por índios e negros nos chamados “filmes naturais”, produzidos a partir das expedições científicas nas primeiras décadas do século XX.

Nos filmes de Humberto Mauro dos anos de 1920, a imagem positiva do interiorano é construída em oposição à imagem negativa do homem da capital federal. Este, galã dos filmes *Braza Dormida*, 1928 e *Sangue Mineiro*, 1929, é um degenerado: adicto em jogo de azar, frequentador de bordéis, ocioso, é um “sem eira nem beira”. Em *Thesouro Perdido*, ainda que haja separação entre herói e galã, ambos pertencem ao espaço diegético do interior. A separação entre o herói Pedrinho e o galã Bráulio (SALLES GOMES, 1974, p.144), clara ruptura com o modelo narrativo norte-americano, refere-se, segundo Luciana Corrêa de Araújo, à tensão existente na sociedade brasileira entre senhor e escravo:

A meu ver, é precisamente a dialética entre senhor e escravo, bem assentada no preconceito em relação ao trabalho braçal, que está na base da dissociação entre galã e herói, presente em filmes silenciosos brasileiros, nos quais se impõem os desdobramentos da “lenta estratificação de trezentos anos de cativo”. Nos desenlaces, não espanta, portanto, que outros façam

o trabalho justiceiro pelo galã – afinal, ele é o senhor que, ao contrário do escravo, não precisa se submeter ao trabalho para se mostrar valoroso. (ARAÚJO,2011,p.43)

Esta interpretação do herói brasileiro como fruto e herança da sociedade patriarcal e senhorial pode ser encontrada em outras análises realizadas sobre a literatura nacionalista e romântica. Para Fernando C. Gil os heróis de José de Alencar “orbitam em torno da relação de dependência e de favor de um grande proprietário [...] em que se misturam e se confundem intimidade e afeição patriarcal com o poder de mando e arbítrio sobre o outro.” (GIL,2010,p.144) Nos filmes de Mauro na década de 1920, os personagens vividos por Máximo Serrano representam o herói a quem cabe realizar o trabalho para o galã. Suas qualidades são, reconhecidas por Paulo Emílio, a simplicidade, a inocência e a renúncia. É o irmão, o funcionário fiel, o primo, o ajudante do galã nos três filmes. Ele representa o homem do interior que guarda as tradições de práticas masculinas como manejo do estilingue, da garrucha, da espingarda, e também do violão, reconhecidas por aqueles que escrevem sobre os filmes como “coisas nossas”. Este homem do interior é simples, é caipira, mas está longe de ser o Jeca Tatu de Monteiro Lobato e o interior longe de ser o local que precisa ser higienizado.

Se o homem da capital é o degenerado que se reabilita quando vivencia a simplicidade do interior, o mineiro é o homem virtuoso, aquele que não foi contaminado pelos vícios da cidade grande. Segundo Nísia Trindade Lima, “a ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos.” (TRINDADE, 2013,p.55) Esta idealização do interior relaciona-se à imagem de sertão como jardim do Éden. Na tradição romântica, “o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades”. (OLIVEIRA,2010,p.71)

Esta perspectiva romântica é encontrada na literatura brasileira nas primeiras décadas do século XX e convive com outras visões de sertão como a que o associa ao inferno, na narrativa de Euclides da Cunha, e a que trata o sertão como purgatório, lugar de penitência, identificado como o sertão de Guimarães Rosa. (OLIVEIRA, 2010)

A imagem do sertão como paraíso aparece nas modinhas e poesias nostálgicas no início do século XX, em trovadores como Catulo da Paixão Cearense e Belmiro Braga – que exerceu grande fascínio em Humberto Mauro com suas conferências humorísticas realizadas na cidade de Cataguases. A distância da terra natal ou do tempo da infância instiga a memória afetiva e traz imagens de um interior idílico das serras, do luar mais brilhante, da verde mata, do vale, do rio, dos pirilampos, do caminho da várzea, da porteira, da cerca de braúna. É a imagem do campo o cenário da felicidade, da realização, do paraíso. Uma imagem construída no “exílio” sobre o tempo que passou, em um momento em que as cidades se modernizam.

Em seu primeiro livro, *Montezinas*, publicado em 1902, Belmiro Braga rememora os tempos de infância no cenário idílico do lugar onde cresceu:

[...]  
A casa onde nascemos, e esses campos  
que a Primavera pródiga marcheta  
e onde à noite cintilam pirilampos  
a inundá-los de luz doce e discreta.  
[...]  
Cantemos a porteira lá do alto  
De onde a casa querida já se avista;  
Bem como o riacho aquele salto  
Que à tarde, a gente, ao reboar, contrista;  
[...]  
A calçada, o moinho, a cruz, o pasto;  
O vale a demarcar nossos terrenos;  
E ao longe o matagal, cerrado e basto,  
Palpitante de aromas e de ternos;  
  
O ranço, o capim, a ribanceira,  
a cerca de braúna tão antiga,  
e essa frondosa e secular figueira,  
Que dos raios do sol o gado abriga.  
[...](BRAGA, 2011, p.41-47)

No mesmo livro, em *Reminiscências*:

Serras virentes que não mais trasponho,  
na retina fiel ainda eu vos tenho,  
a revejo através de um brando sonho  
  
a casa onde nasci, as mansas rezes,  
a várzea, o laranjal, a horta, o engenho  
e a cruz, onde rezei por tantas vezes! (BRAGA, 2011, p.53)

Belmiro rememora o cenário da fazenda onde nasceu e cresceu, em Vargem Grande, distrito de Juiz de Fora. As imagens do lugar correspondem ao lugar idílico da infância na sua memória. Imaginação, tempo e memória entram na construção de uma narrativa melancólica do que não pode mais ser vivido. O campo aparece como este lugar primevo, original, de gênese. Com esta dimensão positiva convive a melancolia. Um lugar/tempo perdidos para sempre.

Em Catulo, a imagem idílica do sertão é contraposta à imagem negativa da cidade do Rio de Janeiro. O luar da cidade é escuro, a cidade é sem poesia e a gente é fria, não se importa com o luar do sertão.

“Não há, ó gente, oh não,  
Luar, como este do sertão. ”  
(refrão)  
Oh que saudade do luar da minha terra,  
Lá na serra branquejando,  
Folhas secas pelo chão,  
Esse luar cá da cidade, tão escuro,  
Não tem aquela saudade,  
Do luar lá do sertão.  
[...]  
A gente fria desta terra sem poesia,  
Não se importa com esta lua,  
Nem faz caso do luar,  
Enquanto a onça, lá na verde capoeira,  
Leva uma hora inteira,  
Vendo a lua a meditar.” (CATULO, s/d)

A dualidade está presente nos filmes de Humberto Mauro, mas não há melancolia, pois se fala a partir do interior. Percebe-se nuances que permitem, ao final, conciliar tradição e modernidade, litoral e sertão. O homem da capital, galã em *Braza Dormida* e *Sangue Mineiro*, é regenerado quando descobre no interior do Brasil o valor do trabalho, da família, do amor por uma donzela.

O interior do qual fala Mauro está livre das mazelas que motivaram as expedições de Oswaldo Cruz, da narrativa de Monteiro Lobato sobre o caipira e suas doenças. Monteiro Lobato combatia a visão adocicada do nacional, do brasileiro, “apresentando ao público um Jeca Tatu como regra do caipira brasileiro, despido de qualquer romantismo, com uma carga negativa enorme, como sendo impermeável ao progresso e à civilização.” (NAXARA, 1998,p.24)

O interior de Humberto Mauro é o das casas de campo da elite que vive na cidade, da usina de açúcar que reúne trabalho agrícola e trabalho industrial. A capital modelo não é o Rio

de Janeiro, o litoral, linda, admirada, porém caótica, corrompida, mas a Belo Horizonte do então presidente do estado Antônio Carlos, “cidade encantamento”, “cidade vergel”, “cidade-menina”. Cidade cujas fronteiras com o campo são diluídas, como as fronteiras entre tradição e progresso.

Em *Sangue Mineiro*, filme de 1929, a tradição e o progresso são representados, respectivamente pela endividada matriarca da chácara Acaba Mundo e pelo rico industrial da cerâmica, dono do solar Monjope. A simplicidade da vida do campo contrasta com o requinte da vida no solar. Mas é no campo que a heroína encontra o abrigo para fugir dos desvarios da irmã educada “à americana”. O campo é como nos outros filmes, o lugar da redenção, da descoberta da felicidade. É lá que a heroína descobre o acolhimento da família tradicional, conhece o galã vindo do litoral, e este se transforma, podendo regressar ao litoral regenerado e casado. Entre o campo e a cidade, os personagens têm suas histórias entrelaçadas e representam a conciliação entre litoral e interior, entre tradição e modernidade, entre a Minas rural e a Minas urbana, voltada para o futuro.

Esta conciliação presente em Humberto Mauro pode ser lida como resultado da sua aproximação ao grupo de Cinearte, a partir de 1926, para o qual o cinema brasileiro era projetado no molde da modernidade à americana. Argumento forte se entendermos conciliação como elemento da ideologia da mineiridade que teria, segundo Otávio Dulci, “caracterizado o estilo dessa elite, conferindo-lhe espaço próprio e viabilizando ganhos políticos nos arranjos locais e nacionais.” Humberto Mauro expressaria, assim, uma cultura política na qual a conciliação é instrumento de ganho político e projeção nacional. Por outro lado, a conciliação é expressão do dilema enfrentado por mineiros desde o século XIX.

Ainda que a Minas da terra tenha predominado até o final do Estado Novo (CARVALHO,2005,p.68) o projeto de modernização e de progresso estavam presentes já no final do século XIX e início do XX, com a emergência no cenário estadual de políticos republicanos, como João Pinheiro, cujas ideias “rompiam dicotomias que teriam ainda longa duração no país, como é o caso daquelas entre agricultura e indústria; entre indústria artesanal e natural; entre trabalhador nacional e estrangeiro.” (GOMES,2005,p.96). Neste sentido, a transferência da capital do estado para uma cidade nova, planejada, significou a construção de um centro político moderno, símbolo do começo de uma nova fase de progresso para os mineiros (DULCI,2005,passim) Para Helena Bomeny “a capital ‘neutra’, construída com os critérios do planejamento arquitetônico, combinava duas dimensões curiosas. Nascendo como centro unificador de disputas locais, Belo Horizonte mesclava sua origem rural com a missão

de responder pelo centro industrial e progressista do Estado.” (BOMENY,1994,p.53) Assim, tradição e modernização são duas facetas da Minas de João Pinheiro e de Humberto Mauro. E também dos modernistas mineiros.

A Belo Horizonte dos modernistas trazia as marcas da tradição do estado que centralizou a máquina política partidária com procedimentos oligárquicos de favorecimentos pessoais e locais, nas palavras de Helena Bomeny. (1994,p.62)Os modernistas de *A Revista* enfrentaram o tema na sua carta programa escrita por Carlos Drummond de Andrade:

Não somos românticos, somos jovens. Um adjetivo vale o outro, dirão. Talvez. Mas, entre todos os romantismos, preferimos o da mocidade e com ele, o da ação. Ação intensiva em todos os campos: na literatura, na arte, na política. Somos pela renovação intelectual do Brasil, renovação que se tornou um imperativo categórico. Pugnamos pelo saneamento da tradição, que não pode continuar a ser o túmulo de nossas ideias, mas antes a fonte generosa que delas emanem. (ANDRADE,1925)

A tradição não é, nesta perspectiva, ruim nem deve ser descartada. Deve ser a fonte para a inovação. Drummond propunha uma releitura inovadora da tradição cultural, o que torna possível compreender, segundo Maria Zilda Ferreira Cury, “como poetas mais tradicionalistas foram acolhidos e exerceram influência entre os mais radicalmente inovadores”. (CURY, 1998,p.99)

Esta tentativa de articular as imagens de Minas presentes em Mauro na tradição romântica de olhar sobre a natureza e o interior não deve ocultar os conflitos, os pontos de tensão entre o projeto do moderno e a persistência da Minas provinciana, conservadora, a Minas da terra. A conciliação litoral e interior foi possível com a prevalência da tradição sobre a inovação e a modernidade. Minas colocava limites aos intentos modernizadores dos seus literatos e do seu cineasta. A saída foi transpor a zona da mata mineira e buscar na capital federal os ares cosmopolitas, sob os auspícios do Estado.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Revista*, n. 1, 1925.

ARAÚJO, Luciana Corrêa. Versão brasileira? Anotações em torno da incorporação do modelo norte-americano em filmes silenciosos brasileiros. In. PAIVA, Samuel e SCHVARZMAN, Sheila (orgs.). *Viagem ao cinema silencioso do Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Tempo brasileiro, 1994, p.53.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2005.

COSTA, Angyone. *Ilustração Brasileira* Abril de 1928. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pasta=ano%20192&pesq=solar%20de%20monjope> Acesso em 1º de junho de 2016.

COSTA, Angyone. A inquietação das abelhas. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1927, p.292. KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil. *História Social*. n.6, Campinas, 1999. p. 69

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes Modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998

DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife. Ed. Massangana, 1996, 7ª edição, p. 47-75. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf> Acesso em 27 de maio de 2016.

GIL, Fernando C.. O caráter pendular do herói brasileiro. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 13, p. 132-151, June 2010. ISSN 2237-1184. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/64088/66795>. Acesso em: 30 June 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i13p132-151>

GOMES, Ângela de Castro, Memória, política e tradição familiar: os Pinheiros das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013, 2ª edição.

NAXARA, Márcia Regina C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998, p.24.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PAIVA, Samuel e SCHVARZMAN, Sheila (orgs.). *Viagem ao cinema silencioso do Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Revisa Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1993, vol. 6, n. 11. Disponível

em<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_MonicaVeloso\\_Brasilidade\\_verde\\_amarela.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MonicaVeloso_Brasilidade_verde_amarela.pdf)> Acesso em 28 de maio de 2016.

Fontes:

BRAGA, Belmiro. *Montezinas*. Seleção, estudo crítico e organização de Leila Maria Fonseca Barbosa, Marisa Timponi Pereira Rodrigues. Juiz de Fora: Funalfa, 2011, p.41-47.

*Cinearte*, O melhor filme brasileiro de 1927: O “Thesouro Perdido”, da Phebo Brasil Film de Cataguazes, ganha o medalhão de “Cinearte”. 25 de abril de 1928, p. 5. Disponível em<[http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531\\_1928\\_00113.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1928_00113.pdf)> Acesso em 02/06/16.

*Correio da Manhã*, 9 de fevereiro de 1929.

IBGE. Disponível em<[biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/minasgerais/serro.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/minasgerais/serro.pdf)> Acesso em 20 de maio de 2016.

*Gazeta de Notícias*, sábado, 3 de maio de 1926, p. 1. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pesq=jos%C3%A9%20mariano%20filho&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=jos%C3%A9%20mariano%20filho&pasta=ano%20192) Acesso em 31 de maio de 2016

*Ilustração Brasileira*, 13 de maio de 1922. Disponível em<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&PagFis=5551>> Acesso em 31 de maio de 2016.

*Ilustração Brasileira*, abril de 1928, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107468&PagFis=12117&Pesq=solar%20de%20monjope>



# O PARTIDO FEDERALISTA AO TEMPO DO CASTILHISMO-BORGISMO: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Eduardo Rouston Junior<sup>6</sup>

## RESUMO:

A gênese da forma de governo republicana no Rio Grande do Sul foi caracterizada pelos confrontos políticos, ideológicos e militares entre as forças castilhistas (situação) e federalistas (oposição), gerando-se uma série de interpretações diferentes e divergentes quanto aos acontecimentos que marcaram tal período histórico. Em geral vinculados a um dos lados do conflito vigente no quadro político gaúcho, durante grande parte da República Velha, de modo geral, os autores produziram uma história marcada pelo partidarismo e pela paixão política. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender de que maneira um desses lados, em que se dividia politicamente o contexto sul-riograndense, no caso, a oposição federalista, foi tratado e analisado pela historiografia gaúcha da época, fosse ela ligada ao situacionismo castilhista-borgista, fosse ela afinada com as ideias defendidas pelos grupos opositores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Federalista, Republica Velha, historiografia, Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT:

The genesis of the republican form of government in Rio Grande do Sul was characterized by political confrontations, ideological and military between castilhistas forces (situation) and Federalists (opposition), generating a number of different and varying interpretations of the events that marked this Historical period. Generally tied to one side of the current conflict in gaucho policy framework for much of the Old Republic, in general, the authors have produced a history marked by partisanship and passion policy. In this sense, this study seeks to understand how one of these sides, in which politically divided the South Rio Grande context, in this case, the federalist opposition, was treated and analyzed by the state's historiography of the time, be it linked to situationism castilhista-borgista, be it in tune with the ideas defended by opposition groups.

**KEYWORDS:** Federalist Party, Old Republic, historiography, Rio Grande do Sul.

## Introduzindo a discussão

A formação da República no Rio Grande do Sul ocorreu de forma distinta, se comparada com o restante do país.<sup>7</sup> Na maior parte dos demais estados brasileiros, com a desintegração da Monarquia e o enfraquecimento dos partidos imperiais, as oligarquias tradicionais adotariam a nova forma de governo, passando a militar nos partidos republicanos. No caso gaúcho, além de o movimento republicano ter se constituído de maneira tardia,

---

<sup>6</sup> Professor substituto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Coxim-UFMS –CPCX. E doutorando em História na área de concentração – História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> A esse respeito pode-se dizer, ainda, que, ao contrário do restante do Brasil, que contou com uma republicanização relativamente mais tranquila, o Rio Grande do Sul, no período da República Velha, passou por uma de suas fases de maior agitação partidária da qual adviria séria crise política e revolucionária. Sobre este aspecto, observar: LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha: In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 8, p. 99-122. Ver também: LOVE, Joseph. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993, p. 15-8.

articulado por novas e ascendentes oligarquias, houve a persistência de um dos partidos imperiais – o Liberal, que constituía-se numa entidade forte, arregimentado e com uma bem montada máquina eleitoral.

Durante o predomínio castilhistaborgista (1892-1930)<sup>8</sup>, boa parte dos elementos liberais<sup>9</sup>, afastados do poder com a nova forma de governo, passaria a integrar, a partir de 1892, as fileiras do Partido Federalista (1892-1928), agremiação que significou o principal veículo de contestação à ordem republicana castilhistaborgista, de feição conservadora e autoritária. Outras alternativas de oposição ao castilhismo-borgismo como o Partido Republicano Liberal, de 1906, ou o Partido Republicano Democrático, de 1908, tiveram curta duração e limitado apelo. Deve-se salientar que, diferentemente dessas duas agremiações, o Partido Federalista (PF), chefiado pelo ex-tribuno, Gaspar Silveira Martins (1835-1901)<sup>10</sup>, não significou um agrupamento efêmero; permaneceria na cena política regional e nacional durante quase quatro décadas. Além disso, conforme apontou Joseph Love:

...os federalistas (...) formaram o setor mais amplo da oposição (e) mantiveram-se firmes na sua dedicação pela organização parlamentarista em nível federal, reivindicando a eleição do Presidente pelo Congresso e a participação dos Ministros nas sessões do Legislativo. (...) O outro componente da oposição os que haviam rompido com a chefia do Partido Republicano – tinha menos coesão; seus membros eram menos geralmente cuidadosos em relação a uma aliança com os federalistas. (LOVE, 1975: 91).

Tendo em vista destruir a máquina eleitoral dos liberais-federalistas e consolidarem-se como os novos detentores do poder gaúcho, os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos (1860-1903) e Borges de Medeiros (1863-1961), nortearam suas atuações com base em práticas autoritárias, exclusivistas, de modo a alijar todos os possíveis adversários. Desse modo, de acordo com Hélgio Trindade (2004: 53-4), configurou-se no estado sulino outra singularidade política face às outras experiências republicanas regionais da Primeira República: a vigência e a permanência de uma polarização político-partidária protagonizada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (situação) e o Partido Federalista (oposição).

---

<sup>8</sup> Segundo Vélez Rodríguez (2007: 87), o castilhismo caracterizou-se como uma ideologia política inspiradora de um governo autoritário, não-representativo, identificando-se com a agremiação política governantes, no caso, o Partido Republicano Rio-Grandense, assumindo forte caráter moralista e conservador.

<sup>9</sup> Entre eles, podemos citar: Joaquim Pedro Salgado, Antônio Prestes Guimarães e Leopoldo Antunes Maciel (barão de São Luís).

<sup>10</sup> Silveira Martins foi um dos chefes políticos de maior prestígio durante o Império – várias vezes ministro e chamado por D. Pedro II para assumir a direção do que seria o último gabinete da monarquia. Representou, com seu partido, a classe dominante liberal oligárquica que tinha sua base de sustentação na economia pastoril do grande latifúndio da região pampeana.

Esse embate entre *federalistas* (maragatos)<sup>11</sup> e *republicanos*, explica o referido autor, repousou na existência de dois modelos distintos – um de base liberal e outro autoritário, permeando, assim, as opções políticas gaúchas a partir dos anos 1890. Nesse sentido, pode-se destacar que, mesmo possuindo uma base conservadora comum<sup>12</sup>, esses dois grupos políticos desenvolverão no microcosmo político estadual um padrão de enfrentamento não comum ao restante da nação brasileira.

Neste esquema de forte polarização política, em que dificilmente se ensejavam terceiras vias, dividido entre o Partido Republicano Rio-Grandense (situação) e o Partido Federalista (oposição), formou-se um conflito que passaria do debate pela imprensa e pelo parlamento, às disputas eleitorais, ao enfrentamento bélico, exteriorizando-se também na produção intelectual e historiográfica do período. Nesse sentido, ao longo de três décadas, o conflito entre republicanos e federalistas se estenderia para além das atividades bélicas e parlamentares deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos.

Como, no entanto, em termos de produção do conhecimento histórico, o Partido Federalista, que é nosso objeto de análise neste artigo, foi visto por esta produção intelectual?

### **A cizânia política na historiografia não-acadêmica gaúcha**

Quando falamos em historiografia não-acadêmica nos referimos àquela que foi desenvolvida essencialmente por historiadores não-profissionais, notadamente por literatos, jornalistas, advogados, militares e clérigos, na qual a objetividade da análise muitas vezes se viu obscurecida pelas paixões decorrentes da simpatia ou também da antipatia pelo projeto político de inspiração positivista, desenvolvido por Júlio de Castilhos à frente do PRR. A maior parte desses trabalhos foi realizada em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, sendo que os primeiros autores dessa historiografia estavam direta ou indiretamente conectados aos grupos políticos que dividiam o Estado: castilhistas-borgistas e federalistas-assisistas. Ou seja, tratava-se de uma produção historiográfica influenciada fortemente pelas opções políticas de seus autores. Os estudos produzidos neste foco condensaram-se na evolução das ideias políticas dos líderes de cada grupo e na sua obra constitucional. Esta historiografia enfatizou a luta político-partidária em função de disputas

---

<sup>11</sup> O nome de maragatos veio da presença, entre os federalistas que participaram da Revolução de 1893, de argentinos migrados de uma região da Espanha – a Maragataria. Essa qualificação procurava mostrar o quanto o movimento “revolucionário” era “estrangeiro”, e, portanto, contrário, aos interesses nacionais.

<sup>12</sup> Trindade desenvolve essa ideia de dois modelos opostos – conservadores autoritários (republicanos) versus conservadores liberais (federalistas). TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

pessoais e os líderes políticos foram tomados como agentes movidos por uma vontade autodeterminadora, como se fossem personalidades desvinculadas da sociedade, que pelo seu “brilhantismo e energia conseguiram manter grupos e indivíduos ao seu redor”.<sup>13</sup> Embora não seja a regra, alguns autores vinculados a esta historiografia se reuniram ainda no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Interessa-nos aqui analisar de que forma esta historiografia, constituída em torno dos historiadores ditos tradicionais, que, de um modo geral, refletiam a “visão que a classe dominante tinha de si”<sup>14</sup>, abordou os federalistas em suas análises. Para consecução de tal finalidade, dividimos esta historiografia em duas grandes vertentes interpretativas: a dos autores vinculados à ideologia positivista e reprodutores do discurso oficial castilhistaborgista, a qual chamamos aqui de corrente *castilhista/borgista*, e a dos autores que se opuseram ao projeto político castilhista, que denominamos de vertente *gasparista/assisista*. Na primeira vertente, relacionamos Euclides Moura, Victor de Brito, Aquiles Porto Alegre, Othelo Rosa, João Pio de Almeida e Joaquim Luís Osório, que com ênfases distintas, compreenderam a Primeira República a partir de um dos lados da luta bipartidária protagonizada por republicanos e liberais-federalistas. Já na segunda vertente, encontramos autores como Wenceslau Escobar, Ângelo Dourado, Rafael Cabeda, Rodolpho Costa, Olympio Duarte, Manoel da Costa Medeiros e Gustavo Moritz, que esforçaram-se por denunciar a violência dos republicanos, defendendo o sistema parlamentarista e exaltando a biografia dos líderes federalistas. Iremos nos deter num primeiro momento, no bloco castilhista-borgista, representado pelos defensores dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

### **O federalismo na perspectiva tradicional castilhista/borgista**

Pode-se dizer que a consolidação da hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), durante a República Velha, no Rio Grande do Sul, passou pela legitimação intelectual através do discurso historiográfico. Sandra Pesavento denomina de “historiografia oficial” aqueles discursos que estão identificados com uma visão de história oficialmente

---

<sup>13</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 8.

<sup>14</sup> FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v. 28, n. 127, p. 69, 1992.

aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu passado e que deve ser difundida.<sup>15</sup> A autora, ao analisar o discurso de alguns intelectuais na Primeira República, conclui que a historiografia gaúcha do período converge para uma epistemologia positivista e idealista, porém os fundamentos de cada uma dessas teorias do conhecimento estão mesclados no discurso. Para Pesavento, “a conciliação no plano da prática é tornada possível pela combinação de um relato linear, causal, mas onde as grandes mudanças se dão em função de atos individuais, da atuação de grandes personalidades”.<sup>16</sup>

Em geral, os autores<sup>17</sup>, atrelados a esta concepção de história legitimadora do grupo vinculado ao aparelho de Estado – PRR, centraram seus estudos na percepção da cisão política travada entre dois sujeitos históricos antagônicos: republicanos (situação) e federalistas (oposição). Esta cisão, segundo esta vertente interpretativa, seria produto dos desentendimentos entre lideranças pessoais, cujas motivações voluntaristas são apresentadas de forma desconectada de injunções de caráter social. Ou seja, as discordâncias localizam-se essencialmente no plano político-partidário ou das paixões políticas em defesa de ideias e valores morais.<sup>18</sup> Tomam sempre a ação de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros como referência, elaborando uma abordagem apenas tangencial sobre as oposições, tratando o tema superficialmente, e lhe dedicando, na maioria dos casos, algumas poucas páginas. A versão gaúcha do positivismo político, o castilhismo, é apresentada como a única legítima e aceitável, sendo remetida toda e qualquer outra visão, como, por exemplo, aquela produzida pelos liberais-federalistas, no rol dos saudosistas do Império ou dos monarquistas. Antes disso, é recorrente nestes autores o combate à forma monárquica de governo, fundamental, segundo eles próprios, para a sincronização das instituições brasileiras. Essa posição crítica quanto à Monarquia, apontada como “parasitária e anacrônica”<sup>19</sup>, vinha ao encontro do pensamento republicano rio-grandense à época do castilhismo. Até mesmo os dissidentes republicanos do castilhismo não passaram despercebidos, sendo tratados por alguns destes autores como *traidores*.

---

<sup>15</sup> PESAVENTO, Sandra. *Historiografia e ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 67.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>17</sup> Euclides Moura (1892), Victor de Britto (1908), Aquiles Porto Alegre (1916), Othelo Rosa (1928), Joaquim Pio de Almeida (1928), Joaquim Luís Osório (1930), e Arthur Ferreira Filho (1958).

<sup>18</sup> Ressaltamos que a exceção da regra fica por conta da obra de Arthur Ferreira Filho. Mesmo não escondendo sua admiração pelo projeto castilhista, e por essa razão o enquadrámos na vertente castilhista/borgista, sua obra, diferentemente das demais, apoia-se em pesquisas e situa-se justamente num momento de transição entre as abordagens elaboradas pela tradicional historiografia gaúcha, produzida na primeira metade do século XX, e aquela elaborada por pesquisadores profissionais, que se consolidou nas décadas de 1970 e 1980.

<sup>19</sup> BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 38 e 44.

Publicada pela primeira vez em 1892, a obra “O Vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893”, de autoria de Euclides Moura (1868-1919<sup>20</sup>), é um dos exemplos de abordagem historiográfica que se enquadra dentro do perfil citado, o qual estamos denominando de vertente castilhista/borgista. O livro, dedicado ao Partido Republicano Rio-Grandense e a Júlio de Castilhos, traz à tona a denúncia indignada e apaixonada de um “soldado disciplinado” do partido, como se intitula, às violências cometidas contra seus correligionários durante a vigência do “Governicho”,<sup>21</sup> caracterizado, por ele, como um período de anarquia, em que “campeiam o terror, o ódio e o banditismo”.<sup>22</sup> Em seu chamamento *Ao leitor*, logo no início, adverte a quem denomina de “*os principais responsáveis por todas essas calamidades*” de que “*a vitória do Partido Republicano não tardará e então será muito difícil impedir a desforra dos desgraçados perseguidos de hoje*”.<sup>23</sup> Castilhos, por seu turno, é apresentado como homem de conduta irrepreensível e notável estadista:

Os seus correligionários falavam nele, por assim dizer, de chapéu na mão; os seus adversários (...) mostravam claramente que aquele homem era a maior barreira oposta às suas desmedidas ambições; os indiferentes, os homens de bem e os desapaixonados diziam, com ar de confiança ao falarem nele: é um homem.<sup>24</sup>

Aos federalistas bem como aos demais grupos oposicionistas que se contrapunham ao castilhismo, o autor constantemente atribui a pecha de *monarquistas encapotados*, ou, *restauradores do Império*, pretexto utilizado largamente pelos castilhistas para negar qualquer legitimidade ao movimento oposicionista, acusando-o de lutar contra as instituições republicanas. Desse modo, afirmava:

Em seus discursos e proclamações baniam cuidadosamente os vivas à República, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a colocar em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando a antiga bandeira. E depois do falecimento de D. Pedro ainda eles

---

<sup>20</sup> De forte ligação com o Partido Republicano Rio-Grandense, Euclides Moura exerceu funções de confiança do Partido e do presidente Borges de Medeiros, inclusive subchefias regionais de polícia. Elegeu-se deputado à Assembleia dos Representantes em 1915 para substituir um deputado renunciante, com mandato até o ano seguinte. Mais informações em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

<sup>21</sup> O “Governicho” corresponde ao período em que governa a junta composta pelo Gen. Manoel Luis da Rocha Osório, Assis Brasil e Barros Cassal, a partir de 17 de novembro de 1891. As novas autoridades revogam a constituição castilhista e tentam se consolidar no poder.

<sup>22</sup> MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 12.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 11-2.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 18-9.

prossegiram nessas demonstrações, fazendo-lhe aparatosas exéquias à custa dos cofres municipais (...). Muitas lágrimas verteram nessa ocasião esses cínicos *regeneradores* da República, (...) saudosos do velho monarca, por entre as flores de uma retórica estafada.<sup>25</sup>

A respeito das eleições para a Assembleia Constituinte do Estado, realizadas em 5 de maio de 1891, Moura afirma que estas feriram-se:

com toda a calma, no meio do sossego geral, concorrendo livremente os dois partidos, sem que o menor incidente se desse, vendo-se os coligados que fiscalizavam as mesas eleitorais na obrigação de declararem espontaneamente que nada tinham a reclamar, elogiando por essa ocasião os dignos mesários<sup>26</sup>.

E, conclui, dizendo que “nunca no Rio Grande do Sul se votou tão livremente”.<sup>27</sup> O autor não destaca aqui, no entanto, a coerção e as fraudes patrocinadas pelo governo do Estado em favor do Partido Republicano, como também o desempenho expressivo e satisfatório obtido pela oposição nestas eleições, atingindo, seu candidato mais votado, a cifra de 18.214 votos, enquanto os candidatos da chapa oficial teriam conseguido a marca dos 29 mil sufrágios. Nesse ponto, esclarece Sérgio da Costa Franco que “se vigorasse uma regra de representação proporcional, mais de um terço das cadeiras da Constituinte tocariam à oposição”.<sup>28</sup>

Outro expoente desta vertente historiográfica é representado pela obra de Victor de Britto (1856-1924), intitulada “Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política”, publicada em 1908.<sup>29</sup> Nesse livro, podemos observar uma das características mais recorrentes desta produção historiográfica, que é a identificação com um dos lados do conflito político que tanto marcou a República Velha gaúcha. A obra tem por intento realizar um “breve trabalho de síntese” a respeito da Revolução Federalista (1893-1895)<sup>30</sup>, tendo por base a atuação das duas maiores lideranças políticas da época: Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins. Mesmo tentando legitimar sua obra a partir de uma pretensa imparcialidade, o autor incorre numa das práticas mais comuns nos escritos da historiografia não-acadêmica: o

---

<sup>25</sup> MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 69-70.

<sup>26</sup> *Ibidem*, 22-3.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 22-3.

<sup>28</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, p. 133.

<sup>29</sup> Esta obra foi analisada também por ALVES, Francisco das Neves. Silveira Martins x Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Biblos*. Rio Grande, n. 9, p. 35-44, 1997.

<sup>30</sup> Guerra civil que apresentou altos índices de violência política.

partidarismo. A identificação do autor com um dos lados do conflito, neste caso, com o castilhismo, não se apresenta de forma amplamente aberta, se comparada com os pronunciamentos do autor citado anteriormente. Seu partidarismo é, muitas vezes, dissimulado, aparecendo de modo velado através do texto.

Se, por um lado, Silveira Martins aparece como “o maior dos heróis da tribuna brasileira”, assegurando-lhe “o lugar de honra entre os maiores vultos do Brasil”,<sup>31</sup> Júlio de Castilhos, por sua vez, era enaltecido como “o maior estadista do Rio Grande” e “a maior individualidade do Brasil Republicano”, aparecendo também como o “evangelizador da República”, através de sua atuação como escritor público. Fica nítido aqui a insistência por parte do autor em querer definir duas épocas diferentes, a do “Rio Grande hodierno”, referindo-se a Júlio de Castilhos, e a do “Rio Grande monárquico”, numa referência ao líder liberal.

De acordo com Britto, “o Brasil monárquico representava um desvio da evolução histórica”, considerando-o como “o colosso-parasita, debruçado sobre o Atlântico”. Há, portanto, uma posição crítica por parte do autor quanto à Monarquia, apontada por ele como “parasitária e anacrônica”.<sup>32</sup> Segundo o autor: “*Júlio de Castilhos ambicionava a derrocada da Monarquia, porque só a República era compatível com a civilização de nosso tempo; porque na América não havia mais lugar senão para a República; e a Pátria Brasileira tinha de ser republicana*”.<sup>33</sup>

Outro elemento que identifica Britto com o castilhismo é a forma pela qual ele tratava as *oposições rio-grandenses*, notadamente os liberais, no período de fermentação revolucionária, elaborando uma comparação entre o Partido Liberal, com Silveira Martins no exílio, e o partido de Júlio de Castilhos:

*O Partido Liberal, inopinadamente afastado de seu chefe, aí ficou desorientado (...) a rolar, a vagar, à mercê das ondas, sem norte, sem destino, à espera de um encontro da Providência. (...) E, enquanto o Partido Liberal tateava nas trevas, o Partido Republicano Rio-Grandense organizava-se, vivificava-se, fortificava-se, dirigido por uma grande cabeça, orientado por uma bússola: Júlio de Castilhos.*<sup>34</sup>

Nessa linha, Britto considerava que, ao tentar a retomada do poder após o retorno do exílio, Silveira Martins “iludiu-se, acreditando na possibilidade de reivindicar a supremacia

---

<sup>31</sup> BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 14, 20 e 31.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 38 e 44.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 21-2.



perdida, oferecendo combate a seu poderoso adversário”.<sup>35</sup> Dessa maneira, o autor demonstrava que, na sua visão, com a implantação da República, o tempo de Silveira Martins havia passado, sendo a sua liderança ultrapassada e substituída por um comando incontestado de Júlio de Castilhos. Além disso, no texto de Victor de Britto há uma constante preocupação em justificar as atitudes de Júlio de Castilhos. A respeito da busca de novos adeptos ao republicanismo, nos primórdios do movimento, o autor enalteceu “o esforço e a habilidade” com que Castilhos “procurou e conseguiu aumentar a falange de intemeratos republicanos rio-grandenses”. Já o radicalismo castilhista na prática de um exclusivismo partidário foi traduzido por Britto como coerência política, ao afirmar que: “nunca um estadista manteve atitude mais sincera, coerência mais completa, mais completa com suas convicções, fidelidade maior a seus intuitos, obediência mais severa às lições recebidas”.<sup>36</sup>

De acordo com o referido autor, o autoritarismo e o controle absoluto do aparelho do Estado por parte de Castilhos estavam plenamente legitimados, pois “era preciso preparar em suas leis a coiraza contra os projéteis da oposição, fazer da organização partidária a guarda avançada da Constituição e educar na intransigência e na fidelidade aos princípios os continuadores” do projeto castilhista, tornando-o “duradouro”.<sup>37</sup>

Britto destacou também o valor da Constituição Rio-Grandense, o grande alvo da insatisfação das oposições gaúchas, utilizando como argumento o próprio período de sobrevivência da mesma, o qual fora “suficiente para provar sua viabilidade e ir estabelecendo novos hábitos, novos costumes na vida de um povo”<sup>38</sup> e, mais uma vez, justificava a tendência autoritária da política castilhista:

Não há uma só das grandes reformas ou revoluções sociais, para a realização da qual seu autor tenha consultado a opinião dos povos ou procurando perscrutar as condições de receptividade do meio destinado a recebê-la. (...) De outro modo não se originou a Constituição de 14 de Julho, parte integrante da construção política de Júlio de Castilhos.<sup>39</sup>

Apesar de diferenciar-se de suas contemporâneas, por não ser radicalmente partidária, a obra de Britto também demonstra uma identidade com um dos lados do conflito, no caso, com o castilhismo. Ou seja, Victor de Britto não deixou de ser partidário ao sustentar e justificar algumas das práticas políticas de Júlio de Castilhos. Nesse quadro, Silveira

---

<sup>35</sup> BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 22.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 43 e 45.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 46-7.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 57.

Martins era apresentado como o “maior valor” da Monarquia, enquanto que Castilhos era encarado como figura incomparável e a “maior individualidade” do Brasil republicano.

Outro autor importante a ser enquadrado aqui é Aquiles Porto Alegre (1848-1926), republicano histórico, que escreveu em 1916 “Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”. Na obra, evidencia-se a presença do personalismo, ou seja, de uma concepção idealista da história onde o acontecimento histórico está no plano da atuação pessoal e não de uma base histórico-concreta. O livro é voltado à lapidação de grandes personagens da história rio-grandense, seguindo a orientação do biografismo e a crença de que a história é regida pelas ações e vontades individuais, elemento que, como vimos nos exemplos anteriores, permeou fortemente a vertente interpretativa em foco. A temática da oposição federalista é levada em consideração apenas quando da menção à Revolução de 1893, abordada indiretamente pelo autor. Aquiles, por seu turno, desenvolve uma postura pacificadora, onde Júlio de Castilhos é um “super-homem de seu partido”,<sup>40</sup> orientando sua atuação como se seguisse um destino pré-determinado para o sucesso, enquanto Gaspar Martins foi um insigne patriota, defensor da liberdade e da lei.<sup>41</sup> A mediação apaziguadora do autor coloca o caráter das personalidades (heroísmo, patriotismo, abnegação) acima do lugar social e do processo político e econômico mais amplo, e é por isto que incluímos esta obra no âmbito da historiografia tradicional não-acadêmica. O conteúdo político existente nestes homens ilustres é destituído de historicidade no recurso à metafísica das ações isoladas.

Este tipo de abordagem, característico da historiografia oficial em sua vertente castilhista/borgista, está presente também em Joaquim Luis Osório (1881-1949), na obra “Partidos políticos no Rio Grande do Sul” (1930). Se, por um lado, a obra se prende a uma estrutura jurídico-institucional e ao ideário positivista, por outro, não descarta o apego à individualidade dos líderes. O autor não só relaciona todos os partidos políticos fundados durante a Primeira República no Rio Grande do Sul, como também analisa as razões de seus respectivos surgimentos, seus programas, propósitos e suas lideranças. No entender de Osório, no entanto, na chamada República Velha, partido algum poderia ser comparável ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul. É compreensível este posicionamento, tendo em vista que durante muito tempo o mesmo esteve ligado ao PRR, elegendo-se deputado estadual e federal pelo referido partido em sucessivas legislaturas. Osório identifica, logo de imediato, o domínio do Partido Republicano Rio-Grandense como moralista, sábio, íntegro:

---

<sup>40</sup> PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1917, p. 99.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 112.

Congrega os republicanos o mais belo programa, conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o estado a uma perfeita organização social (...) Quanto a mim, cada vez sinto-me mais fortalecido na convicção profunda da beleza e superioridade do Partido Republicano Histórico Sul-Rio-Grandense, em que vejo o fiel continuador das tradições e aspirações livres da impertérrita obra dos Farrapos, pelos seus ideais essencialmente federativos, únicos capazes de assegurar a unidade e a grandeza do Brasil.<sup>42</sup>

Quanto ao Partido Federalista, o autor se detém na análise do programa aprovado em 25 de março de 1917, que reproduzia de algum modo o testamento político de Silveira Martins, apresentado ao país em 03/09/1901, apenas com a ausência de algumas regras especiais de funcionamento do governo de gabinete.

A obra traz constantes ataques à Monarquia e ao parlamentarismo, sendo este último a mais famosa e polêmica bandeira dos partidários do Partido Federalista. Via de regra, os republicanos, e a obra de Osório é exemplar neste sentido, acusavam-lhes de sebastianismo, pois as propostas maragatas caíam no parlamentarismo centralizador do Império. Neste sentido, os opositoristas, dentre eles, os federalistas, passaram a ser considerados muito mais que adversários, para se tornarem inimigos da República. Joaquim Luis Osório afirma: “*Ora, a volta ao domínio do sistema parlamentar seria o regresso às velhas fórmulas políticas do Império. A primeira consequência seria golpear a federação, pelo advento do regime unitário.*”<sup>43</sup>

A feroz crítica do autor para com o sistema parlamentar pode ser explicada tendo por base um dos princípios básicos do castilhismo: o de que a sociedade caminharia inexoravelmente rumo a sua estruturação racional, sendo que a única alternativa para a sua realização consistia na imposição do governante esclarecido. Dentro desta visão, qualquer outro tipo de organização social que não fosse este, tornar-se-ia necessariamente caótico. Daí o desprezo que o castilhismo desatou contra qualquer tipo de governo representativo, especialmente o regime parlamentar – sistema para lamentar, segundo um deputado castilhista, valorizando enfaticamente os processos democráticos diretos, como os empregados na Grécia antiga e Roma.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 9-10.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>44</sup> VÉLEZ RODRÍGUEZ. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 132 e 155.

A manifestação do ideal comtista de “viver às claras” também está presente no livro, principalmente quando o autor deixa transparecer sua simpatia para com o sistema do voto a descoberto. Para Osório, o sigilo do sufrágio bem como o alistamento e o voto obrigatórios, bandeiras levantadas pelo Partido Federalista, eram incompatíveis com o sistema republicano: “não é possível converter um dever moral em uma obrigação de direito. (...) *A publicidade do voto é essencial à democracia; nenhum cidadão que se preze de livre deve enunciar a sua vontade de outro modo*”.<sup>45</sup> Um dos benefícios do voto a descoberto<sup>46</sup>, considera o autor, é “a prova fácil que essa fórmula fornece sobre a veracidade e a pureza do sufrágio”. A cédula, diz ele:

atirada silenciosamente pelo votante na urna é um mistério que encerra talvez muita mentira, muita fraude, muita infâmia. Em nosso país ninguém ignora o que a astúcia tem sugerido: a insinuação de cédulas umas nas outras, a invenção dos simulados votantes conhecidos com o nome de *fósforos*; a almoeda escandalosa dos portadores de chapas, estão no domínio público, e nos envergonharão. (...) Por honra do cidadão; por dignidade dos partidos e decência da eleição; deve o Brasil se apressar em decretar a publicidade completa do voto.<sup>47</sup>

No tocante ao fortalecimento da União sobre os Estados, delineando um regime de centralização política, bem como ao ampliamto dos casos de intervenção federal nos estados, itens apregoados no programa federalista de 1917, Osório também se mostra enérgico opositor. É digno de nota que tais aspectos destacados no documento federalista se opunham diametralmente a um dos vícios fundamentais da Carta gaúcha de 1891: o da pretendida sujeição da União aos interesses autoritários do Chefe do estado sulino. Não por acaso, o autor defendia que a adoção deste princípio federalista importaria em:

desferir golpe mortal no coração da República Federativa. E senão, reflita-se: Amanhã, em qualquer Estado da República, desde que a situação dominante não apoiasse o Governo Federal, e este contasse com as graças da oposição, nada mais fácil do que esta promover grave perturbação da ordem pública. Consequência: a intervenção do Centro, mudando a situação dos

---

<sup>45</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 78-9.

<sup>46</sup> Vélez Rodríguez, no entanto, nos adverte que a instituição castilhistas do voto a descoberto acabava colocando todo o sistema eleitoral nas mãos do *status quo*, favorecendo a ocorrência de fraudes e, conseqüentemente, a manipulação das eleições a favor do sistema estabelecido. Além disso, havia discriminação política, pois para o alistamento o eleitor tinha que declarar a filiação política.

<sup>47</sup> OSÓRIO, op. cit., p. 81.

Estados, ao seu sabor, promovendo acordos, enfim ofendendo a autonomia dos Estados. Nada mais absurdo.<sup>48</sup>

Osório também deixa claro sua insatisfação para com a disposição do Partido Federalista em querer proteger somente as indústrias brasileiras “no seu período de formação, reduzidas as tarifas aduaneiras”.<sup>49</sup> O autor sustenta tese invertida à contida no programa federalista, isto é, a de que a proteção deveria se estender às indústrias indiferentemente de serem ou não naturais do país. Neste sentido, segundo ele, posto em confronto com o programa republicano, em matéria de economia, o programa federalista revelava-se inteiramente “acanhado”. Para Osório, “grandes fábricas acham-se estabelecidas no Brasil, com matéria-prima estrangeira, fábricas com enormes capitais e dando a ganhar a milhares de trabalhadores. A vida dessas indústrias ficou dependendo, em parte, do auxílio aduaneiro”. Continuando, faz a seguinte interrogação: “Como abandonar esses interesses avultados, fontes de riqueza e prosperidade nacionais?”<sup>50</sup>

O autor faz profunda crítica também à proposta federalista de reforma da bandeira nacional, no sentido de excluir o lema positivista de “ordem e progresso”, proposta vista por ele como uma “provocação às almas e consciências republicanas”. Osório insistia que a divisa “ordem e progresso” não implicava necessariamente na adesão ao positivismo, ou seja, não significava um emblema de uma seita específica, pois aquela exprimia e sintetizava aspirações comuns, sem distinções de crenças religiosas ou filosóficas. Tratava-se, portanto, em sua visão, de uma aspiração universal, de uma aspiração de todo o povo brasileiro, e de manter viva a “memória sagrada de Benjamin Constant”, autor do decreto que adotava a bandeira nacional em 19 de novembro de 1889.<sup>51</sup> Numa possível referência aos dissidentes castilhistas, acrescentava: “*mudem de programa político quantas e quantas vezes quiserem, mas respeitem ao menos os sentimentos e as aspirações da Pátria Brasileira – porque não se muda de bandeira como se muda de camisa*”.<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 83.

<sup>49</sup> Referência ao 15º item da parte 1, intitulada “Natureza e fins do Partido”, presente no Programa e Regimento do Partido Federalista, aprovado em 27 de março de 1917.

<sup>50</sup> OSÓRIO, op. cit., p. 98.

<sup>51</sup> Como bem esclarece Céli Pinto, na maioria das vezes, a doutrina positivista aparecia no discurso do PRR sem nem mesmo ser citada diretamente – princípios positivistas estavam presentes em pronunciamentos oficiais como se pertencessem ao senso comum e não a um esquema filosófico específico. (PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986).

<sup>52</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 102-3.

Osório encerra sua análise a respeito do programa ideológico federalista contestando a arguição oposicionista de que a Constituição Rio-Grandense não estaria ajustada ao regime e aos princípios constitucionais da União:

Quais os regimes e os princípios constitucionais consagrados pela Constituição Federal? Sem dúvida, são aqueles que servem de base ao pacto fundamental: regime republicano democrático, representativo, presidencial, federativo. Consagra a Constituição do Estado esse regime e esses princípios. O que é que caracteriza o regime republicano? A eletividade, a temporariedade e a responsabilidade dos poderes públicos, com funções delimitadas e exercidas pelos diversos órgãos do aparelho governamental. Não preenche algum desses requisitos a carta de 14 de julho de 1891?<sup>53</sup>

A obra de Joaquim Luis Osório, portanto, se insere no quadro da produção historiográfica não-acadêmica em sua vertente castilhista/borgista, pois reproduziu de maneira clara algumas das características pertinentes nesta ênfase interpretativa, tais como: o enaltecimento da República Castilhista e a crítica pesada ao projeto político federalista.

Dentro da referida vertente, encontramos obras mais biográficas, como as de Othelo Rosa e João Pio de Almeida, centradas, respectivamente, na ação de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, os dois governantes que emblematicamente influenciaram a política do positivismo comtiano, o castilhismo, no Rio Grande do Sul, o primeiro como intérprete e o segundo como executor. Castilhos e Borges são representados como homens de conduta irrepreensível e notáveis estadistas. O tema da oposição liberal-federalista é mencionado rapidamente, remetendo-o para um segundo plano, e dedicando-lhe somente uma abordagem extremamente tangencial. Nesse sentido, citamos, primeiramente, aqui, a obra “Júlio de Castilhos – perfil biográfico e escritos políticos” (1928), de autoria de Othelo Rosa (1889-1956), adepto do PRR e vice-diretor do IHGRS, na qual são resgatados diversos textos e pronunciamentos em que Castilhos explicitou sua adesão à filosofia positivista concebida por Augusto Comte.<sup>54</sup> De Castilhos, disse Othelo Rosa: “O seu feitio era imperioso, autoritário. Certo e seguro dos fins em vista, com a salvaguarda de uma inatacável inteireza moral, ele se afirmava em atitudes rígidas e severas”.<sup>55</sup>

Outro exemplo de abordagem biográfica no contexto da historiografia castilhista/borgista é a obra “Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>54</sup> ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 33.

<sup>55</sup> ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos. In: WERNECK, Américo et al. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 68.

sua obra” (1928), de João Pio de Almeida, secretário particular daquele que governou o Rio Grande do Sul durante um quarto de século durante a República Velha. Seu estudo caracterizou-se por ser uma exaltação da figura de Borges de Medeiros, como homem e governante, e do regime republicano. Por oposição, o período monárquico que antecedeu a República representou o caos para o Estado:

período de franco relaxamento político. Os dois grandes partidos nacionais, dentro dos quais se debatiam os políticos do império, o liberal e o conservador, minados ambos pela ação pessoal de Silveira Martins (...) se enfraqueciam dia a dia e, a passos rápidos, se encaminhavam para a dissolução e para a morte (...). A opinião pública, ludibriada constantemente, já não acreditava na sinceridade do liberalismo de Silveira Martins nem olhava com bons olhos o grupo conservador, dividido e enfraquecido por contínuas dissensões internas.<sup>56</sup>

Com o que já foi visto, é possível, ao menos, alinhar as características gerais desse conjunto de autores abrangentes da vertente historiográfica castilhista/borgista. Em primeiro lugar, o tangenciamento do tema relativo às oposições rio-grandenses e a percepção destes opositores como elementos contrários a “verdadeira” ordem republicana; um segundo aspecto seria o enaltecimento de personalidades republicanas como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; um terceiro elemento seria a ênfase nos ideais políticos, ou seja, na história política, que é o palco onde se desenrolam as ações, em detrimento dos interesses econômicos e sociais. A seguir, veremos de que forma a temática da oposição federalista apareceu nos escritos da historiografia anticastilhista.

### **O federalismo sob o ponto de vista da historiografia opositorista**

No grupo dos opositoristas ou anticastilhistas, estavam aqueles que se esforçavam por denunciar as arbitrariedades e a violência dos republicanos, defendendo a excelência dos princípios parlamentaristas e exaltando a biografia dos líderes federalistas. A característica principal da vertente gasparista/assisista<sup>57</sup> consistiu, justamente, na insistência em querer denunciar o caráter violento, excludente e ilegítimo da República Castilhista. Em comparação com a historiografia analisada acima, as obras vinculadas a esta vertente interpretativa situaram-se, portanto, em outra categoria de análise: o da crítica ao governo

---

<sup>56</sup> ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 9-10.

<sup>57</sup> Wenceslau Escobar (1914, 1919, 1922, 1923, 1926), Ângelo Dourado (1896), Rafael Cabeda e Rodolpho Costa (1902), Olympio Duarte (1933) e Gustavo Moritz (1939).

castilhista/borgista. É bom lembrar que estas críticas partiram tanto da oposição liberal, arregimentada, após 1892, em torno do Partido Federalista, quanto das dissidências que surgiram no partido republicano ao longo da Primeira República.

Wenceslau Escobar (1857-1938), autor cuja obra é de leitura obrigatória para quem estuda as oposições políticas na Primeira República no Rio Grande do Sul, é um dos principais expoentes desta historiografia identificada com as forças de oposição ao castilhismo. Intimamente ligado aos federalistas, ele elaborou uma série de textos, que se constituíram em verdadeiros pronunciamentos políticos de oposição aos primeiros governantes republicanos do Rio Grande do Sul. Dentre seus escritos, os *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* (1919), narração dos acontecimentos político-militares da Revolução Federalista, segundo a versão dos rebeldes, é o mais conhecido. Porém, o autor produziu ainda uma série de discursos, artigos e livros envolvendo a temática da formação republicana rio-grandense e brasileira. Além do livro já citado, faremos referência também aos “Discursos Parlamentares” (1926), uma série de pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, entre 1906 e 1908; “Unidade Pátria” (1914), escrita no intuito de promover a manutenção da “comunhão brasileira”, ao discutir questões como língua, raça, letras, tradições, costumes, direito, religião, viação e impostos; “30 Anos de Ditadura Rio-Grandense” (1922), libelo que historia a formação republicana rio-grandense até 1922; e “Pela Intervenção no Rio Grande” (1923), contendo oito artigos e duas cartas abertas ao governador do Rio Grande do Sul, defendendo a renúncia deste e/ou a intervenção federal no estado. Nosso foco aqui, no entanto, consiste em observar os inúmeros pontos de contato existentes entre tais obras, tendo como intuito principal destacar a postura oposicionista do autor frente ao governo de Borges de Medeiros e ao aparelho castilhista-borgista, sem a preocupação de analisá-las isoladamente, isto é, de maneira particular.

De um modo geral, ao “historiar”, Escobar não escondia suas tendências político-partidárias, buscando utilizar seus escritos como uma resposta às versões entabuladas pelos adeptos do regime castilhista/borgista. No tocante à historiografia produzida sobre a Revolução Federalista, disse:

*Até hoje só escreveram, mais largamente, sobre esta revolução e quando o calor das paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo, partidários da legalidade, naturalmente interessados em desfigurarem e até*



*encobrirem fatos repulsivos, (...) que se hão de agarrar às carnes da facção vencedora.*<sup>58</sup>

Escobar considerava também que, ao escrever, estaria prestando um “inestimável serviço” de esclarecimento à sua pátria, deixando “um testemunho que lego aos vindouros de um esforço em prol da paz da família rio-grandense, da verdade do regime federativo, que, no Rio Grande, com a cumplicidade dos poderes federais é, há 30 anos, uma sombra”.<sup>59</sup> Segundo o autor, suas obras serviriam para “mostrar quanto os governos rio-grandenses” que se diziam republicanos, tinham “abastardado o caráter dos filhos dessa unidade da pátria”, para “desfazer a lenda de ser (...) Borges de Medeiros o modelo do Presidente de Estado” e para “clamar contra o regime” que, a seu ver, tinha “deslustrado as tradições do nome rio-grandense”.<sup>60</sup>

De acordo com seus objetivos, Escobar caía em contradição na utilização dos conceitos isenção/imparcialidade, admitindo não ser possível praticar o primeiro, propondo-se, entretanto, a tratar os fatos de forma imparcial, característica que teria sido adquirida através do distanciamento cronológico com relação ao desencadeamento dos eventos, como no caso da Guerra Civil de 1893. A respeito disso, afirmava: “não tenho pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo: sou homem, tomei parte pelo coração e pelas ideias nessa lamentável luta fratricida”. Na mesma oração, ponderava: “procurei, no entanto, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando para isso, a meu favor, não só o quarto de século que já nos distancia desse cruento sucesso, senão também a madureza dos anos, poderoso calmante para ajuizarmos dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça”.<sup>61</sup>

O fato é que a “imparcialidade” do autor ficava limitada a partir das convicções político-partidárias manifestadas em suas produções, bastando para isso observar as reações que seus “Apontamentos” geraram, fazendo com que ele tivesse de elaborar “réplicas a seus contraditores”. Além disso, como bem ressaltou Francisco das Neves Alves, “se o passar do tempo fosse o ‘poderoso calmante’, que eliminasse as parcialidades, o mesmo não se aplicaria às demais obras de Escobar, escritas no calor das disputas”.<sup>62</sup> Assim, da mesma forma que os demais autores analisados aqui, Escobar não estava isento de paixão, “seus olhos marejados de lágrimas pelos correligionários maragatos mortos não lhe permitiam ver as loucuras e infâmias

---

<sup>58</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 4.

<sup>59</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 4.

<sup>60</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. III e VII.

<sup>61</sup> ESCOBAR, *Apontamentos...* p. 4.

<sup>62</sup> ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 21, n. 2, p. 91-106, 1995b.

cometidas também pelos revolucionários”, deixando-se “levar pela dicotomia do bem e do mal”.<sup>63</sup> Nesse quadro, a visão de Escobar sobre o processo histórico rio-grandense, alinhava-se a das tradicionais oposições do estado que, impossibilitadas de atuar eleitoralmente e, por um tempo, militarmente, buscavam minar, através do discurso, o status quo castilhistaborgista.

De maneira genérica, sua obra caracterizou-se por uma forte combatividade política e ataques veementes ao modelo castilhistaborgista. Segundo o autor, os ocupantes do poder, tanto em nível nacional quanto regional, haviam subvertido a essência do regime republicano. Para Escobar, um dos pontos básicos que maculava as estruturas e o funcionamento da nova forma de governo era a quebra da harmonia entre os três poderes, com o predomínio do Executivo que, “exorbitando com frequência de suas atribuições (desacatava) o Judiciário, (menosprezava) o Legislativo, e sobrepondo-se a todos os poderes” utilizava “a seu bel prazer (os) dinheiros públicos”.<sup>64</sup> Para ele, essa distorção era ainda mais evidenciada na Constituição do Rio Grande do Sul, onde o Legislativo tinha poderes quase que exclusivamente “consultivos”.

(...) é esta divisão perfeita, escrupulosa, que nego haver na Constituição rio-grandense, porque ali o Poder Executivo é competente para legislar sobre justiça, instrução, força pública, terras devolutas, telégrafos e correios estaduais, matéria eleitoral, enfim (...) até a própria lei pela qual, em dada eventualidade, terá de ser responsabilizado.<sup>65</sup>

Especialista em Direito Constitucional, Escobar utilizou seus conhecimentos para combater o principal arcabouço do predomínio republicano no Estado, a Constituição, que garantia através de mecanismos eleitorais a perpetuidade do grupo situacionista no poder. Aquela carta, dizia ele, não estava em harmonia com os princípios constitucionais da União, alegando a necessidade de uma revisão de princípios e reforma constitucional e chegando a pleitear, quando deputado, a formação de uma comissão que promovesse esse intento. Questionava ainda sobre o destino do país, se outras unidades da federação adotassem o modelo rio-grandense:

Se os outros estados, a exemplo do Rio Grande, se constituíssem tomando por base os princípios de uma monarquia eletiva, de uma teocracia, oligarquia, ou república aristocrática, a que ficaria reduzida a República Federativa do Brasil? A uma reunião híbrida de estados sem nexos os

---

<sup>63</sup> FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M (Org.). *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 123.

<sup>64</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Unidade pátria*. Porto Alegre: Globo, 1914, p. 184.

<sup>65</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926, p. 154.

ligasse entre si; deixaria de ser (...) uma associação de muitos estados debaixo do mesmo governo.<sup>66</sup>

Cabe lembrar aqui que, militante do Partido Federalista, Escobar foi herdeiro dos princípios proferidos por Gaspar Silveira Martins, no que concerne à organização do Estado, tanto que, no plano nacional, em sintonia com os ideais gasparistas, propunha a implantação de um sistema parlamentarista no país. Em consonância com o pensamento liberal no qual se alinhava a maior parte dos grupos oposicionistas do Rio Grande do Sul, Escobar considerava que “o chefe de um estado republicano” deveria “dirigi-lo com critério, prudência e patriotismo”, devendo, “igualmente, ser o funcionário da mais alta confiança do povo”,<sup>67</sup> e, quando não mais respeitasse esses princípios, deveria ser afastado por aqueles mesmos que o elegeram. De acordo com essas ideias, era natural e completamente justificável seu combate à “ditadura rio-grandense”.

Defensor da ideia de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul para eliminar a ditadura castilhistaborgista bem como para reformar a constituição, Escobar considerava que essas atitudes deveriam ter sido tomadas ainda no início dos governos republicanos, e só não o foram por um “dissimulado respeito a autonomia estadual, mas em verdade obedecendo passageiras conveniências políticas”. É interessante destacar aqui que, segundo ele, somente graças “à resistência heroica do Partido Federalista, o estado gaúcho” ainda não estava “reduzido ao Paraguai dos tempos de Solano Lopes” ou “à Argentina dos tempos de Rosas”.<sup>68</sup> Sustentando sua postura oposicionista, Escobar defendeu insistentemente a intervenção federação no Estado especialmente quando da proclamação da vitória de Borges de Medeiros nas eleições estaduais de 1922 para a Presidência do Estado, visto que:

nenhuma consciência reta, nenhum espírito rudimentar iluminado por mediano critério pode negar (...) a justiça da intervenção federal no estado em que seu próprio governo oprima as liberdades públicas, tolha ao povo ou aos adversários a faculdade de livremente escolherem seus mandatários privando-lhes do direito de voto, a base fundamental de todos os governantes representativos.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>67</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926, p. 9.

<sup>68</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. 116-7.

<sup>69</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Pela intervenção no Rio Grande – renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923, p. 7.

No que tange à Monarquia, diferentemente do que pregou a vertente castilhistaborgista, Escobar afirma ser aquela uma época de apogeu, marcada pela honradez e lisura política:

O fato de, no regime passado, se alternarem os partidos no poder, era também um fator de considerável importância na formação do caráter nacional. A certeza de ser governo dentro de um certo período, que podia ser mais ou menos longo, mas nunca indefinido, era um incentivo à firmeza de ideias e princípios (...) Este mecanismo era uma escola cívica de firmeza de caráter (...) A República fechou esta escola matando as liberdades políticas, a gênese dos partidos.<sup>70</sup>

Em síntese sobre o que foi dito até agora a respeito da produção historiográfica de Wenceslau Escobar, pode-se salientar que, embora suas obras refletissem as características da produção histórica daquele momento, na qual o distanciamento crítico em relação ao objeto era um aspecto praticamente ausente, ao produzir uma obra também combativa, apontando as falhas e contradições do modelo castilhistaborgista, Escobar permitiu identificar o papel das oposições rio-grandenses na desagregação desse mesmo sistema, bem como o significado dos conflitos produzidos nos primeiros anos do Rio Grande do Sul republicano. A obra deste autor exprime, dessa forma, as vivências, práticas e posturas das oposições rio-grandenses durante a República Velha e é nisto que reside seu grande mérito.

Ângelo Dourado (1856-1905)<sup>71</sup>, autor de “Voluntários do Martírio” (1896), é outro exemplo significativo de abordagem identificada com as forças de oposição ao castilhismo. A obra constitui um documento autêntico da bagagem de ideias, mitos e ressentimentos que impulsionaram os insurgentes, desde a fronteira gaúcha até o planalto paranaense, com uma épica retirada, exílios, novas invasões, até o encerramento do conflito. O livro, uma emocionada crônica histórica sobre o conturbado período da Revolução de 1893, apresenta,

---

<sup>70</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. 15-6.

<sup>71</sup> Ângelo Cardoso Dourado nasceu na capital baiana, Salvador, a 6 de outubro de 1856, e faleceu na cidade gaúcha do Rio Grande, a 23 de outubro de 1905. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1880, prestou serviços médicos ao Exército, vindo a deslocar-se para o Rio Grande do Sul e exercendo sua profissão na cidade de Bagé, onde manteve sua família e atingiu projeção política, chegando a ser Presidente da Junta Administrativa em 1890. Participou ativamente do movimento rebelde que sacudiu o sul do Brasil à época da formação republicana. Adepto dos revolucionários federalistas emigrou para Melo, no Uruguai, onde também exerceu a medicina, e foi nomeado Coronel do Exército Libertador, como se autodenominavam as forças rebeldes, percorrendo as terras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com as tropas do chefe maragato Gumercindo Saraiva em suas empreitadas contra as forças governistas. Encerrada a revolta, permaneceu em terras rio-grandenses e exerceu a medicina em várias localidades gaúchas, como na cidade do Rio Grande, na qual foi médico oculista. Além de médico, Dourado foi político, escritor e teatrólogo. Escreveu o drama *O médico dos pobres* (1876), a tese na Faculdade de Medicina *Operação cesariana* (1880), a narrativa *Voluntários do martírio* (1896), o drama *As minas de ouro* (1897), o livreto *Ophtalmia virulenta* (1899), o estudo *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900), a coletânea de artigos *A situação política do Brasil* (1905) e o discurso *Reforma constitucional*, publicado postumamente (1912).

em suas informações, fontes primárias para a reconstituição da história social da época da guerra civil, as quais permitem reconstituir o cotidiano revolucionário no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Ainda que advogando a causa de uma das facções no conflito político-ideológico que então polarizava a conjuntura rio-grandense, o autor, para legitimar sua obra, lançaria mão de uma das estratégias discursivas mais usadas pelos escritores que então abordavam o tema, quer seja, a justificativa de que escreviam em nome de uma suposta “verdade histórica”.

A narração do escritor reflete sua ação como indivíduo engajado político-partidariamente e como médico e militar nas forças de Gumercindo Saraiva, de modo que, logo após o término da revolta, em 1896, Dourado publicava os seus “Voluntários do Martírio”. O autor busca caracterizar tal obra, basicamente, pelo aspecto narrativo, afirmando que escrevia a impressão da ocasião, narrada a quem, como ele, teria sofrido, a quem tivera tanto amor à causa que defendia. Explicava ainda que nada modificara nas impressões que sentira originalmente, resolvendo então escrever, pois do contrário seria tirar das narrativas o único merecimento que tinham, ou seja, a narração dos fatos sob a impressão do momento. O escritor demarca ainda que aquele não era portanto um livro meditado, e sim um jornal de impressões, de modo que aquilo que apresentava seria compreendido pelos que lutaram com e contra ele nos campos de batalha.<sup>72</sup>

Nesse quadro, Dourado justifica sua obra a partir de uma narração dos fatos “realmente” como aconteceram, o que seria “reconhecido” por aliados e adversários. Além disso, também considera a necessidade do distanciamento cronológico para uma explicação mais profunda dos acontecimentos entre 1893 e 1895. Nesse sentido, destaca que seu escrito não chegava a ser a história do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo, uma vez que seria cedo ainda para escrevê-la, tendo em vista que a tinta, em que se deveria mergulhar a pena de fogo para fazê-lo, deveria ser de justiça, e para isso seria preciso tempo, além do estudo de cada fato nas suas origens e de cada homem nos seus desejos.<sup>73</sup> Apesar de reconhecer possíveis falhas em detalhes de seu conjunto narrativo, o autor também caracteriza seus escritos como portadores de uma “verdade histórica”, destacando que talvez não fosse literalmente exato nos fatos que narrara, referindo-se àqueles

---

<sup>72</sup> DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 1.

<sup>73</sup> DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 1.

episódios descritos por terceiros, porém, em relação aos que presenciara, seriam a “expressão da verdade”, e por eles deveria julgar verdadeiros todos os que lhe contaram.<sup>74</sup>

Assim, Ângelo Dourado julgava sua narração como a “expressão da verdade”, apesar de sua atuação como médico e militar junto aos revolucionários, bem a contento com as estratégias discursivas adotadas pelos escritores de então, fosse qual fosse o lado que defendesse.

É possível detectar em sua obra também a presença de um certo saudosismo pelo passado monárquico, que se materializava através do combate sistêmico ao novo regime. Prova disso é que o autor não cessa de criticar a “República da Ordem e do Progresso”, chamada por ele de “charneca imunda” e, em várias passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Dom Pedro, por exemplo, é visto como “o fiscal incansável do progresso de sua pátria”. A respeito da situação política vigente no estado e no restante do país, esclarece:

Nós lutamos pelo direito de viver. Nossa luta foi no Rio Grande do Sul e ela ter-se-ia limitado lá, se o elemento que nos mata, não fosse mandado do centro, fornecido por todo Brasil; por isso é justo que a nação inteira participe do nosso sofrimento. (...) A continuar assim, querendo viver por exclusão dos outros, só a restauração poderia salvar o Brasil. A nação não fez a república; aceitou-a porque a julgou boa. Os que a fizeram se esforçam para mostrar que a república é o interesse de indivíduos. Ora, as nações não se podem deixar sacrificar por indivíduos, e conhecendo que a república é o interesse do mais forte, que não poderá viver nela quem não tiver paciência para sofrer o *azorrague*, o resultado será fugir dela.<sup>75</sup>

Ao lado de “Os Voluntários do Martírio”, Ângelo Dourado entabularia outros escritos, publicados normalmente na forma de livretos, nos quais o autor alternava seu veio político-partidário, por vezes panfletário, com o do especialista nas artes médicas. Apesar das especificidades das obras, o médico não poderia dissociar-se do político, de modo que certas convicções, bem como as preocupações de fundo social, acabariam por vir à tona, ainda que nas entrelinhas do conjunto de seus escritos.

Resulta ainda deste vetor historiográfico a obra “Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão”, originalmente editada em 1902, nas oficinas gráficas do jornal “O Maragato”, em Rivera, no Uruguai. O livro descreve uma sucessão de acontecimentos dispostos em ordem cronológica, abarcando o período de 1889 a 1900, com denúncias preocupadas com o

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 421.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 171.

retrato das arbitrariedades cometidas por autoridades ligadas ao castilhismo, entre elas, João Francisco Pereira de Souza, a “Hiena do Cati”, contra eleitores e simpatizantes do federalismo. Em comparação com “O Vandalismo no Rio Grande do Sul”, de Euclides Moura, obra publicada em 1892 e já discutida neste trabalho, “Os crimes da ditadura” sugere uma resposta àquela, que se empenhou na denúncia das atrocidades cometidas pelos federalistas e dissidentes castilhistas durante o assim chamado “Governicho”. Muito embora não encontremos aqui a diversidade temática de “O Vandalismo”, pois “Os crimes da ditadura” se propõe a ser um livro-denúncia menos preocupado com a explicação histórica, o cotejo parece bem interessante, uma vez que seus autores – Rafael Cabeda e Rodolpho Costa – pretendem igualmente oferecer um balanço – no caso, regional – dos primeiros anos do Rio Grande do Sul castilhista, porém com o compromisso de legar para os Anais da História o testemunho de um projeto político divergente. Ressaltamos também que os autores citados dispensaram apologias à Monarquia, procurando se afirmar como legítimos paladinos do federalismo. Essa postura se materializa, por exemplo, no preito a figuras proeminentes do campo político e militar do Império, com destaque natural para o conselheiro Gaspar Silveira Martins.

O livro deixa claro que a perseguição política aos federalistas teria continuado, mesmo após a assinatura do Pacto de 23 de agosto de 1895, numa proporção assustadora. Um dos episódios registrados na referida obra trazia como vítima o chefe revolucionário Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Narrado em detalhes, o fato contaria até com a intervenção salvadora do federalista Rafael Cabeda, um dos autores da obra:

No dia 20, às duas horas da tarde, quando transpunha a linha divisória, de regresso de Rivera a Livramento, foi inopinadamente agredido o venerando e prestigioso chefe federalista Sr. Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães. (...) Os seus agressores, serviçais do castilhismo, foram reconhecidos: Juvêncio Torres e Pedro Castanho, célebres nos anais do crime. Montados em excelentes cavalos e bem armados, os sicários atacaram Prestes Guimarães; este tirou o estoque de sua bengala, única arma que usava, e com ele procurou defender-se de seus assassinos, que não podendo vencê-lo, acabaram por fazer uso das suas armas de fogo. (...) O Major Prestes Guimarães recebeu três ferimentos, um de arma branca e dois de arma de fogo, sendo um destes de bastante gravidade. Devido à intervenção de Rafael Cabeda, que, achando-se próximo ao local dessa infame cilada, a ele acudiu, disparando diversos tiros contra os dois bandidos, estes se puseram em vertiginosa fuga, sem que pudessem ultimar a obra encomendada pelo Inspetor Fiscal Ildefonso Fontoura, de acordo

com João Francisco, não foi de todo consumado o plano de assassinato do preclaro rio-grandense.<sup>76</sup>

É válido lembrar que naquele ano de 1899, por motivos ligados aos jornais “O Canabarro” e “O Maragato”, ambos editados em Rivera, Prestes Guimarães e Rafael Cabeda, apesar de correligionários, haviam se desentendido e terminaram por ficar inimigos.<sup>77</sup>

Cabe lembrar ainda que a linguagem veiculada pela obra inscreve-se bem no contexto do jornalismo partidário e parcial da época: não há espaço para a isenção: a descrição é seletiva, passional e, com frequência, agressiva. Uma radiografia dos crimes listados parece sugerir também que muitos conflitos pessoais explodiram com a proclamação da República, que suspendeu a mediação institucional até então vigente, destampando a panela de pressão. Os autores afirmam, nesse sentido, que a violência e as arbitrariedades cometidas pelas autoridades estaduais contra as pessoas que se opunham ao castilhismo atingiam todas as camadas sociais: estancieiros, altos dignitários, peões, colonos imigrantes, estrangeiros, mulheres e crianças. A propósito, chama atenção o bom número de imigrantes italianos entre as vítimas arroladas, sugerindo que a área de colonização constituiu-se em foco de tensão, ao contrário do que costuma supor boa parte de nossa historiografia, que caracteriza a região como um dócil curral eleitoral do castilhismo. A denúncia de empastelamento de um jornal alemão por colonos italianos em Porto Alegre também sinaliza a existência de conflitos étnicos entre imigrantes europeus de distintas nacionalidades:

Às oito horas da manhã de 28, em plena Rua dos Andradas, a principal de Porto Alegre, a colônia italiana assaltou a tipografia do jornal alemão Wolkesblatt, empastelando o material e quebrando a máquina tipográfica. Apesar da hora, do local e ter sido previamente anunciado o assalto, nenhuma autoridade compareceu, obrando à vontade os assaltantes!<sup>78</sup>

Dessa forma, a mudança de regime e, mais tarde, a Revolução Federalista, serviriam de justificativa para resolver disputas pessoais de maneira cruenta. O eloquente testemunho deste livro comprova, portanto, que a consolidação da República no Rio Grande do Sul se fez acompanhar de um verdadeiro banho de sangue.

---

<sup>76</sup> CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.). Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, p. 161.

<sup>77</sup> Ver “Rafael Cabeda” de Ivo Caggiani, p. 100-101.

<sup>78</sup> CABEDA; COSTA, op. cit., p. 73-4.



Uma das práticas mais surpreendentes registradas com frequência pela obra eram os recrutamentos forçados. Castilhos teria procurado submeter muitos ex-combatentes federalistas à férrea disciplina da Brigada Militar, pois, dessa forma, não apenas controlava suas movimentações, como ainda aproveitava em seu benefício o conhecimento daqueles indivíduos treinados na arte da guerra. Porém, ainda que tais recrutamentos tivessem por alvo muitos federalistas, não era apenas sobre eles que recaía este fardo, havendo jovens republicanos que se queixavam da arbitrariedade.

Mas o grosso da crítica institucional de “Os crimes da ditadura” foi endereçado para a Justiça. Conforme os autores, os altos índices de criminalidade verificados no Estado sulino encontrariam explicação numa Justiça cara e parcial. São forte as críticas dirigidas ao Código de Organização Judiciária de 1895 e ao Código de Processo Penal de 1898, que teriam transformado a instituição do júri numa lei de exceção e que conseguiriam até mesmo iludir a doutrina do habeas-corpus, amplamente garantido pela Constituição Federal. Juízes e promotores são com frequência apresentados como instrumentos políticos do governo e do partido dominante. O caso, datado de 15/01/1891, envolvendo a prisão do diretor do jornal oposicionista “A Reforma”, Miguel Cunha, é prova disso:

O Chefe de Polícia Major Guillon<sup>79</sup>, maranhense, ao serviço do castilhismo, prende violentamente o editor da *Reforma*, de Porto Alegre, Miguel Cunha, pelo simples fato de haver aquele jornal noticiado que se achava pelas imediações do Passo da Areia o conhecido criminoso Affonso Marques, autor do assassinato de Felisbello Soares. (...) Affonso Marques, Alferes de Polícia, havia sido transferido para S. Francisco de Paula de Cima da Serra, mas vivia acampado pelo Passo da Areia com força armada, graças à *proteção vergonhosa que lhe dispensava o Dr. Calor Flores*<sup>80</sup>, atual *Procurador do Estado no Tribunal Superior*. O Chefe de Polícia, desprezando todos os preceitos da moral republicana, manda pelo mesmo facínora intimar o gerente da Reforma, o malgrado Norberto Vasques, para que lhe fosse pessoalmente dar explicações – isto com aplausos ferventes por parte da *Federação*...<sup>81</sup>

Em geral, o elemento central característico que permeia tal obra é a denúncia com relação aos crimes perpetrados contra a oposição. Tratava-se, segundo os autores, de uma política deliberada de perseguição e de extermínio físico da oposição, levada a afeito, no mínimo, até os últimos anos do século XIX. Sentimos falta, entretanto, de referências a

<sup>79</sup> Referência ao Major de Engenheiros Francisco Alberto Guillon, mais tarde Deputado Federal pelo PRR.

<sup>80</sup> Referência a Carlos Thompson Flores, Procurador-Geral de Justiça junto ao Superior Tribunal do Estado.

<sup>81</sup> CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.): Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Gunter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, p. 48.

contravenções cometidas durante o “Governicho”, assim como há um silêncio por parte dos autores sobre as atrocidades perpetradas também pelas forças revolucionárias durante a guerra civil de 1893.

Merece destaque aqui também o caso raro da obra “Escavações Históricas. Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul”, lançada em 1933, de autoria do liberal gasparista Olympio Duarte (1870-1933), o qual interpretou a história política rio-grandense a partir da trajetória do Parlamento. Jornalista, redator do jornal “Correio do Povo” durante longos anos, Duarte foi eleito deputado pelo PF à Assembleia dos Representantes na legislatura de 1925/28, permanecendo sempre fiel ao ideário do partido maragato, sem ligar-se à Aliança Libertadora e à bancada parlamentar assistida. A narrativa desenvolvida pelo autor é centrada na transcrição apaixonada de episódios referentes à vida política de Silveira Martins, em geral, decorrentes da sua atuação política na Assembleia Provincial, enquanto líder do Partido Liberal. O culto à memória federalista, é bem verdade, não se restringe apenas à figura forte e carismática de Gaspar Silveira Martins. O autor tece longos elogios também a outras lideranças políticas importantes, sendo que algumas delas tiveram passagem significativa na história do liberalismo rio-grandense, tais como: Francisco Antunes Maciel, Joaquim Antônio Vasques, Israel Rodrigues Barcellos, entre outras. A respeito do conselheiro Antunes Maciel, por exemplo, explanava: “o nome do conselheiro Maciel destacou-se sempre entre os mais genuínos representantes do liberalismo histórico (...) um nome feito nas lutas pelas liberdades públicas”.<sup>82</sup>

Mas, o destaque principal da obra fica por conta da representação construída em torno da imagem de Silveira Martins, bastante cultuada pelo autor da obra. Gaspar Martins, a quem Duarte se referia como seu “querido chefe”, e o “maior dos rio-grandenses”, é apresentado como “salvador e guardião da liberdade”, como um político respeitado por seus correligionários, que batalhava em prol de seu povo e responsável por grandes avanços econômicos. Nesse ínterim, não é sem emoção que Olympio Duarte idealizava a imagem de Silveira Martins, quando do seu discurso de estreia na Assembleia dos Representantes, em 1925: “venho de um largo passado, de fulgentes tradições na história do Rio Grande, passado que evoca as figuras ínclitas de Silveira Martins, *o mestre glorioso e tribuno príncipe (...)*”. Continuando, afirma: “*Falo do mesmo lugar em que tantas vezes se ergueu o vulto imponente do grande tribuno liberal, do maior orador que conheceu o Brasil. Falo do mesmo lugar em*

---

<sup>82</sup> DUARTE, Olympio. *Escavações históricas. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 154.

que as orações de Silveira Martins, proferidas nesta casa, eram como o desabar de uma tempestade, sacudindo em seus fundamentos as instituições da pátria”.<sup>83</sup> Ou seja, para Duarte, Gaspar Martins se mantinha como um ponto de referência, isto é, um exemplo a ser seguido.

É importante ressaltar aqui que a imagem de Gaspar Silveira Martins foi constantemente reforçada e venerada durante sua vida, antes e depois da Proclamação da República (1889), e após sua morte, em 1901.<sup>84</sup> Cabe lembrar também que, segundo Regina Abreu, existiam diversas formas de lembrar os mortos considerados ilustres, entre elas: conferências, rituais religiosos, pronunciamentos de elogios póstumos, exposições comemorativas e lançamento de biografias.<sup>85</sup>

Dentro da vertente gasparista/assisista é possível ainda se deparar com obras que promoveram preferencialmente uma narrativa encadeada dos fatos políticos mais relevantes, como no caso dos trabalhos do jornalista Gustavo Moritz, ainda hoje de consulta indispensável para os historiadores da República Velha gaúcha, ou, também, do jornalista Manoel da Costa Medeiros, que oferece rara visão do conflito entre facções políticas no interior do partido dominante, descrevendo práticas coronelísticas com riqueza.

Originalmente publicado em 1939, o livro “Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul”, de Gustavo Moritz (1878-1945), resgata do esquecimento um preciso raio-x do panorama político regional e nacional em que foi engendrado o nascimento da República. A obra reúne, basicamente, artigos publicados no jornal “Correio do Povo”, do qual Moritz era redator e chefe de revisão, abrangendo fatos ocorridos entre 1889 e 1895. Simpatizante de uma das facções em luta, a do Partido Federalista, ele deu voz ativa à oposição, sem, no entanto, necessariamente assumir um partidarismo exagerado.

De forma distinta, por exemplo, àquela adotada pelos historiadores da vertente castilhistas/borgistas que descreviam o governo republicano como um regime de paz, tranquilidade e de segurança, Moritz, baseando-se em editoriais de jornais oposicionistas, quando das eleições para senadores e deputados federais para a primeira Constituinte da República, em 15/09/1890, esclarece, entretanto, que o quadro político rio-grandense não era de todo tranquilo, pelo menos no que tocava aquele momento histórico. Segundo ele, antes de realizada a eleição, já a “Reforma”, tradicional folha de Silveira Martins, denunciava a

---

<sup>83</sup> DUARTE, Olympio. *Escavações históricas. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 156-7.

<sup>84</sup> ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas. Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, 1999, p. 94.

<sup>85</sup> ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos – Dossiê Comemorações*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

existência de rumores de que o pleito não seria livre, e de que as oposições teriam de cruzar obrigatoriamente os braços diante da ameaça de violências e de fraudes. Diante disso, ponderava o autor: “assim é que, procedida à eleição, os jornais independentes e os da oposição faziam graves críticas às fraudes havidas”.<sup>86</sup>

É de se destacar aqui também que com o passar dos anos, conforme revela Moritz, o número de jornais que faziam oposição ao governo do Estado aumentava significativamente. Às já tradicionais folhas porto-alegrenses “A Reforma” e “O Mercantil”, jornal independente, somou-se o “Rio Grande”, organizado por Barros Cassal e que recebia as colaborações de Antão de Faria e Demétrio Ribeiro. A oposição contava ainda com a pena sagaz de Apolinário Porto Alegre, Campos Cartier, Silvio Rangel e Wenceslau Escobar, todos republicanos históricos que entraram em rota de colisão com a direção castilhista. De resto, o “Jornal do Comércio”, afirma Moritz, não escondia suas simpatias pelos dissidentes, embora se mantivesse indiferente às investidas recebidas do castilhismo. Entre as hostes opositoras, abrigava-se ainda o irrequieto Germano Hasslocher, antigo acólito de Silveira Martins, posteriormente seduzido por Pinheiro Machado, nomeado promotor público em Porto Alegre, em 1892, e convertido em um dos mais tenazes defensores do borgismo no Congresso. Nesse sentido, de acordo com Moritz, a linguagem predominante no Rio Grande do Sul, durante os anos iniciais da República, não era de paz e harmonia, como foi apontada por outros autores, mas tornava-se cada dia mais acrimoniosa.<sup>87</sup>

### **Considerações finais**

A partir destas análises é possível estabelecer algumas considerações finais sobre a produção do conhecimento histórico nesta parcela da historiografia gaúcha, ou seja, o da chamada historiografia não-acadêmica, a qual dividimos em duas frentes: a castilhista/borgista e a gasparista/assisista.

De um modo geral, vimos que apesar da busca da “verdade” como pressuposto legitimador das obras, na maioria dos casos, a história foi usada de modo utilitário e pragmático, para difundir os ideais dos grupos em conflito. Nessa linha, esses autores, de forma velada ou abertamente, ou ainda, de maneira não-intencional ou deliberada, expressaram suas concepções ideológicas, criando praticamente uma “verdade federalista”,

---

<sup>86</sup> MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul*: partes I e II. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005, p. 147.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 154-5.

em oposição a uma “verdade castilhista”, ou vice-versa, de modo a desencadear-se um processo de “respostas” de parte a parte, gerando uma tendência de produção intelectual caracterizada pelo tomada de posição no que tange aos assuntos partidários.

Além disso, percebemos que a ausência de uma dimensão estrutural ou histórico-concreta de análise onde os acontecimentos estão inseridos enquanto processo social, econômico e político, conduziu ao pessoalismo e às teleologias onde os movimentos – como o republicano – emergem em momentos-chaves e canalizam arduamente a ação dos homens, regrados por um código de ética desvinculado de um lugar social. No que se refere à oposição federalista, identificamos que esta de alguma maneira foi discutida pela historiografia não-acadêmica, fosse a partir de uma abordagem mais tangencial como na vertente castilhista/borgista, reprodutora do discurso oficial, fosse através de um enfoque mais direto, no qual o tema da oposição liberal-federalista ao castilhismo aparece como um objeto maior, como no caso da vertente gasparista/assisista.

#### REFERÊNCIAS:

ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos* – Dossiê Comemorações, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928.

ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 21, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. Silveira Martins x Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Biblos*. Rio Grande, n. 9, 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908.

CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.). Corálio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

DUARTE, Olympio. *Escavações históricas*. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1933.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.

\_\_\_\_\_. *Pela intervenção no Rio Grande – renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923.

\_\_\_\_\_. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v. 28, n. 127. 1992.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M (Org.). *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3.

\_\_\_\_\_. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha: In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 8.

\_\_\_\_\_. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.

MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005.

MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: cultura & ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1917.

ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas. Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, 1999.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. O castilhismo e as outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 3, t. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

\_\_\_\_\_. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

## DAS HEROÍNAS ÀS FLAPPERS: O CINEMA HOLLYWOODIANO E A CONSTRUÇÃO DAS FEMINILIDADES (1920)

Carla Miucci Ferraresi de Barros<sup>88</sup>

Resumo: Este artigo busca traçar uma reflexão sobre a relação entre o contexto de construção das heroínas e das *flappers*, pelo cinema hollywoodiano, os valores morais que elas veiculavam, os diferentes modelos de feminilidade que representavam e a ascendência de uma classe média no interior da sociedade estadunidense, entre os anos de 1909 até fins da década de 1920. Considerando a entrada maciça das produções hollywoodianas na cidade de São Paulo a partir da Primeira Guerra e o processo de modernização da cidade, a reflexão aborda, ainda, como se deu a recepção, por parte da imprensa conservadora paulistana na década de 1920, a essas produções e aos discursos sobre o gênero feminino.

Palavras-chave: cinema hollywoodiano, feminilidade, condição feminina.

Abstract: This article traces a reflection on the relationship between the construction context of the heroines and the flappers, the moral values they diffuse, the different models of womanhood that represent and the ascendancy of a middle class within the American society between the years of 1909 to the late 1920. Considering the massive entry of Hollywood productions in the city of Sao Paulo from the First World War and the process of modernization of the city, the article features how was the reception, by the São Paulo conservative press in the 1920s, these productions and speeches about the feminine gender.

Keywords: Hollywood cinema, femininity, womanhood

Partindo das primeiras projeções do cinematógrafo ocorridas nos EUA no final do século XIX, realizadas em meio a números burlescos no interior de galpões mal iluminados – os chamados *vaudeilles* e os *nickelodeons* -, frequentados por imigrantes e grupos marginalizados; e levando em conta a cruzada anti-vício, empreendida por conselhos, organizações civis e religiosas em prol da censura a fim de moralizar as temáticas e os locais de exibição dos filmes na busca de atrair a nascente classe média, chegaremos – não sem tensões e influxos – à construção da heroína hollywoodiana.

Modelo de beleza e feminilidade, as heroínas das telas foram peça fundamental na busca pela moralização da sociedade e do próprio cinema, que buscava atrair a audiência de parcela da população ligada à nascente classe média urbana estadunidense, nos anos de 1910.

Com a Primeira Guerra, o fortalecimento da economia estadunidense e a abertura do mercado de trabalho também para a mão de obra feminina, houve uma mudança no

---

<sup>88</sup> Docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.



posicionamento das mulheres no interior da sociedade, o que refletiu também no cinema, com o aparecimento das *flappers*, que não só colocariam as heroínas e a moral vitoriana em xeque como instituiriam outro discurso para o gênero feminino.

O percurso deste artigo é apresentar o contexto de formação das heroínas do cinema hollywoodiano e dos valores veiculados pelas tramas dos quais eram protagonistas, assim como o das *flappers*, e perscrutar como se deu a recepção dessas produções, seus discursos sobre o gênero feminino, modelos de beleza e feminilidade por parte da imprensa conservadora paulistana, na década de 1920, época em que as fitas dos grandes estúdios e todo o sistema do *star system* dominaram as telas de cinema e parte da imprensa na cidade de São Paulo.

### **Do bico de pena às telas de cinema: as *Gibson Girls* e a construção da heroína hollywoodiana**

Inspiradas no modelo de beleza das mulheres saídas do bico de pena do ilustrador Charles Dana Gibson (imagens 1 e 2), colaborador de algumas das revistas mais populares no final do século XIX e início do XX, nos EUA, como a **Collier's Weekly e Scribner's Magazine**<sup>89</sup>, *as heroínas do cinema também foram influenciadas* pelas personagens femininas das novelas e romances conhecidos como *women's fiction*, cujas narrativas baseavam-se no culto à domesticidade e nos valores vitorianos que envolvem trabalho duro, resignação, disciplina e parcimônia.

In the 1890s Charles Dana Gibson (1867–1944) created the "Gibson Girl," a vibrant, new feminine ideal who was the visual embodiment of what writers of the period described as the "New Woman." From the 1890s until World War I, the glamorous Gibson Girl set the standard for beauty, fashion, and manners, bringing her creator unrivaled professional and popular success.<sup>90</sup>

De meados de 1909 até a eclosão da Primeira Guerra, o cinema passou a ser o lugar privilegiado de veiculação e popularização da heroína, que encarnava o ideal de beleza e

---

<sup>89</sup> **Collier's Weekly**, fundada em 1888 pelo imigrante irlandês Peter Collier e Scribner's Magazine, publicada pela editora Charles Scribner's de janeiro de 1887 a maio de 1939; e em livros como **A Widow and her Friends**. New York: R. H. Russell, 1901.

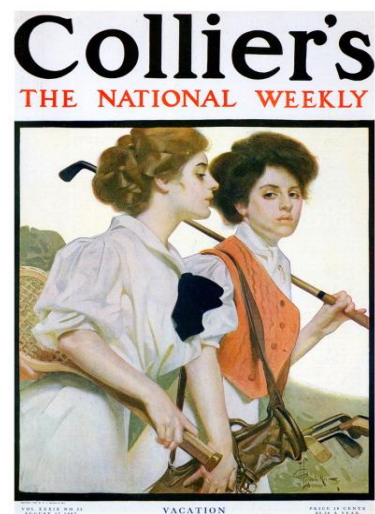
<sup>90</sup> *The Gibson Girl's America: Drawings by Charles Dana Gibson* in <https://www.loc.gov/exhibits/gibson-girls-america/the-gibson-girl-as-the-new-woman.html> - acesso em 29 de junho de 2016.

feminilidade que servia às mulheres brancas, pertencentes à nascente classe média urbana estadunidense. Além das telas, as heroínas também podiam ser vistas nas chamadas *fans magazines*, *cards*, *posters* e em todo o aparato de divulgação dos filmes, financiado em grande medida pelos próprios estúdios.

Essa engrenagem interferia diretamente na performatividade do gênero feminino, já que a figura da heroína reiterava normas que correspondiam aos discursos normatizadores impostos pela sociedade patriarcal, conservadora e heteronormativa, como aquelas ligadas aos papéis sociais da mulher relativos ao casamento, à maternidade e aos cuidados com a família.



*imagem 1*  
*Scribner's for june, 1895*  
*1927*



*imagem 2*  
*Collier's the national weekly, jan*

No cinema, as heroínas mais populares foram interpretadas por atrizes como Mary Pickford, Lilian Gish, Florence Lawrence, Ethel Clayton, June Caprice, Ruth Roland, Marguerite Clark, em filmes cujas tramas envolviam histórias de mulheres jovens, inocentes que, forçadas pelas circunstâncias e impelidas a assumir o controle de suas vidas, suportavam privações, lutavam por respeito e mobilizavam a força de vontade e a coragem para vencerem as adversidades. Eram filhas, mães, esposas dedicadas e carregavam consigo a crença no amor romântico.

O contexto que marcou grande parte dessa produção - do início dos anos de 1900 até meados da Primeira Guerra -, foi definido por uma espécie de força-tarefa que envolveu diretores, produtores, proprietários de salas de projeção, igreja - com ênfase para organizações femininas cristãs como a *Woman's Christian Temperance Union (WCTU)* - e

poder público - com seus conselhos municipais e estaduais de censura -, cujo intuito comum era conquistar a adesão da crescente classe média, suprimindo demandas por temas de cunho moralistas, conservadores e puritanos.

Frente à necessidade de desvincular o cinema dos espetáculos dos primeiros tempos e atrair as camadas médias urbanas que começavam a se consolidar, diretores como David Griffith - responsável por introduzir novas técnicas de filmagem e montagem que formam as bases da narrativa clássica - dirigia histórias em que suas heroínas eram portadoras dos valores da moral vitoriana.

Em suas tramas, o bem vence o mal e a força de vontade se sobrepõe aos vícios. Os esforços da heroína são sempre recompensados e o lar é mais seguro do que a rua. O casamento aparece como redentor para moças desviantes da norma ou como prêmio para as heroínas, figurando como instituição central na manutenção da sociedade burguesa e da moral cristã. Explicando sobre o poder destas influências, Griffith escreveu que o cinema poderia “manter meninos e meninas dentro das corretas linhas de conduta. Ninguém precisava temer que o cinema pudesse desviá-los do plano puritano” (GRIFFITH Apud LARY, p. 92).

Dessa forma, não é difícil entender o porquê, após se tornar membro do *National Board of Review* - órgão fundado em 1909 por produtores a fim de moralizar as fitas em circulação no país -, o Reverendo Charles Parkhurst, chefe da Igreja Presbiteriana da Madison Avenue, em New York e um dos principais nomes à frente da cruzada anti-vício, escreveu que “se poderia aprender História e absorver a atmosfera de um período sentando-se frente aos filmes que o Sr. Griffith produz com tamanha habilidade artística do que através de semanas e meses de estudo em sala de aula” (Idem, p.72).

As heroínas das telas, identificadas com valores da moral vitoriana como passividade, emotividade, bondade e autocontrole, mas vivendo no ambiente citadino representado como hostil e ameaçador, eram representadas como mulheres corajosas e dispostas a trabalhar para ajudar no sustento da família, desempenhando funções ligadas ao universo feminino como professora, enfermeira, secretária, telefonista e garçonete. Apesar de certa independência financeira, eram submissas e emocionalmente dependentes dos homens.

Esse é o caso da heroína de *The Lonedale Operator* (1911), curta-metragem dirigido por Griffith para a Biograph Company, que conta a história de uma jovem que, após um súbito mal estar do pai, assume seu posto de trabalho na Companhia de telégrafos. No dia do seu pagamento, porém, dois homens tentam roubá-la. Ela então assustada, (fotograma 1),

telegrafa para pedir ajuda e enfrenta os bandidos usando uma chave para simular uma arma, mantendo-os presos até a chegada do resgate (fotograma 2).



Fotograma 10'02''

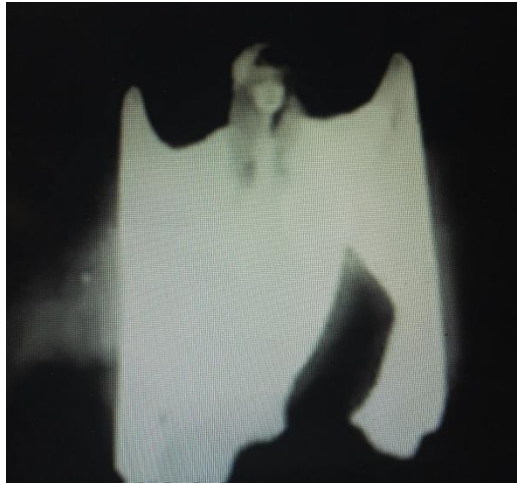


Fotograma 2 – 15'03''

Frequentemente, suas heroínas eram transformadas em elementos celestiais nas telas, conceito materializado com o uso da fotografia difusa, uma de suas inovações. Usando um pequeno tecido branco sobre os pés da atriz, Griffith gerava um brilho poderoso que iluminava seu corpo de baixo para cima. “Tínhamos que apagar as imperfeições”, ele dizia, “e foi procurando isso que criei a fotografia difusa...a câmera mostrou-se uma grande aliada da beleza” (Idem Ibidem, p. 91).

Em *Home Sweet Home* (1914), história em três episódios com prólogo e epílogo, David Griffith conta a história, no primeiro episódio, de um homem que deixa sua casa para iniciar a carreira teatral, mas se torna alcoólatra e compulsivo, e chega ao fundo do poço

levado por vícios mundanos, até ser resgatado e redimido pelo amor de sua namorada (Lilian Gish), que se transforma em um anjo e o salva. (fotograma 3)



Fotograma 3 – 53'10"

Se avançarmos pela década de 1920, ainda encontraremos histórias de heroínas nas telas de cinema. Victor Sjöstrom, diretor sueco, após ter dirigido Lilian Gish no filme *The Scarlet Letter* (1926) - adaptação do romance de Nathaniel Hawthorne publicado nos Estados Unidos em 1850 -, em que a mulher tem um filho fora do casamento e é condenada como adúltera em praça pública, volta a dirigi-la em *The Wind* (1928).

Na trama, que é uma adaptação para o cinema da novela de Dorothy Scarborough, a heroína Lilian Gish é a virginal e inocente Letty, que deixa seu lar na Virginia em direção ao Oeste para morar no rancho de seu primo Beverly, sua esposa Cora e seus três filhos. Após sofrer humilhações por causa do ciúme de Cora, e ter que se defender de assédios masculinos, a protagonista se casa sem amor. A princípio frágil e amedrontada, Letty ganha força e se mostra capaz de superar não só o medo como também o trauma surgido quando precisou defender a sua própria honra e acabar com seu martírio. (fotograma 4)



*Fotograma 4 - 48'23''*

Mas, até quando as mulheres - nas telas e fora delas - iriam aceitar esse modelo de beleza e feminilidade impostos pela sociedade conservadora e patriarcal? Até quando a maternidade e o casamento seriam encarados como partes da essência feminina, ou melhor, quando a própria ideia de essência seria questionada e as primeiras rachaduras no sólido edifício construído para representar o gênero feminino, começariam a aparecer?

### ***As flappers na São Paulo dos anos de 1920: contra-discurso e norma***

Sem sofrer diretamente os impactos negativos provocados pela Primeira Guerra, a economia estadunidense a partir de 1914 começava a aquecer, marcada pelo aumento de postos de trabalho – especialmente para as mulheres-, a expansão da publicidade e a ampliação do crédito, impulsionando a produção e o consumo de bens, e marcando o crescimento de uma classe média consumidora.

By 1916, the personal savings rate had reached double digits for non-farm workers, and an increasing use of credit meant that purchasing power could expand further extending credit could serve to provide modest upward mobility and quell any labor unrest. (STERNHEIMER, 2015, p. 30)

Com o crescimento na oferta de vagas ligada às indústrias cosmética e da moda, muitas mulheres entraram no mercado de trabalho, desempenhando funções de vendedoras, costureiras e modistas. “We need Women! \$12-\$25 per week beauty specialists”<sup>91</sup>. Anúncios

---

<sup>91</sup> *Motion Picture Classic*, October 1916, p.2.

como esse apareciam com muita frequência nas *fans magazines* do pós-guerra. Se considerarmos que a renda média anual nos EUA, em 1915, era de \$ 687 ou \$13 por semana (STERNHEIMER, 2015, p. 46), os salários oferecidos pela indústria da beleza estavam acima da média, especialmente se levarmos em conta que essas vagas eram destinadas às mulheres, cujos valores pagos em outros ramos eram menores em relação aos dos homens, mesmo desempenhando eventualmente a mesma função.

É nesse contexto que um novo tipo feminino, a *flapper* - e suas variações - *gamine*, *garçonne*, melindrosa, garota com *it*- surge nas telas hollywoodianas. Estereótipo da mulher moderna, urbana e branca da classe média, de personalidade forte, independente e acima de tudo, consumidora, as *flappers* deixam definitivamente para trás os tipos *Gibson Girl* e as heroínas das telas. (imagem 3)

Frequentadoras dos espaços públicos como cafés, cinema e livrarias, flanam sozinhas pelas ruas, fumam e observam vitrines. Independentes, elas têm trabalho e seu próprio salário. Assumem postos de vendedoras de lojas de departamento, cosméticos e moda. São também secretárias, telefonistas e copeiras. Flertam e escolhem o homem que vão seduzir. Usam cabelos curtos, vestidos fluidos e decotados. Sonham em se casar, mas não fazem disso seu objetivo de vida. As *flappers* tornaram-se, assim, veículos de uma mensagem perigosa ao *statu quo* (imagem 4).



Imagem 3

Clara Bown - Kid Boots  
1926



Imagem 4

The perfect flapper, 1924

Quando as *flappers* hollywoodianas trouxeram seu brilho para as telas das recém-inauguradas salas de cinema da região central da cidade, como o Cine República, o Cine Rosário e o Odeon - pontos de encontro da elite paulistana nos anos de 1920 –, encontraram

forte resistência por parte do discurso tradicional e conservador que dominava grande parte da imprensa da cidade.

Atenta às ideias e aos valores veiculados pelo cinema, algumas das principais publicações paulistanas, porta-vozes de uma elite tradicional e conservadora, opunham-se a esta nova feminilidade da qual as *flappers* eram representantes, enxergando-as como ameaça aos costumes, à formação e às sociabilidades das jovens de boa família.

Este foi o caso do jornal paulistano *O Estado de São Paulo* – cujos leitores e leitoras vinham das camadas médias e alta da sociedade - e seu colaborador diário, Guilherme de Almeida, que assinava a coluna *Cinematógrafo*. Crítico severo do novo tipo de mulher que a *flapper* representava e do mundo que se modernizava – num cenário de disputas e tensões com a tradição – ele fazia apologia ao tempo em que, segundo suas palavras, podia-se encontrar nas películas vindas de Hollywood “exemplares ideais de mulheres”. Saudoso, recorda das *stars* veteranas do cinema mudo que faziam garotas “meigas e lindas”, como as *Gibson girls*.

(...) entrevemos ainda levemente esfumadas, essas figurinhas meigas e lindas como Ethel Clayton, Ruth Roland, Ruth Clifford, Marguerite Clark, June Caprice... – (...) aquela limpidez calma de fisionomia, aquela doçura ingênua de gestos e atitudes, aquela inocência quase campesina de coração: - todas aquelas coisas boas, suaves, bonitas, naturais, que faziam uma deliciosa “mulherzinha”, doce e amena, de gestos enlaçantes<sup>92</sup>.

Certas características performativas dessa “nova mulher”, branca, urbana e de classe média, como os cabelos *à garçonne*, o gosto pelos esportes, pelos bailes e pelo cinema, as silhuetas livres dos espartilhos, o gosto por olhos e lábios marcados pela maquiagem, pelo prazer no consumo de produtos que prometiam torná-las mais atraentes e ainda mais bonitas, são porta-vozes de uma mudança mais estrutural: a redefinição do lugar social da mulher, do novo modelo de feminilidade, subjetividade e de papéis de gênero.

Os novos comportamentos, modos e consumo instauraram um contra-discurso que ameaçava o que os dispositivos de poder creditavam ser a “natureza feminina”, responsável por dotar biologicamente a mulher para desempenhar determinadas funções na esfera da vida privada, como o casamento, o cuidado com o marido e a educação dos filhos, e que

---

<sup>92</sup> GUILHERME DE ALMEIDA. Cinematógrafo in *O Estado de São Paulo*, 23/04/1921.



encontrava sustentação nas ideias pregadas pela Igreja Católica, pelo discurso higienista e pelo Código Civil de 1916. A naturalização de certos atributos construídos por um discurso patriarcal, conservador e machista, de certa forma, estava sendo colocado à prova.

À medida que as heroínas das telas iam sendo substituídas pelas *flappers*, e as tramas hollywoodianas iam ganhando novos contornos e temáticas, cresciam as críticas a esse novo modelo de feminilidade. Em edição da Revista Feminina de dezembro de 1925, textos e imagens compõem um verdadeiro manual sobre os perigos das “Evas modernas”.

O artigo considera perigoso o “traje sensual que explicitava as curvas femininas, sinuosas como as de uma cobra que se esguia e se infiltra, provocando “desordens”, fazendo “tremor o senhor” da “boa” sociedade”; o “corte dos cabelos bem curtos”, que perigosamente diminuía as diferenças construídas pelo discurso médico-científico sobre os gêneros feminino e masculino, assim como o hábito de fumar, frequentar bares e consumir bebidas alcoólicas; a forma de andar, olhar e se expressar. Desse modo, eram perigosas,

(...) desde a datylógrafa do escritório; passando pela filha de família distinta que vai à missa; pela filha do honrado trabalhador sapateiro, pela telephonista do club; pela figurinha indefinível que anda pela rua até a vendedora de perfumes, todas se tornaram perigosíssimas à tranqüilidade dos lares.<sup>93</sup>

Considerado perigoso pelo longo alcance na veiculação de valores e comportamentos considerados pelas elites tradicionais como afrontas aos papéis femininos estabelecidos até então, o cinema foi duramente criticado pela imprensa conservadora, que o reputava como “factor de incultura”, “escola de immoralidades”, “pernicioso”, “introdutor de maus hábitos”, “responsável pela “perversão dos costumes”, “factor de desordem e de corrupção da mocidade”, com grande risco para “as senhoras honestas e as meninas puras” que “ficam com a imaginação exaltada e começam a considerar os erros de amor como factos comesinhos, agradáveis de praticar e nunca passíveis de castigo e censura”.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> *Revista Feminina*, dez 1925. Ano XII, nr 139.

<sup>94</sup> “O cinema: Escola de immoralidades”, in: *Revista Feminina*, Ano VIII n.83 SP 04/1921 Apud FERRARESI, Carla M. Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007, p. 402.

Venho solicitar de novo, por intermédio dessas valorosas colunas pedir atenção para o abuso audacioso das empresas cinematográficas que numa desenvoltura de fazer estremecer os próprios “frades de pedra”, importam de preferência as mais obscenas, parecendo que as encomendam mesmo de propósito com o fito de contribuírem para a mais rápida corrupção dos novos costumes, até bem pouco tão singelos e invejáveis.<sup>95</sup>

A associação de Hollywood com o pecado, o crime e a transgressão aparecia com frequência nas revistas femininas, em textos que alertavam “mocinhas ingênuas” sobre os “inúmeros tipos de gatunos à espreita para explorá-las na cidade do pecado”. Com forte viés moralizante e por meio da pedagogia do terror, esses textos buscavam despertar o recato nas mulheres e demovê-las de qualquer identificação com a vida independente das *flappers*. É o que se vê, por exemplo, no artigo “O que custa ser artista de cinema - Hollywood, a cidade diabólica de Los Angeles” veiculado na *Revista Feminina*, em agosto de 1929:

Estas linhas são dirigidas a quantas moças jovens e lindas, suggestionadas pela gloria e sobretudo pela vida de luxo que levam as estrelas do écran e as enormes somas que ganham, pensam embarcar para os Estados Unidos e dedicar-se ao cinema (...) pois correm perigo de não poderem voltar para casa.<sup>96</sup>

A contrapartida ao aumento da participação das mulheres de diferentes extratos sociais no mercado de trabalho - ainda que em condições salariais desiguais em relação aos homens - foi o crescimento significativo do poder de compra feminino, numa correspondência direta entre a ideia de cuidado e controle com a aparência e ascensão social. Estimulada por intensa propaganda, especialmente de produtos da indústria cosmética anunciados pelas estrelas de cinema, uma parcela dessas mulheres trabalhadoras tornou-se consumidora.

A primeira impressão que se tem ao ver-se uma fita americana é a beleza impressionante das artistas, (...) E por que nos agradam tanto? Eis a razão, que é

---

<sup>95</sup> GUILHERME DE ALMEIDA. *Do que São Paulo precisa. O Estado de São Paulo*. São Paulo: 21 de março de 1920.

<sup>96</sup> *Revista Feminina*. Ano XVI n.183 SP 08/1929.

simples: só usam o Crème de Lotus, que sendo a saúde da pele, é o mais maravilhoso dos tónicos até hoje descobertos para dar cabo de tudo quanto é imperfeição da cutis, como atestam os milhares artistas de cinema. Gloria Swanson, Barbara La Marr, Rodolpho Valentino, entre os primeiros que os empregaram, usam sempre estes dois surpreendentes preparados para conservar e aumentar a sua beleza e também o seu êxito para o público.<sup>97</sup>

Trata-se não só de identificar a mulher como consumidora de produtos na nascente sociedade de massa, mas de referenciar o modelo feminino e seus papéis sociais. Como observa Mary Ryan, a propósito das stars dos anos de 1920 “la maliziosa vivacità della flapper, la vitalità di star come Clara Bown e Gloria Swanson servivano sempre di più a insegnare ala spettatrice a diventare correttamente moderna.”(RYAN, Apud HANSEN, 2006, p.112)

Assim, a *flapper* deixa para trás a heroína e marca um novo modelo de feminilidade ligada aos tempos modernos. Trata-se não só da mulher como consumidora na sociedade de massa, mas de uma mudança na performatividade e no processo de subjetivação, que passou a envolver determinadas experiências identificadas e identificadoras do gênero feminino, que em muitos aspectos, diferenciaram-se das vividas pelas heroínas do cinema, cuja identidade de gênero fora construída em outras bases.

A *flapper* não libertou a mulher das normas de gênero, mas antes, foi também resultado de novas experiências, novos processos de subjetivação e performatividade<sup>98</sup> que constituíram parâmetros para a construção de novas normas de identidade feminina. Assim, a mulher moderna cresce acorrentada pelas normas de gênero, mas ao mesmo tempo é por meio dele que se coloca como sujeito no novo cenário citadino. O gênero continuava sendo a prisão do sujeito e ao mesmo tempo seu único modo de fazer sentido no mundo binário e conservador que continuou sendo a modernidade.

---

<sup>97</sup> “O segredo dos artistas de cinema”, In: *Revista ParaTodos*, Ano VII, nr.324, RJ 28/02/1925.

<sup>98</sup> Em seu livro *Bodies that Matter: on the Discursive Limits of “sex”*, New York and London, Routledge, 1993, Judith Butler retoma o conceito de performatividade, que aparece em suas publicações anteriores, e esclarece que as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de repetirem práticas já reguladas, que marcam o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz sua “generificação”.

## **FONTES**

Motion Picture Classic, October 1916.

Revista Feminina, Ano VIII, n.83, SP 24/03/1921

Revista Feminina, Ano XII, nr 139, 24/12/1925

Revista Feminina. Ano XVI, nr.183, SP 26/08/1929

Revista ParaTodos, Ano VII, nr.324, RJ 28/02/1925

*Scribner's* for june, 1895

*Collier's the national weekly*, jan 1927

Cinematógrafo in O Estado de São Paulo. São Paulo: 21 de março de 1920.

Cinematógrafo in O Estado de São Paulo,

23/04/1921.

## **FILMES**

*The Lonedale Operator*. Direção: David Griffith. American Mutoscope and Biograph Company, USA, 1911 (17 min).

*Home sweet home*. Direção: David Griffith. American Mutual, USA, 1914 (55 min).

*The perfect flapper*. Direção: John Francis Dillon. First Nacional, USA, 1924 (70 min)

*Kids Boots*. Direção: Frank Tuttle. Paramount Films, USA, 1926 (1'17'')

*The Wind*. Direção: Victor Sjöström. Metro-Goldwyn Mayer (MGM), USA, 1928 (1'35'').

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DYER, Richard, McDONALD, Paul. *Stars*. London: BFI Publishing, 1998.

FERRARESI, Carla M. Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.

FRIEDMAN, J. E., SHADE, W. G. (org) *Our American Sisters: women in American Life and Thought*. Allyn and Bacon: Boston, 1976 Apud HANSEN, Miriam. *Babele e Babilonia. Il cinema muto Americano e il suo spettatore*. Torino: Kaplan, 2006.

HANSEN, Miriam. *Babele e Babilonia. Il cinema muto Americano e il suo spettatore*. Torino: Kaplan, 2006.

BUTTLER, Judith. *Bodies that Matter: on the Discursive Limits of "sex"*, New York and London, Routledge, 1993.

LARY, May. *Screening out the past: the birth of mass culture and the motion picture industry*. The University of Chicago Press, 1980.

RYAN, M. P. The Projection of a New Womanhood: the movie moderns in the 1920s in FRIEDMAN, J. E., SHADE, W. G. (org) *Our American Sisters: women in American Life and Thought*. Allyn and Bacon: Boston, 1976 Apud HANSEN, Miriam. *Babele e Babilonia. Il cinema muto Americano e il suo spettatore*. Torino: Kaplan, 2006.

SALLE, Mick La. *Complicated Women: sex and power in Pre-Code Hollywood*. New York: St. Martin Griffin, 2013.

SKLAR, Robert. *Movie-made America: a cultural history of American movies*. New York: Vintage Books, 1994.

SPINI, Ana Paula e BARROS, Carla M.F. *Star System, sexualidade e subjetivações femininas no cinema de Hollywood (1931-1934)* in *Revista ArtCultura*, v. 17, n.30, jan-jun. 2015.

STERNHEIMER, Karen. *Celebrity Culture and the American Dream. Stardom and Social Mobility*. New York and London. Routledge, 2015.

SALLE, Mick La. *Complicated Women: sex and power in Pre-Code Hollywood*. New York: St. Martin Griffin, 2013.

# QUESTÕES SOBRE A “PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA”: A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR (1961)

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior<sup>99</sup>

**RESUMO:** Este texto tem como proposta discutir as questões que envolvem a implementação da disciplina “Introdução aos Estudos históricos” nos currículos das universidades brasileiras, isto tomando como fontes os debates advindos dos encaminhamentos do “I Simpósio De Professores De História Do Ensino Superior”. Considerando o evento com central para a compreensão do processo de “profissionalização” da história, busca-se ressaltar o papel desta matéria para a afirmação da área, assim como apresentar um breve panorama das discussões e entendimentos sobre quais as finalidades e formatos deveria ter sua ementa.

**ABSTRACT:** This text has the purpose of discussing the issues surrounding the implementation of the course "Introduction to historical studies" in the curricula of Brazilian universities, taking this as sources the discussions arising from referrals from the “I Simpósio De Professores De História Do Ensino Superior”.. Taking center with event for understanding the process of "professionalization" of history, seeks to highlight the role of this matter for the affirmation of the area as well as provide a brief overview of the discussions and understandings about what the purposes and formats should have its menu.

Sòmente à luz dêsse condicionamento intelectual é que podemos compreender alguns dos característicos que desde cedo distinguem a atividade associativa dos professores universitários de História, e que lhes conferem um padrão especial entre as agremiações que se dedicavam à História, ao tempo de sua criação 1961. Na ANPUH por exemplo, seria difícil encontrar lugar para o amadorismo. A figura do amador, que cultivava a História como expressão das belas letras, ou com a preocupação de nomes e datas como significativos por si próprio, delineava-se na aurora da década dos 60, como sombra a desaparecer no passado. A ressonância de seu pensamento se circunscreve cada vez mais a círculos cada vez mais estreitos (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1973, p.86)

*Este trecho pertence ao discurso da historiadora Alice Piffer Canabrava<sup>100</sup>, proferido na abertura do sexto evento da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), em 1973. Na oportunidade, se comemorava o primeiro decênio da instituição e a conferencista se propunha a fazer uma espécie de balanço da atuação da Associação criada em 1961.*

---

<sup>99</sup> Aluno de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>100</sup> A professora ocupava então a função de primeira-secretária da associação, e era uma das principais referências em história econômica, vinculada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

*O que é evidenciado em sua fala é um movimento de* rompimento, ao qual advoga ter sido uma das conquistas desta mobilização de sujeitos e instituições promovidas pela formação da Associação, na demarcação de uma “novo” espaço dentro do campo da historiografia nacional. Este espaço teria como diferencial a profissionalização, que era pensada na alteridade ao amadorismo de intelectuais “autodidatas”.

Uma remodelação apresentada como questão latente na década de 1960. Período onde se teria intensificado a construção de práticas diferenciais entre os pesquisadores em história, formados pelas Universidades em relação aos que se abrigavam em outros espaços de organização como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), os que encontravam consagração na *Academia Brasileira de Letras* (ABL), ou ainda em outras instituições congêneres.

A proposição deste artigo é problematizar alguns dos elementos desta diferenciação que foram apresentados no *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*, realizado entre os dias 15 e 20 de outubro de 1961, em Marília, no interior de São Paulo<sup>101</sup>. Para isso, tomarei como fonte os anais<sup>102</sup> do encontro citado, que contém variadas informações sobre aquele momento, como os textos dos apresentadores, as transcrições das discussões realizadas nas mesas redondas e comunicações. Além de permitir a visualização das aproximações e distanciamentos entre os sujeitos. Compreendendo que este material foi composto posteriormente ao vivido, seu conteúdo deve ser problematizado como uma memória do evento, como trabalha o historiador Paulo Gonçalves Da Silva:

Tais memórias foram domesticadas, isto é, tornadas objeto de registro, enquadramento e significação segundo o projeto político de dominação paulista, daí serem cuidadosamente registradas nos Anais dos encontros, editados por Simões de Paula, a partir de operações da memória que incluem lembrar e também esquecer, construir silêncios em torno das vozes dissidentes e dissonantes. (SILVA, 2014, p.12)

Esse procedimento implica dizer que, por meio deste material, observa-se o processo sujeito a ressignificações e seleções, que devem ser conferidas ao seu *status* de fonte. O que acessamos é uma narrativa expressiva do discurso e dos posicionamentos da nascente

---

<sup>101</sup> Tal evento contou com cento e quatorze inscrições e oitenta e dois participantes de diferentes Estados divididos da seguinte forma: 40 de São Paulo; 10 de Minas Gerais; 10 do Paraná 9 da Guanabara; 3 do Rio de Janeiro; 2 da Bahia; 2 de Pernambuco, 2 do Rio Grande do Sul, 2 do Rio Grande do Norte 1 de Santa Catarina e 1 de Goiás.

<sup>102</sup> O documento em forma de livro, composto por trezentas e doze páginas, foi elaborado e impresso na Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), sob os cuidados de Eurípedes Simões de Paula no ano de 1962. O trabalho de memória da Associação Nacional de História promoveu a digitalização e a disponibilização dos anais de todos os eventos da instituição desde 1961 até os dias de hoje. Estes podem ser visualizados no *site* oficial: <http://site.anpuh.org/>

instituição. É preciso acentuar que, mesmo entendendo as transcrições como um “apaziguamento”, seu conteúdo não nos apresenta apenas convergências e transparece diferentes perspectivas históricas.

Para esta análise interessa a leitura dos discursos produzidos em torno da diferenciação que serviria como elemento de evidência para o que passou a se entender como “profissionalização”. Por isso, nos debruçamos sobre os assuntos voltados aos discursos de uma formação “técnica” da área, tendo em vista que o tema central do evento foi à elaboração e a reformulação de um currículo para os cursos superiores de História.

### **Breves informações sobre os antecedentes do tema**

A busca pelo início desta demanda remete a José Honório Rodrigues<sup>103</sup> que, desde 1949, com a publicação de *Teoria Da História Do Brasil: Introdução Metodológica*, propunha voltar-se aos estudos das teorias praticada no Brasil, assim como da construção de uma e historiografia nacional<sup>104</sup>, o que significava uma maior compreensão da área e a busca pela problematização desta na sociedade<sup>105</sup>. Rodrigues propunha contribuir neste processo com uma avaliação da formação da historiografia brasileira até a praticada no período de lançamento da obra e, para isso, voltava-se ao estudo de autores como Afonso Taunay, José Inácio de Abreu e Lima, Otávio Tarquínio de Souza. Segundo o historiador André Lemos Freixo, esta obra tinha pretensões de servir como ferramenta para a abertura da historiografia como campo de trabalho:

A primeira edição de seu texto tinha caráter propositivo. Pleiteava um até então inédito curso de "Introdução aos estudos históricos" – para os cursos de Geografia e História das universidades brasileiras – como ele próprio conhecera no período em que estudou nos Estados Unidos (entre 1943 e 1944). Um exemplo de suas pretensões foi o curso de aperfeiçoamento em História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, no qual lecionou, a partir de 1946, metodologia, teoria e história da historiografia. (FREIXO,2011, p.2)

Ainda seguindo os escritos de Freixo e de Lêda Boechat Rodrigues e José Octavio de Arruma Mello (1994), Rodrigues reivindicava para si a “importação” da discussão. No livro

---

<sup>103</sup> José Honório Rodrigues (1913-1987), seu interesse pela historiografia é relacionado com a experiência vivida na Universidade de Columbia nos Estados Unidos entre os anos de 1943 e 1944. Segundo Carlos Guilherme Mota (1988), seu projeto ao voltar para o Brasil era de problematizar a teoria e a pesquisa em história assim como a historiografia nacional

<sup>104</sup> O tema foi retomado em obras posteriores, como *História e Historiadores do Brasil* em 1965 e *História e Vida* 1966.



*Teoria da História*, com o intuito de afirmá-la no ambiente universitário, teria buscado conversar com professores das faculdades e gestores do poder público pela criação deste curso. Anos mais tarde, em 1962, aprofundaria este raciocínio em uma visão retrospectiva do momento, afirmando:

A produção universitária é extremamente reduzida e limita-se às teses de doutoramento, concursos de docência e cátedra, quase sempre não publicadas, porque impubescíveis. Nenhuma tentativa de renovação merece acolhida, não só dos poderes públicos, como universitários, os primeiros inteiramente céticos quanto a função da história na sociedade e os segundos indiferentes às tarefas da investigação e concentrados no esforço de preparação dos professores do ensino médio, a sua mais importante missão (...) Não é assim muito animador este aspecto didático; o bacharel não está preparado para a pesquisa, pois o próprio currículo e a falta de treinamento não o habilitam...(RODRIGUES, 1986, p.50).

O autor aponta para uma virada da historiografia nacional em 1958, viabilizada pelo incentivo à pesquisa e pela busca dos debates teórico-metodológicos nas universidades, o que as colocava em uma nova posição<sup>106</sup>, mas com um longo caminho ainda a ser percorrido para a ocupação deste espaço na sociedade.

Com a intensificação da ideia de que a história necessitaria de uma “formação técnica”, ampliou-se os entendimentos sobre quais seriam os conhecimentos mínimos para um historiador. E na *Revista de História*<sup>107</sup> encontramos a iniciativa da publicação dos trabalhos de José Van Den Besselaar<sup>108</sup>. A série de artigos deste é apresentada em nota de rodapé pelo editor da revista, o historiador Eurípedes Simões de Paula<sup>109</sup>, que recomenda a leitura por se tratar de um manual que atenderia as necessidades da área:

...com o presente número da Revista iniciamos a publicação do interessante trabalho do Prof. Dr. José Van Den Besselaar que, por representar uma necessidade para os nossos alunos desprovidos de bons manuais, não tivemos dúvidas em estampar, apesar do seu tamanho. Nos números seguintes publicaremos as outras três partes e, finalmente, depois de todo publicado será reunido em livro e aparecerá na coleção de Cadernos da Revista de História (BASSELAAR, 1954, p.407)

---

<sup>106</sup> José Honório Rodrigues assume uma posição de externo aos limites da universidade, pois até aquele momento se mantinha fora do ambiente das universidades, estando ligado ao IHGB, lecionando cursos de história junto ao Ministério das Relações Exteriores em paralelo com a atuação no setor de obras raras da Biblioteca Nacional.

<sup>107</sup> A Introdução de Baeslaar (parte I) é publicada em 1954, no 4º semestre, revista número 20, a obra que resultou dessa compilação teve mais três edições com alterações e expansão do texto.

<sup>108</sup> Josephus Jacobus van den Besselaar (1916-1991). Nascido em Valkenswaard (Holanda) era formado em filologia clássica pela Universidade Católica de Nijmegen. Veio para o Brasil em 1949 e lecionou primeiramente na PUC de São Paulo e posteriormente na Universidade Estadual de Assis até seu retorno para Holanda em 1961.

<sup>109</sup> Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) formado em história pela Universidade de São Paulo, foi auxiliar de Fernand Braudel no período das missões francesas. Era diretor da *Revista de História* se tornou um dos principais nomes da área no período, incentivando grupos como a Sociedade de Estudos Históricos e posteriormente sendo presidente da ANPUH entre os anos de 1962 e 1977.

O discurso da necessidade de acomodação destas ideias, sobre como fazer e aplicar uma técnica para a história é recorrente no texto de Basselaar. A proposta era apresentar uma definição possível do conteúdo imprescindível à reflexão do historiador em formação. Iniciava seu raciocínio sobre a etimologia da palavra história, remetendo às origens gregas. A compreensão da antiguidade revelava a posição de um conhecimento imbricado na organização social, que agia como “Maestra Vitae”, uma orientação para os sujeitos.

Segundo o raciocínio desse autor, ter em mente esse uso e sua importância eram premissas indispensáveis para a compreensão das técnicas a serem utilizadas, assim como a forma de proceder a análise. A disciplina, por sua vez, é considerada instrumento de produção de conhecimento e de reconhecimento da história, e para isto deve se valer das relações com as ciências auxiliares. A compreensão de que a história necessitava do aporte de outras áreas para a analisar suas definições em quanto área, e mesmo para a execução de pesquisas, é permeada pelo conceito de ciência que se colocava no período, que valorizava o trabalho interdisciplinar pela busca de respostas “mais objetiva” (BESSELAAR, 1954, p.431).

Conforme artigo de Diogo da Silva Roiz (2007), A USP já contava com uma disciplina intitulada *Introdução aos Estudos Históricos* em 1956, a qual era ministrada pelo professor Jean Glenisson<sup>110</sup> que, naquele ano, havia chegado da França. Em 1961 foi publicada a obra deste professor, intitulada *Iniciação aos Estudos históricos*, pela editora Difusão Europeia. Tomando essas experiências, pode-se ter a visão de que a discussão propedêutica aparece como uma influência externa, mas é preciso considerar a adaptação destas ideias, assim como a discussão com intelectuais da historiografia nacional.

O I *Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* estava em consonância com o movimento de profissionalização do historiador, onde entrava em questão tanto o ensino quanto a pesquisa. É importante enfatizarmos esta produção anterior ao evento para compreendemos que este não se configurou como fundador do debate, mas que era parte de embates já postos sobre um tema ainda atual.

### **I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior: uma enunciação da diferença**

No título do evento já é possível perceber que a pretensão da reunião era de afirmar a delimitação da categoria. A elaboração de um espaço que congregava, apenas, docentes universitários toma a forma de nomeação de uma categoria, o que supõem a existência de

---

<sup>110</sup> Jean Glenisson (1921-2010), historiador ligado ao grupo de Fernand Braudel, lecionou na USP no final da década de 1950.

perspectivas e debates específico a aqueles sujeitos. Essa segmentação se coloca em um campo onde já existiam outras instituições com o objetivo de associar e promover os estudos sobre o passado, agremiações de organização nacional como o próprio IHGB. Seria então uma nova proposta de espaço, mas também de visão sobre a prática.

Significativo deste movimento é que um dos principais encaminhamentos deste evento foi a criação da *Associação de Professores Universitários de História (APUH)*. Na análise do processo de estabelecimento da instituição, é preciso colocar em perspectiva que no seu interior se estabelecem vínculos por diferentes tipos de afinidades, tanto pessoais ou políticas, quanto profissionais. Estas redes objetivam produzir uma unidade que gere pertencimento aos membros e que mobilize suas ações para que possam agir em prol de bandeiras comuns. Como melhor define Pierre Bourdieu, ao estudar o campo universitário:

Os diferentes conjuntos de indivíduos (mais ou menos constituídos em grupos) definidos por esses diferentes critérios ligam-se a eles e, ao reivindicá-los, esforçando-se por fazê-los reconhecidos e afirmando sua pretensão em constituí-los como propriedades legítimas, como capital específico, trabalham para modificar as leis de formação dos preços característicos do mercado universitário para aumentarem suas chances de lucros. (BOURDIEU, 2011, p. 33)

Tomando a analogia do mercado e da composição de capital simbólico, recorreremos às ressalvas presentes no trabalho do antropólogo Jeremy Boissevan (2010) que, ao descrever as redes construídas pelas relações de amizade, afirma que no estudo de comunidades é necessário fugir de modelos baseado apenas em padrões, uma vez que as relações humanas são permeadas por ações de redes que compreendem manipuladores e coalizões. Ligações por vezes temporárias, mas que podem se tornar definitivas ou recorrentes. Essas diferentes formas de alianças pressionam os campos de forma direta ou indireta, alterando a representatividade de sujeitos, grupos e instituições, mas influenciam na legitimação ou não de propostas teóricas e metodológicas.

As discussões daquele momento têm relação com a reorganização das universidades no país, algumas das quais a singularidade para o ofício do historiador. As problemáticas buscavam reforçar o domínio de um conhecimento específico para que fosse produzida a narrativa histórica, preocupação intimamente ligada à busca pela afirmação da pesquisa naquele espaço. Isto porque os cursos de história na universidade eram voltados, sobretudo, à formação de docentes, em um processo que remete às reformas implantadas por Anísio Teixeira em 1931, quando houve uma ampliação da rede de ensino básico e a expansão do ensino de História em nível superior (FERREIRA, 2013).

Para a melhor compreensão deste processo, ainda na década de 1930, se destaca outro ponto descrito por Carlos Guilherme Motta, em *Ideologia da Cultura Brasileira* (1977, p.30), onde afirma que aquele decênio “inaugura uma redescoberta da história do Brasil”, marcada pelo lançamento de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *A Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior. As demandas da arena política reconduziam a problematização sobre o país e suas formas de “desenvolvimento”, voltavam-se ao passado buscando características nacionais, em uma leitura crítica da produção considerada “memorialística”.

Essa compreensão vai influenciar as concepções dos cursos universitários de história que se organizavam naquelas mesmas décadas. Soma-se a esse processo a vinda das chamadas “missões francesas”<sup>111</sup>, com as quais se disseminou ainda mais, entre os pesquisadores, a perspectiva da História enquanto uma “Ciência Social”. Segundo a análise de François Dosse, essa definição, na França, estava assentada sobre o paradigma estruturalista<sup>112</sup>:

Essa configuração das ciências sociais tinha expressão filosófica no pensamento da desconfiança, nas estratégias de desvendamento, com a ideia de que a verdade científica é acessível, porém oculta e velada. O que caracterizava então esse paradigma era o desenvolvimento de um pensamento do descentramento. (...). Nesse contexto o estruturalismo permitia conjugar os efeitos do objetivo teórico de destituição do sujeito e a ambição de compreensão objetivamente, e com ambições científicas. (DOSSE, 2001, p.41)

A afirmação do paradigma está diretamente relacionada às necessidades de atender aos discursos que construía os regimes de veracidade na universidade, ligados ao quantificável e a comprovação. Entre outros motivos, isto tem relação com a ascensão da sociologia e a antropologia, que se enquadravam nas demandas de uma projeção objetiva e de uma leitura mais presente, dentro de um processo de articulação de projetos modernizadores e desenvolvimentistas.

---

<sup>111</sup> As missões resultaram de um acordo entre instituições brasileiras e francesas, permitindo a contratação de professores como, por exemplo, Fernand Braudel, Gean Gage, Claude Levi Strauss e Piere Monbeig pela Universidade de São Paulo; Francis Ruellan, Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, na Universidade do Distrito Federal. Alguns desses eram geógrafos, mas exerceram grande influência na construção do campo da História. Tais profissionais participaram do processo de formação das primeiras gerações de historiadores universitários brasileiros, e transitam em outras faculdades, como no Rio Grande do Sul. Sobre o assunto ver mais em: Ferreira, Marieta de Moraes *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013; MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, v. 1. 1989. p. 410-459

<sup>112</sup> Caracterizava-se como paradigma modelo – a linguística -, duas disciplinas rainhas – a sociologia e a etnologia -, e duas doutrinas de referência – o Marxismo e o Psicanaliso. (Dosse, 2001, p.41)

Ainda como parte deste processo, podemos ressaltar o crescimento de outras áreas de conhecimento, o que causou disputas pelo domínio dos espaços, consagração e direção dentro das universidades. Exemplo destes embates podem ser visualizadas, no caso do Brasil, com a conformação de saberes para a formação dos domínios da sociologia. Alguns espaços alçaram grande visibilidade e reconhecimento social, como a *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*, ligada à USP, cuja atuação se voltava majoritariamente à pesquisa<sup>113</sup>.

Esta instituição cresceu, especialmente, durante a década de 1940, com a formatura das primeiras turmas. A mais importante influência desta “escola” foi a sociologia estadunidense de Donald Pierson, que esteve na instituição entre 1939 e 1952, as análises do grupo se transformaram em uma referência para os estudos sociais (LIMONGI, 1989, p.217), e também serviram de base para debates sobre a “ realidade” e os caminhos para o “desenvolvimento nacional”.

Focados na análise das transformações do país e com uma representação objetiva dos resultados, atendiam as demandas por uma construção de respostas e caminhos para o “desenvolvimento” do país. O que pode ser visualizado em empreendimentos como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, e, posteriormente, com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Com as fundações dos cursos de história a partir da segunda metade da década de 1930, houve uma ampliação no número de formados na área. Um passo importante nesse processo foi a separação dos cursos de história e geografia, em 1955<sup>114</sup>, que abriu caminho para as discussões sobre um currículo mínimo para os cursos, encontrando referência legal com o parecer nº 377-62<sup>115</sup> assinado pelo conselheiro Newton Lins Buarque *Sucupira*.

Em torno desta definição *sobre quais conhecimentos eram essências para a formação de um historiador*, é que se construiu o *I Simpósio de Professôres de História do Ensino Superior*. *O curso universitário se converteu em um domínio do conhecimento específico, o qual consagraria o sujeito como especialista e voz autorizada no assunto, um profissional. E era necessária uma reformulação da área que abrangesse a reafirmação*

---

<sup>113</sup> A Escola Livre de Sociologia Paulista, foi fundada em 1933, sua proposição era de estudos da sociedade e da sua modernização, ainda se destacam nomes como Florestan Fernandes, Darcy ribeiro, Fernando Henrique Cardoso.

<sup>114</sup> O processo é ratificado pela lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, uma decisão que evolvia o processo de federalização do ensino superior.

<sup>115</sup> Esse parecer buscava complementar a Lei de Diretrizes e Bases da educação aprovado no ano anterior, da mesma forma a validade deste currículo mínimo se aplicava para o ano seguinte, 1963.

*técnica e metodológica*, servindo como ferramenta para uma consolidação da História no espaço universitário e para sua projeção como campo de pesquisa.

Desta forma, o caderno de anais do evento traz, mesmo que parcialmente, discursos e atuações daqueles sujeitos sobre seus entendimentos acerca dos assuntos relevantes para compor a formação. Fazendo com que diferentes aspectos se colocassem como argumentos sobre o que os unificava como categoria, e também os distanciava de outras práticas historiográficas. O sumário da publicação<sup>116</sup> apresentava cinco seções, divididas sob os subtítulos de: “Introdução”, “Promoção do simpósio”, “Conferências”, “Sessões”, “Moções e Conclusões”. O primeiro item foi composto por um discurso da diretoria da instituição:

Foram postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil. "Muita ousadia", vai objetar-se, "para um primeiro colóquio-dos professôres de História". Aceitamos a crítica de bom grado, e nem tentaremos sequer diminuir o seu alcance. (SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1962, p.9)

Essa visão ampla estava alinhavada com a proposta de criação de um novo espaço, enfatizando não se tratar de uma tarefa fácil. A centralidade no currículo estava presente nos eixos temáticos, que se dividiam nos seguintes temas: I) História Antiga e Medieval; II) Moderna e Contemporânea, III) História da América e do Brasil, IV) Matérias Complementares e auxiliares; V). Didática: o lugar das disciplinas pedagógicas no curso de história, VI) A Especialização; e por fim o item VII) Reestruturação do Currículo. (Ibidem, p.27)

As preocupações remetem, principalmente, às grades curriculares e à suas possibilidades de configuração e de uma carreira para o ofício do historiador. Dentre estes tópicos nos determos sobre a composição das cadeiras teórico-metodológicas, que representam, na grade curricular que se pensava, um espaço de orientação das formas de se construir a narrativa histórica. Opção vinculada a ênfase na pesquisa e no delineamento da “ciência histórica”.

O processo de validação do método e dos usos da história abrangia as inquietações pela realização de pesquisas. Assunto que era compreendida como de grande importância para o programa de ampliação da formação do historiador. Essa posição é que faz com que se encontre a pauta em diferentes momentos, cabe ressaltar aqui que esse foi o assunto da

---

<sup>116</sup> A publicação realizada no ano de 1962, tendo sido parte das atribuições da comissão executiva, que contava com os professores José Roberto do Amaral Lapa, Olga Pantaleão, Oswaldo Elias Xidieh e Uacury Ribeiro de Assis Bastos, foi impresso pela seção gráfica da Universidade de São Paulo

conferência de Michel Mollat<sup>117</sup>, intitulada: *Pour Une Étude Équilibrée De L'histoire, Recherche Et Enseignement*, realizada durante o evento de 1961.

Nessa fala, o historiador francês explorou as necessidades de construir uma grade curricular que permitisse a formação crítica de um professor que tivesse condições de realizar pesquisa e soubesse melhor avaliar e construir seu material didático. Por outro lado, que um pesquisador fosse capaz de argumentar e organizar seus resultados e métodos de forma clara. Iniciou fazendo uma provocação aos resistentes à prática da pesquisa, dizendo que esperava que suas palavras diminuíssem a repugnância que alguns pudessem sentir diante de “uma exposição austera e evocadora da poeira dos arquivos”. (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, p.49).

Mas a temática encontrou maior consagração no eixo temático dedicado às chamadas “Matérias Auxiliares”<sup>118</sup>. Nesse ponto foram discutidos quais os conhecimentos deveriam ser apreendidos e praticados pelo profissional de história para executar o diálogo entre pesquisa e ensino, do qual falava Mollat. O relator do eixo temático<sup>119</sup> foi o professor Eremildo Vianna<sup>120</sup>, sua fala advogava ser uma conformação das conversas realizadas na comissão, iniciando pela localização das proposições como parte de um processo de rompimento com a história categorizada como “événementielle”<sup>121</sup> e como parte das preocupações existentes, desde o início do século, sobre a metodologia científica da história<sup>122</sup> (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1962, p.144).

O relatório apontava que o principal problema que se colocava ao tópico eram os limites de abrangência do que deveria ser ensinado, quais os conhecimentos eram fundamentais para compor os cursos como obrigatórias e como eletivas e quais conteúdos deviam estar nas ementas dos cursos introdutórios à história. Essas características, segundo Vianna, tornavam o estudo de metodologia “Coisa quimérica, pois não se pode exigir do

---

<sup>117</sup> Michel Mollat du Jardin (1911-1996). Era professor da Universidade Paris IV, estava no Brasil como professor visitante na Universidade de São Paulo.

<sup>118</sup> Essa definição comumente compreendia áreas como a Paleografia, Numismática, Arquivologia, Sociologia e Antropologia, assim como Estatística, Demografia, Economia, entre outras que se julgavam útil ao conhecimento e análise da história.

<sup>119</sup> A comissão contava ainda com Flecha Ribeiro; Guy de Hollanda (USP); José Roberto do Amaral Lapa (Faculdade de Marília); Maria Clara R. T. Constantino (Faculdade de Marília); Maria Conceição Vicente de Carvalho (Faculdade de Sorocaba); Oswaldo E. Xidieh (Faculdade de Marília); Ubaldo Puppi (Faculdade de Marília).

<sup>120</sup> Eremildo Luiz Vianna era diretor da Faculdade Nacional de Filosofia.

<sup>121</sup> Cita o evento realizado pela UNESCO entre os dias 18 e 21 de agosto em Sèvres, na França, o evento tinha como tema o ensino de história como meio de fomento para a compreensão do mundo.

<sup>122</sup> Sua referência é a escola metódica, em especial Wilhelm Bauer que escreve uma obra de propedêutica da história em 1921: *Einführung in das Studium der Geschichte* (1921).

historiador que seja, culturalmente, um super-homem” (Ibidem, p.144). Desta forma, o encaminhamento proposto pela comissão era elaborar uma matéria de método e teoria da história que fosse menos voltada aos conteúdos de “outras áreas”:

Na discussão mantida pela equipe, verificou-se que, aos currículos de História, não poderiam ser estranhas a Paleografia e a Metodologia Científica da História, estão sob as rubricas de Introdução Metodológica à História e de Teorias da História. Julgamos que a Introdução Metodológica à História deverá ser obrigatoriamente incluída nos currículos, quem sabe na primeira série, deixando-se para a última série o estudo particularizado das Teorias da História, que já abrange aspectos altamente filosóficos. Quanto à Pré-História, cremos ser dispensável como estudo autônomo, podendo figurar, apenas, no currículo como disciplina optativa, o mesmo acontecendo com a Diplomática, a Numismática e a Arqueologia (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, p.145)

O relatório aponta para uma prática da história que buscava a construção de um saber próprio, propunha o dever de incorrer no estudo da historiografia e da teoria da história, deixando para um segundo plano outros conhecimentos. Um movimento que compreende a delimitação das fronteiras da História, sua função e funcionamento da área. A enunciação desta posição se apresenta de forma mais clara no encerramento da fala: “Não devemos transformar os professores de História em filósofos, sociólogos ou geólogos, desviando-os da opção inicial, ao se matricularem nos cursos das Faculdades de Filosofia. ” (Ibidem, p. 148).

O debate que seguiu acenou com os diferentes entendimentos sobre a formação do historiador. Profissionais de diferentes instituições apresentaram suas demandas, manifestando a preocupação com a sobrecarga. Vianna foi indagado por seus colegas sobre a permanência ou inclusão de temas como a História Eclesiástica sugerida pelo professor Pe. Júlio Lopes<sup>123</sup>; bem como temas que já estavam enquadrados nas grades aplicadas em algumas faculdades, como a Estatística e a Economia defendida pela professora Alice Piffer Canabrava, que na USP encontrava-se lotada na Faculdade de Economia e Administração (FEA); ou a Paleografia e Diplomática que eram mais tradicionalmente aplicadas; ainda Pedro Calmon defendeu a oferta de cursos de Tupi, ao menos como eletivo, pensando em um projeto de “valorização nacional”.

As iniciativas desta sessão, apontaram para a aprovação da implementação das “cadeiras” teórico-metodológicas nas instituições que ainda não as ofertavam. Mas não conseguiram formar uma unanimidade quanto aos conteúdos que deveriam compor tal ementa, e nem quais matérias seriam ofertadas para sua complementação. O encaminhamento,

---

<sup>123</sup> que revela a complexidade do estabelecimento do ensino superior atrelado as instituições religiosas, o que criava uma problemática junto ao discurso científico.



que representa uma concordância, foi enviado para a assembleia de encerramento, onde foi apresentado como vigésimo segundo ponto a ser votado, e aprovado. No seu texto consta os seguintes termos:

#### MOÇÃO 22

O I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, reunido em Marília, São Paulo, considerando que é indispensável assegurar maior eficiência à formação metodológica dos futuros professores e pesquisadores de História, nas Faculdades de Filosofia;

Considerando que, enquanto em algumas Faculdades de Filosofia funciona como cadeira ou disciplina, com denominações variáveis, uma iniciação metodológica aos estudos históricos, e inexistindo em outras;

Recomenda que as Faculdades de Filosofia, instituem, de preferência como partes integrantes de uma mesma cadeira, cursos obrigatórios de “introdução Metodológica à História” na primeira série da seção de História e “Teorias da História” (incluindo História da Historiografia).

Sala de sessões. Marília, 20 de outubro de 1961.

(SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961. p.298/299.)

A proposta foi subscrita por profissionais de diferentes instituições e estados da federação<sup>124</sup>. Não visava uma uniformização das grades curriculares, por entender a pluralidade das perspectivas. Mas a aprovação deste plano deixa evidente que era considerado primordial elaborar coerentemente um conhecimento mínimo para o formar um “profissional”.

Acreditava-se que o aprimoramento técnico fortaleceria as pesquisas dentro do regime de veracidade do período, o que era fundamental para o desenvolvimento da área. A ementa deveria prover uma trajetória para a história, estabelecer princípios epistemológicos e ampliar as ferramentas de análise do pesquisador. Conhecimentos que conformariam uma compreensão, interna e externa, sobre o que compunha a história.

Essa centralidade da temática se expressa no parecer, citado no início do texto, que regulamentou o currículo mínimo, nele a “Introdução aos estudos históricos” é o único tópico que figurava entre as obrigatórias sem ser considerada parte dos conteúdos “factuais”<sup>125</sup>. Contudo, é preciso considerar que já existia uma pauta sobre a propedêutica da História, como visto inicialmente, não sendo esse mote uma “criação” do simpósio.

---

<sup>124</sup>Subscvem a proposta os professores Guy de Hollanda (Universidade do Brasil); Eremildo Luiz Vianna (Universidade do Brasil); José Roberto do Amaral Lapa (Marília); Emília Thereza Alvares Ribeiro (F.F. Niterói); Fernando Sgarbi Lima (Universidade da Guanabara); Ricardo Román Blanco (USP); José Ernesto Ballstaedt (Universidade de Minas Gerais); Nilo Garcia (Universidade da Guanabara); Pe. Miguel Schaff (PR); Sílvio Tavares (PR); Pe. Carl Valeer Frans Laga. (Marília). A diversidade de signatários da proposta nos coloca em reflexão a imagem de uma proposta exclusiva de um grupo ligado pela localidade.

<sup>125</sup> No currículo básico além da matéria propedêutica constavam ainda: História antiga, História medieval, História moderna História contemporânea, História da América e História do Brasil

## Alguns Debates e Encaminhamentos Após o Simpósio

Com essa produção anterior ao evento compreendemos que este não se configurou como um fundador da controvérsia, mas estava em consonância com este movimento, de forma que também não serviu para encerrar a questão. Uma vez que aprovação, da moção 22, não resolvia as contradições sobre os conteúdos que deveriam compor sua ementa. Foi a crítica que se apresentou na interpretação da historiadora Maria Clara Constantino, que lecionava metodologia na Universidade de Marília, para ela:

Quanto à temática, porém, que a integra, quase nenhuma reflexão se tornou possível. Densidade de programa do dia, variedade de perspectivas e experiências, existência de lacunas gritantes no currículo tradicional e ... quer parecer-nos, certo voluntário alheamento em relação ao fundamento das questões metodológicas truncaram quase todas as tentativas de um estudo intenso do assunto. (CONSTANTINO, 1962, p.420)

Essas são suas palavras de abertura do artigo *Teoria Da História Ou Teorias Da História...*<sup>126</sup>. Constantino<sup>127</sup> afirmava que, ainda no evento, suas demandas não teriam sido debatidas, e que nesses termos faria a acolhida da decisão dos participantes, mas reafirmando a necessidade do aprofundamento técnico para a área. A historiadora entendia que o conteúdo era muito amplo caso se propusesse englobar metodologia, teoria e historiografia.

A sua concepção era de que para se formar uma grade, onde não se sobrecarregaria o aluno, os professores dos cursos de História deveriam abrir mão do aprofundamento em teoria, delegando esses ensinamentos para a Filosofia, que forneceriam um profissional para ministrar um curso próprio, podendo ser esta opcional. (CONSTANTINO, 1962, p.420). Contudo essa “delegação” gerava um questionamento sobre o desenvolvimento crítico em alteridade à empiria.

Para a autora, priorizar os assuntos teóricos era deixar em segundo plano a epistemologia. Isto significaria “a formação de mais uma geração comprometida com as ligações tradicionais da história, dependendo da inteligência e curiosidade pessoal de alguns para a “libertação” destas amarras” (Ibidem, 1962, P.421). As preocupações de Constantino, com esse dilema, ficam mais evidentes quando busca dar visibilidade para a organização

---

<sup>126</sup> Esse contraste entre plural e singular é apresentada pela autora por que segundo ela alguns presentes teriam manifestado receio em ouvir a definição *teoria*, fazendo o alerta de que essa opção não mais se referia a uma concepção hegemônica até o momento - cita o providencialismo e o hegelianismo, mas a ideia de um “esquema completo” da teoria da história – para ela tema vencido e só essa concepção já representava uma transformação. (CONSTANTINO, 1962, p.420)

<sup>127</sup> Maria Clara Rezende Teixeira Constantino (1929-). Nascida em Portugal, Era formada em Filosofia.

dentro do campo. Segundo ela, a polêmica estava polarizada na disputa entre duas “escolas historiográficas”:

...o defrontar-se de duas orientações acentuadamente diferentes acerca dos estudos históricos: a representada por um grupo do Rio, de Janeiro e a da maior parte dos professores de São Paulo. Sentimo-nos em face de duas escolas. Entre os segundos, impõe-se o pensamento tradicional. Segundo êle, o aperfeiçoamento dos estudos históricos deve levar-se a cabo dentro do esquema da sua completa emancipação relativamente às restantes ciências. Entre os primeiros, o desejo de integração da história no conjunto das ciências sócias ia ao ponto de sacrificar, ao nosso ver, a própria autonomia da História. Foi o que se impôs quando ouvimos preconizar a substituição da Introdução aos Estudos Históricos por uma Introdução às ciências Sociais, de vez que os três anos de formação comuns ao professor secundário e ao especialista, dar-se-iam em conjunto para todos os ramos ciências sociais. (Ibidem, 1962, p. 421)

Suas críticas acentuam que a visão associada ao que seria uma “escola do Rio de Janeiro”, ao tomar tal posição, estaria negando a especificidade da história e, logo, predefiniria a necessidade da afirmação das fronteiras disciplinares. Por outro lado, as posições do grupo de São Paulo reafirmariam uma perspectiva tradicional, que pouco orientaria para uma “emancipação” da área.

A inquietação passava pela existência de uma proposta corrente de estabelecimento de um primeiro ano de formação onde se lecionaria conteúdos comuns para os cursos de humanas e sociais. Na opinião de Maria Clara Constantino, isto só seria aceitável se houvesse uma propedêutica específica nos anos posteriores, assegurando a formação em um método e uma filosofia da história. Esses são seus motivos para afirmar uma proposta que já estava corrente no Simpósio, tratava-se do desdobramento da ementa com uma introdução nos anos iniciais e um aprofundamento nos anos posteriores.

Quatro edições após a publicação do artigo de Constantino, a *Revista de História* veiculou o artigo *Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia*, escrito por Yves Bruand<sup>128</sup>. Neste texto, o professor da Universidade de São Paulo comentava que a grade da instituição foi logo modificada e o tópico “Introdução aos estudos Históricos” foi substituído por “Metodologia de História” e foi incluso no último ano a matéria de “Teoria da História”, seguindo as discussões propostas no evento de 1961, mais especificamente com o encaminhamento presente na moção de número 22.

Concordava com Constantino no que se referia à abrangência do curso, ao mesmo tempo em que havia a preocupação que este servisse como ferramenta de autoconhecimento

---

<sup>128</sup>Yves Bruand (1926-2011), era nascido na França, formou-se pela Escola de Chartres em arquivista e paleografia. Veio ao Brasil como professor visitante da Universidade de São Paulo, como integrante das “missões francesas”, entre os anos de 1960 e 1969.

da área, assim como com a construção de uma autonomia. Ambos concordam que a história estava posta no campo das ciências sociais, e que deveria se propor à interdisciplinaridade. É preciso considerar que ambos os debatedores aqui citados eram advindos de outras formações.

Contudo, a divergência estava no recorte a ser adotado. Bruand não encontrava problema em que “filosofia da história” fosse oferecido pelos profissionais daquele campo, buscando afirmar que não era central o conhecimento aprofundado das teorias para o historiador, mas tinha a sua importância na orientação “essencial” para a formação do historiador. Na base de seu argumento estava que Hegel, Dilthey, Marx e Rickert entre outros, teriam se dedicado a definir o conhecimento histórico sem possuir uma formação na área; por outro lado, grandes historiadores como Niebuhr, Fustel de Colanges, não teriam focado esforços na construção destas balizas teóricas-metodológicas (BRUAND, 1963, p.515).<sup>129</sup>

Constantino segue a lógica de que havia primazia da aplicação da história como prática sobre a teórica, já Bruand considerava que havia uma prática conjunta da qual, por vezes, o historiador não se dava conta que fazia também filosofia. Neste segundo entendimento haveria uma complementariedade entre teoria, metodologia e historiografia, de forma a inverter as fronteiras internas do conhecimento histórico. Concluía com a afirmação afirmando que não era necessário para os alunos que visam se especializar, por exemplo, em Moderna ou Contemporânea se deter tanto na Filosofia, mas que a “Teoria da História”, não deveria abdicar do ensino da “História da Historiografia”, isso em razão da convicção de que o debate epistemológico de filosofia devia compreender a trajetória deste conhecimento.

Mais do que uma confrontação de ideias, os dois autores auxiliam no entendimento de questões centrais neste momento. Pois o impasse ocorre nas fronteiras disciplinares, que assumem lugar central na definição do que compete a história e o que seria de responsabilidade das chamadas ciências auxiliares. Mais ainda, sobre o que podia ser estabelecido como uma divisão dentro de um conhecimento específico, ligado a característica de ser uma matéria “orientadora” da prática. Partindo daí, então, a preocupação de Constantino com a autonomia dos historiadores e a alegação de uma produção que não ocorre apenas no fazer historiográfico, como alega Bruand.

Ao nos atentarmos para projetos de diferentes instituições, percebemos a importância dos encaminhamentos do Simpósio ocorrido em Marília em 1961, e da rede que se estabeleceu com ele, pois defende-se que diferentes iniciativas tenham sido adotadas por

---

<sup>129</sup>A autora cita então Henri - Irénée Marrou no livro *L'Histoire et ses Méthodes* (1961) "a História não pode prescindir da infusão de uma certa dose de espírito filosófico, mesmo que o historiador faça filosofia sem sabê-lo".

influência, entre outros motivos, da moção 22. Exemplar é o projeto desenvolvido pela professora Maria da Conceição Martins Ribeiro junto à professora Jeanne Berrance de Castro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Neste projeto era aliado o curso de *Introdução aos Estudos Históricos* com a execução de pesquisa coletiva de levantamento de fontes.

Desta iniciativa resultaram as que foram apresentados em comunicações intituladas: *A organização de dois arquivos: autobiográfico e falado do Museu de Rio Claro* e *Curso De Introdução Aos Estudos Históricos e As Fontes Primárias (uma Experiência)*, ambas provenientes de levantamentos e análises realizadas a partir da disciplina (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1965, p.413). Esse “experimento” não era único, na Universidade Federal do Paraná a matéria era lecionada pela professora Cecília Maria Westphalen e incorria também na conciliação entre a prática do trabalho de arquivos, o debate teórico e estudos de documentação que faziam parte do projeto intitulado *Arquivos Paranaenses* (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1967, p.243)

Percebemos que havia uma primazia pela prática onde a pesquisa se coloca como estopim para a metodologia e para a teoria. Uma resposta empírica, de retorno às fontes, que modelou variados planos de ensino de “Introdução aos estudos históricos”. Estas iniciativas vieram a fomentar a pesquisa histórica, seguindo, sobretudo, o modelo de análise proposto por Fernand Braudel e pela segunda geração da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que se tornaria a principal referência presente nos manuais que circulavam no país. A problematização metodológica foi destacada por José Honório Rodrigues em 1970, quando afirmava em seu livro *História Corpo do Tempo*:

De 1939 a 1958 a metodologia e as demais especializações metodológicas foram simplesmente desconhecidas, e desde então seus resultados têm sido os mais positivos. Abra-se a Revista de História da Universidade de São Paulo e de outras grandes Faculdades e ver-se-á a quantidade de levantamentos de arquivos locais, de pesquisas e publicação documental. Veja-se o crescimento do estudo da história local e estadual, estimulado pela nova disciplina; a defesa do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, mas da documentação que resulta da maior atenção às fontes. Índices, guias, monografias aparecidos ultimamente em escala maior que em qualquer época resultam da campanha pela criação da disciplina, e da luta pelo desenvolvimento da pesquisa e da defesa documental (RODRIGUES, 1970, p.18)

Como constata Rodrigues, o debate metodológico foi uma das ferramentas fundamentais para construção da historiografia brasileira como a entendemos hoje. Encontrava-se nessa configuração curricular o espaço para a afirmação do processo de

“profissionalização”. O discurso técnico foi formador de um diferencial para o historiador formado nas universidades. Com a aplicação da pesquisa, enfatizava-se um discurso de cumprimento das demandas sociais, ocupando-se dos estudos do tempo e do passado nacional, assim se buscava manter o espaço no âmbito das ciências sociais. Seria simplista uma defesa da importância da disciplina introdutória para a afirmação da história, como é possível de ser lido. Os cursos teórico-metodológicos, configuraram-se como elementos de disputa interna da área e passaram a figurar como característicos nas instituições de ensino superior.

Este processo vivido entre as décadas de 1950 e 1960 foi diretamente influenciado pelos debates que se seguiram com o golpe militar de 1964 e a reforma do ensino de 1968. Este cenário vai novamente alterar o entendimento sobre a forma de fazer história e criar uma demanda ainda maior sobre os aspectos técnicos e científicos, que passou a buscar maior enquadramento no modelo de “desenvolvimento autoritário” do novo regime político. Com isso, percebemos que as matérias propedêuticas são um espaço ímpar para a compreensão dos usos e das demandas a qual se submete um campo de conhecimento e, logo, seus próprios praticantes.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos Estudos Históricos. *Revista de História*, São Paulo, nº 20, 407-493, outubro de 1954.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando “Amigo de Amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 195-223.

BRUAND, Yves. *Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia*. In: *Revista de história USP*. Nº54 – 1963

BOURDIEU, Pierre. *A Economia Das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CONSTANTINO, Maria Clara T. *Teoria da História ou Teorias da História...* A propósito do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. In *Revista de história USP*. Nº50 – 1962

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FREIXO, André Lemos. *Um "Arquiteto" Da Historiografia Brasileira: História E Historiadores Em José Honório Rodrigues*. In Revista Brasileira de História - São Paulo.

LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política". In: MICELI, P. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, v. 1. 1989. p. 410-459

MATOS, Odilon Nogueira. *Valor Propedêutico Da História Da Historiografia E Sua Colocação Entre Os Temas De Introdução Aos Estudos Históricos*. In Anais do I Encontro Brasileiro sôbre Introdução Ao Estudo da História. Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1970 p. 109

MOTA, Carlos Guilherme. *José Honório Rodrigues: A Obra Inacabada*. Estud. av. vol.2 no.3 São Paulo Sept./Dec. 1988

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

\_\_\_\_\_, José Honório. *História: corpo do tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Perspectiva, 1986

RODRIGUES, Leda Boechat e MELLO, José Octávio de Arruda. *Um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

ROIZ, Diogo da Silva. *A Institucionalização Do Ensino Universitário De História Na Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras Da Universidade De São Paulo Entre 1934 E 1956*. Agora, Santa Cruz do Sul. 2007

SILVA, Paulo Thiago Santos. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: Espaço de Identificação Profissional e Legitimação do Saber Histórico (1961–1977)*. 2014. 334 f. Tese (doutorado em história). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2014.

WESTPHALEN, Cecília. *A Introdução Ao Estudo Da História E As Técnicas Auxiliares Do Historiador*. In Anais do I Encontro Brasileiro sôbre Introdução Ao Estudo da História. Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1970.

# REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS DO NACIONALISMO REPUBLICANO NAS PINTURAS DE LÍDIA BAÍS

Fernanda Reis Varella<sup>130</sup>

**RESUMO:** Esse artigo tem como objetivo discutir a ideia de Nacionalismo e República em Campo Grande, hoje capital do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da análise da trajetória de vida e das obras de arte da artista plástica campo-grandense Lídia Baís. Filha de comerciante e ativo político da cidade na primeira metade do século XX, Lídia Baís usou a arte como instrumento de inserção nos debates políticos, bem como, ressignificou os lugares femininos ao inserir a mulher no espaço público da política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lídia Baís- Nacionalismo – República

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the idea of Nationalism and Republic in Campo Grande, now the capital of the State of Mato Grosso do Sul from the analysis of the trajectory of life and works of art by artist Lydia Baís Campo Grande. Merchant's daughter and city politician active in the first half of the twentieth century, Lydia Baís used art as insertion instrument in political debate as well, ressignificou female places to insert women in the public sphere of politics.

**KEYWORDS:** Lydia Baís– Nationalism – Republic

## INTRODUÇÃO

Estudar a vida e a obra de uma artista possibilita pensar acerca de suas criações como formas privilegiadas de expressão do próprio artista e muitas vezes as expressões do interior humano de modo geral. Refletir sobre as produções de Lídia Baís também permite compreender o mundo e a sociedade na qual ela viveu.

Algumas questões em torno da história de sua família, a trajetória artística e, sobretudo, a forte relação com assuntos religiosos são alguns temas que consideramos importantes para tentar uma aproximação com a artista e pensar sobre o lugar de origem. Como suas inquietações como mulher e artista, numa sociedade em processo de transição para a modernidade, refletiram nas obras de Lídia Baís? Como as obras refletiram na sociedade em que viveu?

A artista nasceu em 1900 e morreu em 1985 e, nesse período, viveu e conviveu nos meios sociais que naquele momento sofriam algumas mudanças. Embora contraditória no que diz respeito à visão que tinha do mundo, Lídia Baís não suportou as frustrações e confrontou com sua própria realidade.

---

<sup>130</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e doutoranda no Programa de Pós-graduação da pela Universidade Federal da Grande Dourados.



O isolamento, não só no momento em que empreendeu a clausura, mas durante toda a vida, demonstrou um sentimento de solidão permanente, um vazio e uma insatisfação constantes. Na história de vida e na arte de Lídia Baís estão contidas a história de uma época, de um lugar que também teve uma história de desenvolvimento e de modernização. Lídia Baís poderia ter sido só mais uma mulher sufocada por uma sociedade que estranhava o novo em tempos de afirmação da modernidade, mas algo em particular a fez uma pessoa com características bem particulares.

Muito mais que uma artista modernista, foi uma mulher moderna. Viveu e experimentou a transição da sociedade e acompanhou as rápidas mudanças decorrentes da modernidade do século XX. A sua história de vida problematizou as contradições modernas e as angústias inerentes desse momento, as quais se refletiram em suas pinturas.

Ao abordar aspectos de sua vida privada, percebemos que nela está contida a história de uma sociedade que ao longo do processo modernizador representou os conflitos do período em transição. Os questionamentos de Lídia Baís se traduziram nas crises de identidade, no sentimento de pertencimento, nas questões de gênero, bem como na participação da mulher na política.

Abordamos nesse artigo a existência de um processo modernizador em Campo Grande, região sul do antigo estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Refletimos sobre o esforço empreendido pelas forças políticas em fazer de Campo Grande uma cidade com características modernas. Desse modo, destaca-se a discussão sobre a cidade, a política e o nacionalismo presentes nas obras de Lídia Baís.

## **POLÍTICA E NACIONALISMO EM LÍDIA BAÍS**

Quando pensamos em algo “moderno” o associamos a alguma coisa atual e positiva, no sentido de atribuir juízo de valor ao termo. Segundo Hans Robert Jauss, teórico da literatura, a modernidade vem do latim *modernus*, sendo que, de acordo com o estudioso, a primeira vez que este termo apareceu foi em meados do século V, no período de transição entre a antiguidade romana e o mundo da nova cristandade.

Já no século XII, o moderno surge com um sentido de aperfeiçoamento. Cria-se uma relação entre o novo e o antigo, como se o novo se sobrepusesse ao antigo e o antigo sobrevivesse ao novo. Para Jauss, essa relação entre o novo e o antigo envolve outra discussão: uma obra considerada “moderna” só se consagraria quando no futuro lhe

atribuíssem o sentido de *antiquitas* (Cf. JAUSS, 1996, p. 55-56). Quando os humanistas do Renascimento italiano veem a Idade Média como um período de transição entre a antiguidade (*antiquitas*) e a modernidade do presente é como se configurasse um tempo que segue seu caminho para o futuro.

Segundo Jauss, há entre *anciens* e *modernes* um deslocamento entre o que seria a arte da antiguidade e a arte moderna. Esse deslocamento é oriundo da consciência de que cada época tem suas particularidades e assim direciona seu olhar de modo próprio. A perspectiva de aperfeiçoamento crescente do futuro vai possibilitar a ideia de que a modernidade das luzes se afastará dos *anciens* humanistas. A partir desse momento, o moderno estará voltado para o futuro, para o novo. Assim, alguns símbolos da modernidade perfazem a ideia de progresso, de continuidade e de futuro.

Nesse sentido, pensamos a ferrovia como um símbolo que perfaz essa ideia de progresso e de futuro, pois, como um elemento histórico e importante na construção da cidade moderna, no caso de Campo Grande, passou a ser uma representação dessa noção de moderno. Ela significou um avanço para o futuro, para o novo. Com isso, abriu espaço para que, através de seu funcionamento, a região se tornasse um símbolo de avanço para o progresso. Será através do discurso de modernidade que Campo Grande se destaca como uma cidade que caminha rumo ao futuro “bom” e “autossuficiente”.

As transformações recorrentes das mudanças no país refletem as relações político-econômicas na região e o processo de industrialização nacional favorece a concentração de capital. Se considerarmos que a modernidade foi um fenômeno que se caracterizou pelos avanços das questões sociais, políticas e econômicas de forma rápida e dinâmica:

A elite política de Cuiabá, ao longo de um século e meio, fomentou o sonho da chegada do trem à cidade. Nos sonhos construídos, o trem continuou apenas nas mentes, pois a estrada de ferro nunca chegou. Constantemente, os meios de comunicação levantam a questão, apresentam discussões que abordam o traçado ideal, retiram Cuiabá da rota, trazem os custos, rediscutem o financiamento e enfocam a situação ecológica. Parece uma história sem fim, apenas para entreter as pessoas e dar algum sentido a essa lógica de organização assumida pelos “donos do poder” num mundo local influenciado pela ocidentalização (BORGES, 2008, p. 155).

A partir desse momento, tornou-se claro a separação com o sul do Estado. Embora houvesse algumas leis criadas com o intento de incentivar a ocupação de terras devolutas, o norte de Mato Grosso ainda se encontrava relativamente desocupado e com baixa imigração. O sul, por sua vez, atravessava um período de crescimento proveniente da corrente fundação de povoados e cidades, a extração de mate e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O tão aguardado trem em Cuiabá despertou no imaginário da sociedade a esperança da chegada da civilização e o desenvolvimento econômico:

As cores do progresso aflorariam às faces da velha cidade. Nova seiva fortificaria o habitante do sertão. O futuro seria, decerto, risonho e já podia ser entrevisto na aurora “prestes a raiar”. A bicentenária capital passaria por uma reforma profunda, quando o sonho se traduzisse em realidade. [...] fosse isso uma quimera ou uma ilusão, o certo é que a capital assistiu à destruição de todos os seus sonhos e de todas as suas esperanças, mas continuou aguardando, inutilmente o trem que nunca chegou (MACIEL, 1992, p. 124).

Esse imaginário de progresso e civilização, aquecidos com o discurso da modernidade através do trem, imprimiu-se no cotidiano cuiabano como um sonho a ser realizado, da modernidade, do progresso. O futuro que avança, mas que não finda, assim como o trem que jamais chegou.

Para o historiador Fernando Tadeu de Miranda Borges, as questões que envolvem a chegada do trem em Cuiabá se dão em um patamar político, o que corrobora com a ideia de que a modernidade chegada por meios simbólicos de progresso e futuro, a partir da chegada dos trilhos do trem. Esse discurso, na ótica do autor, se estabelece com base nas pretensões das elites cuiabanas, que tão logo se encarregou, por meio das vias de comunicação, de impregnar no imaginário da população uma ideia positiva e esperançosa de progresso com o trem. O futuro de Cuiabá dependeria da chegada do progresso. Significaria, no entanto, alcançar os centros urbanos e competir por igual com as demais cidades do centro sul do país. Para Borges, as questões políticas ainda são os meios de sustentação desse discurso de progresso e futuro:

O desejo de Mato Grosso de ligar-se ao litoral foi e continua sendo perseguido e nutrido pela classe política junto à população cidadina. Com o olhar sempre voltado para fora, buscava uma pequena parte de seus habitantes estar informada dos ditames internacionais, com a finalidade de poder tentar imitar os hábitos e acompanhar a moda, chegando ao ponto de virem a ser consumidos em Cuiabá, na segunda metade do século XIX, parecia impor ao espaço-tempo cuiabano um sentido diferente do que até então vigorava. Contudo, vale lembrar que o custo social que Cuiabá enfrentou para alcançar essas chamadas inovações tem sido enorme e, quando chegam, apenas um conjunto pequeno de pessoas desfruta dos seus benefícios (BORGES, 2008, p. 156).

Na corrida pela modernidade, a busca do progresso e a expectativa de futuro, segundo Borges, Cuiabá ficou para trás. A partir do estado Novo, o esforço de modernização junto às políticas nacionais de expansão de fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro-Oeste vão transformar Cuiabá e arrefecer os debates acerca da divisão entre norte e sul de Mato Grosso.

Essas transformações e discussões político-econômicas decorrentes da ferrovia criaram a necessidade de organizar os núcleos urbanos e causaram certo embate entre Cuiabá e Campo Grande. Não somente um espaço para abrigar imigrantes, mas, sobretudo um meio de sincronizar o sentido modernizador do trem com a cidade. Com o passar do tempo, as questões que envolviam a construção da ferrovia geraram outras discussões tão complexas quanto essas. Nesse momento, Campo Grande entrava no rol das cidades que tinham urgência em modernizar-se, em transformar seu espaço urbano em cidade moderna e “civilizada”.

Na década de 1930, Campo Grande vivenciava momentos tensos quanto à política da cidade e da região. O surgimento de uma nova elite no sul de Mato Grosso movimentou a política na região contribuindo, assim, para que o processo de modernidade se configurasse de forma rápida para reafirmar o discurso do processo de separação do Estado.

Em 1932, o sul de Mato Grosso apoiou São Paulo contra o governo estabelecido por Getúlio Vargas estreitando relações com setores políticos paulistas. Marisa Bittar (2009), ao contextualizar a situação brasileira entre as décadas de 1920 até 1932 do século XX, nos permite compreender o surgimento dessas novas elites no sul de Mato Grosso. Nos atenta sobre as questões das novas estruturas sociais que surgem com o avanço da modernidade no país, os movimentos militares de 1920 e o surgimento da Aliança Liberal em 1930. Esse conjunto de fatores refletiu de forma sistemática no processo de emancipação da região sul do norte do Estado de Mato Grosso.

A participação política do sul de Mato Grosso em 1932 foi definitiva para os rumos políticos da região. O poder oligárquico no Brasil não fora totalmente abalado com a Revolução de 1930, mas, conforme Bittar, representou um momento de transição, ainda sob as égides dos poderes oligárquicos de uma reestruturação do poder (BITTAR, 2009, p. 150).

O golpe de 1937 implantou o Estado Novo, com isso se impôs ao Brasil uma nova postura política, econômica e social. As transformações e a consolidação do poder do Estado se afirmaram nos cinco primeiros anos após o golpe.

O Brasil, no entanto, transformava-se de forma sistemática, no sentido de modificar as antigas estruturas de poder. O novo regime implantado pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas acelerou alguns setores da sociedade, mas também promoveu atrasos e permanências em outros.

Essas transformações e as novas acomodações propiciaram um remanejamento geográfico que trouxe para o centro da cidade sujeitos de culturas e costumes provenientes do campo e ou de outras localidades do país e do mundo. De acordo com as explanações de Sola:

O caráter semi-autoritário, semiconcessivo, de toda essa estrutura, viciava de paternalismo as relações entre trabalhadores e governo, identificados por eles a Getúlio Vargas. Nos primeiros anos de Estado Novo, esse sistema teria por função política predominante, portanto, a conquista – e ao mesmo tempo o controle e a disciplina das organizações, sobretudo operárias. Somente mais tarde, no fim do regime, ele seria utilizado para mobilizar “as massas”, fazendo-as intervir ativamente nas lutas políticas, a favor de Vargas, contra os grupos oposicionistas. A eficácia desses recursos se explica, em parte, pela composição do proletariado: camada a que se incorporavam constantemente novos contingentes de origem rural, para os quais a vida urbana era sinônimo de ascensão e, de modo particular, eram indivíduos beneficiados pelos direitos adquiridos com a legislação do trabalho. Mais ainda, as diferenças sociais e culturais em que implica a vida urbana se comparada à do campo exigia deles e de suas famílias ajustamentos difíceis, que consumiam boa parte de suas energias. Não havia tempo –nem condições políticas- para que se pudessem cristalizar reivindicações e tradição organizatória autônoma (SOLA, 1988, p. 273).

Essas mudanças e essas movimentações não se detiveram apenas nos principais centros urbanos do país, pois outras regiões também se mobilizaram em torno da nova política imposta pelo Estado. Mato Grosso também fez parte de toda essa movimentação política que implicava, sobretudo, a permanência de forças políticas já consolidadas na região sul do antigo estado. A movimentação política na região envolveu diversas famílias da elite mato-grossense, entre elas, a família Baís. Vespasiano Barbosa Martins era cunhado de Lídia Baís, casado com sua irmã Celina, e foi líder do processo divisionista no Estado na década de 1930. Também participou do movimento contra Getúlio Vargas: a marcha que levaria cinco mil homens de Mato Grosso a São Paulo não aconteceu, mas respingou sobre a figura dele a responsabilidade política de manter a região sul de Mato Grosso no cerne das discussões políticas do país.

Essa movimentação política em Campo Grande fez da cidade um espaço político mais fortalecido, com maior prestígio, o que contribuiu para reafirmar os propósitos de Campo Grande tornar-se a capital de um novo Estado.

Conforme explana Marisa Bittar, as questões em torno da divisão do Estado surgem a partir da movimentação política de 1932. A autora contesta a posição de alguns historiadores que afirmam que ocorreram movimentações nesse sentido anterior a essa data: “Não fosse a insurreição paulista de 1932, não teria havido governo no sul de Mato Grosso, mesmo que passageiro. Esse governo por outro lado, é considerado como o primeiro do estado autônomo dividido” (BITTAR, 2009, p. 164). Para Bittar, o movimento de 1932, mesmo derrotado, significou “um prenúncio de 1977” (2009, p. 258).

Nesse contexto fez parte a família de Lídia Baís, na figura de seu cunhado Vespasiano Barbosa Martins. Seu envolvimento com o movimento de 1932 e o levante contra Getúlio Vargas deu mais visibilidade política à família na cidade de Campo Grande. Portanto os Baís estavam diretamente ligados às questões políticas na região.

As relações políticas que sua família estabeleceu com os grupos políticos não só de Campo Grande, mas também de São Paulo, refletiram no pensamento de Lídia Baís acerca da política brasileira. Getúlio Vargas foi pintado por Lídia Baís ao lado da figura de Napoleão Bonaparte, permitindo que fizéssemos uma associação dessa pintura com os acontecimentos políticos da época. Nela, Lídia Baís expressa conhecimento acerca das forças políticas que permeavam a realidade brasileira no período, bem como o reflexo dessas relações políticas em Campo Grande, especialmente esse contexto em sua família:



Dr. Getúlio Vargas  
T. Lídia Baís  
FONTE: MARCO

A imagem de Getúlio Vargas gerou e ainda gera algumas controvérsias em relação ao que ele representou enquanto força política no país. A figura de Vargas arrefeceu as discussões acerca do que ele significou para a sociedade brasileira. Amado por uns e odiado por outros, ainda hoje representa uma figura contraditória. Sua política autoritária, nacionalista, populista e centralizadora deu a ele poder arbitrário, capaz de movimentar as forças políticas de todo o país. Segundo Sola:

De fato, Getúlio Vargas será o centro político do Estado Novo, mais ainda do que fora enquanto Presidente Provisório, depois de 1930, e como Presidente Constitucional, a partir de 1935, o que confere eficácia àquela

representação ideológica. Explicar, o fato e a imagem como constantes de todo regime autoritário, seria insuficiente; ambos resultam de condições particulares da história brasileira depois de 1930. Apontá-las implica em determinar as características do golpe de Estado e as condições que o tornaram possível; implica também em reconstruir o processo pelo qual foi se impondo a ideia de Vargas como árbitro e salvador (SOLA, 1988, p. 257).

Getúlio Vargas foi desde muito cedo um sujeito envolvido com a política, herança de seu pai que também à sua época participou de conflitos de caráter político no Rio Grande do Sul. A família Vargas era muito influente na cidade de São Borja, município gaúcho onde Getúlio nasceu. O Rio Grande do Sul foi palco de muitas disputas e revoltas políticas, nas quais a família se fez presente. Segundo a cientista política e professora Maria Celina D'Araújo:

Getúlio Vargas nasceu em 19 de abril de 1882 em São Borja, cidade do Rio Grande do Sul situada na fronteira com a Argentina. Quando adolescente, provavelmente por algum interesse escolar, declarou ter nascido em 1883, e durante um século acreditou-se ser esse o ano de seu nascimento. Seus pais, Cândida Dornelles Vargas e Manoel do Nascimento Vargas pertenciam a famílias de estancieiros com prestígio na política local. Getúlio teve quatro irmãos: dois mais velhos, Viriato e Protásio, e dois mais novos, Spartacus e Benjamim. A história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação de Getúlio Dornelles Vargas. Colonizada de início por jesuítas e a seguir por portugueses oriundos do arquipélago dos Açores, a região, a partir do século XVII, foi palco de lutas frequentes entre portugueses e espanhóis. Nos séculos seguintes, outras guerras importantes varreram o solo gaúcho: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) – na qual o pai de Getúlio foi herói militar –, a Revolução Federalista de 1893 e a guerra civil de 1923 (D'ARAÚJO, 2011, p. 19).

A participação política do pai de Getúlio Vargas pode ter sido decisiva na vida política dele. Em 1907, o Senhor Manoel Vargas, indicado pelo PRR, tornou-se prefeito de São Borja, fortalecendo o nome da família Vargas na região.

Não pretendemos fazer comparações entre a história de Lídia Baís e Getúlio Vargas, interessa-nos pensar alguns aspectos que se assemelham entre as duas famílias. O envolvimento político entre Manoel Vargas e Bernardo Baís, posteriormente o envolvimento político do cunhado de Lídia, Vespasiano Martins, que inclusive se opõe a Getúlio Vargas. A discussão que deixamos para posteriores reflexões é justamente pensar a atuação das elites na política brasileira, já que de alguma forma as histórias se entrecruzam e estabelecem conexões entre a História e a identidade nacional. Não nos aprofundaremos nessa discussão por pensarmos que neste momento este debate não está em foco e por entendermos que este é tema relevante para ser tratado em poucos parágrafos.

Pensamos nessas interconexões quando Lídia Baís se fez presente no processo político que envolveu sua família em Campo Grande. Ao pintar a obra *Dr. Getúlio Vargas*, pôde externar seu pensamento sobre a política nacional e seus reflexos na região e na cidade onde morava. Podemos observar a imagem de Getúlio Vargas em primeiro plano compondo a parte principal da obra, atrás em segundo plano aparece um homem trajando roupas de soldado em cima de um cavalo branco. Essa imagem nos remete à figura mítica de Napoleão Bonaparte.<sup>131</sup> Ao pintar Getúlio Vargas e Napoleão Bonaparte em uma mesma composição, entendemos que a artista possivelmente pretendia estabelecer uma relação entre essas duas figuras emblemáticas da história. É possível dizer que Lidia Baís estabeleceu uma comparação da política autoritária do governo francês do século XIX com a política centralizadora de Getúlio Vargas no Brasil do século XX. Ao observarmos a bandeira nacional ao lado da imagem de Napoleão associamos sua imagem e sua política ao que o Brasil nas mãos de Getúlio Vargas vivenciava naquele momento. De acordo com Maria Celina D'Araújo:

Nos anos 30, passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista (1997, p. 10).

Getúlio Vargas carregava a imagem de um líder com características bem particulares: populista, autoritário tinha habilidade em governar o país estabelecendo uma base de apoio para o seu projeto político que visava implantar um ideal nacionalista com o intuito de atingir o progresso. Este projeto político – embasado às ideias nacionalistas, que surgem no pós-primeira Grande Guerra, aliado as influências do Nazismo Alemão e do Fascismo Italiano – deu poder político a Vargas e mudou definitivamente os rumos políticos do país (D'Araújo, 1997, p. 12).

Foi por essas razões que Getúlio Vargas, ao longo de sua trajetória política, desenvolveu entre a grande massa uma imagem carismática, como já dissemos anteriormente, sendo ao mesmo tempo amado e odiado. Max Weber (2009) assinala diferenças entre a dominação carismática e a rotineira. Para esse teórico, a dominação carismática teria um sentido de controle e de mando. O carisma, para Weber, seria desenvolvido em meio a

---

<sup>131</sup> Nos trabalhos sobre as obras de Lídia Baís Alda Quadros de Couto: *Lídia Baís: Uma Pintora nos Territórios do Assombro* (2011) e Paulo Roberto Rigotti: *Imaginário e Representação na Pintura de Lídia Baís* (2009), ambos traduzem a imagem em segundo plano a figura de Napoleão Bonaparte. A primeira associa a imagem ao misticismo imposto a figura de Napoleão, o segundo associa a figura de Getúlio Vargas a de Napoleão Bonaparte.



situações socialmente vulneráveis, conturbadas, ocorrem em momentos de transição ou decomposição das instituições, ou ainda em períodos de rápidas mudanças de estrutura (2009, p. 18).

Inegavelmente, Getúlio Vargas foi essa figura carismática que usou de sua capacidade de articular vários setores sociais aliados a um momento de profunda transformação nas estruturas políticas e sociais do Brasil. O discurso que está envolta à imagem de Getúlio Vargas o projeta como vanguarda de uma nova política nacional, torna-se um indivíduo público, ao mesmo tempo em que vive um momento de dismantelamento das antigas estruturas sociais.

Napoleão Bonaparte foi também um governante que construiu sua força política baseada nos princípios da hierarquia, do autoritarismo e também um governo com traços conservadores. Teve sua trajetória política construída com pilares sólidos em seus propósitos. Hobsbawm apresenta uma breve trajetória:

Napoleão Bonaparte, embora cavalheiro de nascimento pelos padrões de sua bárbara ilha natal da Córsega, era um carreirista típico daquela espécie. Nascido em 1769, ambicioso, descontente e revolucionário, subiu vagarosamente na artilharia, um dos poucos ramos do exército real em que a competência técnica era indispensável. Durante a Revolução, e especialmente sob a ditadura jacobina que ele apoiou firmemente, foi reconhecido por um comissário local em um fronte de suma importância- por causalidade, um patrício de Córsega, fato que dificilmente pode ter abalado suas intenções- como um soldado de sons esplêndidos e muito promissor. O Ano II fez dele um general. Sobreviveu a queda de Robespierre, e um dom para o cultivo de ligações úteis em Paris ajudou-o em sua escalada após este momento difícil. Agarrou a sua chance na campanha italiana de 1796, que fez dele o inquestionado primeiro soldado da República, que agia virtualmente independente das autoridades civis. O poder foi meio atirado sobre seus ombros e meio agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e a sua própria indispensabilidade. Tornou-se primeiro cônsul, depois cônsul vitalício e Imperador. Com sua chegada, como que por milagre, os insolúveis problemas do Diretório se tornaram solúveis, Em poucos anos a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa- um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular (1996, p. 92).

Estabelecendo uma analogia entre Getúlio Vargas e Napoleão Bonaparte, podemos dizer que há algumas semelhanças entre essas duas figuras. Transformaram-se em mitos em suas devidas proporções, além de construir uma trajetória política sólida. Getúlio Vargas ainda hoje é responsável por longos debates em relação a sua atuação política no Brasil, assim como Napoleão. Para os franceses Napoleão foi responsável pelas profundas transformações

na França, o que, para alguns, justificou suas guerras e a morte de alguns milhares de homens.

Segundo Hobsbawm:

Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas ideias-talvez todas- foram previstas pela Revolução e pelo Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. [...] Ele destruiu apenas uma coisa: a revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi o mito mais poderoso do que o dele, pois após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país (1995, p. 94).

Os trabalhos de Alda Quadros do Couto (2011) e de Paulo Roberto Rigotti (2009) divergem no sentido da intenção de Lúcia de pintar a imagem de Getúlio Vargas. A primeira atribui a pintura *Dr. Getúlio Vargas* a uma homenagem da artista ao então presidente, ao passo que Rigotti a atribui a uma possível crítica da artista em relação à política de Getúlio. Conforme pondera Couto:

A vertente temática do nacionalismo na pintura de Lúcia Baís está representada pela homenagem a Getúlio Vargas, que tem a imagem ligada à figura mítica de Napoleão Bonaparte, um lugar comum na cultura brasileira de influência francesa, no seu sentido mais corriqueiro. É notável a posição de Lúcia, uma mulher pintando suas ideias no Brasil de 1930, considerando-se parte integrante da nação, quando as conquistas da cidadania pelas mulheres, eram incipientes, tanto do ponto de vista da esquerda quanto da extrema direita (COUTO, 2011, p. 81).

O trabalho de Rigotti, *Imaginário e Representação na Pintura de Lúcia Baís*, realiza uma interpretação desta mesma obra de forma diferente. Ainda que a figura no segundo plano seja associada a Napoleão Bonaparte, atribui a obra uma crítica realizada pela artista, considerando, inclusive, a participação política de sua família em Campo Grande:

Ambos os chefes de estado, Getúlio e Napoleão, estabelecem um diálogo, proposto intencionalmente pela artista, sob a égide do emblema da bandeira brasileira, que também está representada no canto superior direito, sobre a cabeça de Napoleão. Ao mesmo tempo em que Lúcia “homenageia” Getúlio e Napoleão, a artista reafirma sua ousada atitude de cidadania ao “comentar” política numa época em que, provavelmente, as mulheres ainda não tinham nem o direito ao voto e eram desconsideradas enquanto sujeitos sociais e históricos. Ao comparar Getúlio a Napoleão, Lúcia compara também a política brasileira da época, mais precisamente a Nova República, com o absolutismo francês e sua política autoritária do século XIX. Assim, a pintura *Dr. Getúlio Vargas* evidencia a visão crítica da artista diante da política de sua época e o seu repúdio ao presidente Getúlio Vargas, haja vista que foram as tropas enviadas, sob a ordem de Getúlio, que combateram a

revolta deflagrada no estado de Mato Grosso em 1932 e puseram fim ao governo provisório de Vespasiano Barbosa Martins, cunhado de Lídia Baís e um dos líderes da revolta (2009, p. 91).

Ao analisarmos a obra e as considerações acima, nos aproximamos da interpretação que Rigotti realiza sobre a obra. É possível que *Dr. Getúlio Vargas* reflita o descontentamento de Lídia em relação à política brasileira. Provavelmente, a artista associou a conjuntura nacional à realidade presente em sua família. Entendemos, assim, que o nacionalismo presente em algumas obras de Lídia tenha um caráter mais crítico que propriamente um elogio à pátria. Acreditamos nessa hipótese quando entendemos que a associação que a artista faz de duas figuras tão emblemáticas na história se dê em um momento de participação efetiva de sua família na política, bem como em um momento de produção de Lídia. Opor-se às posições políticas de seus familiares naquele momento talvez não fosse o caminho mais indicado para ela. Vale ressaltar que nesse período, a pintora já havia sido internada em clínicas psiquiátricas algumas vezes. É possível que as obras executadas à luz da razão política tenham sido também um meio que a artista encontrou de “provar” sua lucidez.

A expressão artística de Lídia Baís possivelmente foi o meio que encontrou de se fazer presente nos assuntos políticos. Desse modo, pôde externar através da pintura seu pensamento sobre a política. E ao pensar nela associou o tema tão presente em sua família com sua própria história de vida.

Ao pintar sobre esses temas, demonstra certa articulação e conhecimento lúcido de assuntos tão centrados como a política e o nacionalismo. É o que observamos na fotomontagem (*assemblage*) de Lídia Baís, onde ela insere seu rosto na bandeira nacional:



Sem título  
Montagem Fotográfica, s/d  
T. Lídia Baís  
Acervo: Marco  
Fonte: Museu Baís

Essa *assemblage* demonstra o espírito nacionalista da artista. Ela se coloca no lugar da estrela principal da Bandeira Nacional e nos remete a uma ideia de que ela se sente parte da sociedade e da nação. Há uma inscrição que diz: “Um dia saberão por que...”.<sup>132</sup> Considerando o contexto, imaginamos que essa fotomontagem tenha sido produzida na década de 1930, haja vista a técnica utilizada, a existência do debate nacionalista que estava em voga no momento, sem contar a participação política de sua família durante a Revolução, conforme vimos anteriormente. Segundo Bittar:

Dentre os batalhões que partiram de Campo Grande, encontrava-se o Gato Preto, comandado por Henrique Barbosa Martins. Seu filho, Wilson Barbosa Martins, lembrando o episódio, declarou que, contaminado pelas pregações dos combatentes, insistiu em embarcar com os soldados, mas ganhou “uma forte repreensão” do pai e teve que ficar. Referindo-se a Campo Grande, disse que, atrás dos que partiram, ficou uma grande praça revolucionária, pois havia enorme mobilização na cidade, e o engajamento da população era total. Até os professores davam aulas uniformizados, enquanto amigos e parentes seguiam para as frentes de luta. Além da cidade agitada e do pito que levou do pai por haver fugido do internato com a intenção de seguir com a sua tropa, lembra-se também do tio-avô Vespasiano, que lhe revelara jamais ter sofrido tanto como na revolução e lhe aconselhara: “Nunca se meta em revolução, é a pior coisa do mundo” (BITTAR, 2009, p. 163).

<sup>132</sup> Esta frase não aparece na imagem que temos, obtivemos essa informação nos livros de Alda Maria Quadros do Couto: *Lídia Baís: Uma pintora nos territórios do assombro* e no livro de Paulo Roberto Rigotti: *Imaginário e Representação na Pintura de Lídia Baís*.

Uma leitura dessa obra nos permite refletir quanto a um possível desejo em Lídia Baís em, de alguma forma, enaltecer sua pátria. Mais uma vez podemos dizer que está representando sua luta pessoal na sociedade. Além de se colocar em posição central, no lugar da estrela, é a imagem de uma mulher que está em destaque. É talvez uma reflexão acerca da contradição do nacionalismo defendido por Getúlio Vargas na época. Ao mesmo tempo em que se defendia o amor à pátria, a mulher ainda de certa forma mantinha-se excluída das decisões políticas no país. A participação política da mulher, ainda nesse período, era quase nula, só após a legalização do voto feminino – em 1932, e ainda assim, o voto para a mulher era facultativo enquanto para o homem era obrigatório – que a mulher adquire o direito político no Brasil. A participação feminina na política, para Perrot, foi a fronteira mais difícil de ser rompida pelas mulheres:

De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerado o apanágio e o negócio dos homens. A *polis* grega exclui as mulheres, tal como os escravos e os bárbaros, mas de maneira diferente. As mulheres podem intervir em caso de crise aguda na qual a existência da *polis* é posta em risco. Essa *stasis* (sedição) é, segundo Nicole Lourax, considerada uma catástrofe (2008, p. 158).

Nesse sentido, podemos observar que Lídia posicionou-se diante de relevantes fatos políticos em seu país à época. Por meio da arte, ela situou-se como um símbolo na região quanto à condição feminina na política nacional. Partiu de sua realidade, o envolvimento de sua família nos assuntos políticos, colocou-se diante do desafio de se fazer perceber como parte do processo de construção da nação. A fotomontagem com seu retrato ao centro da bandeira nacional talvez seja uma forma de colocar a mulher ao centro das questões políticas do país. Quanto à configuração dessa fotomontagem, Couto assinala:

Uma leitura da fotomontagem de Lídia permite perceber que foi esse mesmo o sentido que a pintora atribuiu a bandeira, símbolo da pátria e da cidadania na sua acepção mais predominante, à direita. Como indivíduo, ela quer seu lugar no painel dos construtores dessa cultura ordeira e progressista, mas como artista, quer mais que uma cidadania legitimada: quer a exaltação de um lugar digno das estrelas. Subverte, então, as regras da ordem e do progresso, reivindicando um destaque excessivo para o patamar em que o povo está colocado, no ideário positivista. Um destaque do qual, no entanto, os favorecidos, entre os quais ela se encontra, desfrutam com naturalidade (2011, p. 83).

Esta *assemblage* é um autorretrato que dialoga com sua visão de nação. Coloca-se, como mulher, em uma condição de visibilidade, e, sobretudo, de ousadia ao deixar implícito em sua arte como ela pretendia estar presente e atuante na sociedade. As questões femininas

ainda eram um tabu e, possivelmente, um assunto pomenorizado pela própria família que à época encontrava-se envolvida com os assuntos políticos não só do Estado, mas em nível nacional, encontram-se presente nesta obra.

Se estabelecermos conexões entre esta *Assemblage* e *Dr. Getúlio Vargas* podemos identificar uma discussão que se estende de uma obra para outra. O envolvimento de seu cunhado no esforço de fazer Campo Grande uma cidade fortemente atuante no campo político teve espaço no pensamento de Lília e se configurou em arte. E ainda, pensando a política no olhar da mulher, Lília Baís fez de sua arte um meio de denunciar sobre a sua própria condição feminina inserida em uma sociedade ainda presa a antigos padrões. Sendo assim, a relação da mulher com a política se fez presente em suas pinturas de cunho nacionalista. Seus autorretratos, fazendo referência à política, são característicos dessa fase nacionalista de Lília Baís. Ao autorretratar-se, a artista se coloca em posição de crítica à política e nos permite uma reflexão quanto às questões femininas vigentes na época.

A produção de caráter político associado à condição feminina aparece em outra pintura da autora. Em seu afresco *Joana Darc*, obra emblemática da artista, Lília Baís representa muito mais a ela própria que talvez outras mulheres, mas reproduz o enfrentamento da mulher em tempos de rupturas.



Joana D'Arc das Artes  
T. Lília Baís  
Afresco  
T. Lília Baís

A história de Joana D'Arc oscila entre a imagem de glória e repulsa, desobediência e liberdade. Está, ainda, entre a fogueira e o altar, em todas as contradições que essas representações podem significar. De todas elas, sem dúvida, a questão dos papéis femininos ao longo da história é o que mais se associa à sua imagem. Ao pensarmos nessa figura emblemática, associamos a mulher à frente de seu tempo, que desbravou fronteiras até então intransponíveis às mulheres. Agiu de forma contrária aos padrões de comportamento esperado das mulheres na Idade Média.

Joana D'Arc nasceu em Domremy, pequena aldeia francesa, em 6 de janeiro de 1412. Filha de Jacques d'Arc e Isabel, católicos que criaram Joana com base nos princípios cristãos. Joana D'Arc frequentava a Igreja e costumava ir a lugares considerados sagrados. Era uma menina de boa conduta, devota e muito paciente (PERNOUD, 1996, p. 14). Segundo consta, começou a ter visões e ouvir vozes ainda na infância. Essas manifestações mediúnicas influenciaram definitivamente a trajetória da jovem que se mudou de sua aldeia para concretizar sua missão: tornar Carlos de Valois, rei da França. Assim como Joana Darc, Lídia Baís também tinha visões e ouvia vozes, o que a levou a algumas internações em clínicas de tratamento psiquiátrico.

Joana Darc foi considerada pela história uma mulher forte, guerreira, incompreendida e injustiçada. Talvez essa obra seja uma representação do modelo feminino transcendente aos padrões da mulher submissa, ao pai, depois ao marido e a Igreja. A mulher que não tinha voz na sociedade serviu de modelo para Lídia Baís esboçar como ela sentia-se diante da opressão e abandono que sofreu da família e, posteriormente, da sociedade. Quanto à figura de Joana Darc, como uma mulher incompreendida em seu tempo, tomemos o exemplo de Couto:

Há, no aspecto mítico que cerca a figura de Joana Darc, o conteúdo épico da amazona, o deslumbramento do heroísmo para uma mulher, em meio ao sempre predominante domínio masculino. Esse é o dado real que se desdobrou em quinhentos anos, e foi encontrado pela pintora brasileira, no interior do país que até hoje tem no misticismo e na influência cultural francesa valores inegáveis (2001, p. 67).

Suas histórias se entrecruzam e carregam em si um peso de uma condição de inferioridade diante dos homens, da Igreja e da sociedade. Ao pintar seu autorretrato, Lídia Baís faz uma analogia com a personagem histórica, retratando-se com os elementos imagéticos mais conhecidos de Joana D'Arc: em trajes de guerra, portando uma lança, que representam qualidades de uma mulher corajosa e forte, qualidades essas que podem ser

associadas à imagem do guerreiro medieval. A roupa na Idade Média, como afirma Le Goff (1983), era responsável por designar categorias sociais. Usar roupas masculinas e ainda um uniforme de guerreiro era o mesmo que cometer o pecado da ambição e da degradação.

Joana D'Arc foi confinada antes de seu julgamento na Santa Inquisição. Esse confinamento, segundo Pernoud (1996), servia para privar os acusados de comunicação externa, ou seja, um meio de evitar que as ideias dos acusados se propagassem a outros. O tempo de privação deveria levar o encarcerado a repensar suas possíveis falhas e reconciliar-se com a Igreja.

Lídia Baís encontrou na história de Joana D'Arc uma identificação com sua própria história. Podemos entender o significado dessa obra como uma breve referência às mulheres que, durante as décadas de 1920 e 1930, lutavam pelos direitos femininos. Pelo o que sua trajetória de vida nos mostra, passou a vida a reivindicar seu direito de ser livre, tanto em seus pensamentos e produções artísticas, quanto em suas escolhas no campo pessoal, como por exemplo o fato de não querer casar-se. Essa obra é também um trabalho de caráter político, porque nos remete a uma reflexão a respeito do papel da mulher em meio aos temas considerados essencialmente masculinos, como a política.

Esta pintura é um autorretrato, pois é Lídia Baís quem está sentada sobre o cavalo empunhando uma lança, símbolo de luta. Está sozinha na composição, apenas na companhia de um cachorro que carrega um pincel na boca, pincel esse que pode representar a arma que Lídia Baís usou para enfrentar as adversidades que encontrou em sua vida.

Talvez a descrição de sua própria imagem representando Joana D'arc, tenha um significado de sua luta pessoal, mas que, ao mesmo tempo, representava a história de outras mulheres que assim como Lídia lutaram contra a opressão que lhes eram impostas ao longo do tempo. Joana D'Arc confrontou sua família e os dogmas da Igreja. O conflito familiar foi, sem dúvida, a maior batalha da vida de Lídia Baís. Enfrentou o pai e os irmãos. Questionou a Igreja, buscou respostas para as suas dúvidas quanto às questões espirituais.

Essa seria a associação da obra com a mulher moderna, a qual teria um caminho árduo a percorrer diante das transformações da sociedade. Lídia Baís marcou em Campo Grande o símbolo dessas mulher moderna que, diante dos desafios de uma nova era, enfrentava as contradições entre a inserção da modernidade e a permanência dos antigos costumes conservadores.

Todas essas questões se entrecruzam, fazendo sentido as relações políticas, econômicas e sociais. Lídia Baís, de alguma forma, representou esses debates nas suas obras



fazendo uma ligação entre seus conflitos pessoais e as questões de caráter coletivo. Mesmo que a participação da mulher nesse período ainda não se configurasse efetivamente, as próprias articulações políticas em sua família a fez perceber, e ou refletir, qual lugar que ela como mulher ocupava em meio a essas transformações. Sob esse prisma, Campo Grande serviu de cenário para suas indagações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009.

BORGES, M. C.; OLIVEIRA, V. W. de. *Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2006.

COUTO, A. M. Q. de. *Lídia Baís: uma pintora nos territórios do assombro*. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os sinais de Deus na cartografia crítica de Murilo Mendes*. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1997.

D'ARAUJO, M. C. (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ / Fundação Getúlio Vargas, 1999. <<http://www.fgv.br/CEPEDOC>>. Acesso em: 12/2012.

DELUMEU, J. *História do medo no ocidente: 1300-1800: Uma Cidade Sitiada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JAUSS, H. R. *História da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

MACIEL, L. *A capital de Mato Grosso*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PERNOUD, R. *Joana D'Arc a mulher forte*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RIGOTTI, P. R. *Imaginário e representação na pintura de Lídia Baís*. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

SOLA, L. O golpe de 37 e o estado novo. In: \_\_\_\_\_. MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

\_\_\_\_\_. *Getúlio Vargas*. Brasília: Edições Câmara, 2011.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultura, 2007.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia*. Brasília: UNB, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2003.

# A QUE VIEMOS – O ESCREVER A HISTÓRIA: NOTAS DE UMA PESQUISA SOBRE O USO DE PSICOATIVOS LÍCITOS E ILÍCITOS NA RELIGIOSIDADE DO SANTO DAIME

Jéssica Rocha<sup>133</sup>

## RESUMO

As culturas das drogas são complexas e múltiplas em significados. No Santo Daime, na década de 1970, encontramos um *processo de subjetivação* de um psicoativo atualmente ilícito no país, que tem na configuração do uso a sua ressignificação. Para os daimistas, a diferença entre a Maconha e a *Santa Maria*, nome que designa a erva para estes, está em seu modo de usar e em sua forma de aquisição. Pretendemos, a partir de uma compreensão possibilitada por autores como Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault, analisar as práticas discursivas que legitimam as significações daimistas em sua materialidade, o que torna possível esse discurso, fixando suas fronteiras, suas divergências e descontinuidades, percebendo suas fragmentações, aonde esses não são plenos, em suas divergências e apropriações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Santa Maria; Maconha; Subjetivação

## ABSTRACT

The drug's cultures are complex and they has multiple means. In The Santo Daime , on 1970, we founded a subjectivation process of a psychoactive still illegal at the country, that it has on the use configuration it own means. For the "Daimistas" (People who follow the Daime religion), The difference between Marijuana and Saint Mary, the name of the herb for Daimistas, it's on the way they use Marijuana and how could they have it. We intend in a reflection from authors like Félix Guattari, Gilles Deleuze and Michel Foucault, analyse the discursive works that legitimizes the Damistas's means in it own materiality, what turns possible this speech, fixings her borders, her divergences and her discontinuities, realizing her fragmentations, where they're not full, in her divergences and appropriations.

**KEY WORDS:** Saint Mary, Marijuana, Subjectivation.

## 1. O Escrever a História

Escrever o passado, torná-lo composição do presente é uma tarefa árdua, que carrega consigo o compromisso, o traço das *tramas rizomáticas*<sup>134</sup>, fazendo a genealogia e a cartografia dos acontecimentos, retratando o que possibilitou o passado ser, mostrando seus encontros e desencontros. Contar o passado como algo próximo dos nossos anseios, e não

---

<sup>133</sup> Formada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Coxim. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira - UFMS.

<sup>134</sup> O filósofo Félix Guattari (2013, p. 145) utiliza o termo *trama de minorias* para definir a formação de um *rizoma*. Com isto, o autor atenta para que, as diferenças trazidas por movimentos de minorias “Não são somente transmissões programáticas e de ideias as que se operam aí, mas também *transmissões de sensibilidades* e de *experimentação*”.

por isso imutável, é uma tarefa para aqueles que compreendem a história em sua forma mais poética, quando esta desliza sobre uma coreografia não ensaiada, não premeditada. Os acontecimentos do passado podem por nós serem escritos, avaliados e problematizados, encontrando-se muito mais próximos do presente, ao ponto de podermos reescrevê-los, como em um *rizoma* que muda seu percurso<sup>135</sup>.

A História, enquanto produtora de conhecimento científico, tem sido repensada desde a Escola dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre durante os anos de 1930<sup>136</sup>. O que possibilitou novos olhares para o passado, historicizando novos objetos, criando novos problemas que, por sua vez, tendem a se distanciar dos métodos positivistas<sup>137</sup> de concepção historiográfica. A Nova História Cultural<sup>138</sup> surgiu dentro deste contexto enquanto um segmento dessa expansão, do qual simpatizamos, e no qual encontramos respaldo ao cartografar um novo fazer História.

E tendo como base esse novo fazer História (PESAVENTO, 2014, p. 14), criando tramas *rizomáticas*, iniciamos uma pesquisa científica que tenta expor as *performances* dos adeptos ao Santo Daime – ICEFLU (Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal), de Sebastião Mota de Melo, na *produção de subjetividade* cultural e social de outro psicoativo, a Santa Maria. Vertente da igreja fundadora da religião (o Alto Santo), que na década de 1970<sup>139</sup> rompe com a ortodoxia desta, expandindo o culto e o uso da Ayahuasca<sup>140</sup> para todo o Brasil e o mundo, que até aquele momento encontrava-se situada apenas na região Norte do país. E que também incorpora o uso de mais uma planta, a *Cannabis*, que passa a ser concebida por estes como *Santa Maria* e tem o seu uso ritualizado e sacralizado, assim como a Ayahuasca que passa a ser *Santo Daime*.

---

<sup>135</sup> O escopo dessa introdução é se posicionar metodologicamente dentro do contexto da Teoria da História, na qual muitos posicionamentos são possíveis, e o método que nos apropriamos segue o raciocínio de Guattari (2013, p. 146), o qual entende que ao decorrer da história encontramos “dispositivos que possibilitam uma articulação de um novo tipo; dispositivos que permitem criar tanto estruturas de defesa, como estruturas mais ofensivas; dispositivos que permitem criar aberturas e contatos, impossíveis de se realizar no isolamento”.

<sup>136</sup> Cf. (PESAVENTO, 2014, p. 13).

<sup>137</sup> Idem. (p. 10).

<sup>138</sup> “Por vezes, se utiliza a expressão *Nova História Cultural*, a lembrar que antes teria uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico.” (PESAVENTO, 2014, p. 14).

<sup>139</sup> Cf. (MORTIMER, 2000).

<sup>140</sup> A Ayahuasca é uma bebida ancestral, de uso milenar pelos autóctones andinos, que apresenta propriedades psicoativas e é utilizada por diversos grupos no Brasil, que a consideram um sacramento (REGINATO, 2010).

Por entendermos que as transformações no fazer/escrever a História residem em novos territórios que esta passa a explorar, como dirá a historiadora Fernanda Reis parafraseando Jacques Revel (1998), possibilitando que se construa temáticas originais, desvelando assim “a infinitude de leituras possíveis empreendidas pelo historiador. Desse modo, essa ligação da História com outras áreas, outros objetos e diversas fontes implicam também em diferentes formas de escrever a História” (REIS, 2014, p. 175).

E é assim que o campo historiográfico passa a se apropriar dessas temáticas na prática. Contribuindo para uma troca mútua e interdisciplinar, o que Peter Burke chamou de *discurso compartilhado*, que envolve a troca de conceitos, objetos e percepções entre alguns pesquisadores do âmbito das ciências sociais e das humanidades (BURKE, 2002 Apud REIS, 2014), é que os historiadores da Nova História Cultural têm colocado em prática um novo fazer História, com temáticas outrora inexploradas pelo positivismo histórico.

### **1.1 “Por uma antropologia e uma filosofia historiográficas: concebendo um método, cartografando desejos”**

O historiador Roger Chartier (2002, p. 16-17), ao demarcar seu posicionamento, escreveu que “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos”. E o caminho que iremos percorrer para descrever essa parte da história, tomamos como aliadas outras disciplinas das Ciências Humanas, assim como o reivindicado por Chartier (2002) em seu texto “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”.

A partir dessa relação interdisciplinar, sugerida por diversos autores que trabalharam a Filosofia e a Teoria da História no século XX, é que o diálogo entre História e Antropologia e História e Filosofia, assim como outras disciplinas, se fez possível. E a historiadora Fernanda Reis também aponta à problematização do passado (2014, p. 176), permitida através desse novo fazer/escrever da História que, segundo a mesma, “é que vai definir essa nova proposta na escrita ou no pensar histórico”.

Como em uma via de mão dupla, a História passou a se valer dos conceitos e problematizações advindos de dentro dos mais diversos campos do saber, sendo, inclusive, utilizados como base para um aporte teórico-metodológico historiográfico. A prática do fazer/escrever a História abre o leque de possibilidades quanto às abordagens,

compreendendo assim que as *tramas* que se passam no passado podem ser remontadas, decalqueadas<sup>141</sup>, ou como em uma cartografia, em que se traça o desenho dos acontecimentos na busca de perceber a diversidade sendo subjetivada, a *produção de subjetividade capitalística*<sup>142</sup> em marcha, por exemplo.

Possibilitando leituras e “indícios” do passado (GINZBURG, 1990 Apud REIS, 2014, p. 176) é nas fontes que deverá, aquele que resolve pesquisar e forjar o passado, buscar a sua reconstrução, “a ressignificação imaginária do real.” (REIS, 2014, p. 176). Com o historiador buscando novos objetos de análise, novas problemáticas, é razoável que as fontes também se diversificassem, e então, não se limitando mais a apenas documentos oficiais.

A exemplo disso, no decorrer da pesquisa, optamos por ter como fontes: i) a transcrição de falas; ii) as literaturas biográficas; iii) os saberes histórico e antropológicos acerca do tema; iv) também hinos que compõem a liturgia da religião; v) e os pareceres jurídico-científicos. Enquanto parte das fontes nos passam a segurança de estarmos concedendo o lugar da narrativa para os participantes da prática daimista, quando se trata de problematizar a licitude do uso das substâncias tidas por sagradas pelo grupo pesquisado (Santo Daime e Santa Maria, popularmente, Ayahuasca e Maconha<sup>143</sup>), compomos com os pareceres jurídico-científicos e com os saberes histórico e antropológicos.

No *discurso*<sup>144</sup> que aqui pretendemos construir acerca das práticas daimistas da vertente de seguidores do Padrinho Sebastião, procuraremos dar forma e significado para uma *subjetivação* do real, nos utilizando de princípios eleitos pelo filósofo e historiador Michel Foucault (2013) no decorrer da análise. Observando os sistemas jurídicos de poder, e como se dá a *produção de subjetividade* por meio destes, que virão a representar os sujeitos em suas instâncias sociais. Judith Butler (2015, p. 18-19), se utilizando dos conceitos foucaultianos de análise do discurso para apresentar os problemas de gênero, dirá que:

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição,

---

<sup>141</sup> Cf. Deleuze (1995, p. 12).

<sup>142</sup> Para Félix Guattari, o conceito de *produção de subjetividade* capitalística é: “Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou a identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (2013, p.35)

<sup>143</sup> Segundo o historiador Henrique Carneiro, o termo *Maconha* chegou ao Brasil originalmente da África para designar a erva, assim como outras denominações em línguas africanas (diamba e liamba). (CARNEIRO, 2005)

<sup>144</sup> O uso do termo vai ao encontro com a conceitualização deste proposta por Michel Foucault em *A Ordem do Discurso* (2013), com o qual concordamos que, no *discurso* se encontra Procedimentos ou Sistemas de Exclusão.

regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. (Butler, 2015, p. 18-19)

E é justamente por notarmos as regulações impostas pelo campo jurídico no meio social, que há a pretensão de se entender como se subverte a ordem do discurso em seu próprio favor, em uma cultura de *Guerra às Drogas*, vigente desde que a política de repressão norte-americana do presidente Richard Nixon foi instituída em 1974<sup>145</sup>. A partir de então, temos uma política ideológica em escala mundial, apoiada pela ONU e os mais diversos países, que ignoram os usos terapêuticos, culturais e até o feito de estudos com as substâncias proscritas, para que se utilize dos benefícios que cada droga ao invés do tipo de acesso e uso que o *Proibicionismo*<sup>146</sup> limita.

A Política de Proibição e Guerra às Drogas tem dizimado e encarcerado a população pobre e majoritariamente negra<sup>147</sup>; com um discurso puritano, que demoniza as drogas, as colocando como um mal em si, questão esta já sugerida por Deleuze (2014) como melhor compreendida se abordada fora dos termos de uma causalidade específica. Além disso, o fracasso óbvio que essa política tem tomado expõe interesses obscuros, em que vemos, de um lado os interesses da indústria farmacêutica e do outro os cartéis do narcotráfico, às vezes comandados pelos próprios políticos que propõem as leis proibitivas<sup>148</sup>.

Escrevemos a História dos que não constroem diretamente as regulações do jurídico, mas dos que as contradizem, e muitas vezes fazendo essas serem reescritas – como no caso da Ayahuasca. Através dos relatos e dos ensinamentos não presenciados e não vivenciados por nós, mas lidos e concebidos a partir de uma reconstrução, tentamos forjar o passado, o ocorrido e vivenciado pelo outro, e não por nós. E para tanto, junto com esta investigação temos como escopo suprir a necessidade exposta por Viveiros de Castro, quanto ao uso dos conceitos de análise de Félix Guattari e Gilles Deleuze nas disciplinas de humanidades, porque acreditamos compor, e porque notamos assim como o exposto pelo antropólogo:

A presença dos conceitos deleuzianos (e deleuzo-guattarianos) em certas disciplinas ou campos de investigação contemporâneos é, com efeito, bem

---

<sup>145</sup> Cf. VARGAS (2008, p. 42-43).

<sup>146</sup> Entendemos como a melhor definição dessa Política Pública em escala mundial: “a atual coerência e identidade das leis sobre drogas no mundo que, apesar das particularidades locais possíveis de serem encontradas, trabalham em uníssono a partir de uma fórmula comum: o proibicionismo” (RODRIGUES, 2008, p. 91).

<sup>147</sup> Cf. BARROS; PERES (2011, p. 17).

<sup>148</sup> Vide notícias: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/trafico-de-cocaina-e-o-aeroporto-de-claudio-mg.html> (Acessado em: 12/08/2014 às 12 horas) e <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/experimentei-maconha-mas-nao-recomendo-diz-aecio-neves.html> (23/05/2014 às 13 horas).

menos evidente ou direta do que se deveria esperar, manifestando-se ali antes por meio de seus efeitos sistêmicos difusos no ambiente cultural das últimas décadas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 92)

Portanto, a partir do teorizado por Guattari (2013), entendemos que será traçando a cartografia de um possível *processo de subjetivação* que discorreremos sobre a inserção e ressignificação da *Maconha em Santa Maria* no Santo Daime, enquanto objeto de análise historiográfica. Assim, abandonaremos conceitos tais como os de *ideologia, identidade e sujeito*, para percebermos a *produção de subjetividades* de um grupo, suas conceituações, práticas e ressignificações. E tentamos perceber como essa produção se relaciona com as “grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI, 2013, p. 35).

Produções que operam no campo da significação, da percepção, da cosmovisão, sem dúvida, importam para aqueles que delas se servem para poder viver. No *Caso Santa Maria*, o qual é objeto da pesquisa, os criadores e adeptos do que na atualidade se configura uma doutrina, se valem de significados hegemônicos, que constituem uma lógica maior em abrangência, de ordem Ocidental, puritana e progressista, o cristianismo tal como ele é concebido hoje. Sendo também, parte da *subjetividade capitalística* (2013, p. 39), conceituam uma prática, concebem uma crença, produzem *outra* subjetividade; constituindo assim uma minoria, tramam um *rizoma* (2013, p. 144), e subvertem toda esta lógica que demoniza a planta e seus próprios adeptos.

## 1.2 A dissidência enquanto *devir minoria*

Entendemos, assim como Guattari conceitua, que a *lógica mariana*<sup>149</sup> forma uma *micropolítica* (GUATTARI, 2013, p. 36), eclodida em meio a seringueiros, nordestinos migrantes e hippies convertidos ao sincrético cristianismo daimista (MORTIMER, 2001). As expressões obtidas no *processo de singularização* aí “são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade” (GUATTARI, 2013, p. 36), pois Guattari nos mostra, contrariando alguns culturalistas que, “A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade” (2013, p. 36). E o Santo Daime de Sebastião Mota de Melo, no reinventar a *Santa Maria*, constituiu uma subjetividade coletiva; e como isso se deu, consumindo quais *sistemas de representação*, com quais *agenciamentos de singularidades desejantes*, é o que exploramos.

---

<sup>149</sup> “Os marianos, isto é, os apreciadores de Santa Maria”. Cf. MORTIMER (2001, p. 176)



A partir de um *agenciamento coletivo de enunciação*, a performatividade da *Santa Maria* tomou corpo “na invenção de modos de referência, de modos de práxis” (2013, p. 38), permitindo uma inter-relação com o interior e o exterior do campo que habita, do espaço subjetivo que ocupa. Fruto de um contexto histórico que forjava os anos de 1970 no Brasil, em menos de um século após a Abolição da Escravatura<sup>150</sup>, 60 anos depois de um fluxo migratório de nordestinos para o norte do país em busca da extração da borracha<sup>151</sup>, em meio a Ditadura Militar como forma de Governo Federal<sup>152</sup>, e com uma geração de *Contracultura*<sup>153</sup>, encabeçada por jovens que viajavam pelo país e pela América Latina em busca de descobrirem novas formas e concepções de mundo, novas experiências, pois as vivenciadas em seu país não mais lhe cabiam<sup>154</sup>.

A contextualização histórica-político-geográfica possibilita uma compreensão de como a conceitualização da erva se deu em *Santa Maria* para aqueles, em âmbito coletivo, talvez de maneira ingênua, mas definitivamente com uma postura de enfrentamento aos preconceitos com a erva. Não que fosse algo consensual<sup>155</sup>, pois tinha muitas ressalvas e discordâncias por parte dos adeptos do Santo Daime, e inclusive, ainda na atualidade (GOULART, 2003, p. 06), mesmo os que seguem a vertente de Sebastião Mota. Afinal, quando Félix Guattari nos alerta quanto aos *agenciamentos coletivos de enunciação* dizendo que, “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”, ele não está se referindo a uma totalidade a se insurgir, mas sim a aquilo que mesmo se insurgindo contra as grandes máquinas, como aquela que produz o *sujeito*, “essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de

---

<sup>150</sup> A Abolição da Escravatura no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888, ao ser assinada a *Lei Áurea* pela Princesa Isabel, na qual proibia o tráfico e comércio de escravos, por pressão Inglesa (BARROS; PERES, 2011)

<sup>151</sup> “Financiados por grupos econômicos internacionais através de uma complexa rede que envolvia exportadores, bancos e grandes empresas industriais, as Casas Aviadoras de Belém e Manaus e os grupos seringalistas formavam grupos agenciadores que recrutavam mão-de-obra nos portos do litoral e mesmo em pleno sertão nordestino. Resultou disso um êxodo dirigido, comandado em última instância, pelos interesses econômicos de grandes capitalistas norte-americanos e europeus.” (OLIVEIRA, 1983 APUD FRÖES, 1986, p. 147-148).

<sup>152</sup> Em 1964 o país sofreu um Golpe Militar que fez vigorar um Regime de Ditadura Militar como forma de Governo Federal até 1985, quando este caiu com as DIRETAS JÁ!. (PESAVENTO, 2014, p. 10; REHEN, 2015)

<sup>153</sup> O *Movimento de Contracultura* teve início nos EUA na década de 1960, no qual a filosofia condizia com práticas dissidentes e, também, aqui no Brasil, era como uma resposta aos *Anos de Chumbo*, como ficou conhecido o período do Golpe Militar de Estado. (PEREIRA, 1983)

<sup>154</sup> “Liberdade sexual, experiência com drogas, misticismos, viagens de carona etc. tornaram-se válvulas de escape para a frustração de muitos jovens em boa parte oriundos da classe média urbana. Aproveitando a criação da malha de rodovias recentemente implantada no esforço de integrar a Amazônia ao território nacional, muitos dos que tinham optado pelo “pé-na-estrada” dirigiam-se ao Altiplano Andino, especialmente a Macchu Picchu, que se tornara uma Meca dos *hippies*”. (MACRAE, 2005, p. 467)

<sup>155</sup> Cf. GOULART (2003).

produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos de história” (2013, p. 40).

Ao ressignificar a erva demonizada pela política proibicionista do século XX<sup>156</sup>, e vigente no Brasil até a atualidade, em *Santa Maria*, a Santa Virgem-Mãe da liturgia cristã, Padrinho Sebastião subjetivou, talvez inconsciente do embate que travava com a *produção de subjetividade capitalística*, com elementos que intervém na própria sintagmática da subjetividade dominante. Criando uma nova concepção, um *processo de singularização*, tal qual Guattari conceitua como uma possível relação com a *subjetividade*:

A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI, 2013, p. 42)

A iniciativa de empreender um estudo e uma invenção performática do uso de uma substância psicoativa como a *Cannabis* foi do seringueiro, Sebastião Mota de Melo, que diz ter sido avisado por um anjo em *miração*<sup>157</sup> que mudaria de “linha”, e ao ser-lhe apresentado a erva entende que seria esta. E mesmo que o entendimento acerca do uso desta se desse de outras maneiras pelos *hippies*<sup>158</sup> que passaram a frequentar a doutrina, ao ser-lhes apresentados a erva, suas significações e percepções foram empregadas no momento de concebê-la como *Santa Maria*, e isso só reforça de que não podemos ignorar que, esse seringueiro nascido no Amazonas, filho de nordestinos imigrantes, já inserido em um meio social e cultural repleto de *sistemas de representação*, era *consumidor de subjetividade* (GUATTARI, 2013, p. 41) antes de ressignificar o uso desta substância, e que mais uma multiplicidade de *agenciamentos* ocorria concomitantemente por meio da vivência da doutrina enquanto grupo. Para GUATTARI (2003), ele, enquanto indivíduo é um terminal que, “consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc., os quais não tem nada a ver com categorias universais” (p. 41), e que, portanto, seria como que parte de um *rizoma*, de uma rede imanente.

---

<sup>156</sup>Cf. CARNEIRO (2002).

<sup>157</sup> “Estado em que as pessoas que ingeriram o Santo Daime passam a sentir o efeito enteógenos da bebida”. MORTIMER (2000, p. 284)

<sup>158</sup> Segundo Lucio Mortimer (2000; 2001), os mochileiros que chegaram a Colônia Cinco Mil, comunidade do Padrinho Sebastião, se entendiam como fazendo parte do *Movimento Hippie*. Sendo este, um movimento surgido em meados da década de 1960, que correspondia a um estilo de vida, com vestuários específicos e a proposta de Paz e Amor em contraposição ao pós-Guerra (PEREIRA, 1983).

Ao se reapropriar dos componentes da subjetividade, o Padrinho Sebastião, como ficou conhecido por seus seguidores, produziu então um *processo de singularização*, e não de individuação. Adentrando na economia subjetiva desses *processos de singularização*, como conceituou GUATTARI (2003), percebemos que a criação ritualística de Sebastião Mota vai além dos antagonismos sociais entre o econômico e político temporais, mas que, tramita pelas suas *sensibilidades*, que acreditamos, assim como PESAVENTO (2014), que se exprimam:

[...] em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. (PESAVENTO, 2014, p. 58)

Um *processo de singularização*, de produção e subversão de subjetividades, assim como no *Caso Santa Maria*, seria, a partir dessa compreensão conceitual, o *agenciamento de singularidades desejantes*, de *sensibilidades*, no qual se investe “o próprio coração da subjetividade dominante, produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la.” (GUATTARI, 2013, p. 39). Isso quer dizer que, ao invés de se pretender uma conscientização quanto à concepção proibicionista da erva, proibição esta que existia no Brasil havia menos de um século<sup>159</sup>, retornou-se ao que Guattari chamou de “espaço de farsa”, no qual produziu, inventou subjetividades que, em embate com a subjetividade capitalística, a farão desmoronar, pois, “*Por essência, a criação é sempre dissidente, transindividual, transcultural.*” (2013, p. 46).

A força da subjetividade capitalística é tamanha que ela se produz, como podemos constatar enquanto subjetividade dominante, “*tanto no nível dos opressores quanto dos oprimidos.*” (2013, p. 53). O que torna possível que essas invenções semióticas sejam ricas em ressignificação, apesar de não serem completamente impermeáveis e autônomas com relação aos modelos dominantes. E a partir da multiplicidade de *agenciamentos de significação*, se produz *singularidades* que, são “fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de “*revolução molecular*”” (2013, p. 54).

A autonomização do grupo para operar a semiotização, a ressignificação, a *cartografia* de si enquanto grupo, está estritamente ligada as “relações de força local, de fazer e desfazer alianças, etc.” (2013, p. 55). Pois, como notamos no coletar das fontes,

---

<sup>159</sup>Cf. BARROS; PERES (2011).

Padrinho Sebastião, enquanto *líder carismático* (WEBER, 1991 Apud FERNANDES, 2014, p. 02) que era, soube tornar a situação sustentável para aqueles que ritualizavam o uso, segundo seus ensinamentos. O *processo de singularização* aqui, portanto, foi automodelador de suas práticas, e essas se tornaram dogmas e crenças perpassadas entre os adeptos, mesmo aqueles que não conheceram o Padrinho Sebastião, mas que ainda hoje têm acesso a literatura e liturgia daimista.

Assim, o *processo de singularização* empreendido pelo grupo tornou-se uma *revolução molecular*, principalmente quando a expansão do Santo Daime se deu para os grandes centros urbanos<sup>160</sup> produzindo “condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material quanto no campo subjetivo.” (GUATTARI, 2013). E percebe-se isso principalmente na expansão, porque é nela que o embate com a *subjetividade capitalística* será mais declarada; é nela que o contínuo *agenciamento coletivo de enunciação* da erva em *Santa Maria* tende em se empoderar, pelo messianismo daimista.

Em rupturas com a subjetividade produzida, industrializada pelo CMI<sup>161</sup>, é que se “desencadeiam processos de reapropriação dos territórios subjetivos, e não só. Além dessa atitude defensiva, tais tentativas consistem também na apropriação dos aspectos mutantes daquilo que chamo de “processos maquínicos”” (GUATTARI, 2013, p. 56). Tais rupturas só são possíveis quando operam no campo do desejo, do *agenciamento de singularidades desejantes*, o que para Félix Guattari:

Se levarmos isso em conta, teremos de reconhecer que o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação dos modelos dominantes, que encontramos não só nos partidos mais queridos ou nos líderes que nos defendem da melhor maneira possível, mas também em nossas próprias atitudes, nas mais diversas ocasiões. (GUATTARI, 2013, p. 57)

A *revolução molecular* é, portanto, a implosão de *agenciamentos de processos de expressão* (GUATTARI, 2013, p. 83) de *minorias*. Estas têm caráter político, pois articulam um *dever minoritário*, um posicionamento quanto ao desejo, “reivindicam sua não participação nos valores, nos modos de expressão da maioria.” (GUATTARI, 2013, p. 143), ou lhes dão outras práticas e significados. Não se encontram à margem, não são necessariamente *marginais*<sup>162</sup>, mesmo que se relacionem com a ilegalidade, como no *Caso*

---

<sup>160</sup> Cf. LABATE (2004).

<sup>161</sup> Capitalismo Mundial Integrado. Cf. GUATTARI, Félix. (2013, p. 47)

<sup>162</sup> Para GUATTARI (2013, p. 143), o conceito de marginalidade, assim como o de minoria, se relaciona com a subjetividade dominante, porém este primeiro trata da segregação social, que exclui a possibilidade de se

*Santa Maria*, as *minorias* enfrentam as máquinas de *produção da subjetividade dominante*, do *bio-poder*<sup>163</sup> e trabalham “*transmissões de sensibilidades e de experimentação* que não passam, repito, pela instauração de uma “internacional”” (GUATTARI, 2013, p. 145).

Já nos posicionamos, e como dissemos anteriormente, não trataremos desses *agenciamentos de enunciação coletivos* e dessas *produções de singularidades* enquanto uma teoria e uma ideologia, pois pretendemos ir ao contrário disso e, por sua vez:

elaborar uma compreensão das posições singulares nas quais cada um se encontra, uma compreensão sem paranoia, sem projeção, sem culpabilização. Isso exatamente para que seja possível através dessa articulação desenvolver um processo de reflexão e de análise, todo um *trabalho de metabolismo de mudança de percepção das situações*, que eventualmente possa até desembocar em alianças. As alianças, nesse caso, se caracterizariam por constituir sistemas de “transversalidade” cujo critério é a posição do desejo. (GUATTARI, 2013, p. 147)

### 1.3 Percebendo e traçando rizomas

Porque entendemos o desejo enquanto *processos de subjetivação*, enquanto reapropriação da subjetividade – a exemplos de quando se tem a psiquiatrização de um grupo, ou uma *minoría* social se desfazendo da modelização, ou mulheres que lutam contra o patriarcado, ou crianças que se recusem à escolarização, ou usuários de drogas que reivindicam o uso recreativo e sagrado – é que traçamos a conceitualização da *Santa Maria*, aonde ela se realiza e se efetiva através de sua criação, na qual esses “devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante.” (GUATTARI, 2013, p. 58).

Talvez, a expansão do Santo Daime em nível nacional e internacional não tenha dado conta de impor a sua *produção de subjetividade* enquanto legítima *religiosidade mariana*, ao ponto de termos textos jurídicos quanto a sua licitude sendo revistos e reescritos; ou talvez, o que nos parece mais provável, esta religiosidade tenha sido silenciada justamente por trazer consigo questões do nível do desejo e do âmbito do direito. O alcance político é desmedido, pois tendem a questionar e resistir à nivelção da

---

relacionar com os padrões hegemônicos, mas ainda assim de maneira que deve ser assistida, controlada e vigiada, pois quando considerada excessiva ou descontrolada, deve ser inclusive punida.

<sup>163</sup> Segundo POGREBINSCHI (2004, p. 195) define assim o conceito de *biopoder* em Foucault, do qual entendemos contribuir para o debate: “o biopoder implanta-se de certo modo no poder disciplinar, ele embute e integra em si a disciplina, transformando-a ao seu modo. O biopoder “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (Foucault 1999: 289)”.

subjetividade que a famigerada *Guerra às drogas* impõe, com o aval do discurso médico-sanitarista<sup>164</sup>, ao proibir o uso da erva. Porém, a *Santa Maria* resistiu e resiste, articulando-se com outros *processos de singularização*, tal como o próprio Daime, enquanto bebida sacramental e central da religião, que após a descoberta de uma plantação de maconha na Colônia Cinco Mil<sup>165</sup>, comunidade do Padrinho Sebastião, passou a ser estudada e teve a sua legalidade questionada, e posteriormente concedida<sup>166</sup>.

Duas atitudes distintas foram tomadas quando se tratou da legalidade do Santo Daime e da legalidade da *Santa Maria*. O primeiro teve seu uso reconhecido e legitimado, articulado por pelo menos três religiões que fazem uso da beberagem Ayahuasca<sup>167</sup>, a mesma empreendida nos rituais de Padrinho Sebastião. Enquanto a erva, posteriormente inserida na religião do Santo Daime por este último, foi ignorada sistematicamente, como as fontes nos mostram. É por isso que insistimos que está no deslocamento de sentido, do significante da erva para os adeptos *marianos*, o *dever singular*, o choque “contra o muro da subjetividade capitalística.” (GUATTARI, 2013, p. 59). Por que esse deslocamento, no caso da erva *Cannabis*, alterando a subjetividade capitalística, não é o suficiente para a sua legalização, ou uma simples rediscussão da Política de Drogas vigente no Brasil? Em quais estruturas históricas ela mexe que inviabilizam a sua legalidade?

O perigo que o *dever singular* traz consigo para essa subjetividade dominante é justamente a perda do controle nos *processos de singularização*, que a *subjetividade capitalística* ou o *biopoder* investem tanto, por meio da mídia, por exemplo. Estes, mesmo frágeis e precários, quando não institucionalizados, recuperados a lógica fascista de significação, ainda conseguem instaurar dispositivos que articulam a sua expressão dissidente a expressão dominante, como quando utilizado do cristianismo para exprimir a *sensibilidade* obtida nos ritos com a erva, proibida e perseguida.

Criando uma *articulação rizomática* (GUATTARI, 2013, p. 77), na qual é possível utilizar-se do *discurso* enquanto relação de força, assim como FOUCAULT (2013, p. 08-09) coloca os dispositivos de controle presentes neste, especificados como sendo regulamentadores da *vontade de verdade*, o Santo Daime de Sebastião Mota encontra-se, desde então, “em posição de desempenhar sequências de revolução molecular”

---

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Cf. MORTIMER (2000).

<sup>166</sup> Cf. REGINATO (2010).

<sup>167</sup> Esta vai tomar nomes distintos nos diferentes seguimentos aí citados (Hoasca, Vegetal, Daime), sendo o termo Ayahuasca o mais utilizado e também o mais conhecido. As religiões aí referidas são: Santo Daime, União do Vegetal e Barquinha.

(GUATTARI, 2013, p. 62). Mesmo que exista uma dogmatização que busque uma “identidade *mariana*”, uma lógica identitária a partir de uma ritualização do uso, a *Santa Maria* se mostra perversa a *subjetividade dominante*, que é a da *Guerra às drogas*, e mais do que uma identidade cultural, esta prática configura uma rica produção de sentido por meio de multiplicidade de *agenciamentos*.

E assim, habitando o campo da ilegalidade, a *Santa Maria* se situa “na “faixa” da marginalidade e da minoria”, colocando “problemas que dizem respeito a essa faixa, mas que também dizem respeito ao conjunto da sociedade.” (GUATTARI, 2013, p. 144). Quando Gilles Deleuze coloca a pergunta, em seu texto *Duas Questões*, “Como falar da droga?”, está levando em consideração que os meios de abordagem do tema comumente utilizados pelo *discurso* médico-jurídico, sempre operam no sentido de que, “Ora se invocam prazeres difíceis de descrever e que já supõem a droga – ora se invocam, ao contrário, as causalidades muito gerais extrínsecas.<sup>168</sup>”. Ou seja, percebem-na ignorando o seu “território, ou o contorno de um *conjunto-droga*”, como se o *desejo* não investisse nos traços desenhados pelo uso e no uso.

Isso pressupõe uma *causalidade específica da droga*, como no *Proibicionismo*, no qual o usuário é taxado como viciado<sup>169</sup>, toxicômano, criminalizado e fadado à segregação, a medicalização, ao encarceramento e a marginalidade, porque a droga em si, para aqueles que levantam a bandeira da *Guerra às drogas*, é estigmatizada<sup>170</sup> e tratada como bárbara. Enquanto que, para Deleuze (2014), o que deve importar quando falamos de drogas é “de que modo o desejo entra diretamente na percepção, investe diretamente a percepção”, e nessa compreensão é que queremos seguir para tal interpretação da criação de sentido ali obtida.

Pois, na contramão do que importa para tais políticas de proibição, investidas e gerenciadas pelo CMI, Deleuze diz que a pergunta que deve ser voltada para a questão das drogas é exatamente o contrário do que se tem feito até hoje, e sim como a relação *desejo X droga* opera no *sistema-percepção* movimentando os afetos. Na comunidade que estudamos, a partir de suas falas e escritas, será no *Evangelho de Padrinho Sebastião*, principalmente, e também no livro *Bença, Padrinho!*, de Lúcio Mortimer, que encontraremos alguns registros da busca empreendida pelo *desejo*, os *agenciamentos coletivos de enunciação* sendo incorporados e ritualizados, dogmatizados.

---

<sup>168</sup> Cf. DELEUZE (2014).

<sup>169</sup> Cf. CARNEIRO (2002).

<sup>170</sup> Cf. VALENÇA (2010).

Deleuze coloca uma segunda questão, refugando a ideia pejorativa de que o uso da droga seja um *empreendimento mortífero* necessariamente, ele pergunta se o fracasso ou a catástrofe são intrínsecos ao *plano-droga*. Sendo que, como no *Caso Santa Maria*, e também no Santo Daime, as substâncias utilizadas, lícitas ou não, fazem parte de um ritual no qual estas são o sacramento a se consagrar para encontrar o divino, são *enteógenos*<sup>171</sup>, e é na liturgia daimista e *mariana* que podemos perceber como esse caminho é traçado para o encontro efetivo. O que o mesmo já nos teria alertado, como sendo comum entre os usuários, que estes criem *linhas ativas de fuga*, sendo essas *experimentações vitais* ou *empreendimentos mortíferos*:

O drogado fabrica suas linhas ativas de fuga. Mas essas linhas se enrolam, se põem a girar nos buracos negros, cada drogado tem seu buraco, grupo ou indivíduo, como um caracol. (DELEUZE, 2012, p. 02)

E então, a distinção entre *experimentação vital* e *empreendimento mortífero*, para Deleuze, é importante para se pensar justamente sobre a generalização, unilinear, criada sobre algumas drogas, e que CARNEIRO<sup>172</sup>; BARROS; PERES (2011), entre muitos outros, nos mostram muitas vezes não passar de preconceito racial, estigmatização de grupos com vistas na eugenia, além do lobby da indústria farmacêutica. Deleuze disse, nos lembrando o que Guattari (2013) chamou de *processos de subjetivação* que, “o desejo investido diretamente na percepção é, ainda uma vez, algo muito surpreendente, muito belo, uma espécie de terra ainda desconhecida.”, e por isso a droga enquanto via de acesso para tal investimento é tão tenebrosa para as máquinas de controle social.

O historiador Henrique Carneiro, inclusive, nos lembra de que as drogas sempre existiram na história da humanidade<sup>173</sup>, e que supor que exista vida sem drogas é uma completa contradição. A maconha, por exemplo, seria “uma das plantas de mais antigo e amplo registro. A legendária farmacopeia chinesa de Shen Nung, o *Pen Ts’ao Ching*, cuja origem atribuída é de 2737 a.C., já incluía o cânhamo como remédio”<sup>174</sup>. Portanto, cartografamos caminhos que a história das drogas também percorreu, e ainda percorre, mesmo que, talvez, um tanto ainda desconhecidos pela maioria das pessoas, mas percorridos por usuários que investiram em um *novo sistema desejo-percepção* em seu proveito e vantagem.

---

<sup>171</sup> *Enteógeno* seria o termo para designar, segundo Edward Macrae, “aquilo que leva alguém a ter o divino dentro de si” (1992, p. 16).

<sup>172</sup> Cf. CARNEIRO, Henrique. A fabricação do vício. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2002

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> Cf. CARNEIRO, Henrique. Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas. São Paulo: Campus, 2005.



## REFERÊNCIAS

- BARROS, André, PERES, Marta. Proibição da Maconha e suas raízes escravocratas. **Revista Periferia**, UERJ, Rio de Janeiro – RJ, 2011.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/ gênero/ desejo. In: \_\_\_\_\_. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128
- \_\_\_\_\_. Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005
- CASTRO, Eduardo Viveiro de. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **NOVOS ESTUDOS**, CEBRAP, São Paulo – SP, vol. 77, 2007 p. 91-126
- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. História Cultural: entre práticas e representações Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Portugal: DIFEL, 2002
- DELEUZE, Gilles. Para dar um fim ao juízo. In: Crítica e Clínica. Editora 34: São Paulo, 1997;
- \_\_\_\_\_. Duas questões. Disponível em: <http://www.interzona.com.br/interzona/mapa/duasquestoes.html> (Acessado em: 10/11/2014 às 10h:30min)
- \_\_\_\_\_; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995
- DUARTE, Josefa do Patrocínio. A contracultura e seus desdobramentos: novas experimentações e a religiosidade New Age. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: UFJF, 2010
- [FERNANDES, Saulo C. Xamanismo e Neoxamanismo no circuito do Santo Daime. XII Encontro da ANPUH/MS, 2014.](#)
- \_\_\_\_\_. Notas antropológicas sobre o consumo de substâncias psicoativas no circuito do Santo Daime. Disponível em: [www.nejp.info](http://www.nejp.info) (Acessado em: 15/08/2015 às 14 horas)
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2013
- [FRÓES, Vera. Santo Daime: Cultura Amazônica. História do Povo de Juramidam. Manaus: SUFRAMA, 1986](#)
- GOULART, Sandra L. Estigmas dos grupos ayahuasqueiros. In: MACRAE, Edward, GOULART, Sandra L., FIORE, Maurício, CARNEIRO, Henrique, LABATE, Beatriz C. (orgs.) Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008
- \_\_\_\_\_. A construção de fronteiras religiosas através do consumo de um psicoativo: as religiões da ayahuasca e o tema das drogas. V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, 2003.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LABATE, Beatriz Caiuby. A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2004.

MACRAE, Edward. Santo Daime e Santa Maria: Usos Religiosos de Substâncias psicoativa lícitas e ilícitas. In: O Uso ritual das plantas de poder. Beatriz C. Labate, Sandra L. Goulart (orgs.) – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005

\_\_\_\_\_. Guiado pela Lua: Xamanismo e o uso ritual da Ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MORTIMER, Lúcio. Bença, Padrinho! São Paulo: Céu de Maria, 2000

MORTIMER, Lúcio. Nosso Senhor Aparecido na Floresta. São Paulo: Céu de Maria, 2001

PEREIRA, Carlos A. M. O que é contracultura. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992

PERES, Marta. BARROS, André. Proibição da Maconha e suas raízes históricas escravocratas. **Revista Periferia**, Volume III, Número2, Rio de Janeiro – RJ, UERJ: 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

PINTO, R; LUZ, E; PITA, R. Trajetória terapêutico-religiosa de membros da União do Vegetal: Proposta de um modelo operativo. **28ª Reunião Brasileira de Antropologia**, São Paulo, 2012

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do Biopoder. **Revista Lua Nova**, São Paulo – SP, Nº 63, 2004

REGINATO, Andréa D. de A. Regulamentação de Uso de Substância Psicoativa Para Uso Religioso: O Caso da Ayahuasca. **Revista Tomo**, São Cristovão – SE, Nº 17, 2010

REIS, Fernanda. História, Imagem e Literatura: um diálogo possível? **Revista MONÇÕES**, Coxim – MS, v. 1, p. 174-185, 2014

RODRIGUES, Thiago M. S. Tráfico, Guerra, Proibição. In: MACRAE, Edward, GOULART, Sandra L., FIORE, Maurício, CARNEIRO, Henrique, LABATE, Beatriz C. (orgs.) Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008

VALENÇA, Tom. O processo civilizador e a estigmatização das drogas. In: \_\_\_\_\_. Consumir e ser consumido, eis a questão! parte II – outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Tese de Doutorado. Salvador: PPGCS-UFBA, 2010

VARGAS, Eduardo V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: MACRAE, Edward, GOULART, Sandra L., FIORE, Maurício, CARNEIRO, Henrique, LABATE, Beatriz C. (orgs.) Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/trafico-de-cocaina-e-o-aeroporto-de-claudio-mg.html> (Acessado em: 12/08/2014 às 12 horas)

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/experimentei-maconha-mas-nao-recomendo-diz-aecio-neves.html> (Acessado em: 23/05/2014 às 13 horas)

# O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL

Gislaine Martins Leite<sup>175</sup>

**RESUMO:** O século XIX é um período fundamental para se compreender a organização social e a identidade brasileira. Esse século, palco de inúmeras transformações mundiais, sediou a gênese da história nacional que começa a ser pensada após a independência. Pensar nas mazelas sociais e no preconceito existente hoje em nosso país requer debruçarmos sobre essas questões históricas que nos remetem a uma compreensão problematizada e reveladora dessa construção de valores que exclui e diferencia-nos como indivíduos. A História brasileira iniciada nas primeiras décadas do século XIX e o discurso nacional implantado na segunda metade do século foram construídos por membros da elite brasileira, formada por intelectuais que buscavam modernizar e definir o rumo que a nação brasileira deveria seguir, intitulados “homens da ciência” eram fortemente influenciados pela visão eurocêntrica do período, grande responsável pela característica excludente da nossa sociedade. As teorias raciais, que serviram como referência para o fortalecimento das nações europeias foram adaptadas à realidade brasileira que era bem diferente da Europa, com uma grande população negra e mestiça o Brasil não poderia adotar estritamente as teorias raciais pessimistas ao desenvolvimento da civilização nacional, logo, todo esse pessimismo racial foi convertido para uma interpretação progressista típica da época, que encara a miscigenação não como degradação, como era defendida pelos teóricos europeus e sim como “*solução de um problema racial*”, onde o branqueamento traria o fim de uma raça indesejada e inferior. Assim, esses intelectuais que estavam à frente do projeto de fortalecimento da identidade nacional hierarquizaram a sociedade brasileira através da raça, introduzindo um pensamento pessimista e excludente para à população não branca do país, construindo o preconceito racial no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pensamento social brasileiro, intelectuais, teorias raciais, miscigenação.

The XIX century is a key period for understanding the social organization and the Brazilian identity. This century, the scene of numerous global transformations, hosted the genesis of national history that begins to be thought after independence. Thinking about the social ills and the prejudice that exists today in our country requires consider these historical issues that refer us to a critical understanding and revealing that construction of values that deletes and differentiates us as individuals. The Brazilian history started in the early decades of the XIX century and the national discourse in the second half of the century were built by members of the Brazilian elite, made up of intellectuals who sought to modernize and set the direction that the Brazilian nation should follow, entitled "men of science" were heavily influenced by Eurocentric vision of the period, largely responsible for the exclusive feature of our society. Racial theories, which served as references for the strengthening of European Nations were adapted to Brazilian reality that was quite different from Europe, with a large black population and mixed the Brazil couldn't adopt strictly racial theories pessimists to the development of national civilization, so all this racial pessimism was converted to a typical progressive interpretation, which views the miscegenation as not degradation as was defended by European theorists but as "solution of a problem, where money would bring the end of an unwanted and inferior race. Thus, these intellectuals who were ahead of national identity building project rank Brazilian society by race, introducing a pessimistic thought and exclusive to the country's white population, building the racial prejudice in Brazil.

**KEYWORDS:** Brazilian social Thought, intellectuals, racial theories, miscegenation.

---

<sup>175</sup> Pós Graduada em Metodologia da História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Coxim. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira - UFMS.

Pensar a História nacional brasileira é refletir sobre as várias instituições de poder que agiram decisivamente em sua construção, essas instituições desde suas fundações em solo brasileiro tiveram um papel fundamental na confirmação e defesa dos interesses de seus governantes.

A vinda da família real em 1808 para o Brasil iniciava uma importante mudança na estrutura da colônia brasileira e firmou temporariamente a transferência da corte metropolitana para a colônia. Para resguardar o seu domínio Dom João VI via nas instituições representantes fundamentais de seu poder centralizador. Sobre isso Lilia Moritz Schwarcz nos apresenta que a vinda da família real ao Brasil marca também o início das instituições educacionais do país, pois:

...com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, inicia-se propriamente uma história institucional local. Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural – como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real - instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor de sua cultura e memória. (SCHWARCZ, 1993: 23-24).

Nota-se a partir da fixação da família real no Brasil a especificidade brasileira no que se refere à relação metrópole-colônia. As instituições de ensino e cultura no Brasil a partir desse momento vivenciam um fortalecimento, tendo após 1822 um crescimento compatível com o desejo que se tinha de tornar o Brasil um produtor de saber autônomo.

Essa cultura e memória produzidas pelos representantes dessas instituições reproduziam os anseios e valores da metrópole, confirmando a dominação portuguesa uma vez que dela dependia. Eles enxergavam o Brasil como espelho ou extensão de Portugal sendo a maioria de suas produções uma continuidade deste projeto.

Esses homens de letras eram compostos em sua maioria por representantes da elite ligados diretamente à monarquia, muitos formados em Coimbra e uns poucos em outras regiões da Europa, estavam envolvidos no modelo científico da época, onde as ideias pulsavam inquietas impulsionadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais do mundo moderno.

No século XIX em um mundo pós-revolução francesa e de crescente industrialização, o que se via eram intensas mudanças nas estruturas e relações sociais, onde a modernização e novos modelos incentivavam o aprimoramento e fortalecimento das ciências e disciplinas.

Nesse contexto, a disciplina de História que ganhava seu espaço nas universidades tem um papel fundamental na afirmação dos Estados como nações. No Brasil essas transformações marcaram importantes mudanças políticas e econômicas que acarretaram influências preponderantes à identidade do país.

Assim como na Europa, a História tinha uma íntima relação com a questão nacional, mas diferentemente da maioria dos países latino americanos, o Brasil apresentou características ímpares com relação a sua antiga metrópole, a questão nacional brasileira não significou em tese, um rompimento com Portugal, e sim uma continuidade de muitos valores e poderes, principalmente no que diz respeito ao controle e conteúdo das instituições que aqui se instalaram.

Isso se deve principalmente ao fato de que a elite brasileira que liderava o processo de independência do Brasil almejava a manutenção de seus privilégios e poderes sem desejar uma mudança social, ou seja, não buscavam um rompimento com as estruturas, a escravidão, e a característica agrária de exportação de produtos nativos, essa elite queria garantir o livre comércio, sem restrições e monopólio português, mantendo-se no poder.

Pode-se observar que no Brasil houve um tipo diferenciado de liberalismo, onde o livre comércio não significou mão de obra livre, pois nada se modificou na instituição escravocrata que continuava mesmo com a reprovação e pressão inglesa. O liberalismo aqui adotava significados diferenciados em relação a outros países, é o que o autor Alfredo Bosi chama de “liberalismo oligárquico” (BOSI, 1992:203), um modelo peculiar, que contemplava a necessidade do livre comércio com os anseios da maioria da elite brasileira, e que também é explicitado pela historiadora Emília Viotti da Costa:

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso liberal. (COSTA, 1999:132).

Essa elite composta quase por completo de grandes produtores latifundiários, dependia da mão de obra escrava e viam a escravidão como um “mal necessário” e fundamental para a continuidade da produção e da exportação, em suma, para o desenvolvimento do Brasil. O discurso adotado por esse grupo que liderava o cenário político, jurídico e comercial, era um

discurso nacionalista monárquico e de defesa ao tráfico negreiro, visto por eles como única forma de garantir o comércio de exportação e importação. Esse discurso que se firmou no período de independência, se fez vigente pelas décadas seguintes como uma ideologia responsável pela permanência da escravidão até 1888.

Podemos assim, observar todo entrelace das instituições e jogo político em que estava imerso o Brasil na primeira metade do século XIX: uma constituição limitadora, uma política conservadora, uma sociedade, que resguardava privilégios e interesses de uma classe específica, onde o problema da escravidão e da população negra e mestiça pobre ocupava sempre um lugar periférico, ou era simplesmente esquecido, ignorado.

A consolidação dos Estados Nacionais marca a característica de se pensar a História no século XIX e assim como as demais ciências sociais a História vivia um grande fortalecimento, após seu reconhecimento como disciplina a preocupação com sua cientificidade se torna uma característica cada vez mais comum o que impulsiona a criação de inúmeras instituições de saberes, incumbida de produzir a história dessas nações.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838, foi consequência da consolidação do Estado nacional brasileiro, e teve como principal objetivo escrever sua História. Era necessário, nesse contexto de apelo nacionalista, traçar um perfil para esse jovem país e dar unidade a sua população, como destaca também o historiador Astor Antonio Diehl:

Uma vez instalado o Estado nacional, impunha-se a tarefa de delineamento do perfil para a nação brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (DIEHL, 1998:24).

O interior de onde as ideias eram produzidas era também reflexo do pensamento dominante, e como não poderia deixar de ser, era carregado de preconceitos e funções de poder específicas da ideologia desta elite, homens que possuíam estreitas relações com o Estado, fazendo na maioria dos casos parte importante dele. Demonstrando essa influência imperial no Instituto, Manoel Luis Salgado Guimarães, traçando o perfil dos 27 fundadores do IHGB, nos fornece as seguintes características:

A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte

significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à península Ibérica.(GUIMARAES, 1998: p. 9-10).

As grandes contradições que o Brasil apresentava no fim do século como escravidão e população mestiça, impediam esses intelectuais de adotarem o modelo europeu na íntegra. Se o ideal de população era ter a cor da pele branca, a população brasileira nunca chegaria ao ideal de civilidade completa. Assim, alternativas foram sendo buscadas para a consolidação desse projeto, que transformaria o Brasil em uma civilização moderna.

Em 1840, o Instituto propôs uma disputa entre os seus membros para se escolher a monografia que melhor indicasse os rumos a se tomar para a escrita histórica brasileira, o vencedor do concurso, o naturalista alemão Von Martius (1794-1868), que conhecera o Brasil em expedição científica botânica, arrematou o prêmio, indicando como a estrutura da escrita histórica brasileira deveria ser.

Com sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, Martius deu importante contribuição à historiografia do período, inovando na escrita crítica e filosófica. Seu modelo incide principalmente na discussão do que para ele deveria ser o foco abordado pelos brasileiros: a composição étnica do Brasil por índios, negros e portugueses. A abordagem das três raças como construtora da nação brasileira significaria a pedra angular do mito da democracia racial no país.

A dissertação de Martius apresenta apenas um modelo, uma receita e suas ideias se concretizam fortemente em uma escrita da História brasileira na obra de Adolfo Varnhagen (1816-1878) em *A História Geral do Brasil*, obra respaldada de sentido político e de grande preocupação com o tema nacional.

A obra de Varnhagen incide sobre três características principais: o homem branco brasileiro, a nação, e o Estado. Para esse autor a independência trazia novas necessidades e o reconhecimento e fortalecimento do sentimento nacional era fundamental para a garantia da organização política do país, que deveria ser liderado por um Estado forte e centralizado. Ele via essa liderança como uma continuidade natural portuguesa, como ele mesmo explicita:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; trarei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir

disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade (VARNHAGEN, 1998:18).

A *História geral do Brasil* (1854-1857) é uma obra fundamental para se entender como se concretizou na escrita da História nacional as influências e o pensamento acerca da construção da nacionalidade brasileira, o que deveria ser destacado e o que ficaria de fora. A maneira como foi pensada a História brasileira, e por quem foi pensada, nos esclarece várias características da identidade nacional, a estrutura política e social, as instituições, as teorias externas e suas adaptações à realidade brasileira foram preponderantes para se forjar uma História carregada de pretensões e intenções ideológicas.

A partir da década de 1870, o Brasil sofre grande influência das constantes transformações econômicas e sociais que ocorrem no mundo e também no país, há nesse momento um crescimento em prol da cientificidade das produções intelectuais, e em tempos de profunda aspiração pela ciência, o Brasil buscou nas teorias científicas de respaldo internacional inserir-se no pensamento moderno. Nesse momento, o conhecimento europeu era para os intelectuais brasileiros um modelo avançado e de civilidade superior, e o que se busca é uma nova representação do país, tanto interna quanto externa, onde o Brasil explicaria-se por paradigmas científicos modernos.

A economia brasileira também passava por modificações significativas e a expansão do cultivo e exportação do café trazia para o sudeste um maior fluxo econômico, resultando em uma forte onda de industrialização, essas mudanças diversificaram o cenário econômico na medida em que também se diversificavam a origem dos grupos intelectuais brasileiros. As áreas de atuação desses grupos eram cada vez mais distintas e, essa variedade de instituições e especializações ocasionavam uma maior diversidade teórica e uma mudança no perfil do intelectual brasileiro que começa a romper com a característica oligárquica dos eruditos da primeira metade do século, que tinham sua formação basicamente nos centros de Coimbra, o que importava agora era a ciência, como fica claro na fala de José de Alencar (1829-1877): “Nesta oficina do trabalho intelectual cada um tem sua especialidade, como na loja do artista. A ciência forneceu a matéria-prima, o pensamento, nosso gesso ou mármore.” (ALENCAR, 2009: 239).

Para esses intelectuais era o começo de um novo tempo, um rompimento com o passado, sinônimo de atraso e estagnação, rumo ao novo, ao progresso, ao moderno. Esses intelectuais estavam diante de uma nova necessidade, e se viam a frente desse caminho ao



progresso. Buscavam a inserção do Brasil no debate da moderna cientificidade das nações desenvolvidas, onde o discurso intelectual científico caminha lado a lado com o discurso político, em prol da modernização das estruturas e elevação cultural da nação, como ressalta Celso Noboru Uemori:

Neste sentido, o trabalho intelectual não mais se separaria da ciência e da ação política. Arte, ciência e política tornaram-se a tríade que se complementavam. A atividade literária e a crítica passaram a ser uma forma “científica” de inserção do intelectual no debate político, tendo em vista pensar a sociedade em que vivia e projetar o seu futuro (UEMORI, 2001:19-20).

Nesse contexto de rupturas com teorias passadas e busca da cientificidade plena, os intelectuais brasileiros encontraram nas teorias de forte expressão, europeias e norte-americana, uma forma de elevar o Brasil ao debate intelectual moderno que ecoava no mundo:

Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, “um cinemathographo em ismos”, começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial. (SCHWARCZ, 1993:28).

O discurso evolucionista dava aos intelectuais brasileiros uma pertinente saída para a análise da sociedade, com uma população negra numerosa, e o receio constante dessa parcela da população, esse discurso que antes fora usado para justificar práticas de dominação imperialistas europeias, agora auxiliariam para a explicação social da realidade brasileira, justificando a dominação de classe através da ideia de inferioridade das raças.

As teorias raciais que tiveram seu amadurecimento no início do século XIX, na verdade remetiam a influências de estudos preconizados no século XVIII, por autores como Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788) e Corneille De Pauw (1739-1799), que fortaleceram as teorias científicas sobre as diferenças humanas em decorrência da raça. Esses estudos foram de certa maneira, incentivados por um período de descobertas de novos territórios e conseqüentemente contato com povos ainda desconhecidos e de costumes diferenciados.

Esses autores chegaram a suas conclusões após ensaios e pesquisas no “novo mundo” concebendo imagens negativas da América, o naturalista francês Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788) foi um dos principais estudiosos desses modelos, sua tese sobre A

*infantilidade do continente*, rompia com as características positivas do homem americano, onde, segundo sua teoria, o americano era desprovido das qualidades humanas naturais.

Outro importante teórico das doutrinas raciais foi o conde francês Arthur de Gobineau (1816-1882), um grande defensor da superioridade da raça branca, Gobineau influenciou fortemente as produções europeias e brasileiras. O conde foi designado a um país que possuía o que para ele, “era a causa da degenerescência da raça e motivo de queda de todas as grandes civilizações,” (SOUSA, 2008:3), a miscigenação. Gobineau veio a contragosto ao país e por todas as suas convicções científicas não estava satisfeito com a realidade a qual se deparara:

O Rio de Janeiro em 1849, segundo Manolo Florentino em sua freguesia urbana, com uma população escrava de 39% e 5% de libertos, enquanto a população livre era de 56%. Antes porém no censo de 1772, esses números eram de 84% para a categoria livres e 16% para a de escravos(...) Se levarmos em conta o intercuro entre as raças na América Portuguesa que produzia uma população mestiça permeando todas as classes; e se somarmos a isso o fato de que a febre amarela, introduzida na Bahia por um navio norte-americano, já começava a fazer vítimas no Rio de Janeiro naquela época, o conde tinha motivos de sobra para não ficar nada satisfeito com seu novo posto. (SOUSA, 2008:2).

Esses postulados se fortaleceram com a adoção do termo raça para diferenciação das espécies humanas no início do século XIX, onde aspectos biológicos seriam determinados pela raça do indivíduo, o que dava aos homens uma noção de pertencimento através de uma herança genética reforçando sentimentos de nacionalidade.

Traça-se um perfil de ideal de raça, a branca, tida como superior natural entre a raça negra e americana, tidas como inferiores, estando em um menor grau de desenvolvimento em relação à europeia. Nesse contexto há uma repudia em relação à miscigenação dos povos que resultaria na degeneração humana.

Os desdobramentos do evolucionismo social foram responsáveis também por teorias de determinismos geográficos, que pressupunham que o clima e vegetação tinham ligação direta com as características raciais, assim, novamente se utilizando de uma visão científica eurocêntrica, os especialistas chegaram à conclusão que o clima tropical, característico de regiões latinas, era determinante para explicar sua inferioridade e degeneração, características opostas às raças de clima ameno.

As teorias de explicação biológica das diferenças entre os grupos humanos promoveram uma visão racial quase generalizada sobre a superioridade branca europeia.

Essas doutrinas raciais também fortaleceram a visão pessimista sobre os mestiços, pois como pressupunha os poligenistas evolucionistas as diferentes raças chegariam à degeneração através da miscigenação, isso porque para eles o cruzamento das raças propiciava ao mestiço a adoção apenas dos defeitos das raças ancestrais, e isso deveria ser fortemente evitado. Lilia Schwarcz aponta duas decorrências desse pensamento: “enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – portanto não sujeitos a processos de miscigenação – compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993: 58).

Toda essa doutrina racial que se formulou no final do século XVIII e século XIX delineou um paradigma dominante nesse período, pensar e hierarquizar a sociedade perpassava naturalmente por questões raciais. Essa divisão racial era respaldada por conceituadas teorias científicas, defendidas e estudadas por intelectuais de todo o mundo, sendo compreensível e natural que intelectuais que buscassem pensar no fortalecimento da nacionalidade de seu país inserindo-o no cenário científico e moderno de sua época, se utilizassem dessas teorias para explicar sua sociedade.

Os intelectuais brasileiros tinham que solucionar algumas indagações que se tornaram dominantes nas últimas décadas do século XIX, e pensar como lidar com a complexa relação de suas classes sociais devido à mão de obra escrava e sua eminente abolição. Buscavam assim, uma forma de explicar a sociedade sendo possível fortalecer a identidade cultural e estabelecer princípios hierarquizantes na sociedade para uma estabilidade social.

Os problemas eram então explicados por diferenças raciais, mas de uma forma bastante peculiar, a maneira como cada instituição e também cada intelectual se utilizou das teorias raciais não são uniformes, não se produziram cópias das teorias europeias e norte americanas, raça no Brasil foi pensada de acordo com a sua realidade.

Dos centros intelectuais saíam produções científicas e também literárias extremamente deterministas, as obras retratavam com rigor o discurso racial que excluía e inferiorizava índios, negros e mestiços. Assim o discurso naturalista dominou determinantemente o que se produzia no Brasil dando a literatura um aspecto quase científico, já que ela recorria a argumentos e teorias científicas em seus enredos. Os periódicos se encarregavam da efetivação das produções dos “cientistas do direito”, em sua maioria produções de Antropologia Criminal, esses artigos eram responsáveis por transmitir a produção intelectual do país.

A Antropologia Criminal era para esses intelectuais uma importante arma para se combater a criminalidade, para essa disciplina o crime tinha ligação direta com a questão racial, o que explicava as instabilidades sociais e o temor constante que esses intelectuais viviam em decorrência da diversidade de raças. As conceituadas teorias estrangeiras que a muito já relacionavam o perfil criminoso como uma questão biológica e racial, influenciavam preponderantemente as produções brasileiras e o entendimento desses intelectuais sobre a criminalidade do país.

A miscigenação, que era vista pela grande maioria de letrados como responsável pelo atraso em que o Brasil se encontrava, e o medo que o mestiço, o negro e o índio transmitiam ao restante da população, fizeram os intelectuais desse período pensarem, cada qual a sua maneira, em uma identidade nacional que solucionasse o conflito de raça no Brasil.

Silvio Romero (1851-1914) era bacharel em direito da faculdade de Recife, e foi um dos grandes representantes das mudanças teóricas que assolaram as últimas três décadas do século XIX, e um dos pioneiros ao enxergar a miscigenação como fundamental na formação da cultura, folclore e literatura brasileiros, “no dia em que o mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos do engenho, nesse dia começou de originar-se a literatura brasileira” (ROMERO, 2000:331).

Em sua originalidade ao adaptar doutrinas raciais ao caso brasileiro, Romero criticava a visão pessimista sobre a miscigenação, mas entendia as raças como estando em processos distintos de evolução, sendo a raça branca a mais evoluída das espécies. Não escapou do sentimento de ser um “eleito” para indicar os rumos da nação e acreditava fielmente em suas bases científicas para isso, “Intelectual de muitos radicalismos, de erros e acertos em suas avaliações, Romero foi, sobretudo um homem de seu tempo ao tentar aplicar todo um ideário científico à complexa realidade nacional” (SCHWARCZ, 1993: 153).

Mas nem todos os intelectuais viam a miscigenação como solução para um projeto de civilização nacional, o médico e etnólogo Nina Rodrigues (1862-1906) da Faculdade de medicina da Bahia, se preocupou em elaborar uma disciplina específica de estudo ao negro no Brasil, e redigiu inúmeros artigos e teses sobre a inferioridade e degeneração da raça negra. Para o médico as populações não brancas, e aí se incluem os mestiços, são um obstáculo para a civilização e progresso, pois existiria uma “... impossibilidade material, orgânica, a que os representantes das phases infe-riores da evolução social passem bruscamente em uma só

geração, sem transição lenta e gradual, ao gráo de cultura mental e social das phases superiores.” (RODRIGUES, 1894:50).

Nina Rodrigues foi o nome mais importante da Faculdade da Bahia na segunda metade do século XIX, e sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)* teve grande repercussão nacional, e teria como objetivo responder a pergunta acerca do lugar do negro e mestiço na sociedade brasileira.

As obras literárias da época refletiam bem esse apego pela questão racial Aluísio Azevedo (1857-1913) e Euclides da Cunha (1866-1906) foram autores que deixaram evidentes em suas obras o determinismo racial latente do século.

*O cortiço* (1886) de Azevedo revela através da relação de seus personagens uma característica que ultrapassava os discursos acadêmicos e obras científicas, seus personagens comuns da sociedade brasileira demonstram como um discurso determinista pode fazer-se presente no cotidiano social, Bertoleza uma escrava, se enche de alegria ao receber o pedido de compromisso de um comerciante português:

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 1997: 3).

Outra personagem de *O cortiço* também tem a “mesma sorte”, Rita Baiana uma bela crioula que escolhe comprometer-se com um português a um brasileiro: “preferiu no europeu o macho de raça superior” (AZEVEDO, 1997: 3). As duas situações evidenciam bem a aplicação da superioridade branca no imaginário das personagens de Aluísio.

Euclides da Cunha que acompanhou a revolta de Canudos, também partilhava da ideia de superioridade da raça branca. Euclides defendia a existência de dois tipos de mestiços no Brasil, um litorâneo e o sertanejo que para ele apresentava características superiores ao outro, debateu fortemente os estudos craniométricos do crânio de Antônio Conselheiro líder da Revolta feito por Nina Rodrigues, e apontou características positivas do interior do sertão e do sertanejo brasileiro “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. (CUNHA, apud: VENTURA, 1991: p. 55).

Euclides denunciou o massacre das tropas a Canudos e criticou a República, mas não deixou de empregar a influência racial determinista com a visão de que o mais forte se sobressai ao mais fraco, sendo a raça branca predominante sobre as outras. Esse paradigma

racial englobou os homens que pensavam sobre seu tempo, em um período que se buscavam respostas e caminhos a se seguir, traçou-se dessa forma, um caminho sem volta, que influenciaria fortemente a sociedade brasileira.

Apesar dos perfis desses intelectuais terem se diversificado na segunda década do século XIX mediante as diferenças na formação e instituições que defendiam, eles em sua maioria, eram de classes sociais mais elevadas e viviam em um período onde as produções se aproximavam intimamente de questões políticas e sociais. Não se pode deixar de destacar esse grande apelo científico da época, como vimos os intelectuais brasileiros se viam como “os eleitos” para conduzir o Brasil rumo à modernidade.

Todas essas questões fizeram com que as produções brasileiras mesmo que possuindo características eurocêntricas, apresentassem uma originalidade e um estilo próprio e peculiar, uma produção feita por “brasileiros eleitos” que, sanava questões sociais de hierarquia através do determinismo racial e interpretava a miscigenação não como degeneração, como teorizava Gobineau, mas como saída para a nação.

O determinismo racial se tornou presente em todas as esferas do conhecimento brasileiro através da produção dos intelectuais nos Institutos Históricos e Geográficos, nas Faculdades, e veículos de comunicação, essa predominância teórica, mesmo que aplicada de forma diferenciada por cada autor e instituições que representavam, foi utilizada para embasar a construção de um discurso de identidade nacional, um discurso que se moldaria não apenas na identidade coletiva mais estaria presente na cultura e identidade íntima de cada indivíduo, como observamos na fala de Stuart Hall, “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006:14).

Esses discursos ao agirem como representações dando sentidos a vida fazem com que a população se sinta pertencente a essa nação e nela se identifique, construindo assim, as identidades individuais. É preciso observar que a busca pelo fortalecimento do sentimento e identidade nacional era uma busca constante dos intelectuais brasileiros desde a independência do país, e que essa nação e identidade foram pensadas por esses homens, que estavam à frente do projeto de construção nacional, intelectuais em sua maioria da elite que se utilizaram do paradigma racial para pensar e organizar a sociedade brasileira.

A visão da inferioridade das raças negra, indígena e mestiça, dominou o posicionamento de inúmeros intelectuais brasileiros, só sendo combatidas do século XX, mas a herança que essas doutrinas acarretaram para a identidade nacional não pode ser descartada, elas foram fundamentais para a visão preconceituosa que se tem do negro na sociedade brasileira.

O racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo. A identificação dos letrados com os valores metropolitanos levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebidas pela mediação do discurso europeu. (VENTURA, 1991: 60).

Dessa maneira, as teorias raciais têm papéis bem específicos na sociedade brasileira, além do controle interno, foram aplicados como uma forma de neutralizar os possíveis conflitos entre as raças. A visão da inferioridade das raças negra, indígena e mestiça, dominou o posicionamento de inúmeros intelectuais brasileiros, só sendo combatidas do século XX, mas a herança que essas doutrinas acarretaram para a identidade nacional não pode ser descartada, elas foram fundamentais para a visão preconceituosa que se tem do negro na sociedade brasileira.

Mesmo a visão positiva da miscigenação defendida por Romero e outros intelectuais, estava carregada de um discurso racista e excludente, para eles a miscigenação levaria ao branqueamento da população brasileira, apagando as características degenerativas da raça negra e índia. O discurso racial serviu também como forma de se estabelecer uma diferenciação do nível evolutivo dos intelectuais para com a “massa degenerada”, era um racismo de exclusão que comprovava com os critérios de cientificidade da época a inferioridade não só biológica mais cultural e social para a manutenção da posição que a classe letrada ocupava.

Essas produções que contribuíram para a construção de um novo projeto de identidade nacional serviram como um poder simbólico agindo na sociedade brasileira em um momento em que o sentimento de pertencimento ainda se encontrava frouxo. Poder simbólico entendido pela perspectiva de Pierre Bourdieu sendo “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do

mundo social).” (BOURDIEU, 1889: 9). Sendo os símbolos “os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação”. (BOURDIEU, 1889: 9).

Se todas essas produções agiram como símbolos na vida dos brasileiros dando-lhes um sentimento de integração social, também estabelecia qual lugar cada raça deveria ocupar. Esse poder simbólico intensificado pelos símbolos servia então como forma de dominação da elite letrada do Brasil, que controlava e produzia esses símbolos provocando o que Bourdieu chama de violência simbólica, um controle passivo de uma classe sobre outra.

Em um país que buscava tornar-se branco a cor negra da pele era um estigma doloroso de se ver, e já que não era possível fazê-lo desaparecer restavam-se dois sentimentos: o desprezo e a esperança de um definitivo adeus no futuro pelo branqueamento. Foi com base nesses paradigmas raciais de cunho eurocêntricos que se consolidaram um forte sentido racial na cultura nacional, que contribuiu fortemente para o estabelecimento de valores e comportamentos preconceituosos em grande parte da população nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. José de Alencar; organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009, (Coleção Afrânio Peixoto; v. 90).

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. Ed. São Paulo: Ática, 1997.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica).

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 1, 1998, p.5-27.



HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade* / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Guanabara Waissman Koogan Ltda. Bahia, 1894, p. 50.

ROMERO, Silvio, apud, VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República*. In: MOTA, C. G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Agassiz e Gobineau – As ciências contra um Brasil mestiço*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2008.

UEMORI, Celso Noboru. *Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, apud GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 1, 1998.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

# A MEMÓRIA, O PASSADO\*

Rodrigo Tavares Godoi<sup>176</sup>

## Resumo:

Uma hermenêutica da memória configura-se quando a memória insere-se por princípios estéticos e retóricos. A compreensão da memória, neste caso, define e localiza o seu substancial. Para a substancialidade da memória, os princípios epistemológicos do subjetivo e do objetivo precisam ser abandonados. A memória compreendida na sua dimensão estética e retórica comporta-se como fenômeno e estabelece a diferença entre conteúdo e forma. O passado na memória comunica quando a linha dos fatos não está na cronologia ou na idiosincrasia. Há uma *différence* no passado quando este está para a memória. A relação entre história, memória e passado é mantida por princípios metateóricos da teoria da memória.

**Palavras-chave:** Hermenêutica da memória. Fenômeno da memória. Teoria da história.

## Abstract:

A memory hermeneutics is configured when the memory is inserted for aesthetic and rhetorical principles. The understanding of memory, in this case, defines and localizes its substantial. For substantiality memory, the epistemological principles of subjective and objective must be abandoned. The memory understood in its aesthetic dimension and rhetoric behaves as a phenomenon and establishing the difference between content and form. The past in the memory communicates when the line of the facts not is the chronology or idiosyncrasy. There is a *différence* in the past when it is to memory. The relationship between history, memory and past is maintained by meta-theoretical principles of memory theory.

**Keywords:** Memory hermeneutics. Memory phenomenon. History theory.

*As fontes nos impedem de cometer erros,  
mas não nos revelam o que devemos dizer.  
Koselleck*

Este texto possui como finalidade apresentar considerações em relação à memória e ao passado. O caminho traçado apropria-se do conceito de ponto de vista de Koselleck (2006) e Rüsen (2007) para demonstrar a aproximação entre a teoria da história e o bergsonismo. Neste sentido, por teoria da história compreendo as discussões inerentes à trilogia de Rüsen onde estabelece a hermenêutica como capacidade de metodização da história e, também, de como esse ponto de vista hermenêutico pode ser compreendido na teoria da memória de Bergson por meio do conceito de *différence*. Este é um caminho completamente novo e não explorado pelas reflexões que buscam dar conta do tema memória. Estabelecer a relação entre memória

---

\* Este artigo decorre da proposta do projeto de Pibic apresentada a Universidade Federal de Rondônia-UNIR, ciclo 2016-2017, sob o tema *Uma Hermenêutica da Memória: princípios de estética e retórica* com a previsão de participação dos acadêmicos do Curso de História: Marcelo Ferreira Lemes, Vanessa de Oliveira Barbosa, Micaelly Jotaene e Ricardo Ciriaco Gomes.

<sup>176</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás e professor adjunto de Teoria e Filosofia da História na Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

e passado, entre hermenêutica e *différence* pode produzir efeitos válidos tanto quanto questionáveis. Mesmo assim, a tese inerente a este texto, tenta abordar memória e passado pelo viés que não se confunde com os modos e procedimentos tradicionais adotados para documentos/fontes escritos e nem para a antropologização da história. Neste ponto, reafirmo, os apontamentos aqui realizados são provocações dialógicas presentes num programa mais abrangente de pesquisa que reflete em proposições orientadas pela teoria da história e filosofia. Os princípios metateóricos orientam-se tanto pela filosofia quanto pela literatura, psicanálise e antropologia. A novidade desta abordagem decorre do ponto de vista inerente a ela, refletir nas contribuições de campos de pesquisa, já mencionados, a partir da contribuição da teoria da história. O tema memória associado ao bergsonismo como positividade para a pesquisa em história, decorre da aproximação dos princípios metateóricos incorporados nas reflexões da hermenêutica como capacidade metódica.

Então, como atestação, identificar o passado na memória depende do ponto de vista<sup>177</sup>. E, neste caso em especial, o ponto de vista direciona-se através de elementos que não são apreendidos por contexto<sup>178</sup>. Há internamente a esta proposta compreensiva da memória, a busca de questões que ultrapassam os limites das representações contextuais e individuais da memória. Seria possível afirmar que memória e história possuem caminhos diferentes quando se trata da relação com o passado? Sem dúvida, a história preserva-se, de uma ou outra forma, na base da periodização, ideia de consequência por comparações entre acontecimentos, distância histórica, seleção das fontes e cronologia. De maneira diferente, a memória possui, atualmente, sua base etnográfica, idiossincrática e contextualizada. Há uma tensão entre

---

<sup>177</sup> O ponto de vista refere-se ao distanciamento do pensamento epistemológico. Em Koselleck (2006, p.164, 169, 174, 184) o princípio epistemológico apresenta uma ingenuidade para a história que se aproxima do reflexo do espelho. Sendo a história reflexão, há limitação tanto do testemunho quanto do historiador. Existe a quebra da cronologia como determinação, ou seja, a história não se determina por sucessões contínuas. O ponto de vista apresenta perspectiva e relativização na interpretação: faz afirmações verdadeiras e reconhece a relatividade das afirmações verdadeiras. Nem o testemunho e nem o historiador pode demonstrar a verdade como elemento experimentável. A crítica às fontes implica no reconhecimento que os testemunhos não são suficientes para a história e o historiador localiza-se entre a teoria da história e a realidade das fontes. Por isso, a categoria da experiência faz sentido para a história escrita. Como universal antropológico, a experiência permite ao historiador compreender o passado *por ele mesmo* sem a necessidade de *retroagir* pelo senso da anterioridade.

<sup>178</sup> Neste caso, a ideia de contexto está sendo traçada pela busca de mapeamento de uma realidade que independe do texto do historiador. Este contexto desconsidera a relação entre escrita da história e historiografia. Ricoeur (2000, p.302) designou que a escrita da história mantém relação entre os arquivos e os livros dos historiadores e a historiografia manifesta a ação que reinsere o texto no mundo dos leitores, o livro de história se faz documento. Esta dinâmica entre escrita da história e historiografia será mantida na temática memória e passado. Por isso, contexto, deve ser compreendido sob a determinação cronológica e epistemologicamente prefigurado como correção e veto para o texto. Neste caso, o contexto comporta-se como critério de objetividade.

história e memória aparentemente resolvida com metodologias e técnicas<sup>179</sup>. No campo metodológico, pela aproximação entre história, antropologia e psicologia, ou a memória submete-se ao histórico pela visão do contexto ou a história passa a ser um gênero da memória. O que se observa atualmente vai ao encontro da alteração relacional entre sujeito e objeto. Para que haja compreensão entre história e memória, dois termos estão continuamente em disputa: objetivo *versus* subjetivo. Deste modo, a relação entre objeto e sujeito passa a ser, sob a luz do *mecanicismo*, o lugar onde o historiador exige uma resposta do objeto por atribuir-lhe um contexto real ou, a luz do subjetivismo, ele entrega-se a vontade do objeto. Há clara separação entre os dois, porque cada um exerce uma função diferente. O historiador, a luz do método, parte de estruturas pré-fixadas, verdades instaladas (mesmo não admitidas); metanarrativas incorporadoras ao objeto, obrigando-o a responder analiticamente e objetivamente. No caso das metodologias, um campo subjetivo se forma e ele pode ser compreendido, com base pós-moderna, como discurso<sup>180</sup>.

Diante o tema aqui configurado, aplicando a perspectiva pós-moderna para a relação entre história e memória, o subjetivo pode atribuir ou ao objeto ou ao sujeito a autoridade representativa. Ainda, é possível afirmar a possibilidade subjetiva de que objeto e sujeito não possuem distinção<sup>181</sup>. Mas, que relação há entre essas afirmações e o tema aqui em exposição? O fato é: a visão de que história e memória dependem da representação, parte de um princípio epistemológico<sup>182</sup>. Na concepção cética da história, o passado é inalcançável. Por isso, na forma narrativa ele é possível como retrodicção, falacioso e anacrônico<sup>183</sup>. Essa visão epistemológica atinge também a memória como tema. O passado e a memória possui

---

<sup>179</sup> Como exemplo, os manuais de história oral. Mesmo sendo esta uma afirmação vaga, diante a diversidade dos manuais, pode-se observar que na sua maioria ocupam-se com a definição da memória autônoma em relação a história. História oral não pertence ao mesmo regime narrativo e representativo que a história. Assim como a história se fragmenta em social, intelectual, cotidiana, política, cultural; a história oral pretendeu definir seu próprio campo de pesquisa com metodologias e técnicas específicas.

<sup>180</sup> Na perspectiva pós-moderna, o problema entre objeto e sujeito define-se por ambivalências ou ambiguidades. Mesmo não fazendo parte desta discussão, é possível observar tais problemas nas discussões de Bhabha, Canclini, Gruzinski, Maffesoli, Bauman. Não há aqui pretensão de defender a visão da modernidade quanto a relação entre objeto e sujeito, mas sua posição hermenêutica. Quanto ao posicionamento do bergsonismo, a relação entre objeto e sujeito apresenta-se entre intuição e *différence*. A imanência inerente aos dois pode ser compreendida pela simpatia interpretativa. É simpática porque o intérprete considera que objeto e sujeito podem ser aplicados ao narrador (rememorar) e a ele próprio sem prejuízo para a pesquisa.

<sup>181</sup> Compreendo essa visão mais aproximada da antropologia e dos estudos de caso.

<sup>182</sup> A base epistemológica da história e da memória concentra-se tanto na perspectiva da modernidade quanto da pós-moderna. Bem apresentado por Ankersmit (2012), o giro linguístico proposto por Hayden White, como afirmação de que história é representação devido a sua base ser numa estória, parte do pressuposto da diferença entre texto e contexto. Sendo o passado mantido na história por discurso, o conteúdo da forma não se confunde com o conteúdo. Isto significa que, o conteúdo é impossível em relação a história.

<sup>183</sup> Afirmações que podem ser encontradas no texto de Reis (2005, p.99,100) na apresentação dos argumentos céticos da capacidade historiadora em relação ao passado.

relação afetiva ou contextualizada. No caso da primeira, o testemunho possui autoridade em relação a perspectiva metódica do historiador. Uma vez que, não se trata de um testemunho qualquer, não é um documento que pode ser manipulado pelo historiador, mas um testemunho oral que possui autorização para executar o acontecimento<sup>184</sup>. Neste sentido, o historiador coloca-se o mais empático possível com a narrativa testemunhal. Em sentido contrário, o historiador localiza um contexto que certifica o testemunho. Ambas as visões concluem que entre o dito e o passado há distância. Por uma epistemologia, o passado está no acontecimento passado e, significa a descontinuidade entre tempo e espaço. O passado possui um tempo-espaço não pertencente ao presente. Desse passado o que há é uma conservação. Na soma entre as recordações (esforço cerebral no retroagir) e suas subjetividades, é possível fazer um mapa<sup>185</sup>. De outra forma, no caso do contexto, essas subjetividades respondem a questionamentos mais totalizantes. Mas, em ambas não há dúvida quanto a distância entre passado e memória. Assim, posso dizer que práticas de escritas da história e suas metodologias são aplicadas ao estudo da memória. Há extensivamente metodologias, sob o ponto de vista do documento, presentes nos estudos ligados a memória assim como seu abandono completo.

A relação sujeito e objeto na memória perde sua função em dois casos: 1. quando estão mantidos por ambivalência e, 2. quando estão controlados por ambiguidade. Não pretendo abordar cada um dos casos aqui apresentados, mas afirmar que o princípio epistemológico

---

<sup>184</sup> Neste ponto, o interesse já é apresentar o fundamento do que designo por hermenêutica da memória. Pelas metodologias epistemológicas, a memória e o passado estão separados pelo acontecimento, ou seja, o acontecimento pertence ao passado e a memória (como rememoração) pertence ao presente. Mas, sob o princípio bergsoniano da *différence*, entre passado e memória não há nenhuma distância. Significa que o acontecimento não se preserva como passado *vécu* ou decorrido. Essa distância espacial torna-se vazia de sentido. Na relação entre *virtual* e *atual* dessa memória em acontecimento, somente entre narrador e intérprete ela pode manifestar-se. Entre os intermediários e os intervalos da memória, a contingência abre como possibilidade dialógica e comunicativa e não é um imperativo (como causa externa determinante) entre os dois. Justamente no *Donnés Immédiates* que Bergson (2002) definiu os intermediários como preservação da impossibilidade do passado manter-se distanciado do momento acontecido. Entre o passado, o acontecimento e a rememoração a distância torna-se noção equivocada. O passado não está em algum lugar que não seja no corpóreo. O externo ao corpo não ultrapassa mais que representação. E, no *Matière et Mémoire* Bergson (2003) definiu a representação como impossibilidade do verossímil. Neste sentido, a memória possui sua causa e efeito no momento que ela acontece. Entre passado e memória-ação o que existe, segundo Bergson (2003), concentra-se na *différence* e não na distância (seja ela nostálgica ou cronologia histórica). Por este motivo, sendo a *différence* bergsoniana o princípio fundador da hermenêutica da memória que esse acontecimento descrito no ato narrativo nasce no momento da manifestação causa-efeito. Um decorrido ocupa lugar retórico apreendido na relação com o exprimido. De outra maneira, a estética preserva a memória esse descolamento e exigência de um passado que distancia acontecimento, passado e memória.

<sup>185</sup> Mapear o passado denota apreender elementos de um tempo *vécu* ausente. O ponto de vista epistemológico apresenta o passado como dissociação entre o *vécu* e a memória. O mapeamento apreende a significação dada por expressão entre o decorrido e sua conservação. Esse tipo de memória pertence ao plano da representação. São elementos externos e idiossincráticos utilitaristas da memória, são dependentes de contextos espacializados pelo *já não é mais*. As narrativas suprem determinações performativas.

mais atrapalha que esclarece o tema memória. Isto requer apresentação de um ponto de vista orientado pela teoria da história<sup>186</sup>. O caminho que atribui à teoria da história a responsabilidade de compreender a memória como tema, sugere metodização<sup>187</sup>. A capacidade metódica da história aplicada à memória insere questões pertinentes e relevantes para escrita da história e historiografia. Desse modo, não sendo o princípio epistemológico o ponto de vista, a hermenêutica como capacidade de metodização da história sugere uma hermenêutica da memória. Isto significa que, minha atenção depende das considerações específicas de Rüsen (2007) quanto a aplicação do relacional entre estética e retórica para compreensão da memória. A interpretação como base da teoria da história de Rüsen (2007), sugere à hermenêutica da memória a possibilidade de escapar do determinismo epistemológico e livrar a memória do conflito entre subjetivo e objetivo. A importância de Rüsen (2007) servirá para apreender, sob o ponto de vista defendido neste texto, o virtual e o atual da teoria da memória de Bergson (2003). Esta leitura será específica porque seu caminho hermenêutico entra em tensão e conflito com posturas científicas que, por razão cognitiva, se fazem por epistemologias.

---

<sup>186</sup> A base dessa teoria da história está nas considerações realizadas por Rüsen (2007) quando tratou dos elementos estéticos e retóricos existentes na historiografia. Deste modo, a temática da memória encontra um caminho não corriqueiro, mas viável. Discutir o problema da memória com o passado abre a possibilidade de compreensão dessa memória que não esteja na nostalgia ou contexto como *pré-dado*, mas por meio da relação pertinente da historiografia e escrita da história aplicada a memória. Quanto a escrita da história, sua forma é cognição e para a historiografia, ela é expressiva. A primeira remete-se para os conteúdos da experiência do passado e a segunda para o público do presente, ou seja, a historiografia ocupa-se com as formas de apresentação do conhecimento histórico. A historiografia relaciona os elementos estéticos e retóricos da escrita da história, pois sua ocupação está para os critérios de validade. Essa separação entre uma e outra é meramente artificial, a escrita da história necessita de histórias, ou seja, remete-se para a historiografia. Por outro lado, a historiografia pretende ser verdadeira, então, remete-se a pesquisa. O elemento estético da história a mantém apartada de preceitos nomológicos. A estética é raciocinada por Rüsen (2007, p.29) na relação entre plano e intenção. Para o primeiro há um pré-cognitivo, abertura de um imediato e de uma força da percepção sensível como conhecimento. Para a segunda há um extracognitivo, pretensão de inserção de conteúdos nas vidas práticas do presente como orientação. Estética e utopia estão aproximadas porque o princípio estético tende a libertar o presente da escravidão do passado. As interpretações e representações simbólicas preservam a ideia de que o passado possui pressão sobre a vida prática atual tanto quanto as próprias intenções dessa vida prática. Mas, a estética não é suficiente para a historiografia, Rüsen (2007, p.34,35) atestou a importância da retórica por afirmar haver dois lados, de um a força para as intenções do agir e, de outro, a base dessas intenções pelos modos expressos linguisticamente de determinada interpretação da experiência. Estética e retórica designam beleza e eficácia. A estética abarca as intenções pré e extracognitivas dos sujeitos interpelados e a retórica se faz por uma teleologia da interpelação, modos e modelos da argumentação (linguística). Rüsen (2007, p.67) considerou que estética e retórica são imprescindíveis para a história como pesquisa. A estética veta a ideia de uma história objetiva voltada para um passado real e a retórica evita uma história desconectada da realidade por meio de imagens individuais. Neste sentido, a forma metódica da história, prescrita na teoria da história, torna-se formal e ausente de conteúdo, obrigando-a dependência à relação com a pesquisa e historiografia.

<sup>187</sup> É impossível não confirmar que essa metodização considera importante a aproximação da hermenêutica rüsenliana e a *différence* bergsoniana. Essa aproximação designa-se por hermenêutica da memória.

Para falar do passado há de fazer referência ao testemunho da memória. Se, caso houver a possibilidade da memória apagar o contexto<sup>188</sup>, assim como recusar o determinismo psicológico idiossincrático, que saída pode haver? Com certeza voltaria a atenção para princípios ontológicos ou fenomenológicos da memória. Seria isto possível? É possível que um historiador da memória consiga aprender alguma lição com a filosofia quando o tema é o da memória? De maneira geral, a pretensão deste texto e da própria pesquisa é a de revisitar uma base referencial e teórica rejeitada nos debates vinculados ao relacional entre história e memória. Minha investida será a de abordar a memória pelo viés de uma possível arqueologia da retórica e uma estética da duração.

As adjetivações em relação a memória são variadas. Dependendo do ponto de vista, elas podem ter seu fundo contextual, cultural, individual ou tradicional. Cada especialista a aborda da maneira que lhe convém ser adequado. No caso dos historiadores, dois lados são distinguidos claramente. De um lado, aqueles que cruzam a memória com outras fontes. Os testemunhos individuais precisam de complementos. De outro lado, os que defendem a autonomia testemunhal da memória. Nas formas rememorativas, os testemunhos pertencem a autorrepresentação. O testemunho, nos dois casos, responde a determinações claramente identificáveis. E, historicamente falando, não é difícil apontar para os caminhos e relações tomadas. Critérios de objetividade e subjetividade estão presentes e definem os pontos de vista. Algumas certezas são repassadas em defesa dos sujeitos atores de si e também, de contextos mais gerais que definem esses atores não autônomos. Deste modo, há a defesa de que as determinações subjetivas e objetivas sobre a memória não são suficientes. Este é um pressuposto incontornável. O caminho dos contextos e da história oral entra em conflito e apresenta contradições quanto à escrita da história. Se, de um lado, os contextos, imprimem a memória seus lugares sociais, estipulam que o passado pertence à série de eventos identificáveis nas representações simbólicas; por outro lado, defender que a escrita da história, tendo a memória como tema, se justifica pelas rememorações, não atenta à compreensão da: percepção, deliberação de motivos e as lembranças.

Sob a ótica do ponto de vista, os elementos retóricos e estéticos da memória satisfazem, como pressuposição, interrogações ligadas ao que, em verdade, defendeu Halbwachs (2002) quando afirmou que a memória *dá saltos*; ou seja, seus fatos e ordenações

---

<sup>188</sup> Por mais que nas rememorações haja espaços e lugares de *memória*, o que importa é a conservação, a relação afetiva e íntima que o testemunho mantém com o passado. O modo semântico e emotivo orienta os adjetivos e as predicções. Em sentido oposto, o contexto, para a historiografia marxista, por exemplo, há uma realidade externa a rememoração que prescreve sua manifestação.

partem de critérios indiferentes a precisão das datas e de suas sucessões. Mas, na sua dimensão contextual, a memória responde a sucessões cronológicas definidas pelas representações simbólicas e coletivas. Seu lugar social controlado pelo compartilhamento entre os sujeitos envolvidos quer seja social, coletivo ou histórico, imprime à memória o caráter objetivo. Poderia atestar um funcionalismo da memória. Neste caso, à memória atrela-se a exigência social como comprovação de sua validade. De qualquer maneira, a contextualização da memória a exterioriza<sup>189</sup>. Os quadros sociais da memória executam no individual a exigência coletiva. Diante um estruturalismo linguístico, a memória transita entre juízos que dependem das convenções sociais previamente estabelecidas. As relações simbólicas da memória definem os sujeitos e a validades de suas lembranças.

O caminho de uma hermenêutica da memória como alternativa introduz a esse tema a relação de predicação e prova. Quando se trata da hermenêutica da memória, as prerrogativas epistemológicas dos contextos se fragilizam porque a relação que a memória possui com o passado não pode ser vista como passividade. Contexto por cronologias, representações simbólicas ou psicossociais partem do pressuposto de que memória precede a história ou a sucede. O contexto objetivo ou o compartilhamento subjetivo torna-se o ponto interpretativo? Pensar em lugares para memória torna-a solidária a objetos e enclausurada a representação. Isto significa que o ponto de vista da hermenêutica da memória, questiona a validade da memória nos objetos e critica a representação como validade epistemológica. É preciso dar atenção, então, para o que está envolvido quando a memória é colocada como tema. Essa atenção envolve justamente a adjetivação de passado.

Não sendo a memória passividade a ela designa-se um substancial: o fenômeno. A aplicação de fenômeno para a memória, não corresponde para o que ocorre nas leis da física. Esse fenômeno não se inscreve no externo, mas no *dedans*<sup>190</sup>. Aqui, há de fazer um ponto de

---

<sup>189</sup> Em verdade, criticado por Candau (2011), esse ponto de vista não permite compreender os elementos idiossincráticos da memória. A coerção do social sobre o individual não concebe uma memória não compartilhada. Esse lugar social da memória impede que experiências sublimes sejam manifestas assim como subjetividades perceptivas. Por uma antropologia da memória, Candau (2011) conflitou o posicionamento objetivo da memória de Halbwachs com um subjetivo.

<sup>190</sup> Como tentativa de tradução da questão do *dedans* há de atentar para a separação existente no que White (2001) designou como diferença entre conteúdo e forma. O conteúdo da forma não designa o que o conteúdo é em verdade. Ao mesmo tempo White (2001) resistiu quanto a possibilidade de acesso ao conteúdo em si. Deste modo, para esse historiador, o conteúdo será acessado sempre indiretamente, por isso, está mais próximo da ficção que da realidade. Havendo um conteúdo que se distinga do conteúdo da forma, somente pode aproximar-se dele através de gêneros literários. Assim, para White (2001) a história somente se comporta narrativamente como representação. Como bem atestou Ankersmit (2012) White partiu de um princípio de que há um algo fora do texto (representação). Ou seja, o conteúdo existente não se esgota no conteúdo da forma, pois a forma, de alguma maneira, depende de quem a fabrica diante seus recursos metafóricos por sinédoque e metonímia. Mas, no caso do *dedans* a representação, segundo Bergson (2003), responde a impulsos externos e internos.



parada com maior cuidado. Duas posições aparentemente distintas: hermenêutica e fenômeno. A primeira compreensão e o segundo descrição. Mas, há necessidade de adentrar ao tema memória por via de uma substancialidade fenomenal que não se inscreve pelo visto, observável ou experimentável. O fenômeno do qual se está fazendo menção está diretamente vinculado ao conceito de experiência de Bergson (2002; 2003). Segundo Deleuze (1992), sendo a metafísica o plano de Bergson, sua imanência transita no dualismo entre a percepção e a lembrança. A experiência em Bergson concebe que a memória, como inscrição, mantenha-se entre o conteúdo e a vida prática. As lembranças que poderiam significar um passado nostálgico, nada mais são que imagens-lembrança. A experiência não somente localiza-se no social como incide na pessoa uma inscrição de pessoalidade e personalidade. Sua história de vida transita entre tempo e tempo homogêneo. O segundo nos possibilita atualização da memória por estabelecer as paradas (ideias) do tempo. Como ponto entre os infinitos pontos, a lembrança estabelece coincidências e associações de ideias. Lembrar, então, para Bergson, tanto no *Donnés Immédiates* quanto no *Matière et Mémoire* corresponde ao inverso de buscar na conservação os resquícios do passado. Essa forma de memória, para a teoria da memória de Bergson (2003) não ultrapassa uma memória *sub reptícia*. Não há memória se o pêndulo entre tempo e espaço não estiver movente (corpo). Como ponto exato entre *durée* e *étendue* o corpo move-se e o passado inscrito estabelece a tensão na rememoração. O passado como retroagir perde significado quando concebida a inclusão do *avenir*. Nestes termos, a questão da metodização faz-se ainda mais necessária.

O caminho fenomenal da memória não nega o histórico dela, somente ocupa posição diferente em relação a perspectiva epistemológica. Quando Bergson (2002; 2003) designou a endosse como fenômeno da memória, seu objetivo foi o de pensar a relação entre memória e experiência. O termo experiência é peculiar para esse filósofo porque ele se comporta em dualidade: experienciada e vivida. Uma relação entre aprendizado e vivência na duração. Sob

---

Diferentemente do que defendeu White (2001) com seu conceito de representação para a história, a memória, sendo representativa, responderia as defesas feitas por Halbwachs no *Cadres*. O *dedans* de Bergson (2003) nega a representação porque não se trata de pensamento epistemológico, mas imanente. Esta nota explicativa foi iniciada com White porque pode ser feita uma analogia. Para a história como representação, o conteúdo será sempre resultado da forma, ou seja, um conteúdo da forma. Essa aproximação da história ao discurso concebe um além do texto, mas o inviabiliza. O passado e a história são diferentes. No caso da memória, a representação é negada por Bergson (2003) porque seu substrato não está no cérebro (poder de evocação) e nem nos objetos, sejam eles sociais, individuais ou coletivos. Entre o passado e a memória, diferentemente da história, não há distância. Bergson (2003) defendeu a tese da inscrição corpórea. O *dedans* está inscrito, mas mantido por *différence* e não diferença. O pensamento imanente lida com a mistura, isto significa que a memória e o passado possuem *différence*, mas seu acontecimento, o momento de tempo, não está no passado e sim decorrente de sua inscrição corpórea nascida no momento dessa memória-ação.

o princípio do *élan vital* esse dualismo da experiência permanece em constante coincidência na memória. Mesmo não sendo duas, a experiência, como reflexo da memória, constitui-se na relação com o passado que também deve ser compreendido enquanto *em si* e enquanto *rememoração*. Um substrato ou uma lembrança pura é completamente questionável em Bergson – seja no *Données Immédiates* ou no *Matière et Mémoire*. A concepção de fenômeno da memória prescreve na teoria da memória de Bergson (2002; 2003) a relação com o passado que não pode ser compreendido a menos que reflita na relação entre conteúdo e forma. Nos termos de Bergson, o problema levantado entre os dois depende diretamente do concebido como mediato e imediato. Não é possível raciocinar o bergsonismo sem considerar que o conteúdo e a forma são diferentes porque memória e cérebro o são de mesma maneira.

Então, o problema da memória como fenômeno, inscreve inevitavelmente um princípio não ontológico porque sua inscrição se dá no corpo. Em outros termos, a memória no bergsonismo nega observação, descrição ou expressão como determinação necessária. Ela encarna-se por inteira entre um passado durável e um passado possível. O conceito de duração descarta tanto a ontologia quanto a conservação como determinação necessária. O fenômeno da memória passa a ser compreendido quando um corpo coloca-se lido sob sua experiência. Assim, a temática da memória envolve a relação entre o verossímil e a representação. Bergson (2003) deu atenção para a representação porque a memória pode ser confundida como exterioridade e interioridade. Voltaria a mencionar, sob o princípio epistemológico, a representação determina um tipo de memória que seja objetiva ou subjetiva. E, negando essa prática como substancialidade da memória, Bergson (2003; 2012) buscou discussões que designam a relação entre imediato e estética. Essa estética apreende-se a metafísica imanente que, por sua vez, inscreve elementos não epistemológicos. Por esse motivo, a hermenêutica da memória transita por uma negação para verificação da conexão interna inerente ao *dedans*.

O problema da memória visto sob sua base fenomenal não pode ser demonstrado como o faz a empiria onde os testemunhos são exteriores (documentos)<sup>191</sup>. Neste caso em

---

<sup>191</sup> Essa dimensão exterior do documento/fonte evidencia a relação com a contingência. Essa relação é peculiar e diferente do caso da memória. Enquanto na memória a contingência está inerente a condição relacional entre intervalos e intermediários; na história contextualizada a contingência pertence a uma exterioridade da fonte/documento. A contingência passa a ser considerada evidência porque demonstra a diferença que o passado possui para a história e para a memória. Mesmo não defendendo que memória e história se comportam como ambivalência, há de se reconhecer que na memória, a contingência não é uma causa, imperativo, determinação ou condição necessária; a contingência na memória-ação nasce juntamente ao acontecimento. Ou seja, na autodeterminação entre causa e efeito no acontecimento da memória, a anterioridade ou o retroagir não são determinantes. Não se trata de um passado recomposto a partir da posição simétrica entre passado e memória, mas de sua relação assimétrica que, neste caso, localiza-se na estética e na retórica. Em sentido contrário, quando a escrita da história baseia-se na determinação dos contextos históricos (orientados por cronologias ou

especial, a escrita da história tradicional ocupa-se com testemunhos que são conduzidos por elementos de representação e expressão. A representação insere-se junto aos objetos (sociais e simbólicos) e a expressão ao psicológico. Sendo a inscrição no próprio corpo, a interpretação não se realiza unicamente pela evocação e adjetivação do passado. Sob o ponto de vista do nominalismo seria unicamente expressões. Na ideia de uma história da sensibilidade, identificar as emoções, sensações e sentimentos, faz parte das perspectivas antropológicas das representações da memória. O que é completamente plausível no pensamento de Bergson. Mas, a compreensão ultrapassa as relações empáticas da pesquisa sensível. Tendo como princípio que a experiência não pertence a linguagem da fonte, segundo Koselleck (2006), esse antropológico pertence a categorização. Deste modo, a experiência não pode ser concebida como propriedade do testemunho. A dimensão de crítica às fontes é parcialmente aplicada ao testemunho oral. Por este motivo que não se trata de ponto de vista epistemológico, uma vez que, essa antropologia da memória responde a estímulos corpóreos que estão para além das sensibilidades em relação ao passado conservado. Esse passado movimenta-se como *différence* em relação ao que expressa. Quero dizer que, sob a observação imanente do pensamento de Bergson, a deliberação de motivos do testemunho oral responde a estímulos que entram em tensão entre as lembranças como imagens do passado e a orientação prática em relação ao que sucede como imaginação ou intenção. Essa deliberação de motivos não permite que o passado inunde o presente sem que, primeiro, haja a relação entre intermediários e intervalos. Ambos estão para uma metódica dessa *différence* do passado como princípio estético e retórico. Somente estes dois últimos podem apresentar ao historiador um acordo historiográfico<sup>192</sup>.

---

explicações de acontecimentos por outros – sucessões contínuas), a contingência responde a simetria entre passado, acontecimento e narrativa.

<sup>192</sup> A designação quanto ao acordo é específico porque enquanto historiografia, a relação com a recepção e a textualização, é evidenciada. Neste caso, minha pesquisa concentra-se na estética e na retórica porque, enquanto rememoração, a possibilidade demonstrativa dessa história de vida da memória independe de contextos *pré-dados*. A *différence* transita em ordem inversa a escrita tradicional da história que apresenta a possibilidade de uma realidade contextual passível de observação e que se dê para apreensão. Passado e história são diferentes. Neste sentido, justifica-se a afirmação de Koselleck (2006) quanto a ideia de que a experiência não pertence a linguagem da fonte e sim a categorização. Os contextos históricos dependem de suas relações (con)textuais. Os critérios de objetivo e subjetivo são questionáveis tanto na história quanto na memória se a base de reflexão for hermenêutica. A teoria literária e da recepção, tendo o conceito de experiência estética como orientação (considerando as reflexões de Jauss e Iser), demonstra essa incapacidade de uma história objetiva por meio das fontes. Essas, para continuar no raciocínio de Koselleck (2006), possuem como validade o poder de veto em relação a cometer erros. O que está envolvido, no caso da escrita da história, baseia-se na realidade das fontes e na teoria da história. Quando se trata de memória, estética e retórica influenciam inevitavelmente devido a *natureza* da fonte, da maneira como o historiador lida com as evidências, vestígios e indícios. Poderia dizer que mesmo também sendo indireta a relação com a memória, devido a deliberação de motivos, ela passa a ser direta em relação as imagens-lembrança como acontecimento.

Como objetivo, os princípios estéticos e retóricos apresentam o verossímil e não uma representação<sup>193</sup>. Essa escrita da história preserva à memória um caminho cuja base experiencial somente se demonstra caso ela seja seguida por regulações historiográficas. A questão é mais um constructo e recepção que propriamente empiria. Mais uma vez, essa forma demonstrativa do passado da memória possibilita-se por uma hermenêutica. Então, essa memória relativiza-se, no seu caráter de verdade, porque ela possui seu fundamento na relação estreita entre o intérprete e o testemunho. Somente o segundo possui seu corpo inteiramente preparado para o passado inscrito. E, sendo memória, esse passado não se aproxima pelo esforço cerebral. O que acontece, está mais para a tentativa do cérebro localizar sua atenção em um ponto diante o caos<sup>194</sup>. O cérebro canaliza, permite a comunicação do conteúdo da memória em nome de um passado. Deste modo, o passado não se inscreve como nos documentos, pois seu lugar é no corpo que funciona como um pêndulo do relógio entre a matéria e a memória entre o sujeito e o objeto. O passado não possui distância, o testemunho não permite colocar-se numa visão histórica da ausência. Caso ela seja viável, somente se processa por uma nostalgia que não ultrapassa os adjetivos. O corpo impede que o passado, como lembranças virtuais, mantenha distância assim como o impede que seja inundado e transbordado em lembranças. Essa lembrança da experiência estética está fluida no corpo e não permite que o intérprete tenha acesso a menos que a evocação soe como melodia. Somente o testemunho possui a condição de apresentar conteúdo da forma. O intérprete, por sua vez, é aquele que, por simpatia, compreende. A compreensão não pertence ao testemunho. Devido ao fato da experiência se tornar categoria, significa dizer que a memória possui sentido quando o histórico dela é em sentido estético e retórico, a finalidade é comunicativa e orientadora.

Um pressuposto deve ser considerado incontornável, sendo a memória inscrição no corpo, significa que aquele que testemunha escolhe por deliberação de motivos, mas não é

---

<sup>193</sup> Essa representação está fixada tanto na visão epistemológica de White (2001) quanto na artística de Ankersmit (2012). Por meio de Bergson (2002; 2003), não é possível apoiar um ou outro quando o tema memória está visto sob o princípio da endomose bergsoniana.

<sup>194</sup> O caos não significa perde-se, mas heterogênesse mantida em confusão para aquele que testemunha. Não havendo distância entre passado e evocação, o testemunho confunde o que pertence a conteúdo de duração e o que pertence a conteúdo da forma. Neste ponto, o que interessa para o intérprete é não reduzir a adjetivação do passado ao decorrido. Como hermenêutica da memória, a interpretação atenta-se para a ideia e a emoção presente no testemunho. Ao testemunhar um passado como decorrido, o testemunho não presta atenção para o virtual desse passado. Sua atenção agarra-se ao pseudoacontecimento passado da rememoração. O passado referido pertence ao quadro da representação. Em sentido simultâneo, pelas ideias e suas associações, um quadro se abre para o intérprete. E, a contingência surge na relação entre intermediário e intervalos. Esta seria uma conjectura psicologizante caso o objeto se tornasse uma suposição do intérprete. Por isso, a atenção volta-se para o estético e a retórica existente no testemunho interpretado.

capaz de escapar ao comprometer-se. Essa inscrição testemunha sua história de vida. Essa história testemunha sua relação com o plano vertical e horizontal. Ser atravessado pelo tempo que rege a ideia de passado e a linha que interliga ou estabelece ordem aos fatos. O vertical pode ser localizado como representante desse virtual e estético da memória. Mas, o horizontal, impõe ao testemunho sua relação com o decorrido. Na retórica ou por ela, o intérprete apreende elementos da história de vida que relaciona o provável da memória. Essa história de vida da memória somente passa a ser compreendida se uma estética ultrapassar os limites da representação<sup>195</sup>.

Neste ponto, estética e retórica da memória possui comprometimento com o histórico porque a memória é dependente de uma história de vida. Essa história de vida, inscrita, relativiza o poder de o cérebro instituir/inventar verdade ou mentira. Na verdade, sem o cérebro essa história de vida não testemunha como evocação. Mas, essa história de vida no plano vertical e horizontal, depende das relações coincidentes entre intervalos e intermediários. Deste modo, os termos de estética e retórica são usados porque se trata de hermenêutica e não intuição pura. Quando Lacan (1998) afirmou que entre *eu* e *outro* há um muro intransponível, destacou que não há uma *transaudição*. Quer dizer que o intérprete compreende o outro (testemunha) mediante intermitências. Essa hermenêutica da memória não defende a possibilidade de compreender o outro melhor do que ele a si mesmo ou mesmo de afirmar haver uma fresta ou buraco da fechadura dos quais se possam olhar. O corpo torna-se este muro e impede que o intérprete descreva-o por olhar para além dele, ou seja, por suas representações simbólicas ou sociais. O que menciono é: como testemunho oral, a história de

---

<sup>195</sup> Como questão de teoria da história, neste ponto os pontos de vista de Rüsen (2007) como de Ginzburg (2002) não podem ser confundidos com o ponto de vista de Ankersmit (2012). A estética não se limita a representação porque a retórica é o elemento que possibilita a demonstração dessa criação ou duração da memória. O testemunho não pode provar a distância entre o passado e a memória. Seu envolvimento é pleno e somente os verbos são capazes de manter distância. Assim, no limiar entre nostalgia e idiosincrasia aparece a questão retórica. Aqui há complicação, e ela preserva e intensifica o debate entre o subjetivo e objetivo na relação entre objeto e sujeito. E, neste caso, não há lugar para o intérprete. Essa posição pendular pertence ao testemunho. O corpo, medida exata entre momento de tempo e ponto de espaço, incide no testemunho o pêndulo entre o que se projeta como associações de ideias (intervalos) e seus sentimentos e (intermediários) com a abertura do *avenir*. A inscrição corpórea depende de um incorpóreo (conteúdos não condicionados) que predicam e estabelecem ritmos perseguindo a relação entre reconhecimento, lembranças e percepções. O pêndulo não compreende a terapia da transferência. O *eu* não se coloca na condição de objeto e transforma-se numa ambivalência entre *eu* e discurso do eu (sua representação). Essa memória não deve ser vista como método reducionista do *eu* demonstrar-se ao analista. A contingência não é causa, mas condição da relação entre os intervalos e intermediários que abre ao intérprete a possibilidade compreensiva. A diferença entre os pontos de vista perpassa ao que Rüsen (2007) considerou como princípio historiográfico a recepção. Ela não significa autonomia do leitor em relação ao texto, mas de apreensão de sentidos inerentes a narrativa. No caso de Ginzburg (2002) o que importa são indícios fora da ordem narrativa, ou seja, aquilo que influencia indiretamente os testemunhos. Mas, quando Ankersmit (2012) afirmou a representação dos três lugares, ele ocupou-se unicamente com a estética artística localizando a referência na representação.

vida abre, entre testemunho e intérprete, a possibilidade de um campo referencial (virtual). E, devido sua natureza compreensiva, a intuição designa-se pela hermenêutica da memória. Prestar atenção ao poder do cérebro corresponde a uma certeza subjetiva da expressão. Das afirmações nostálgicas entre o dito e o que aconteceu<sup>196</sup>. O retroagir da memória corresponde na crença de que entre lembrança e passado existe uma distância. Em sentido contrário, desconsiderar que ao cérebro pertence o poder de atualizar, de canalizar ou fazer a ligação entre intermediários e intervalos, que apresenta um exprimido, inscreve a memória numa relação de contexto que não pode ser considerada como memória. Memória e história não podem ser consideradas como antagônicas. É clara a ideia, se história está para vida, então ela precisa dos lugares de disputas e da recepção. É clara a ideia, se memória busca orientação prática para a vida, ela necessita de história.

Se observada a classificação de Bergson (2012) a estética possui relação com juízo, inteligência, sensível, tipo e gênero. Caso a identificação dessa estética for com a arte, ela apropria-se de princípios ideais (gêneros/tipos). A arte define-se a partir de: quadro e cômico. No caso do primeiro, o belo torna-se preparação sensível (inteligência e vontade). No caso do segundo, os gêneros estão para além do *histórico*. Os gêneros podem ser descritos como ciúmes, avareza, inveja e outros. O quadro foi pensado por Bergson como particular e não universal. Assim, para Bergson, o problema foi o de pensar a diferença entre belo e verdade. O belo é mais que uma expressão de sentimento (2012, p.57). O belo *traduz-se* na ideia que promove a unidade na multiplicidade como sentimento ou esforço. Deste modo, é possível afirmar que a criação artística possui dois caminhos: contextual e subjetiva<sup>197</sup>. O importante nesta discussão é reconhecer que o pensamento bergsoniano destaca a possibilidade de

---

<sup>196</sup> Neste caso em especial, haveria a confirmação das teses de Ankersmit (2012) quanto ao inconciliável entre tempo e espaço. Ou seja, a memória, como idiossincrasia, reporta-se para um tempo que não está mais na atualidade. Uma ideia de que passado e lembrança são coisas distintas. O primeiro para o que aconteceu e o segundo para o que restou dele. Essa lembrança seria capaz de apreciar o que aconteceu em mesmo tempo que sofreria pela impossibilidade de resgatá-lo. Esta tese entra em contradição com o bergsonismo, o que se tem, em verdade, é: o acontecimento apresenta-se para o intérprete e não no passado. O que se tem do passado não é o acontecimento, mas sua duração como inscrição. Esse corpo pendular oscila entre virtual e atual. Deste modo, a compreensão da memória não está à nostalgia ou representação do passado por uma estética onde o representado faz parte da representação, mas para tensão entre imagens-lembrança e vida. No bergsonismo o retroagir não importa, esse passado invalida-se por essa história de vida é uma inscrição.

<sup>197</sup> Neste caso em especial, retomo as afirmações de Handlin (1982) quando comparou a produção artística levando em consideração o público, numa relação de produção e recepção. Ao mesmo tempo, quando essa produção passa a ser abstrata, o contexto não é mais importante e, por isso, a possibilidade crítica historiadora concentra-se na criação subjetiva. Mesmo assim, não se pode esquecer que o artista possui temporalidade e sua criação é datada e espacializada. Essa afirmação, segundo Handlin (1982), não pode limitar a criação artística porque ela pode ser encarada como atemporal. Ou seja, como criação, a produção artística desvincula-se do contexto como lugar de equilíbrio e possibilidade crítica. Handlin (1982) defendeu que, quando o contexto e a produção artística separam-se radicalmente, a imagem passa a compor em si objeto e tema.

compreensão da memória diferentemente do pensamento epistemológico que a atravessa entre os historiadores. Bem atestado por Ankersmit (2012), essa dinâmica de pensar a história como epistemologia deve ser contestada. A representação impede que a distinção entre referência e representação seja confirmada. No caso da memória, essa confirmação é ainda mais evidente. Mas, diferentemente de Ankersmit (2012), o pensamento de Bergson não redundava na representação. Então, neste ponto, a questão está mais para um problema metódico que propriamente historiográfico. Para esta escrita da história sob o tema memória, a relação com o material histórico (indícios e evidências) define diretamente como a interpretação desenvolve-se. Como esclarecimento, a escrita da história, segundo Ricoeur (2000, p.302), esclarece um público. Enquanto operação historiográfica, a interpretação transita entre epistemologia e fenomenologia. Pela representância, a memória demonstra fundação do referencial. Há sempre uma imagem na representação histórica e ela pertence a memória. Mesmo nessa proximidade escriturária entre Ankersmit e Ricoeur, ambos possuem posturas distintas quanto ao conceito de representação e, como consequência, da narrativa da história<sup>198</sup>.

Rüsen (2007), Ricoeur (2000) e Koselleck (2006) não enxergaram problemas teóricos quanto a característica dos gêneros literários existentes na escrita da história. Os elementos ficcionais e retóricos da história não a diminuem na sua capacidade demonstrativa de uma verdade relativa. Entre o acontecimento e sua demonstração narrativa por indícios, vestígios e evidências há a interpretação do historiador. A relação entre história e contexto mantém-se indiretamente. A história da historiografia atesta ser a validade instrutiva, formativa e orientadora da história justamente pelo fato dela apresentar *ficcionalmente* a experiência do passado. Há diferença entre o acontecido e sua demonstração narrativa. Os elementos literários são imprescindíveis para a escrita da história. O desejo interpretativo não está em reconstituir o passado, mas concentra-se no sentido da mudança temporal decorrente da ação. No caso da memória, a visão dela como fenômeno, transita pelo caminho da analogia dessa perspectiva entre escrita da história e historiografia. Não se observa a memória como subalterna da história ou sua matéria-prima. A memória possui seu próprio regime narrativo. Mesmo assim, no campo narrativo da operação historiográfica, sua demonstração como

---

<sup>198</sup> A distinção entre ambos pode ser claramente observável em duas obras de relevância. No caso de Ankermit na obra *Historia y Tropologia* e no caso de Ricoeur nos volumes de *Temps et Récit*. No volume I de *Temps et Récit* Ricoeur deu ênfase para as três mimeses. A produção narrativa da história pertence a memória pois há um campo referencial que necessita de reconhecimento. A história não é estranha ou não comunicativa devido ao fato da memória comportar-se como fenomenologia.

escrita da história, depende de uma hermenêutica da memória orientada pelos princípios da teoria da história. Como essa hermenêutica da memória incorpora o conceito de interpretação da hermenêutica como metodização adequada da história (fundamentalmente a partir de Rûsen) sua demonstração está orientada entre estética e retórica.

Nos argumentos de Ricoeur (2000, p.306), entre estética e retórica preserva a relação entre a imagem e a operação. Essa relação entre imagem e operação orienta-se pela certificação de que o passado não está sob o princípio do retroagir da memória. Essa memória ultrapassa os limites idiossincráticos da rememoração. O conteúdo da memória como heterogênese incide no cérebro como pensamento. O passado dessa memória heterogênea desprende-se necessariamente do contexto e agarra-se a imagens-lembrança. A *différence* implica na separação entre lembrança e percepção, mas as coloca como solidária uma a outra.

(...) a produção do passado dá a ver. Este é todo o jogo, examinar uma primeira vez a propósito da representação-objeto, entre o retorno da imagem à coisa ausente e a autocertificação da imagem em sua visibilidade própria que se implanta legítima de modo explícito ao plano da representação-operação (RICOEUR, 2000, p. 306).

Esse passado na sua trama ou jogo é apresentado por Ricoeur pela visibilidade da imagem. Mas, nesse movimento que se dá à visão oscila entre representação-objeto e representação-operação. O passado deixa de fazer parte de uma ausência determinante. Ou seja, no caso da memória, o passado como distância ou nostalgia do retorno perde sua validade, uma vez que, não interessa esse contexto *pré-dado*. A ideia de uma hermenêutica da memória abandona essa relação de perseguição do passado decorrido pelas imagens-lembrança. Esse contexto é inerente a imagem como presença porque sua validade não está na ausência e sim no acontecimento-ação como lembrança. Essa *différence* é fundamental porque nela concentra-se toda a base teórica para a interpretação da memória. E, como representância, essa memória não constitui-se sozinha ou automaticamente. Como as fontes não são capazes de determinar o que dizer, mas o que não dizer, significa que a rememoração não ultrapassa os limites dos indícios e das evidências. Na interpretação reside a condição demonstrativa dessa *différence* existente entre memória e passado.

A *différence* existente na memória e no passado aplica o que Ricoeur (2000) descreveu como necessidade de retirar da ideia de imagem a relação ou pressuposto do irreal ou do anterior. São duas adjetivações da imagem não compartilhadas na fenomenologia da memória. Por este motivo, a memória como fenômeno identifica-se a partir do *dedans* e



*dehors*. O que importa, então, depende da ideia de passado ausente de irrealidade e anterioridade. A partir de Bergson (2003), essa ausência como pressuposto epistemológico desaparece e inscreve-se nos intervalos e intermediários. A contingência faz parte de ambos como capacidade comunicativa entre rememoração e interpretação. Significa afirmar que a contingência não é uma causa de determinação necessária. Entre passado e memória, uma hermenêutica da memória abre-se como compreensão que aproxima interpretação e demonstração.

Como tentativa de encerramento das proposições aqui apresentadas, desejo reconsiderar o tratamento que essa pesquisa apresentará para a temática memória. Como deve ter sido observado no curso deste texto, a memória como proposta bergsoniana de pesquisa baseia-se em pressupostos não compartilhados atualmente pela pesquisa histórica. A memória é tema na história mediante relações epistemológicas. Neste caso, atesta-se ser essa epistemologia da história tanto positiva quanto negativa. O conceito de representação é atualmente esse caminho de simpatia e antipatia nas abordagens epistemológicas da história. Em relação a memória, sua tematização transita entre as prerrogativas objetivas e subjetivas. E, diante as novas metodologias que abordam o tema memória, as narrativas subjetivas são supervalorizadas em relação ao trato objetivo. Mas, como o ponto de vista desta pesquisa é o da hermenêutica da memória, tanto o critério subjetivo quanto o objetivo, são insuficientes para lidar com o fenômeno da memória. Por este motivo que a hermenêutica da memória baseia-se na teoria da memória de Bergson. E, como consideração a esse ponto de vista, em negação a tese da visão epistemológica para o tema memória, sustenta-se o abandono da determinação do contexto e da idiosincrasia. Essa tese baseia-se em três pressupostos:

1. **O passado como *différence***: na condição de *em si* Bergson considerou o passado como autônomo em relação a conservação e a percepção. Significa dizer que para esse filósofo, o passado possui relação com o mediato e imediato. Nesta pesquisa, o mediato passa a ser o lugar de concentração devido ao fato de lidar com a tradução do passado. Como substancial o passado *em si* torna-se realidade na teoria da memória bergsoniana pelo motivo dos conteúdos formadores da memória não estarem passivos ao desejo e ao querer do esforço cerebral. Antes, há um canal, fresta ou abertura onde a coincidência promove a possibilidade de atualização do virtual. Por esta perspectiva, a memória é ativa e não depende de um cérebro como recipiente armazenador. As lembranças não são estáticas e nem respondem elas a comandos puramente utilitários. Como orientação prática para vida, a memória ultrapassa a barreira idiosincrática e

preserva-se inteiramente corpórea. Neste caso, o passado como *différence* convive com o seu fatiamento.

2. **A memória como *durée*:** A corporeidade da memória encarna-a, ela não está numa metafísica do paralelismo que possa ser confundido com idealismo ou realismo. Ainda, essa corporeidade da memória descarta a crítica da duração como ontológica. O corpóreo da memória impede que ela seja controlada por idiosincrasia e por contextos *pré-dados*. Essa corporeidade depende das relações entre ideias, sentimentos, sensações e emoções. A conservação da memória deixa de ser relevante porque a dinâmica da manifestação da memória como acontecimento evidencia-se entre a consciência e o genético. Durar significa que a memória independe do esforço. Entre memória e esforço rememorativo, o segundo está para buscar no conteúdo heterogêneo da memória imagens que se atualizam por associações, mimética ou coincidência. As ideias devem ser compreendidas como a parada do pensamento. Este, nos termos de Deleuze (1992), torna-se o incorpóreo, uma imanência que independe da vontade. No plano cartesiano, um vertical que corta por inteiro qualquer corpo (movente). A ideia resulta da parada, que no bergsonismo, é simplicidade, ela designa propriedade. No caso da memória, essa ideia é sempre associativa, pois depende de heterogeneidade e faz ligações interdependentes entre as imagens-lembrança. Enquanto ação, essa memória acontece e relaciona o corpo por inteiro.
3. **A endosse como fenômeno na experiência:** o corpóreo da memória atesta sua história de vida. A memória, como manifestação de seu fenômeno não designa, propriamente, pela filosofia metafísica do transcendente ou fenomenologia externa e observável. Essa memória da qual possui estreita relação com a experiência demonstra que a teoria da memória de Bergson recusa tanto a lei de conservação quanto a ontologia como determinação necessária. Memória não pode ser concebida como passividade, ela é ativa, pois possui como meta orientação. O fenômeno endosse, nesta perspectiva, desorienta e recusa uma experiência transcendente, ontológica ou autocompreensiva da memória. A ligação entre endosse e experiência parte do princípio de que a história de vida prescreve a compreensão da memória. Essa prescrição respeita a relação entre tempo e tempo homogêneo que, na linguagem de Deleuze (1992), aproxima-se do plano cartesiano da relação entre vertical e horizontal.

Os três pressupostos inerentes a tese – da impossibilidade do ponto de vista epistemológico responder as inquietações quanto ao tema memória – concentram-se na

categoria experiência que mantém relação íntima com passado e memória. A busca de aproximação entre o bergsonismo e a teoria da história depende de uma convenção não prevista por Bergson. Essa convenção depende, necessariamente, do ponto de vista em relação a escrita da história e historiografia. A compreensão do virtual e do atual na história e na memória, inevitavelmente, prescinde da relação com estética e retórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKESMIT, F. Representação e referência In: *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

BERGSON, H. *Essai sur les Donnés Immédiates de la Conscience*. Québec: Edition Électronique Les Classiques des Sciences Sociales, 2002: [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.htm](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.htm).

\_\_\_\_\_. Lecciones de estética. Primera lección: lo bello In: *Lecciones de Estética y Metafísica*. Madrid: Siruela, 2012.

\_\_\_\_\_. *Matière et Mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit*. Québec: Edition Électronique Les Classiques des Sciences Sociales, 2003: [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.htm](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.htm).

CANDAU, J. **Antropologia da Memória**. Portugal: Instituto Piaget, 2013.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Filosofia In: *O que é a Filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GINZBURG, C. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez In: *Relações de Forças: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Chicoutimi, Québec: Edition électronique, 2002. Disponível em: [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html).

HANDLIN, O. Vendo e ouvindo In: *A Verdade na História*. 1ªed.; Brasília: UnB, 1982.

KOSELLECK, R. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. Contribuição à apreensão historiográfica da história In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. PUC-Rio, 2006.

LACAN, J. Do sujeito enfim em questão. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

RICOEUR, P. La représentation historique In: *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. France: Gallimard, 2000.

RÜSEN, J. Tópica – formas da historiografia In: *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007.

WHITE, H. A interpretação na história In: *Trópicos do Discurso: ensaios de crítica da cultura*. 2ªed.; São Paulo: EdUsp, 2001.

# HISTORIOGRAFIA E CULTURA HISTÓRICA NO PENSAMENTO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Wilson de Sousa Gomes<sup>199</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como objeto de interpretação a obra: “*A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*”, de autoria de Fernando de Azevedo [1943] (1963). Ao problematizar as categorias de moderno e tradicional, utilizamos da interpretação bibliográfica como ação metodológica. Centrado na historiografia do século XIX, em intelectuais da Alemanha, França e Brasil, o autor refletiu sobre o passado para construir um projeto de nação moderna. Pensador de grande envergadura trabalhou com os conceitos de civilização e cultura para sintetizar o Brasil e desenvolver uma perspectiva de memória e história enquanto elemento estruturante da identidade nacional. Negativando o passado colonial, apresenta uma posição descritiva sobre o presente e otimismo sobre o futuro. Objetivo é localizar o autor na tradição do pensamento social / educacional brasileiro e compreender a importância de Fernando de Azevedo para a historiografia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernando de Azevedo, Educação, Historiografia, Cultura histórica

**ABSTRACT:** The article has the object of interpretation the work: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, by Fernando de Azevedo [1943] (1963). To problematize the categories of modern and traditional culture, we use the literary interpretation as methodological action. Setting out from the historiography of the 19<sup>th</sup> century and German, French and Brazilian intellectuals, the Azevedo studies reflected on the past to build a modern nation project. One of the most prominent thinkers, worked with the concepts of civilization and culture to synthesize Brazil and develop a memory and history perspective as a structural element of national identity. His studies say about the negative character of the colonial past, and it presents a descriptive position about present tense and optimism to the future. The aim is to locate the author in the tradition of Brazilian social / educational thinking and understand the importance of Fernando de Azevedo for the Brazilian historiography.

Keywords: Fernando de Azevedo, Education, Historiography, Historical Thinking

Fernando de Azevedo nasce no dia 02 de Abril do ano de 1894 no município de São Gonçalo do Sapucaí no Estado de Minas Gerais e vem a falecer em Setembro do ano de 1974, em São Paulo na capital. Filho de Francisco Eugênio de Azevedo e Sara Lemos Almeida de Azevedo. Sua mãe veio de uma família de comerciantes de Minas Gerais, tinha uma condição socioeconômica modesta; o pai, viera de uma família rica do Estado do Rio de Janeiro, ligada

---

<sup>199</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO (2015). Docente de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás. Desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atua no campo da Teoria da História, Historiografia, Cultura e Educação.

a atividade industrial e proprietária, nas palavras do próprio Fernando de Azevedo,<sup>200</sup> de uma Quinta, vizinha a Quinta da Boa Vista, onde vivia o Imperador D. Pedro II.<sup>201</sup>

Fernando de Azevedo teve uma formação jesuítica sólida, estudou grego, latim, eloquência e poética. Apesar de ingressar na companhia de Jesus, após três anos de recolhimento no colégio São Luis, no município de Itu em São Paulo, percebe que não teria vocação para a vida religiosa. Tenta ingressar na Escola Naval e no Itamarati, depois de algumas tentativas frustradas segundo Helena Ibiapina Lima (s/data), acaba por tomar outras direções.<sup>202</sup> Com isso, matricula-se no Curso de Direito onde “cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo”. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d]) Entre o início e o fim de seu curso, retorna à Minas Gerais, onde inicia as atividades de jornalismo e retorna ao magistério que iniciara na sua experiência na Companhia de Jesus.

Aos 22 anos, professor substituto de latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte; de latim e literatura na Escola Normal de São Paulo; de sociologia educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Professor emérito da referida faculdade da USP. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d])

No Estado de São Paulo, desenvolve a primeira pesquisa sobre a situação da educação no país, colaborando com o jornal “O Estado de S. Paulo”.<sup>203</sup> Participa do movimento reformador da educação pública no início do século XX. Entre os anos de 1927 e 1930, promoveu uma grande reforma educacional no Rio de Janeiro, antiga capital da República. Defendeu a extensão do ensino para todas as crianças em idade escolar e a articulação de todos os níveis e modalidades de ensino – primário, técnico profissional e normal. Funda a Biblioteca Pedagógica Brasileira em 1931. No ano de 1932, redigiu e lançou, junto com outros educadores e intelectuais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (Cf. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Dono de uma vasta obra,<sup>204</sup> vive nos anos de 1920 e 1930 momentos marcantes de sua carreira. Nesse período de grandes disputas políticas e econômicas, estavam em jogo os

---

<sup>200</sup> Ver: AZEVEDO, 1971.

<sup>201</sup> Sobre a biografia completa ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d]

<sup>202</sup> Ver LIMA, [s/d].

<sup>203</sup> Ver ROCHA, 2004, p. 107.

<sup>204</sup> Da educação física, seguido de Antinous Estudo de cultura atlética e a evolução do esporte no Brasil (1920); No tempo de Petrônio (1923); Ensaios: Crítica para o jornal O Estado de S. Paulo (1924-1926); Jardins de Salústio - À margem da vida e dos livros, ensaios (1924); Páginas latinas, ensaios (1927); Máscaras e retratos Estudos críticos e literários sobre escritores e poetas do Brasil (1929); A reconstrução educacional no Brasil (1932); A educação na encruzilhada Problemas e discussões. Inquérito para [O Estado de S. Paulo](#) (1926); Novos

interesses regionais e culturais de diversos grupos que concorriam para ter o domínio político ou mesmo a sua manutenção. Nesse contexto, há a quebra da política do café com leite e, embora Júlio Preste chegue à presidência da República, sofrerá um golpe movido por lideranças opositoras que colocam Getúlio Vargas no poder. Com isso, a Revolução de 30 se instaura e, de certa forma, ameniza os conflitos entre os grupos agrícolas e industriais. O governo entra em cena, agindo dentro das relações econômicas para equilibrar as disputas e estabelecer a necessidade de haver investimentos e criação das indústrias. (Cf. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Como diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, promulgou o Código de Educação no ano de 1934. Nessa data participa da fundação da Universidade de São Paulo. Visto como intelectual extremamente crítico buscou mudar a mentalidade da sociedade no que se refere ao papel da escola na vida social. Ajudou a colocar a educação como prioridade na agenda nacional, tornando-se um homem comprometido com a educação. Sendo assim, ajudou a colocar a educação como prioridade na agenda nacional, tornando-se um homem comprometido com a educação e com a sociedade ao defender que deveriam ser oferecidas as mesmas oportunidades, contribuindo para a construção do país. Para Nelson Piletti (1994) Azevedo foi um pensador e um “homem extremamente organizado e meticuloso”, “obcecado pelo trabalho”, “obstinado”, um “homem de pensamento, para quem nada do que é humano era estranho”. Urna “das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno”. (PILETTE, 1994.)

Com Fernando de Azevedo, pela primeira vez é afirmado em alto e em bom som “que é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa, as quais são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade”. (FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d]) Devoto do passado, com “sensibilidade ao encanto que se aspira de idades antigas”, “interesse pelo presente, atração pela ciência e pela técnica e o desejo de contribuir, em amplas reformas”, constrói obras e desenvolve ações de grande importância para a nação (AZEVEDO, 1963, p. 21). Em sua obra *A cultura brasileira:*

---

caminhos e novos fins: A nova política da educação no Brasil (1935); A cultura brasileira (1943); Canaviais e engenhos na vida política do Brasil Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar (1948); A educação e seus problemas (1937); As Ciências no Brasil (1956); Princípios de sociologia (1958); Sociologia educacional (1959); Um trem corre para o oeste Estudo sobre a Noroeste do Brasil e seu papel no sistema de viação nacional; Na batalha do humanismo Aspirações, problemas e perspectivas ; A educação entre dois mundos Problemas, perspectivas e orientações (1958); Figuras do meu convívio, ensaios (1961); A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios (1962) e História da minha vida, memórias (1971). (FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

*introdução ao estudo da cultura no Brasil* [1943], mergulha na História e no campo historiográfico.

Nela o autor

[...] assume uma visão marcadamente nacionalista dos problemas do Brasil. Nesse trabalho, elogia o “espírito nacionalista” da Constituição de 1937, que institucionalizou a Estado Novo no país e deu poderes ditatoriais ao presidente Getúlio Vargas. A Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas, havia, de fato, dado impulso à reforma do ensino no Brasil, a começar pela criação do Ministério da Educação e Saúde. Mas, a despeito dos elogios feitos em seu livro, Fernando de Azevedo criticou severamente o então ministro da educação, Gustavo Capanema, por ter dado ao curso secundário um caráter elitista. Inspirado na reforma educacional realizada na Itália fascista por Benito Mussolini, Capanema deu nova direção ao curso secundário, agora voltado para a “formação de personalidades condutoras”, ou seja, de elite, e organizou um currículo baseado em humanidades, repleto de línguas como latim, grego e francês. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Como é fácil notar, Fernando de Azevedo se mostra um pensador consciente, reconhecendo os pontos positivos e negativos de uma ação política. Para o autor, conhecer a cultura do Brasil, no seu sentido amplo, possibilitaria oferecer a chave para a resolução dos problemas nacionais. Logo, observa a necessidade de alterações no campo da educação nacional. Vê a necessidade de uma educação que atenda os anseios do meio no qual está inserido. Sendo assim, a escola serviria para atender as necessidades universais do indivíduo e não somente “aquela que ministra uma cultura geral comum e põe ao alcance de todos as suas vantagens”. A educação, por via da escola (um elemento da sociedade moderna), deveria satisfazer as exigências sociais e as “necessidades e aptidões individuais”, atendendo as variedades e “necessidades “específica” dos grupos e dos *habitats*”.<sup>205</sup> Essas foram uma das prioridades do autor na sua luta no campo político.

Para Fernando de Azevedo a educação e a escola assumem a função transformadora da realidade. Acreditava-o ser a educação o meio de afirmação das perspectivas político-cultural de formação do cidadão. Com isso, a obra: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil* [1943] é definida pelo autor com “uma obra de visão panorâmica, por uma larga investigação da sobre a cultura no Brasil”. A cultura tomada no sentido amplo em que referenciava “aspectos morais e intelectuais da civilização”. Em suas palavras: “como Humboldt e mais recentemente Burckhardt”, cultura definida enquanto “brilho aos costumes e

---

<sup>205</sup> Ver AZEVEDO, 1970, p. 138-149.



às instituições”. Aquilo que desabrocha inteligência e virtude transformando os homens em seres mais humanos (AZEVEDO, 1963, p. 21).

Produção resultante de uma pesquisa encomendada pelo governo de Getúlio Vargas, seria a introdução ao Censo de 1940. Ao fim, o livro ganha um caráter monumental e historiográfico demonstrando o Brasil aos brasileiros.<sup>206</sup> A obra traz um “retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização” (AZEVEDO, 1963, p. 21). Em nosso pensamento, sua produção se configura como um legado no campo das Ciências Humanas e Sociais. A afirmativa tem como pressuposto que Fernando de Azevedo oferece

Um dos primeiros estudos a consagrar a centralidade dos fatores econômicos e sociais para a formação da cultura, deslocando a importância ainda atribuída à raça e ao meio físico. Descreve o processo de ocupação do território, define suas fronteiras e aponta os recursos disponíveis para a construção de uma poderosa nação. Também identifica os elementos culturais que estavam transformando o país em uma sociedade moderna, nos moldes ocidentais (CAMARGO, 2009, p. 02.)

Com uma concepção “clássica, francesa e alemã, de cultura”, assenta sua base argumentativa nos enunciados de Humboldt, onde entende o conceito de cultura distinto do conceito de civilização. Entende a cultura como um estado “moral intelectual e artístico” em que os homens sabem se elevar “acima das simples considerações de utilidade social”. Uma sociedade que quer se preservar e manter sua existência, assegurando o “seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais” (AZEVEDO, 1963, p. 37).

A partir desses pressupostos percebe-se o esforço de Fernando de Azevedo em nos colocar diante de “uma análise e interpretação social da cultura brasileira”. Ao investigar a cultura, apresenta a situação educacional do Brasil e propõe uma visão de educação “que, atrelada a certas concepções correntes da época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma História da Educação Brasileira [e cultura brasileira]” (XAVIER, 1998, p. 02). O autor em sua obra ainda defende a relação “entre intelectual e o poder constituído”. Em um momento em que a sociedade brasileira passa por

---

<sup>206</sup> Ver XAVIER, 1998. Para a autora A autora, a obra é um documento/monumento. Defende isso a partir dos apontamentos de Le Goff. Apresenta que a obra divulga uma visão de educação “que, atrelada a certas concepções correntes da época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma História da Educação Brasileira” (XAVIER, 1998, p. [02],). A obra ainda revela a relação “entre intelectual e o poder constituído”, a educação e o campo políticos institucionais entre as décadas de 1930 a 1940 tornando-se um monumento da cultura nacional.

inúmeras mudanças importantes, com certa celeridade do desenvolvimento urbano brasileiro, o intelectual tinha cada vez mais participação efetiva na vida política do país.

Logo, *A Cultura Brasileira* constitui um “produto da atividade de interpretar o Brasil” (AZEVEDO, 1963, p. 21). Pensada em proporções gigantescas, o projeto previa a publicação de 15 volumes, nos quais cada especialista, em suas áreas específicas, daria sua contribuição, possibilitando dessa forma contemplar a diversidade cultural, geográfica, social, histórica, etc. do Brasil. O sonho de grandeza realizou-se parcialmente “com a publicação de *As Ciências no Brasil* [...] que constitui o desenvolvimento do capítulo IV – ‘A Cultura Científica’” (XAVIER, 1998, p. 03). No livro “*As ciências no Brasil, de 1956*, o autor analisa o processo de implantação da ciência no país e os obstáculos a seu desenvolvimento, consagrando uma interpretação que perdura até hoje”. (CAMARGO, 2009, p. 02.) Embora incompleta, por não contemplar todas as áreas do conhecimento como atesta Azevedo,<sup>207</sup> a obra demonstra o olhar cuidadoso na lida com os dados, às intenções do governo e do autor.

Erigir a si próprio transforma a obra em “um monumento do desenvolvimento científico no Brasil” coloca a produção de Fernando de Azevedo em um lugar de apropriação dos leitores,

Que ora se apropriam de suas matrizes interpretativas, ora a (des) qualificam em função de esta ter sido gerada para atender a uma demanda do governo ditatorial do Estado Novo, ora a tomam como objeto de análise (XAVIER, 1998, p. 02).

Posicionando ao lado dos que defendem a importância da obra e do autor no pensamento social e na historiografia nacional, compreendemos que a política do Estado Novo provocou mudanças que marcaram nossas vidas,

Elas [as mudanças] se enraizaram em muitos setores da vida cultural, social, econômica e política do país. No caso da educação, por exemplo, podemos detectar um fenômeno interessante. Muitas das decisões a respeito do funcionamento do sistema educacional tiveram sua concepção no Estado Novo. A educação contém, assim, muitos dos ingredientes para que recomponhamos aquela atmosfera. Mas, em sentido inverso, a educação acabou sendo um flagrante do quanto estamos distintos e distantes daquela mesma atmosfera (BOMENY, 1999 p. 139).

No Estado Novo, queriam formar um “homem novo para um estado novo”, onde uma elite intelectual resolveria os variados problemas presentes na nossa sociedade. Nessa lógica, o intelectual ganhou a função de produtor de cultura. Promovendo a circulação e organização da cultura, do “domínio espiritual: criador de valores e de bens espirituais, com que instaura

---

<sup>207</sup> Essa ideia está posta no prefácio da quarta edição. Ver AZEVEDO, 1963, p. 23-24.

um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende” a organização da sociedade de forma e disseminar “pontos de vistas espirituais” onde a cultura reúne as suas manifestações “filosóficas, e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de aperfeiçoamento” ideais e valores mais nobres e fecundos da sociedade que quer expressar sua civilidade (AZEVEDO, 1963, p. 38).

Com essa pequena narrativa/descrição, apresentamos o ponto de vista adotado por Fernando de Azevedo em sua obra. Para o autor, escrever sobre a civilização e cultura do Brasil constituiu uma empresa tentadora. Dispor de forma metódica as partes de um todo, “[...] ainda que em esboço, um retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização. [Por mais] que podia apresentar de sedutor, tinha também de árduo e trabalhoso”. Um livro que descrevia e explicava o Brasil à nação, ao mesmo tempo se formatava como um “produto da atividade de interpretar o Brasil” (AZEVEDO, 1963, p. 21).

Desenvolvido e executado em dois anos, o “[...] livro tem a sua história, simples e obscura ou agitada e brilhante” que devido às circunstâncias, nas palavras do autor, cumpre com o dever de “servir ao” país,

[Tornando-o] mais bem compreendido, por uma imagem tão exata quanto possível de sua cultura, desde suas origens até o estado atual, nos seus fatores, em suas múltiplas manifestações e nos seus sistemas de transmissão, é esse um destino feliz que, satisfazendo a um autor exigente, não poderia deixar de contentar [...]. [Tendo] duas edições sucessivas, em português, a de 1943 e a de 1944, tão rapidamente esgotadas [...] a que se publicou em inglês, [...] a edição em espanhol, em provas de página; o interesse de grandes empresas editoras, italianas e alemãs, em promover-lhe a tradução para essas línguas (AZEVEDO, 1963, p. 23).

Concordando com Libânea Nacif Xavier (1998, p. 02), a obra é um grande documento da cultura, da historiografia e educação nacional. Estruturada em um monumento de grandes proporções, Fernando de Azevedo trabalhou os conceitos de civilização e cultura; ciência e educação, para entender a História e Cultura do Brasil. Organizada em três partes, a obra se estrutura na primeira parte com discussões sobre os conceitos de Miscigenação, Nacionalidade, colonização, desenvolvimento da indústria pelo Estado Novo, História das cidades (com destaque para o seu papel), entendida “como foco de progresso e de civilização – na formação da cultura nacional” (XAVIER, 1998, p. 04).

Na segunda parte, entram em relevo as modalidades de “cultura: literária, artística e científica do país”, com destaque para a história das instituições culturais nacionais do

período colonial ao século XIX. A terceira parte constitui o núcleo de defesa de Azevedo sobre sua história da educação brasileira. Na *Transmissão da Cultura*, por meio de uma narrativa que reúne o conceito de memória e história, o autor mantém a “estrutura cronológica evolutiva”. Pontua o movimento de renovação educacional, critica o federalismo e a “[...] descentralização político-administrativa, adotada com a implantação do regime republicano” considerando tal fator como “forte obstáculo para a constituição de um sistema de ensino unificado”. Nesse momento chama a atenção para a sua interpretação, pois, em sua perspectiva, o sistema educacional de ensino seria o ponto de chegada de sua análise (XAVIER, 1998, p. 04).

Fernando de Azevedo em sua interpretação centra os argumentos na

Idéia (sic) de que a evolução de nossa história e a história de nosso sistema de educação também partem da dispersão e do fragmentário e vão evoluindo rumo à unidade e à racionalidade. [...] Esta idéia (sic) se desdobra na defesa de uma política educacional montada a partir de um plano orgânico e articulado, elaborado com base em parâmetros científicos. Daí a intenção em conhecer e tornar mais conhecida a realidade nacional para, em seguida, interpretá-la e, só então, no momento oportuno, traçar um plano de intervenção (XAVIER, 1998, p. 05).

Defende que por meio do estudo científico da educação é possível desvendar a realidade e promover estratégias de intervenção social. Para Azevedo, a obra ganha importância e relevância não pelo contexto e origem de produção, mas pelo seu conteúdo que explica o Brasil e traz uma “história, simples e obscura ou agitada e brilhante” e que cumpre seu destino de produzir um “conjunto de informações e argumentos interpretativos” sobre a cultura nacional. O livro que o autor nunca pensou em escrever, que ganha diversas traduções sendo apontado como “uma das dez obras fundamentais de nossa literatura de todos os tempos” (XAVIER, 1998, p. 05-06).

Azevedo não toma o fator da miscigenação como fez Gilberto Freyre, ou da identidade nacional por via do nativo como Mário de Andrade para definir a cultura brasileira. Ele persegue uma síntese totalizante. Síntese que buscava apreender a alma ou mentalidade coletiva. Quer apontar o fator em comum da formação nacional e na diversidade das regiões brasileiras, o fator de unidade, os séculos de cristianismo, a “influência portuguesa, preponderante na interpretação dos elementos indígenas e africanos” (AZEVEDO, 1963, p. 24).

Adotando o conceito de cultura e civilização; ciência e educação, Azevedo desenvolve suas estratégias de interpretação entendendo que a História é ciência perspectivista, que não

toma uma verdade como sendo única ou absoluta, partindo da ideia de que todo conhecimento histórico é uma interpretação da realidade feita por sujeitos que estão situados dentro de um tempo e espaço, como defende Adam Schaff (1995). Nosso autor, nas décadas de 20 e de 30, pensa uma educação que se reestruture em novos moldes. Defende uma escola voltada para a pesquisa e aprimoramento cultural do povo. Para Mota (1994), Azevedo por excelência é o responsável pela difusão e estabilização do conceito de cultura brasileira. Ele acreditava que através de uma escola pública, laica e obrigatória de cunho nacionalista, mudaria a nossa postura cultural e educacional do povo brasileiro.

Ainda com C. G. Mota (1994, p. 80), o grupo dos Pioneiros da Educação de 1932 são, sobretudo, “progressistas para os horizontes mentais de então” devido à organização escolar e universitária vigente naquele momento e, posteriormente, com as reformas de Capanema, existe a formação de uma elite aristocrática ligada ao café e, mais uma vez, um grupo de bacharéis que pertencem aos quadros da elite intelectual universitária e política. No período de 30, uma elite que se esconde atrás dos títulos de bacharéis conduz as rédeas do país. Fazendo uma analogia com o período colonial, os jesuítas através de uma base linguística, religiosa e cultural, legitimavam a fé católica e a obediência à metrópole portuguesa, estabeleciam uma educação de princípios escolásticos em uma perspectiva essencialista e intelectualista, desvinculada das questões de ordem prática e social. (Cf. AZEVEDO, 1963)

Os dominados de modo geral ficavam com um ensino voltado para o aprende a ler, contar e escrever. Agora, no contexto de 30, a escola trabalha uma educação para a classe dominada na formação técnica e mecânica para a instrução e execução do trabalho industrial. Enquanto isso, a elite frequenta os bancos das universidades para mais uma vez se firma no topo do poder, legitimando a dualidade de dominados e dominadores. Nesse dilema o grande projeto de Fernando de Azevedo

Seria, nesta linha, a elaboração e aplicação de um plano de intervenção social visando despertar o país de feitio rural e assentado, portanto, em forças inativas e adormecidas, para transformá-lo em civilização urbano-industrial, dotada de grandes centros de cultura (as cidades), sendo estas detentoras de um sistema organizado de transmissão da cultura (as instituições de ensino) e capazes, por seu próprio ritmo e movimento, de fazer emergir “as capacidades latentes e dispersas na população [...] operando assim como fatores poderosos no processo de unificação da vida nacional” (AZEVEDO, 1964, p. 156 apud XAVIER, 1998, p. 08).

A autora aponta que na terceira parte da obra Azevedo reclama a ausência de um sistema de ensino nacional unificado. Valoriza a época colonial por reconhecer no período

jesuítico uma ação cultural unificadora, de uma unidade nacional. E pela cultura nacional está inserida na tradição a cultura ocidental. “Como podemos observar, insistindo em analisar cada contexto histórico a partir do que deveria ter sido feito em matéria de organização do ensino, no sentido da formulação de um sistema nacional, Azevedo traça e retraça as bases de um projeto modernizador” (XAVIER, 1998, p. 09).

Por essa perspectiva,

O movimento de renovação educacional é apresentado como o marco que dá a chave para delimitar o que se considera passado, para demarcar as grandes questões do presente, e, finalmente, para definir o que se aponta para o futuro. Por este motivo é que a interpretação do passado é feita com base na negatividade, enquanto que a descrição do presente se faz por meio da apresentação de projetos em andamento, considerados capazes de preparar a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas. Mas, especialmente quando descreve sua própria atuação no campo educacional é que a narrativa do autor ganha um tom de positividade (XAVIER, 1998, p. 09).

Getúlio Vargas, em seu projeto centralizador, utiliza dos intelectuais e técnicos para obter o maior número de informações. Para isso, o IBGE tinha a função de dar a maior quantidade de informação para que assim o governo pudesse agir com o máximo de racionalidade. Por sua vez, sobre Azevedo,

Ele próprio [foi], um criador da representação do campo educacional como um campo de saberes específicos fundado no conhecimento científico e integrado no conjunto das ciências humanas. Azevedo procurou ampliar as fronteiras deste campo, estabelecendo relações entre o campo teórico-científico e o campo político-institucional, este último potencial provedor da aplicação prática dos saberes produzidos pela elite intelectual em um projeto político-pedagógico que acreditava ser possível trazer a modernidade à nação através da organização dos sistemas de ensino (XAVIER, 1998, p. 13).

Isso para romper com uma mentalidade ruralista a aristocrática. Para Ferreira (1994), na colônia havia conteúdos específicos para os índios e para a elite, pois os segundos iriam frequentar os bancos das universidades portuguesas e os primeiros, no máximo, seriam escravizados. A coroa portuguesa firmava o programa para estabelecer a Ordem das desigualdades. Já no período de 30 é o governo personalista e autoritário quem determina o programa que a escola desenvolverá para a classe subalterna. Nesse momento, mesmo não sendo mais “escravizado” oficialmente, a formação dos trabalhadores das indústrias visa atender as exigências lucrativas da burguesia em ascensão.

Seguindo esse aspecto, a educação da classe subalterna do período de 30 não passou de instrumento de legitimação da estrutura social burguesa, dentro de uma ordem que é

estabelecida como natural. Com o objetivo de ajustar a sociedade de modo uniforme, o poder usa de um conjunto simbólico de ideologias que controlam a coletividade, construindo uma ordem e um sentido imediato do mundo, para lembrar Pierre Bourdieu (2001) A cultura dominante faz uma contribuição para que as criações do governo ou da classe alta estejam estabelecidas em ordem para que molde a consciência dos dominados, legitimando seu domínio sem distinção entre dominados e dominadores. O poder simbólico é invisível, mas se materializa através das instituições para domesticar os dominados, ou a fração envolvida nas lutas de vida cotidiana.

Então, no Brasil, a estrutura educacional (em um processo de longa data) apresenta-nos como uma estrutura estruturada como defende Bourdieu (2001). Quem compunha os cargos da elite na colônia eram os eruditos, já no império os bacharéis, bem como na República. Não estamos colocando a educação como a vilã das diferenças sociais, apenas entendemos que a educação se torna um privilégio de poucos e que o acesso e as condições são diferenciados na ordem de dominados e dominadores. O problema não está na educação e sim nos que a organizam. Esses estabelecessem a lógica da dominação e dos privilégios a quem pode mais, neste caso a elite.

Quanto menor a relação do indivíduo com uma educação formal e científica do mundo, menor é a sua percepção das máscaras ideológicas do poder. O indivíduo não consegue distinguir ou compreende os traços da cultura dominante com a cultura dominada. As respostas dadas de modo mecânico formam uma mentalidade controlável e, controlar é sinônimo de dominar. Dominar a mentalidade é

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedade histórica. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

O trabalho de interpretação da mentalidade e da sua permanência na sociedade nos possibilita perceber os traços tradicionalistas de um passado estruturado. Assim, trabalhando com a permanência da mentalidade colonialista, encontra-se na cultura e na educação o foco de manipulação por parte dos dominantes. Na intenção de controlar a cultura de um povo, transformar verdades em mentiras e mentiras em verdades, se criar meios para romper com aquilo que supostamente é real. Em Sergio Buarque de Holanda (1995), na década de 1930, um conjunto de fatores perpetua a mentalidade colonialista de verticalizações das relações sociais. Uma admiração estonteante do que vem da Europa e uma característica cordial marcante na personalidade cultural do brasileiro que, cheio de ornamentos por fora e vazio de sentido e de cultura por dentro, necessitava de dar um novo sentido à cultura.

Nessa perspectiva é que a obra de Fernando de Azevedo [1943] torna-se um documento importante. Pois apresenta a cultura nacional, seus vícios e continuidades que

devem ser rompidas ou abandonadas para que o Brasil entre no rol das nações civilizadas. As instituições educacionais de 30 se apresentavam como “modernizantes”, mas no fundo tinham o “problema não mais do que qualificar tecnicamente a mão-de-obra para a indústria e urbanização florescente”, adaptando as massas ao seu novo posto, que era o de ferramenta para a manutenção das ordens de classe (MOTA, 1994, p. 79).

Mesmo Fernando de Azevedo

Elogiou largamente a preocupação que a Constituição de 1937 tivera para com o ensino profissional, declarando ser ela a mais democrática das constituições em matéria de ensino. Não atentou, porém, o mestre para esse pormenor, de suma importância para a compreensão da evolução do sistema do ensino no Brasil, sobretudo do ensino profissional (ROMANELLI, 2010, p. 156).

Ao não observar a oficialização, o ensino profissional, “como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos, estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social através da educação” (ROMANELLI, 2010, p. 156). Fernando de Azevedo não percebeu um Estado autoritário e personalista que utiliza de tudo e de todos para os seus fins. Segundo Ferreira (1994, p. 164), a Era Vargas com a Constituição de 34 e a de 37 retira o conteúdo democrático dos pioneiros da educação e estabelece um sistema de educação extremamente técnico, mecânica e instrumental, que seria absorvido pela então indústria em ascensão.

Com o Estado Novo a educação assume a sua função de reproduzir a ideologia de estrutura de classe, o ensino profissionalizante das classes baixas para serem absorvidos na indústria. É a escola formando contingente para a atuação na indústria e as universidades formando os eleitos da burguesia para assumirem os postos de comando da política, economia e etc. Segundo Ferreira *apud* Vargas (1938), essas medidas são defendidas como necessárias e eficazes para o equilíbrio da economia nacional. Sendo assim, é mantida uma escola para a elite com toda a formação humanista e holística de um futuro acadêmico com o título de bacharel, o qual assume os postos de mandos, sendo, portanto, os dominadores. Em contrapartida, existe outra escola para as classes baixas: uma escola limitada à aprendizagem do ler, escreve e contar, que depois passa a ser profissionalizante. Trata-se da “profissionalização da escola para as classes pobres”.

Os alunos dessa segunda escola não irão frequentar os bancos das universidades e tampouco assumir os postos de comando. Serão operários e definidos como mandados, ocupando a posição de dominados. Perante isso, a lógica colonial apontada por Fernando de



Azevedo (1963) ganha força e lucidez. O dualismo é perpetuado em uma cultura e educação dos que mandam e dos que obedecem, sendo esses fatores arraigados na cultura e na educação brasileira. Com tais fatos a educação é um instrumento para mudança de comportamento, como defendiam os gregos, ou algo libertador na concepção dos iluministas. Contudo, se utilizada de forma perversa, consegue realizar as vontades do mundo exterior, instrumentalizando os indivíduos participantes desse processo. Ou seja, o ganho de certo domínio intelectual e técnico de determinados conhecimentos ‘instrui’ o indivíduo em supostas dificuldades mecânicas que será de aplicabilidade em suas relações com a sociedade e o mundo, porém isso não trará a liberdade e autonomia necessária para que ele venha agir criticamente, tornando-se uma simples ferramenta.

Assim, com o estado personalista e burguês, há uma educação que apenas instrui o indivíduo para atuar na indústria. Seguindo essas ideias,

A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social, caráter, implicando uma concepção de mundo ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática (LIBÂNEO, 1994, p. 23).

A educação tem como marco a instrução dos indivíduos para que vivam em sociedade e desenvolvam a capacidades cognitivas que lhes auxiliem diante da realidade. Nisso ela terá dois sentidos: uma voltada para a liberdade, à autonomia e conscientização crítica. Como aponta Fernando de Azevedo,<sup>208</sup> uma educação universal e específica, que atenda às necessidades dos sujeitos. O outro sentido é fazer com que o sujeito, em uma relação com o saber, desenvolva o fazer, se percebendo como um simples instrumento mecânico e manipulável. Essa segunda relação apontada é importante em parte, entretanto não totalitariamente preponderantes e suficientes. Seguindo as ideias de Ferreira (1994), a sociedade capitalista suprime o indivíduo que está inserido dentro dela própria. O saber sem sentido e o fazer por fazer ganham notoriedade e esvaziam a cultura a ponto de aparecer às coisas como dados naturais e não criados e construídos pelos indivíduos. O Estado assume a postura de democrático e igualitário através de um discurso vazio que ludibria os que não têm conhecimento dos seus reais interesses, que naquele momento era o de uma educação operária diferente da educação da elite, a qual tomaria as rédeas do país.

As exigências sociais superam as do sujeito. Percebemos isso dentro das relações instituídas pelo Estado e que, novamente afirmamos: está na divisão social e é algo cultural e transmitida dentro de uma ótica tradicional voltada para dominadores e dominado. No governo de Vargas, como afirmamos acima, retiram-se os conteúdos democráticos da pedagogia nova e integraliza-se a política trabalhista com o controle social, conciliando o pensamento conservador com o progressista. Continua uma cultura bacharelesca no topo da

---

<sup>208</sup> Ver AZEVEDO, 1970, p. 138-149.

pirâmide e uma “nova” cultura operariada de interesses particularistas servindo as necessidades da indústria.

Desse modo, os apontamentos feitos por Fernando de Azevedo e os pioneiros da educação ficam em segundo plano enquanto o Estado Novo, junto com a classe burguesa, estabelece uma educação de acordo não com a democracia e sim com a lógica capitalista. Diante dessa discussão, entendemos que o desenvolvimento educacional do período de 30 cria forças com o estado autoritário e legitima a sua dominação e a permanência da lógica dualista entre governados e governantes. Por tais perspectivas, é possível perceber um pensamento pessimista em que a educação é historicamente usada pelo poder vigente para manipular as relações sociais a seu favor, as diferenças e as ações perpetuam à lógica da dominação, produzem desequilíbrios que vão desde o uso da linguagem até as construções de símbolos e de formas de representações que permitem aos dominados verem apenas aquilo que eles podem ver.

Esse fator acaba por ser incorporado na cultura e na realidade social, pois é a ótica tecnicista e formalista que educa os indivíduos para que não manifestem quaisquer princípios contrários à ordem vigente. De outra forma, tornam-se perseguidos e mal visto pelos que legitimam sua exploração e manipulam o poder em favor de uma elite erudita e descompromissada com as questões sociais. Segundo Nildo Viana (2003, p. 73), o saber é transmitido dentro dos anseios dos dominadores, o que por sua vez tem um efeito letal. Isso porque os valores contribuem para que as lutas por reivindicação sejam amortecidas e os envolvidos no jogo do poder entre dominados e dominadores sejam corrompidos, fazendo com que as lutas que poderiam fazer transparecer as amarras que tiram à liberdade do indivíduo fiquem camufladas.

A ideia de Fernando de Azevedo de mudar a cultura pela escola é legítima e plausível. A pedagógica democrática dos pioneiros de 32 estabelecia um ensino que não preparasse apenas para o saber e sim, para o conhecer. Entretanto, a lógica burguesa não aceita o nivelamento entre as culturas e estabelece que apenas o seu grupo pode estar no poder, perpetuando a mentalidade dos dominados e dominado

Com isso, defendemos que Fernando de Azevedo é um autor atual e importante por ser um agente histórico produtor de uma obra carregada de concepções acerca “do papel dos intelectuais e da educação” (XAVIER, 1998, p. 01).

Tal opção conceitual conduz a análise e interpretação da cultura brasileira pelos caminhos da história das instituições formais de ensino e de suas respectivas formas de promover a transmissão da cultura. Na interpretação

do autor, portanto, constituem elementos privilegiados os homens de artes e de letras e suas obras. (XAVIER, 1998, p. 07).

Fernando de Azevedo assume a responsabilidade intelectual de lutar por uma educação que edificasse os indivíduos nos seus tempos e espaços. Para ele o Brasil teria considerações com o tradicional, buscando superar as suas mazelas e caminhar para o futuro moderno de uma grande nação civilizada. Dessa forma, os intelectuais que devem ser os operadores da cultura, seriam os responsáveis pela “produção de bens culturais” e da “formação de mentalidade através da atividade educativa”. Como essas considerações Fernando de Azevedo assume um posicionamento político com ações e “formulações decisivas nas renovações educacionais propostas especialmente durante a primeira metade da década de 1930” (XAVIER, 1998, p. 07).

A obra *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* [1943] e seu autor trazem uma nova significação à cultura nacional, fazendo ambos parte da “tradição do pensamento social brasileiro” (ROCHA, 2008, p 265-266). Há em Fernando de Azevedo concepções e sínteses diversas do Brasil República que merecem atenção historiográfica para compreender nosso contexto histórico e político do século XX. São nossas carências de orientação temporal que nos fazem pensar na importância da história enquanto ciência de orientação dos homens no tempo. Ao nos vermos diante de um autor possuidor e instrumentalizador da cultura histórica, nos deparamos com um intelectual de grande importância para a história da historiografia.

## ***REFERÊNCIAS***

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Fernando de Azevedo – Biografia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D181/biografia>. Acesso em: 01/05/2016.

AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura*. 3º parte. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

\_\_\_\_\_. Os sistemas escolares. In: \_\_\_\_\_. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1970. p. 138-149.

\_\_\_\_\_. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4 ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UNB, 1971.

\_\_\_\_\_. *Novos Caminhos e Novos Fins*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: editorial Presença, 1972.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMARGO, Alexander. Fernando de Azevedo: Pioneiro na sociologia de Durkheim, o legado do autor na educação permanece vivo. *Revista de História* – online, 2009. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/fernando-de-azevedo>. Acesso em: 04/05/2016.

FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO. *Revista Histedbr*, S/D. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_fernando\\_azevedo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm).

Acesso em: 01/06/2016.

FERREIRA, Lenira Weil. *Fernando de Azevedo e os momentos constitutivos da História da Educação Brasileira*. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. p. 151-166.

GOMES, Wilson de Sousa. *As Representações do Imaginário Cristão: debate acerca da interpretação cristã sobre o “Banco do Capeta” em santa Fé de Goiás de 1970 a 1980*. 2005. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. As mentalidades: uma história ambígua. In: \_\_\_\_\_. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 68-79.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 419-471.

LIMA, Helena Ibiapina. Fernando de Azevedo e o Projeto Liberal de Educação. *Revista de Pedagogia*, Ano 2, número 5, Especial sobre Fernando de Azevedo, s/data.

MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

PILETTE, Nelson. Perfis de Mestres: Fernando de Azevedo. *Revista Estudos Avançados*, v. 8 n. 22, São Paulo, 1994.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. *Revista Brasileira de Educação*, V. 13, N. 38, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica*. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

SCHAFF, Adam. *Historia e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. *Revista da Faculdade de Educação*, v.24, n 1, São Paulo: Scielo, 1998.

## A UTOPIA REVOLUCIONARIA DE MANOEL BOMFIM: NA OBRA O BRASIL NAÇÃO.

Luiz Carlos Bento<sup>209</sup>

**RESUMO:** Este artigo parte de uma interpretação sobre a última obra da trilogia historiográfica de Bomfim, *Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira*, para pensar a partir da produção historiográfica do autor uma guinada temática que vai da educação a revolução. Tendo como norte a busca da compreensão do lugar de uma teoria da revolução em seu pensamento. Embora uma postura crítica em relação ao passado brasileiro esteja presente desde seus primeiros textos, será apenas nessa obra, produzida sob condições penosas de saúde que a ideia de revolução irá ganhar força em seu pensamento, recebendo por parte do autor toda uma carga subjetiva, pois neste conceito será depositada toda uma expectativa para a aquisição de um futuro mais próspero para o país. Nessa obra, o intelectual sergipano irá abandonar uma perspectiva reformista, presente em seus primeiros ensaios, para propor a revolução como paradigma histórico mediante o qual o povo brasileiro seria capaz de reverter a sua condição de maioria excluída, tanto social, quanto politicamente. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar em seus ensaios uma situação de degradação moral e cultural que ele considerou como sendo inerente às elites dirigentes e ao povo, ele passará a propor a revolução como única alternativa histórica de redenção política da nação.

**PALAVRAS CHAVES:** Nação, revolução e soberania.

**ABSTRACT:** This article part of an interpretation on the latest work of historiographic trilogy of Bomfim, *Nation Brazil: reality of Brazilian Sovereignty*, to think from the historiographical production of the author a thematic twist from the education revolution. With the North seeking the understanding of the place of a theory of revolution in your thinking. Although a critical stance towards the past Brazilian is present since their first texts, will be just that, work produced under burdensome health conditions that the idea of revolution will gain strength in their thinking, getting by the author a whole load subjective, because this concept will be deposited all expectations for the acquisition of a more prosperous future for the country. In this work, the intellectual sergipano will abandon a reformist perspective, present in his early essays, to propose the revolution as a historical paradigm whereby the Brazilian people would be able to reverse his condition of most excluded social, as politically. Throughout his intellectual trajectory, Bomfim performed more like a reformer illustrated than a revolutionary radical, but after stating in his essays a situation of moral and cultural degradation that he regarded as being inherent in ruling elites and the people, he will propose the revolution as the only alternative to the nation's political redemption.

**KEYWORD:** Nation, revolution and sovereignty.

No desenvolvimento de sua obra historiográfica, Manoel Bomfim defendeu a necessidade de romper com os males herdados pela formação ibérica, como uma necessidade para superação dos problemas sociais que marcavam a sociedade brasileira. Em sua primeira grande obra historiográfica destinada a pensar a realidade latino-americana e publicada em 1905. Após apontar os males da formação colonial, entendendo-os como a principal causa para a explicação do atraso social da América Latina, ele vai propor como alternativa possível para a superação desta condição uma solução ilustrada, ou seja, irá defender uma reforma

---

<sup>209</sup> Professor adjunto de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPCX. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira.

social que garantisse a maioria da população acesso há uma educação popular que fosse capaz de formar a consciência dos indivíduos e que garantisse aos brasileiros a condição de participar de um processo democrático.

Embora a análise ao longo de sua obra *América Latina Males de Origem*, seja crítica e radical, sugerindo em diversos pontos à necessidade de uma ruptura completa com o nosso passado colonial, a solução final apontada pelo autor é de certa forma branda, quando comparada com a voracidade de suas críticas ao parasitismo das elites portuguesas no Brasil. Intérpretes da obra bomfiniana tais como Darci Ribeiro (2005) e José Carlos Reis (2006), sugerem que esta solução ilustrada seja uma contradição de sua obra, pois ao longo de sua avaliação da composição da sociedade brasileira, Bomfim demonstra que as elites herdeiras do parasitismo ibérico estavam preocupadas apenas em manter os seus privilégios e de forma alguma permitiriam que houvesse alguma solução política, que privilegiasse o povo, que segundo Bomfim vivia espoliado, sob o julgo de um estado alheio às necessidades reais do país.

Ao longo de sua obra, Bomfim pinta um quadro do Brasil, onde as elites políticas e o Estado Brasileiro são apresentados como: herdeiros “degenerados” de um passado social nefasto, que deveria ser negado (superado historicamente), para que pudéssemos afirmar o nosso desenvolvimento, desta forma, ao apresentar a educação como solução para os problemas de nossa formação, o sergipano de certa forma esvazia o conteúdo de suas críticas as elites políticas e demonstra uma crença na possibilidade de buscar uma solução institucional para esse atraso social.

A tese do parasitismo social de Bomfim foi exposta pela primeira vez na crítica ao compendio de história da América de Rocha Pombo, ainda no século XIX e foi aprofundada e amadurecida na obra *América Latina Males de Origem* que foi iniciada na França em 1903 e finalizada no Rio de Janeiro no ano de 1905. O parasitismo social enquanto uma categoria de análise desenvolvida por Bomfim numa clara aproximação com a obra de Marx tornou-se um paradigma que lhe permitiu falar de acontecimentos comuns ao seu meio social, dando-lhes uma conotação alegórica que lhe permitia pensar as cadeias de relações de dominação entre as classes sociais e entre as nações periféricas e centrais.

Seguindo uma análise já consagrada de Ronaldo Conde Aguiar (1999), podemos perceber que Bomfim construiu uma metáfora para o que ele entendia como sendo o eterno

conflito dos excluídos e espoliados contra a exploração dominante. Esta análise permitiu-lhe compreender a lógica do conceito de imperialismo, buscando desvendar os seus efeitos tanto no plano externo quanto no plano interno. Visto por este prisma de análise, o conceito de parasitismo é mais que uma simples linguagem ou analogia tomada do biologismo, ele era um importante instrumento de análise que lhe permitiu pensar a vida social do país de forma autêntica, cuja ascendência e a proximidade com as ideias de Marx são claramente identificáveis. Para Bomfim as marcas deste passado desigual e marcado por uma relação de exploração unilateral permaneceram de forma quase que indelével na história do Brasil

Essa influência de caráter, geral do parasitismo da metrópole sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral (...) são os efeitos econômicos os mais sensíveis neste regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social (BOMFIM, 2005 p. 310).

Embora o conteúdo mais primordial de sua reflexão esteja ancorado em uma metáfora de natureza organicista. Bomfim fez um esforço sensível em sua obra para distinguir o biológico do social, traçando uma distinção entre estes dois campos e negando de forma clara qualquer possibilidade de identidade ou de paralelismo entre estas duas realidades. Esta distinção é fundamental em sua obra, pois lhe permitiu escapar do pessimismo e do determinismo das teorias que eram correntemente aceitas em sua época. Ele não entendia os males de nossa formação como incuráveis, para o sergipano esta situação poderia ser superada por meio da luta contra inúmeras formas de exploração que mantinham o atraso do país.

Ao longo de sua vida, Bomfim foi sempre um visionário da educação, e nunca deixou de acreditar no seu caráter transformador da personalidade humana e na sua importância como elemento fundamental para a solidificação de uma tradição nacional, mas após acompanhar as mazelas políticas e o descaso das elites tanto imperiais quanto republicanas em relação à educação, o sergipano irá gradativamente abandonar a sua perspectiva ilustrada e defender uma ação revolucionária, abrangente e radical, que fosse capaz de substituir pessoas e instituições e formasse as bases de uma nova sociedade democrática e popular.

No período que se estende entre 1929 e 1931, Manoel Bomfim irá publicar a sua trilogia historiográfica de maturidade, que como ele mesmo afirmou, visava o desenvolvimento de um mesmo pensamento, mas que quebrava a perspectiva social e política anteriormente defendida em *América Latina Males de Origem*, pois para ele não era mais



possível pensar os destinos do Brasil dentro dos planos da normalidade. Em sua obra *O Brasil Nação; Realidade da Soberania Brasileira* publicada em 1931, ele abandonará esta perspectiva reformista propondo a revolução como paradigma histórico para o povo brasileiro.

Nesta obra, Bomfim apresenta o estado brasileiro como um estado fundamentado em características primitivas “dominantes/dominados”, ou seja, um estado que existe como um poder de opressão, obrigando a massa proletária a produzir em proveito dos dominantes, sustentando esta dominação em um arcaico aparelho político que dentro de cada nação onde o capitalismo tornou-se dominante, tornou a paz dependente das vontades políticas dos dirigentes, causando assim um precário equilíbrio diplomático que culminou no desastre da primeira grande guerra mundial.

Nesta análise, o intelectual sergipano faz um balanço das condições políticas mundiais que se figuraram no pós-guerra, apresentando um mundo composto por dicotomias entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos. Desenvolvendo esta análise ele apresenta como consequência da primeira guerra o desaparecimento necessário de regimes políticos já condenados, como o ksarismo e o Kaiserismo, o que significava para ele uma evolução política importante, porém os dirigentes dos países vencedores com uma política mesquinha impediram que o fim de tais regimes significasse uma verdadeira evolução de valores. Segundo Bomfim;

Na mentalidade de espoliadores verdugos, gozando torpemente a vitória, os estadistas das grandes potências tudo fizeram para reduzir o mundo a seus interesses baixos, de pura espoliação. Unidos para combater, no repartir dos despojos, ei-los vis salteadores, largando-se uns dos outros, deixando ao ridículo a pobre liga de nações que fizeram (BOMFIM, 1996, p. 45).

Ao longo do desenvolvimento deste balanço o autor busca demonstrar, os interesses capitalistas de países como a Inglaterra, França, e Itália que segundo Bomfim estavam interessados em estender seus domínios e tirar o maior proveito possível através de indenizações da Alemanha. Como culminância desta análise da situação política da Europa, Bomfim conclui que a democracia enquanto uma forma mais elevada de governo afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina por completo e não dá à forma definitiva de direção política, pois embora a democracia garanta uma facilidade de renovação dos governantes, ela não consegue escapar do paradoxo de que a maioria que escolhe, nem sempre esta preparada para assumir e entender o peso desta responsabilidade. Fica explícito na leitura de *O Brasil*

*Nação*, que Bomfim percebeu que mesmo em países com maior índice de desenvolvimento humano como os países europeus, o problema da democracia era a facilidade com que uma classe poderia exercer ideologicamente um controle sobre a opinião do povo.

Sua análise em relação à situação de analfabetismo do povo brasileiro, abandonado a sua própria sorte ao longo de séculos de exploração colonial é contundente, pois para ele a superação de nosso atraso educacional era um problema emergencial e ao mesmo tempo afigurava-se como o principal caminho para superarmos a nossa condição de nação periférica. Na perspectiva do intelectual sergipano, uma nação é quase sempre a imagem do seu povo. Se este mesmo for predominantemente “ignorante e não instruído”, atrasada, bárbara e fora do progresso será a nação, se ao contrário o povo for instruído e culto à nação tende a ser adiantada e prospera. Como demonstrado anteriormente, Bomfim entendia a instrução e o progresso como sendo elementos interligados e interdependentes. Este era para ele um preceito aceito e indiscutível, pois se fundamentava no entendimento de que o ser humano é educável e adaptável por excelência.

Em um país como o Brasil, onde a maioria da população não tinha acesso à educação e conseqüentemente não possuía uma consciência política, ainda estávamos longe de conseguirmos um estado verdadeiramente democrático. Situação esta, que deu origem a um estado que significava para ele, nada mais que a conquista e a exploração do poder de uma classe em relação a outras. Esta política tradicional em formas democráticas converteu os políticos em maus apóstolos que desenvolviam e mantinham uma dualidade, pois a nação entendida como a solidariedade de interesses e necessidades do povo, era contrária a forma de organização política e social mantida pelos dirigentes de forma parasitária.

Bomfim faz uma breve retrospectiva filosófica, buscando demonstrar o avanço do espírito humano, citando Heráclito, Aristóteles, Rousseau, Kant e Hegel no intuito de demonstrar que o domínio do homem sobre a vida é uma característica tipicamente moderna que realçam o quanto a humanidade evoluiu e aprendeu com o legado das produções humanas.

Com o avanço dos conhecimentos humanos em relação ao mundo e a natureza, o homem assenhoreou-se do seu próprio destino, e como a essência da psique humana é eminentemente social, seria fácil para o homem moderno a conquista da plena realização social garantida através da conquista da solidariedade pela justiça. Seria, se a sociedade não

estivesse dividida em interesses antagônicos de exploradores e explorados, dirigentes e dirigidos.

Bomfim elege como o principal responsável por este visceral antagonismo, o capitalismo que se alimenta da incapacidade moral dos dirigentes, que são apresentados na sua obra como os responsáveis últimos pelas misérias do país. Por toda parte (1996), os dirigentes encarnam uma tradição que lhes são próprias, em filiação direta da barbárie guerreira, e que, desta forma, os deixaram distantes das legítimas aspirações humanas, deixando-os alheios as necessidades mais frisantes da vida moderna, nos assuntos que não dizem respeito à promoção de suas riquezas pessoais ou classistas. Por isso segundo Bomfim “*chegamos a essa inexplicável situação de miséria por sobre a abundância, a frescura e a pujança, de energias quais são as do Brasil*” (BOMFIM, 1996 p. 51).

Bomfim relata de forma apaixonadamente indignada, que o Brasil é um país que possui inúmeras riquezas e possibilidades de expandir-se enquanto nação desenvolvida, mas isto não ocorre em função da continuidade em relação ao nosso passado colonial, que pode ser sentido no utilitarismo e na inépcia das elites políticas brasileiras;

Portento em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos seus dirigentes mais vorazes e torpes, em que se degradou um heroísmo torvo, gerado em mercancia. E o milagre se repete, pois é milagre, que subsista uma nação sugada por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada em vez de ser dirigida...e que, apesar de tudo, cresceu, e trabalhou, e produziu, num trabalho que deu para todos que a exploram (BOMFIM, 1996 pp.51-52)

Nesta passagem podemos perceber que o Estado Brasileiro na perspectiva histórica de Bomfim, ganha adjetivações de uma instituição alheia aos sentimentos e carências da população brasileira, afigurando-se como uma verdadeira *monstruosidade antinômica* em relação ao povo, *arbitraria, corruptora, antieconômica, incoerente* e injusta em relação às possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Um Estado controlado por políticos, que o sergipano considerava como sendo totalmente incapazes de realizar a grande obra que deveriam esforçar-se por fazer, ou seja, contribuir politicamente para corrigir os males de nosso passado e integrar o Brasil no rol das nações verdadeiramente modernas. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar esta situação de degradação, que

ele entendia como sendo definidora da realidade da soberania brasileira, ele passará a propor um levante popular como forma de redenção política da nação.

Em seus estudos e ao longo de sua própria experiência de vida, ele constatou que o Império protelou a democracia alegando que não havia povo educado para exercê-la e mesmo depois de sete décadas de realeza não houve o preparo educacional necessário para que isso viesse a acontecer. A república por sua vez afastou-se ainda mais da necessária educação das massas brasileiras, portanto de acordo com a perspectiva do sergipano, não haveria por que esperar mais, já ficava claro e evidente que inexistia a possibilidade de se encontrar uma alternativa política, institucional e até mesmo pacífica para romper com a inaceitável situação de exploração ao qual estava submetido o povo brasileiro. Esta situação de subalternidade ocorria em dois níveis bem distintos em termos geopolíticos, mas complementares na lógica da exploração capitalista. No plano interno o povo era aviltado pelas elites políticas que controlavam o país ao bel prazer de suas opções de classe, e no plano externo a nação brasileira sofria com as investidas imperialistas de nações desenvolvidas como os Estados Unidos e as potências capitalistas europeias.

O projeto revolucionário de Bomfim tem o povo como protagonista histórico que deveria buscar nos ânimos brasileiros, dons de inteligência e de coração para uma vida mais elevada e digna do que a sorte que lhes havia sido imposta. Esta afirmação evidência um problema, visto, que o povo não estava preparado para assumir conscientemente esta responsabilidade de exercer o seu papel de motor da revolução social. Bomfim aposta numa espécie de despertar, não de consciências no sentido estrito do termo, mas em uma situação de negação radical que produziria uma antinomia e uma descrença generalizada nas instituições, que seria causada por um despertar quase que inconsciente da situação de exploração de classe levada a cabo pelas elites brasileiras, desta forma, o povo despertaria um sentimento de revolta adormecido, mas alimentado fortemente ao longo de séculos de exploração desumana e predatória. Este despertar ocorreria como uma expressão quase que instintiva em forma de consciência revolucionária, movida por sentimentos essenciais advindos da fome, do amor e da paixão.

Não importa que na base de tudo estejam os mesmos motivos essenciais: fome, amor, compaixão...São estímulos indispensáveis, mas não limitam a socialização a prosseguir. A fome põe a prova a inteligência, para que se multipliquem incessantemente as possibilidades: o amor difusa simpatia, ou intensidade de afeto, lhe é energia primeira essencial; a compaixão primeira renuncia a animalidade que se eleva...De tal sorte evocada essa base instintiva, temos de reconhecer que a fórmula

nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade (BOMFIM, 1996 p 565).

Segundo Bomfim, esta convulsão social movida por ânimos não claramente definidos, sem extensão de projetos previamente pensados, possibilitaria a substituição das instituições arcaicas que impedem a evolução social, quebrando a lógica pervertida da democracia brasileira, onde a voz da maioria converteu-se na exploração da maioria trabalhadora, formando uma reserva de energias humanas que é o capital. Segundo o intelectual sergipano uma pequena minoria se tornou senhora dele e subordinou o aparelho democrático aos interesses capitalistas. Esta elite, armada por direitos patrimoniais, fazem cumprir em força de lei os seus privilégios, mantendo-os a custa do sacrifício de grande número de indivíduos mantendo-os em uma condição de miséria e exclusão.

O Brasil segundo a interpretação do sergipano possuía condições históricas muito próprias, pois vivia uma situação de época e de local muito específica e que era bem distinta em relação à Europa. Aqui as instituições e as condições de classe ainda não se encontravam plenamente definidas o que impedia o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Nos países europeus as políticas da burguesia levaram ao pleno desenvolvimento industrial, possibilitando uma percepção mais clara das condições sociais antagônicas dos proletários, que segundo o nosso interprete encontravam-se *“votado a miséria, por isso mesmo que trabalha, assalariado, escravizado economicamente ao capital”* em situação social de clara oposição a burguesia que ele referia-se como, *“os desfrutadores, senhores do capital, e, com ele, dominadores, servidos pela a récuca dos parasitas no apanágio das altas funções do Estado”* (BOMFIM, 1996 p 565)..

Esta condição anteriormente descrita, não se apresentava no Brasil, visto que o capitalismo ainda não havia sido plenamente implantado e as condições de classe não estavam plenamente definidas. Esta condição evidenciava na perspectiva de Bomfim, a impossibilidade de uma solução comunista para o caso brasileiro. O protagonista histórico da revolução brasileira, não seria o proletário, mas sim o “povo” que deveria se sublevar primeiramente contra a classe dirigente, vista como um fator constante e até certo ponto preponderante das desgraças do país. O povo, entendido como a grande maioria da nação deveria segundo Bomfim, aproveitar a porta larga aberta para ele pela própria história. Esta deveria ser uma revolução totalmente distinta das anteriores, as quais o sergipano referia-se como *“sedições e masorcas estupidamente ambiciosas”*, pois, não foram capazes de afirmar a

verdadeira transformação da sociedade por meio da superação do passado ibérico, que só poderia ser obtido, a partir da ruptura com a elite e com as instituições historicamente dominantes. O lema seria destruir para construir

Esta revolução deveria ser criadora de liberdades individuais essenciais para o desenvolvimento da justiça social. Ela inicialmente mergulharia a sociedade brasileira numa situação de anomia. Porém este mergulho no “*caos*” seria necessário para que a revolução em forma de convulsão salvadora encontrasse os agentes, propósitos e programas historicamente condizentes com a realidade brasileira.

Ao longo do desenvolvimento de sua proposta de revolução, enquanto alternativa para a reparação dos males de origem da formação brasileira, Bomfim demonstra uma preocupação interessantíssima, pois, aparece de forma latente em sua crítica uma consciência do caráter globalizante do capital, tal qual Marx havia demonstrado em sua obra. De acordo com o intelectual sergipano, ou se fazia a revolução social naquele contexto de início da década de 30, ou poderíamos perder a possibilidade histórica de transformar os futuros da nação, pois segundo ele,

Avança sobre nós, e já nos constringe órgãos importantes, o polvo-capital. Saímos facilmente do seio podre de Portugal; não será dificuldade sensível vencermos o domínio desta oligarquia infecta que nos possui; mas as roscas cheias do capitalismo, se ele aqui assenta o pleno domínio, esmigalhar-nos-ão os membros antes que tenhamos achado a forma da luta eficaz contra elas. Entregues por sua vez a dirigentes a disposição do capital, rendidos definitivamente ao seu prestígio, estamos sem defesa. Valha-nos que por este vasto Brasil, as suas ventosas ainda não alcançaram muito; mas quando ele se estender na proporção das facilidades que encontra, estaremos inteiramente possuídos. Tratando-nos como colônia, o capitalismo estrangeiro tem para nós processos despejados, e mais simples, para efeitos de mais espoliação, e mais dissolventes ainda que nas nações solidamente construídas (BOMFIM, 1996 p 571)..

Bomfim ao analisar o processo de implantação do capitalismo no Brasil chega a uma interpretação similar a de Marx, ao afirmar que o capitalismo tem como necessidade essencial mercantilizar e comercializar tudo, criando uma sociedade essencialmente materialista. Este modelo de sociedade capitalista global era vista pelo sergipano como sendo extremamente danosa para o desenvolvimento das nações neo-ibéricas, pois ela se tornaria “*a desgraça irreparável dos povos nacionalmente mal diferenciados e socialmente mal protegidos*”. Desenvolvendo uma reflexão embasada por Mommsen e Engels, Bomfim conclui que nacionalismo, capitalismo e justiça social são elementos inconciliáveis, pois o estado saído da

sociedade torna-se cada vez mais estranho a ela, personificando somente os anseios do capital tornando-o livre para a realização de todos os crimes que a espoliação capitalista sugere e a ganância dos seres humanos exige.

Bomfim pensou um Brasil, para as classes menos favorecidas e historicamente desprestigiadas ao longo de nossa formação social. Para ele, embora, os verdadeiros brasileiros não aparecessem na história oficial do Brasil, eles constituíam ainda assim uma nação. Este povo que foi escondido pela história oficial do Brasil deveria emergir, e a sua vitória era vista por ele como a única alternativa de se garantir um futuro mais digno para o país. Ao contrário de outros interpretes do Brasil de sua época, Bomfim não enxergava o povo como um entrave para a vida democrática, para ele o povo brasileiro merecia viver em um regime de liberdade democrática, pois ele tendia a solidariedade e era “*cordial e manso*”. Desta forma, era no próprio passado brasileiro, passado este que fora negado e escondido pela historiografia oficial, que estava à indicação de nossa transformação social, pois um povo cordial, solidário e manso nas suas relações, tenderia naturalmente para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, preocupada com a manutenção do bem estar coletivo.

Na perspectiva do intelectual sergipano, a revolução brasileira adjetivada como nacionalista, popular e democrática, representaria um encontro mítico do Brasil com si mesmo, visto que, seria um momento de refundação mítica da nação brasileira. Tal como demonstra José Carlos Reis (2006), Bomfim expressou algo semelhante à leitura de Walter Benjamin no final dos anos 30. Para ele os revolucionários brasileiros em suas autoafirmações históricas deveriam “*escovar a história a contra pelo*” e saldar a dívida com os antepassados, que foram diversas vezes vencidos em seus sonhos de liberdade e independência. O presente deveria resgatar a dívida com seus antepassados e realizar o sonho muitas vezes negado ao povo pelas elites dirigentes e pelos falsos profetas da revolução. Em suas palavras:

O remédio para o Brasil era o povo brasileiro, lembrando-se das revoluções derrotadas, abrir-se ao novo e fundar uma nova política orientada para os que trabalhavam. A humanidade não poderia continuar dividida em espoliados e espoliadores, trabalhadores e dominantes, toda a produção organizada no interesse dos que detinham o capita (REIS, 2006 p. 219).

Na interpretação bomfiniana da formação histórica do Brasil, existem duas tradições essencialmente conflitantes. Uma ele identifica como legítima representante das aspirações nacionais e que foi continuamente atacada pelas elites brasileiras, apresentadas como herdeiras da estrutura espoliativa da empresa colonial. Esta elite nega a identidade brasileira e

se filia a outra tradição (*bragantina*) externa e vinculada à corte e aos vícios associados ao passado colonial. Por isso, ele entendia que no Brasil, a afirmação da nacionalidade só poderia ocorrer com o rompimento em relação aos valores, instituições e práticas sociais cultivadas pelas elites. Que patrocinaram um desenvolvimento histórico profundamente marcado pela submissão, aceitação e passividade perante aos modelos e as influências estrangeiras.

Para ele a nacionalidade é a tradição histórica de cada pátria, que se forma a partir de suas próprias condições históricas e integra-se ao conjunto da humanidade. Sintetizando uma visão da evolução histórica com colorações claramente herderiana, ele vai aferir que os diferentes povos, conquistando separadamente a liberdade e apoiando-se mutuamente na busca da solidariedade e da paz social formaria uma humanidade real. A ação revolucionária na visão bomfiniana da história seria a única força capaz de romper com a supremacia desta tradição antípoda as necessidades brasileiras e reunir de forma harmônica o estado com a nação, integrando a vida política e civil e eliminando a figura do dirigente alheio as necessidades do povo, consolidando uma “nação-estado” democrática, republicana e verdadeiramente soberana.

O intelectual sergipano não passou despercebido em relação às dificuldades de se efetivar uma prática verdadeiramente democrática no Brasil, mas ele acreditava que embora não fosse perfeita, a democracia era o melhor dos regimes políticos por que permite aos indivíduos viverem livres. A liberdade segundo Bomfim é o direito do indivíduo conduzir a si mesmo dentro da sociedade, neste sentido fica visível à importância que ele atribuía a educação, pois para ele, a educação tem o poder de preparar o homem para governar a si mesmo e a reconhecer os seus direitos e deveres que são indispensáveis para vida em sociedade.

Em linhas gerais, o sergipano definiu a democracia e a liberdade como sendo valores universais, essenciais e permanentes, princípios que humanizam e que garantem a especificidade dos seres humanos em relação a outros seres vivos “*é só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre*” (BOMFIM, 1993 p 338), e que, portanto, não podem ser negados.

Em sua obra *As Identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*, José Carlos Reis refere-se ao projeto intelectual de Bomfim como sendo “*um otimismo revolucionário ingênuo*”, esta



obra apresenta uma narrativa didática e concisa em relação a alguns aspectos da obra do sergipano, mas deixa a desejar pela superficialidade com que algumas temáticas da obra de Bomfim são abordadas. Este é um problema comum em obras que possuem esta proposta analítica de refletirem sobre autores diferentes, situados em tempos e espaços distintos. Esta visão sintética e interessada em levantar polêmicas levou o autor a produzir alguns adjetivos que descrevem o sergipano como “racista”, “fascista”, “integralista” e na melhor das adjetivações “ingênuo”.

Estas adjetivações, não condizem com a realidade, à amplitude da obra e a personalidade do intelectual sergipano. Basta fazer uma leitura da biografia sociológica produzida por Ronaldo Conde Aguiar (1999), que seremos convencidos de que não dá para compartilhar com a “teoria da ingenuidade” produzida pelo autor de *Identidades do Brasil*. Bomfim foi um intelectual crítico de sua época e que elaborou a sua obra em desacordo com os padrões de verdade dominantes em seu tempo, e que, talvez por isso, tenha sido capaz de captar em seus textos os anseios que outros intelectuais presos aos padrões de verdade e aos critérios de validade de sua época não conseguiram perceber. Ele produziu a consciência possível de seu tempo, tendo como referência uma preocupação dissonante em relação a seus pares intelectuais.

Segundo Aguiar, Bomfim acreditava na importância das utopias, mas definia-se como um utopista e não como um utópico “o utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho” (AGUIAR, 1999 p 28). Do ponto de vista histórico não é produtivo entender a obra de Bomfim, ou de qualquer outro pensador como ingênuo, pois corremos o risco de criarmos um clichê historiográfico que pouco contribui para o entendimento do autor ou da obra. Neste sentido, Bomfim foi um homem de seu tempo, que se diferenciou por sua sensibilidade de pensar uma história do Brasil, protagonizada por negros, índios, pobres, sertanejos, trabalhadores e operários, com claros matizes democráticos e de inspiração popular, opondo-se aos interesses dominantes em sua época, que pensava o Brasil olhando da parte de cima da pirâmide social.

Parafrazeando Rüsen (2007), podemos dizer que Bomfim não privou a sua vida do necessário exagero da esperança de poder pensar a construção de uma sociedade brasileira mais humana, justa e igualitária e, por isso, foi capaz de pensar a história pelo filtro da utopia, que tem por característica ser, por princípio, exagerada e constituída por esperanças que vão

além do puramente factível aqui e agora. Conforme as próprias palavras de Rüsen, “as utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força do seu espírito, para conviver consigo mesmos e com o seu mundo” (RÜSEN, 2007, p. 138). Dessa forma, em um momento pessoal de profunda agonia física, em função das suas precárias condições de saúde, o intelectual sergipano, acreditou na possibilidade de uma revolução como caminho viável para superação dos problemas sociais do Brasil, e despediu-se da vida, assinando um livro que é um grito de protesto contra o conservadorismo das elites brasileiras, que infelizmente até hoje é um traço dominante em nossa sociedade, mesmo tendo se passado quase um século da publicação da última obra de sua trilogia historiográfica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.
- BOMFIM, Manoel: *A América Latina: Males de origem* 3 ed. Rio de Janeiro; Topbooks 1993
- \_\_\_\_\_. *Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* 2 ed.- Rio de Janeiro: Topbooks 1996.
- FILHO, A. A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988 p 5 a 27.
- HANSEN, P. S. *Brasil um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- IGLESIAS, Francisco: *Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*- Ed Nova Fronteira –Rio de Janeiro 2000.
- LAMBERT, Jaques. *Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARZ, Moritz Lilia: *Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História oficial*. In *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Campanha das letras 1993.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Historicismo, Tese, Legado, Fragilidade*. História Revista, 2002.

RÜSEN, J. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília-DF: Editora da UNB, 2001.

SUSSEKIND, Flora. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

# MITOLOGIAS EM AÇÃO: MARCOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOBIAS BARRETO NA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX<sup>210</sup>

Aruanã Antonio dos Passos<sup>211</sup>

**Resumo:** O trabalho discute as apropriações das ideias de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) por parte de seus autoproclamados herdeiros intelectuais ao longo do Brasil Republicano. Buscamos analisar através do pensamento de Tobias Barreto, considerado líder e mestre referencial no horizonte da chamada crítica do pensamento brasileiro, as significações e usos de suas ideias e as circunstâncias políticas e teórico filosóficas desses usos. Esse plano contextual conduz uma historicização dos embates intelectuais ao longo do período republicano, tendo como fio condutor as apropriações do pensamento de Tobias Barreto ao longo da República.

**Palavras-chave:** Tobias Barreto; Escola do Recife; apropriações e circulação de ideias.

**Abstract:** The paper discusses the appropriation of Tobias Barreto ideas de Menezes (1839-1889) by its self-proclaimed intellectual heirs over Republican Brazil. We analyze through thought of Tobias Barreto, considered the leader and reference master on the horizon of the call critical of Brazilian thought, the meanings and uses of their ideas and the philosophical and theoretical political circumstances of these uses. This contextual plan conducts a historicizing of intellectual clashes throughout the republican period, with the thread of the appropriations thought of Tobias Barreto along the Republic.

**Keywords:** Tobias Barreto; School of Recife; appropriation and circulation of ideas.

Não só as elites culturais, mas sobretudo, o povo e o Governo do Estado timbraram em dar grande esplendor a êsse preito de justiça e reconhecimento, em que a terra bêrço se unificava, para sangrar o luminoso espírito do maior de seus filhos, nas asas da gratidão e da posteridade (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. I-II).

Gilberto Freyre, ironicamente, se referiu aos intelectuais que derivaram da Faculdade de Direito do Recife nos finais do século XIX e início do XX, como “clérigos” do movimento que acabaram por se tornar “intelectuais-homens de ação” (FREYRE, 1971, p. 130), já que assumiram em suas carreiras diversas posições no espaço público republicano: jornalistas, políticos, advogados, secretários de governo, embaixadores. Ponderação importante feita por Freyre a esse processo é o papel do germanismo para a consolidação desses homens de ação

---

<sup>210</sup> Uma versão deste trabalho foi apresentada no XV Encontro Regional de História da ANPUH-PR, realizado entre os dias 26 e 29 de julho de 2016.

<sup>211</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. Contato: [aruana.ap@gmail.com](mailto:aruana.ap@gmail.com).

na vida prática, ainda que o germanismo não tenha se efetivado como elemento unificar ou dogmatizante. Ao contrário, aos olhos de Freyre, o “movimento que se realizou através de personalidades diferentes e não de um tipo único de germanizado ou de germanizante” (FREYRE, 1971, p. 132). O que o germanismo teria propiciado a esses intelectuais, de maneira geral, fora “um toque científico ou neocientífico, além de neofilosófico, à sua erudição ou aos seus saberes” (FREYRE, 1971, p. 133). Nesse quadro referencial, Tobias Barreto figura como um verdadeiro exemplo de adesão ao germanismo como possibilidade de distinção ao frescor de outros horizontes de pensamento que não o da forte presença francesa, posição essa, defendida também por Jorge Carvalho do Nascimento:

Os intelectuais da Escola do Recife buscaram no culturalismo alemão as bases do seu projeto. Foi através do culturalismo que se constituiu um corpus filosófico que buscava especificamente a interpretação das questões nacionais, em busca do que entendiam ser a necessidade de estar o país em dia com os progressos da ciência e da técnica, habilitando-se ao domínio da atividade industrial. (NASCIMENTO, 1999, 290).

Ainda em vida o pensamento e a obra de Tobias foram manipuladas por Sílvio Romero. Essa manipulação, no sentido lato, continuou nas mãos de Romero até sua morte e posteriormente foi continuada pelo governo do Sergipe, como vimos. Além da continuidade do projeto inicial de Romero, realizado com algumas reformulações, outros dois momentos fundamentais na edificação de significados para a obra e pensamento de Tobias são os marcos de resignificação da obra do sergipano: o primeiro é marco de comemoração do Centenário de seu nascimento em 1939, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe (IHGSE) em Edição Especial de sua Revista Trimestral e o segundo se materializa na releitura de Miguel Reale realizada nos anos 1940 e 1950. Essas marcos de resignificação e rememoração colocam em perspectiva a questão do uso dos nomes, ideias e temas ligados a Tobias Barreto e a Escola do Recife. Como aponta Alexandro Neundorf:

Dessa forma, primeiramente devemos ter em mente, que o próprio “nome” que o grupo atribui a si mesmo (ou que noutros casos lhes é atribuído), é produto de uma confecção que leva em consideração (talvez em parte) essa posição, esse “lugar” ocupado. Como um reconhecimento antecipado da identidade de grupo. “Nomear” é impor limites, conter a polissemia e estabelecer domínios (ou “lugares”) (NEUNDORF, 2013, p. 208).

Assim, as ideias se prestam a disputas pelo seu sentido que equacionam relações de força sobre o conjunto da obra e suas possibilidades de apropriação política e teórica. Se, as “raízes” ou “origens” do culturalismo remontam em nosso contexto nacional a Tobias Barreto é inegável que reivindicar sua prioridade tem uma dimensão política, e apresenta um futuro que legitima o passado. Como aponta Helenice Rodrigues da Silva: “Consagrando o

universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados significações diversas para uso do presente” (SILVA, 2002, p. 432). Dessa forma, e de um modo geral, a Revista Trimestral do IHGSE replica a imagem apologética edificada, como vimos, por Sílvio Romero, cumprindo a função de rememoração que desvela usos do passado pelo presente. Assim, o então desembargado e presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Sergipe, Gervásio de Carvalho Prata, em seu discurso, pronunciado no próprio Tribunal em 07/06/1939, faz o seguinte balanço:

Qual a ação de Tobias? Foi indicar à geração nova e à geração velha do seu tempo que havia diante delas um novo mundo de conhecimento para onde se deviam rumar os homens que não quisessem ficar ancorados nas velhas águas mortas da cultura jurídica. Foi despertar, no ânimo dessa gente, a coragem de abalar-se e marchar para a frente, onde o progresso já havia plantado as últimas colunas do Direito. Foi pregar aos espíritos de bôa vontade a concepção culta do mundo que não havia entrado ainda nos umbrais da Academia (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 56).

Ora, bem sabemos que a posição de Tobias na Academia era de *outsider*, polêmico até mesmo com seus colegas. Essa defesa de um reformador da Academia não se sustenta quando se observa a sua prática na Faculdade de Direito. Logo, a sua importância se localiza muito mais na sua influência sobre os jovens em formação do que sobre o sistema educacional em seu tempo. Dessa maneira, o mecanismo repetido exaustivamente ao longo dos discursos é da defesa de seu caráter, e uma vez mais, das mitologias edificadas ao longo de sua existência. Assim, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata reafirma uma das teses de Romero usada para explicar a negação às ideias de Tobias Barreto: “De mulato boêmio e paranoico fôram os títulos que lhe reservara os que o combateram e combatem ainda, uns, por não conhecerem a vastidão da sua obra, outros, por não admitirem que da provincia pudesse sair um vulto da sua estatura” (sic.) (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 59-60). E, novamente, o seu caráter combativo figura como elemento indelével de suas posições intelectuais no discurso do desembargador:

Hoje que na redução do tempo tudo se acabou das lutas do morto, divergências, separações, disputas, prevenções, combatentes, e a história é chamada a intervir, depara-se enormemente grande e cada vez maior o espaço ocupado por aquele só brasileiro, que só existiu em chamas, estalando forças, pulsando desolado na imensidade da pátria, ou, na comparação de Gilberto Amado, — uma fogueira ardendo no meio do deserto do Brasil (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 60).

Cabe por conseguinte, observar que o fenômeno das comemorações e rememorações colocam em jogo as relações entre o passado rememorado e o futuro projetado. Nesse sentido,

o Centenário de Nascimento de Tobias Barreto estava inserido num contexto afirmação do Estado de Sergipe no cenário político nacional. Ainda que Tobias não tivesse se colocado como defensor de um regime republicano, o que as comemorações de seu centenário revelam é a apropriação por parte da elite intelectual e política naquele momento dos sentidos potenciais de suas ideias. Não à toa, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata saúda a continuidade do projeto de Romero por parte do governador do Estado: “O govêrno Graco Cardôso foi patriótico mandando publicar a edição de Sergipe. Patrióticos serão os demais que imitemem êsse gesto, facilitando aos brasileiros o conhecimento de tão grande patricio”, e conclui sua ode nos seguintes termos: “é a compensação do insignificante Sergipe o tamanho dos seus espíritos poderosos. É a reparação da sua humildade geográfica e política. É o consolo do pequeno a inteligência que empresta ao grande” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 61). Dessa maneira, se realiza uma Semana de Tobias Barreto, dedicada a várias comemorações por diversos estabelecimentos de ensino, como a Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, o Colégio Tobias Barrêto, o Colégio Santana e o Ateneu Sergipense, além de associações como o Rotary Clube de Aracaju. Também houve presença de representantes de Pernambuco nas comemorações: Joaquim Amazonas e o estudante da Faculdade de Direito do Recife, Rivaldo Pereira também discutiram, além de uma romaria à Estátua edificada em homenagem de Tobias, que aconteceu no dia 07/06/1939.

Destacamos o discurso proferido pelo estudante J. B. De Lima e Silva, em 03/06/1939, onde encontra-se uma afirmação do valor presente das obras de Tobias: “Outros [escritos de Tobias Barreto] conservam ainda, e prodigiosamente, tal atração e atualidade, que bem sentimos que êles se dirigem a nós para a resolução de problemas de nosso tempo” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 146). Aqui, bem se percebe o esforço de atualização de Tobias, cinquenta anos após sua morte: outra dimensão do exercício de rememoração presente em todos os discursos contidos na Revista do IHGSE e que projeta também, como acentua Helenice Rodrigues, um devir:

Na verdade, ele [o processo comemorativo] implica um questionamento crítico da relação distância/reapropriação com o presente histórico. Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento “rememorado” por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro (SILVA, 2002, p. 436).

A efusão de discursos da Semana dedicada as comemorações do Centenário edificam verdadeiras formas de monumentalização do passado, que é ordenado e efetivado pela ação do governo que além de publicar as Obras Completas erigiu monumento em bronze homenageando seu filho ilustre. Uma das significações dos atos comemorativos se sintetiza na conclusão de um dos discursos, onde o passado é redimido pelo presente: “a comemoração de hoje, meus senhores, nada mais representa do que a Justiça da História” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 159), e ainda em outro discurso o mesmo efeito é usado: “o tempo e a morte fôram para êle o aniquilamento da personalidade, o esquecimento emfim, mas a entrada triunfal para as páginas indestrutíveis da história” (sic.) (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE, 1939, p. 172). Essa afirmação da perenidade de sua obra reverberará até os anos 1950. É o caso do juízo de Luiz Pinto Ferreira, em artigo na revista da Faculdade de Direito do Ceará: “Desaparecendo, de todo desamparado pela fortuna, no ano de 1889, pouco antes da proclamação da República, êle deixou um grande monumento literário, a parte que ficou de seu espírito” (FERREIRA, 1954, p. 237).

Por fim, o último artigo da edição especial da Revista do IHGSE, dedicada as Comemorações do Centenário de Tobias Barreto, é uma resposta ao trabalho crítico de Roberto Lyra, “Tobias Barrêto, o homem pêndulo”, transcrito do jornal *A Tribuna*, de Santos, com data de 07/06/1939 e de autoria de Epifanio da Fonsêca Dória. A obra de Roberto Lyra, publicada em 1937, é uma crítica a personalidade de Tobias, daí então, a necessidade no limiar das comemorações de se defender a imagem do sergipano centenário. Encerra-se a publicação com a descrição da morte do sergipano, última correção das críticas de Lyra a personalidade de Tobias, carregada de ambivalências e paradoxos. Além do inegável esforço de monumentalização da figura, obra e pensamento de Tobias realizado pelo seu Centenário de Nascimento, a parte considerável dos esforços de permanência de Tobias Barreto na ordem do dia dos debates filosóficos, literários e jurídicos foi levada a cabo por um conjunto de intelectuais proeminentes nas primeiras décadas do século XX (alguns presentes nas comemorações de 1939). Como aponta Antonio Paim:

É certo que os seguidores de Tobias Barreto não desenvolveram grandemente esse legado. Aos contrários, ficaram presos ao oitocentismo e, dessa forma, circulando da mesma atmosfera dos partidários de Comte, de que tanto queriam distinguir-se. O legado de Tobias Barreto foi entretanto preservado e chegou aos nossos dias. Sua meditação veio a ser retomada, desde os anos trinta, por homens do porte de Djacir Menezes e Miguel Reale (PAIM, 1997, p. 95).



Chegamos, assim, ao último ciclo de apropriação das ideias de Tobias que precisamos analisar a fim de compreender as significações de suas ideias que marcaram posições políticas e ideológicas determinantes na análise retrospectiva de suas ideias. Em outras palavras, muito dos consensos e dissensos que se consolidaram através dos críticos e apologéticos da República, tem senão a filiação explícita, ao menos, a referência velada a interpretação que Miguel Reale dá ao “culturalismo” de Tobias Barreto. Primeiro ponto da análise de Reale que merece destaque: para ele a formulação do culturalismo em Tobias perpassou sua trajetória pessoal. Segundo Reale, Tobias vivenciou as tensões entre natureza e cultura, tendo em vista que, “subjetivamente, em seu ser pessoal, como ‘mulato pobre’ sentindo na pele resistências de ordem étnica e social à projeção de sua inteligência, sempre em luta contra preconceitos de uma sociedade patriarcal” (REALE, 1994, p. 54). Esse movimento, a um só tempo sintetiza as idiossincrasias das polêmicas de seu temperamento, o qual se edificaram toda uma mitologia, e os embates retóricas, ao passo que também articula a trajetória pessoal do sergipano com a figuração da noção de cultura em suas ideias. Da mesma maneira, pode-se localizar o germanismo de Tobias nesse mesmo lastro interpretativo, já que, “o culturalismo que o Brasil herdou dos alemães foi um importante instrumento para a construção da cultura de uma sociedade que buscava a sua auto-afirmação” (NASCIMENTO, 1999, p. 282).

A formação e continuação do culturalismo pós proclamação da República sofrera um período de latência, assim, não encontrou um terreno favorável para o seu desenvolvimento, sua continuidade fora interrompida. Isso se deve, segundo Jorge Carvalho do Nascimento pela força do ideário positivista no Brasil republicano. A retomada do culturalismo só aconteceria com a figura de Miguel Reale: “Do projeto de retomada do culturalismo, em 1949, participaram juntamente com Reale intelectuais como Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe, além de contar com a simpatia de intelectuais como Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos” (NASCIMENTO, 1999, p. 290). Segundo Vamireh Chacon, “Miguel Reale será o primeiro a apontar e analisar o culturalismo tobiático” (CHACON, 2008, p. 193). Esses trabalhos datam do final dos anos 1940 e início de 1950 (Cf: REALE, 1977). Como se vê, não à toa, Rosa Mendonça de Brito, afirma que Miguel Reale reatualiza a Escola do Recife no século XX (BRITO, 1980, p. 8), e antes dele: “O culturalismo sociológico iria se constituir numa ponte entre o culturalismo de Tobias Barreto e a contemporânea meditação culturalista”, e segundo

Paim, essa relação foi efetivada graças à obra de Alcides Bezerra (1891-1938)<sup>212</sup> que se formara na Faculdade de Direito do Recife em 1911 (PAIM, 1997, p. 90).

Sobre a posição de Reale, merece destaque seu discurso de Posse da Cátedra de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo em 1941, Reale declara o peso da cultura para o direito e a sociedade: “Em todo fato jurídico se verifica uma integração de elementos sociais em uma ordem normativa de valores, uma subordinação da atividade humana aos fins éticos precípuos de convivência”, e prossegue: “Daí o caráter bidimensional do Direito, que possui um *‘substratum’ sociológico*, no qual se concretizam os valores de uma cultura, e ao mesmo tempo é ‘norma’ que surge da necessidade de segurança na atualização desses valores”. Aí então chegamos a concepção culturalista do direito: “O culturalismo, especialmente em sua expressão realista, atende a essa bidimensionalidade do fenômeno jurídico, procurando estudar o *‘substratum’ sociológico* do Direito em razão da sua *estrutura formal* e sua *função normativa*, evitando tanto os exageros do ‘sociologismo’ como os excessos do ‘formalismo’” (grifos do autor) (REALE, 1987, p. 311). Reale ainda vai ponderar que o Culturalismo brasileiro reserva especificidades em relação ao Culturalismo europeu. Mas, isso não se traduz como a defesa de uma “filosofia nacional”. Nas suas palavras:

Não se trata de falar de uma filosofia nacional, mas de reconhecer que, por mais universal que seja o pensamento filosófico, este não pode deixar de refletir peculiaridades e preferências da nação em que se situa, quanto mais não seja em razão da língua que é o repositório natural da vida comum e da reprodução intelectual (REALE, 2000, p. XIII).

Híbrido entre a realidade do local de elaboração das ideias e a ordenação de um pensamento que mira certa universalidade, o Culturalismo se efetiva numa linhagem filosófica que remonta a obra de Tobias, que seria o primeiro a defender a prioridade da cultura na determinação dos assuntos humanos. Nesse sentido, a definição de Antonio Paim para o Culturalismo reverbera na superação das filosofias que Tobias tanto combateu: “isto é, na doutrina de que a criação humana constitui objeto privilegiado da meditação filosófica, sendo mesmo aquela esfera apta a superar, de uma vez por todas, o positivismo e o cientificismo em geral” (PAIM, 1997, p. 51). E qual seria a posição da filosofia brasileira no quadro geral da filosofia Ocidental? Segundo Leonardo Ferreira Almada e Luiz Alberto Cerqueira:

---

<sup>212</sup> Segundo Antonio Paim: “Após exercer cargos públicos na província natal, a Paraíba, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1922, assumindo a direção do Arquivo Nacional, funções que desempenharia até o ano de sua morte (1938). No arquivo Alcides Bezerra desenvolveu obra notável em prol da identificação dos momentos nucleares da cultura nacional, tornando-se ainda precursor do estudo da historiografia brasileira, com a criação do Centro de Estudos Históricos e o início de um balanço ordenado da obra de nossos historiadores” (PAIM, 1997, p. 90-1).

A filosofia brasileira, assim fundada, define sua identidade no cenário da filosofia ocidental exatamente em função desta característica que será a marca axial de seus representantes, a saber: o reconhecimento de que as reformas não implicam a descaracterização da própria ideia de filosofia em sua historicidade (ALMADA; CERQUEIRA, 2010, p. 947).

Em comunicação no I Congresso Brasileiro de Filosofia realizado em 1950, Miguel Reale em texto intitulado “O culturalismo na Escola do Recife”<sup>213</sup>, caracteriza o conjunto de críticos e apologéticos de panegíricos incondicionais ou detratores sem reservas, fato que teria produzido uma polarização em trabalhos pró ou contra Tobias (REALE, 1977, p. 215). Reale aponta uma limitação na reflexão sobre a cultura em Tobias: “Pena é que, situando o problema do mundo da cultura, não tenha Tobias, já o dissemos, tentando explicar a forma pela qual o ‘homem natural’ pôde deixar de ser o objeto passivo da causalidade mecânica, para passar a ser o agente transformador da natureza; nem demora sua atenção no exame da Cultura, a região ontológica nova que contrapõe Natureza” (MERCADANTE, PAIM, 1972, p. 220). E ainda: “Seu culturalismo, certamente em virtude de sua noção empírica de fim, não vai além de uma verificação descritiva incompleta, sem um estudo mais vivo do velho problema da contraposição entre Natureza e Espírito, natureza e convenção, natureza e sociedade, natureza e história”. Como aponta Reale, a cultura como problema filosófico formulado por Tobias Barreto “passou incólume pelas 1ª e 2ª Repúblicas” (REALE, 1977, p. 222), para voltar a merecer atenção sistemática e objeto de revisões apenas nos anos 1960 com os trabalhos de Antonio Paim e Paulo Mercadante, inclusive com o projeto de reorganização das Obras Completas de Tobias.

Não cabe aqui uma avaliação profunda do Culturalismo nos quadros do pensamento filosófico, esforço que exigiria ampla investigação. Procuramos apenas, delimitar, ainda que brevemente, essa “ponta” de ressignificação do pensamento de Tobias Barreto no século XX, que acabou por filiar o sergipano ao pensamento classificado, por vezes, com a pecha de conservador. Por fim, fecha-se outro círculo: nas comemorações do centenário da proclamação da República, nova edição das Obras Completas de Tobias foram organizadas por Antonio Paim e Paulo Mercadante<sup>214</sup>, o que evidencia, além do interesse pela sua obra, o

---

<sup>213</sup> Esse trabalho de Reale acabou sendo republicado na introdução às Obras Completas de Tobias Barreto realizada por Antonio Paim e Paulo Mercadante em 1969, o que demonstra a importância e a convivência da leitura de Reale sobre Tobias. Cf. MERCADANTE, PAIM, 1972, p. 15-25.

<sup>214</sup> Cabe destacar que nesse contexto a nova edição comemorativa das Obras Completas de Tobias Barreto, parte integrante do “Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira”, do Ministério da Cultura. A organização dessa edição coube a Paulo Mercadante e Antonio Paim e contou ainda com a direção-geral de Luiz Antonio Barreto e colaboração de Jackson da Silva Lima. É emblemática a intenção da publicação ao levarmos em

fato de que suas ideias continuaram em aberto, e objeto de apropriações, produzindo novos sentidos e interferindo no presente, característica essa que julgamos determinante na forma com que seu pensamento decompôs e compôs as ideias às quais teve contato e que procurou criticar e divulgar em seu tempo e para a posteridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Leonardo Ferreira; CERQUEIRA, Luiz Alberto. A alma e o cérebro: as origens do debate acerca da Psicologia científica no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 3, 2010.

BRITO, Rosa Mendonça de. *Filosofia, Educação, Sociedade e Direito na obra de Arthur Orlando da Silva – 1858/1916*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980.

FERREIRA, Luiz Pinto. Atualidade de Tobias Barreto. *Revista da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza, Vol. VIII, 1954.

FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica*. Rio de Janeiro: Grifo Editorial/INL, 1971.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. *Tobias Barreto na Cultura Brasileira: uma reavaliação*. São Paulo: Ed. da USP; Grijalbo, 1972.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada ou a influência alemã na Cultura Brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1999.

NEUNDORF, Alexandre. *A emergência da modernidade na França durante o Segundo Império: das “Flores do Mal” de Baudelaire ao “J'accuse” de Zola*. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2013.

PAIM, Antonio. *A Escola do Recife*. 3.ed. Londrina: Editora da UEL, 1997.

REALE, Miguel. *Cinco temas do culturalismo*. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Figuras da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

\_\_\_\_\_. *Horizontes do Direito e da História*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. *Memórias: destinos cruzados*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1987.

---

conta as palavras de apresentação assinadas, pelo então presidente da República e ocupante da cadeira na Academia Brasileira de Letras que tem Tobias por patrono, José Sarney: “A Edição das Obras Completas de Tobias Barreto é um resgate do país à sua memória e dará condições às novas gerações para conhecê-lo melhor, no acervo gigantesco de suas idéias, avançadas para o seu tempo e contemporâneas da nossa época” (sic). SARNEY, 1990, p. 5.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE (Edição Especial Consagrada ao Centenário de Tobias Barreto, 1839-1939). “Prefação”. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939.

SARNEY, José. Tobias Barreto: filosofia e política. In: BARRETO, Tobias. *Estudos de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990

SILVA, Helenice R. “Rememoração”/Comemoração: os usos sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, n. 44, 2002.

# HERÓDOTO E SUAS *HISTÓRIAS*: ALGUMAS PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO<sup>215</sup>

Leandro Hecko<sup>216</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende refletir acerca da historiografia que versa sobre Heródoto e suas *Histórias*, partindo inicialmente dos modos de produção do conhecimento histórico, *grosso modo*, para em seguida atentar para a historiografia delimitada neste momento na década de 1980, que é quando aparecem algumas obras bastante importantes que trabalham especificamente com questões teórico-metodológicas na obra do historiador grego.

**PALAVRAS-CHAVES:** Heródoto; Historiografia; Teoria e Metodologia; Narrativa.

**ABSTRACT:** This article reflects on the historiography that deals with Herodotus and his *Histories*, starting initially in production methods of historical knowledge, roughly, for then to heed the enclosed historiography this time in the 1980s, which is when they appear some works quite important that work specifically with theoretical and methodological issues in the Greek historian's work.

**KEYWORD:** Herodotus; Historiography; Theory and Methodology; Narrative.

## Introdução.

Este artigo tem o objetivo de analisar parte da produção historiográfica sobre as *Histórias* de Heródoto em torno da década de 1980, especificamente aquela que versa sobre questões teórico-metodológicas e aparentemente tem maior influência ou maior repercussão nos meios acadêmicos nesse período, bem como o período subsequente, o qual ainda não se encerrou. Para tanto vamos refletir sobre a questão da produção do conhecimento histórico como meio de entendimento da produção acerca de Heródoto que se renova a cada ano. Em seguida passaremos à análise de parte da historiografia no referido período para, enfim, observarmos suas ideias e contribuições para o maior entendimento das *Histórias* e de seu autor, bem como esboçar algumas percepções gerais sobre tal produção e dos encaminhamentos ainda possíveis.

## As relações entre sujeito e objeto do conhecimento e suas implicações com a História.

“As teorias clássicas do conhecimento que prevaleceram nos séculos XVII, XVIII e XIX, todas pressupunham uma dicotomia aguda entre sujeito conhecedor e o objeto conhecido (...). Com os êxitos da ciência moderna, essa perspectiva foi radicalmente modificada”. (Edward Hallet Carr)

---

<sup>215</sup> Material desenvolvido durante nosso Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>216</sup> Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, atuando nas áreas de Antiguidade Clássica, Antiguidade Oriental e Teoria da História.

Para compreendermos a forma como as *Histórias* de Heródoto foram interpretadas ao longo da História, é de vital importância atentarmos para como se dava a prática do historiador ao longo do tempo, compreendendo as relações entre o historiador e suas fontes, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento. É dessa forma que queremos iniciar nossa análise da forma como Heródoto é lido hoje, mormente no que se refere à sua forma de ver, construir e interpretar a história humana.

A História considerada enquanto um tipo de conhecimento pressupõe, assim como toda outra forma de conhecimento, uma relação entre duas instâncias: sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido. Esse pressuposto para que se produza um conhecimento histórico é ponto inicial para que se discuta esta mesma produção, levando em consideração o resultado: produto do conhecimento histórico. Neste texto vamos observar algumas questões, quais sejam: a) o conhecimento; b) sujeito e objeto do conhecimento; c) a singularidade do conhecimento histórico; d) sujeito e objeto do conhecimento no decorrer da história da História; e) mudança de paradigmas científicos e sua relação com a produção do conhecimento histórico e f) parte da produção mais recente sobre Heródoto. De forma geral pode-se resumir boa parte dessas questões numa única, a saber: as implicações da relação entre sujeito e objeto do conhecimento na produção da História, mas para sistematizar a exposição optamos por tal divisão.

Conhecimento pode significar um estado de não-ignorância, de elevação espiritual ou de desenvolvimento da consciência. A definição de o que é o conhecimento está ligada ao próprio intuito de buscá-lo e/ou possuí-lo. O que vamos fazer aqui é simplificar um pouco a questão do conhecimento a fim de apenas colocarmos algumas questões iniciais para se discutir um tipo de conhecimento específico: o histórico. Para tanto vamos nos deter a uma definição simples, contida em qualquer dicionário de filosofia, pois nosso olhar vai estar voltado à produção do conhecimento.

Conhecimento seria, conforme define Abbagnano, a disponibilidade de uma técnica empregada ao ato de inquirir um objeto, tendo como resultado uma consideração acerca desse objeto, consideração essa que desse a conhecer as características desse objeto (ABBAGNANO, 1999, 174). O conhecimento seria, portanto, a melhor exposição das definições e observações feitas a partir de um determinado objeto, as quais têm como

objetivo dar a conhecer o referido objeto. De forma geral pode-se colocar o seguinte, quanto à fabricação do conhecimento:

**Sujeito do conhecimento**

**Objeto do conhecimento**



**Produto do conhecimento**

Estes três pontos (sujeito, objeto e produto) seriam constituintes do chamado modelo universal de produção do conhecimento empregado pela ciência na constituição de seus saberes, tanto na física quanto na biologia ou na química. O modelo colocado acima é, como dissemos, universal. No entanto, há algo que pode influir muito no produto do conhecimento. Trata-se, pois, da relação entre o sujeito e o objeto. Os procedimentos para um estudo científico requerem basicamente o seguinte: um sujeito, algo a ser estudado (o objeto), a observação, questões a serem dirigidas ao objeto, etc. Esse seria resumidamente um método a ser seguido. Esse método e a questão do sujeito e do objeto são colocados desde a Antiguidade, com os chamados pré-socráticos, mas têm seu mais definido início com Platão e Aristóteles. Estes não usam esses nomes, no entanto nota-se a delimitação dos mesmos em suas práticas de pesquisa. Para os pré-socráticos o princípio do ato de conhecer era o de identificação, ou seja, conhece-se a partir de algo que se assemelha ao objeto de conhecimento, isto conforme Empédocles ou também Heráclito (ABBAGNANO, 1999, 174). Esta tradição postergar-se-á ao conhecimento ocidental, mas sofrerá alterações visando seu aprimoramento, principalmente a partir do século XVII d.C. No período medieval nota-se uma troca, digamos, da física aristotélica pela sua Metafísica. Com isso o conhecimento, mormente o científico que é o que nos interessa aqui, vê-se agrilhado frente ao “imaginário religioso”. Sua libertação dar-se-á pelos fins do século XVI. Nos séculos que seguem ao XVI surgirão teorias do conhecimento em que ficam



mais claras, ainda, a divisão entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, objetivando uma maior apreensão das características do objeto, sem a interferência do conhecedor. Este seria mediador entre não-conhecer e conhecer. Esta forma de encarar o conhecimento e a relação produtiva do mesmo será imperativa a partir do século XVII, tendo seu auge no século XIX. O raciocínio pode ser resumido, grosso modo, da seguinte forma:

‘Conheço x’ significa (salvo limitações) que sou capaz de pôr em prática procedimentos que possibilitem a descrição, o cálculo ou a previsão de x portanto o significado pessoal ou subjetivo de C. deve ser considerado secundário e derivado: o significado primário é objetivo e impessoal.(ABBAGNANO, 1999, 174)

Um paradigma científico foi construído a partir dessa ideia, o chamado paradigma newtoniano-cartesiano. Em meio às ciências formais e naturais esse foi o paradigma imperativo e, no século XIX, vai influenciar também as ciências que tinham por objeto o homem. O homem é colocado em oposição ao seu mundo exterior, ao meio que o cerca. É apenas no início do século XX que vai acontecer uma revolução quanto ao paradigma científico. Os responsáveis por essa revolução são os avanços na atomística, a teoria da relatividade, dentre outras grandes inovações e descobertas no campo das ciências, principalmente na física. Os paradigmas utilizados para a prática da ciência em sua maioria distinguem entre si pela forma como se observa o objeto, pela posição do sujeito frente a esse objeto e pelo resultado. Considerando-se o paradigma newtoniano-cartesiano o sujeito deveria, digamos, neutralizar-se frente ao objeto, para que este pudesse ser conhecido inteiramente e sem interferências subjetivas. Tudo isso para que se pudesse também ter um conhecimento objetivo e verdadeiro. Aqui a ideia de verdade é bastante importante. É a busca de uma verdade científica, superior à teológica ou dotada de qualquer crença, que impulsiona a ciência.

A partir do início do século XX uma mudança de paradigma vai acontecer, como dissemos anteriormente. Uma visão onde a posição do sujeito é levada em consideração, ocorrendo um abandono da ideia de verdade absoluta, dando lugar a teorias, vai entrar em campo. Esse novo paradigma vai levar em consideração uma interação entre sujeito e objeto do conhecimento. A influência que este novo paradigma, ou esta nova ideia

de teoria do conhecimento, vai causar nas mais variadas ciências é bastante significativa.

Carr diz o seguinte:

As clássicas teorias do conhecimento não mais se adaptam à ciência mais nova e muito menos à ciência da física. Não surpreende que, durante os últimos 50 anos, os filósofos tenham começado a abordá-las em discussão e reconhecer que o processo de conhecimento, longe de colocar sujeito e objeto distintamente separados, envolve uma medida de interrelação e interdependência entre eles.(CARR, 1996, 107)

Assim, sujeito e objeto interagem e essa interação deve ser levada em consideração, já que influi no resultado final da observação. A miríade de perspectivas possíveis, colocando, por exemplo, a posição do sujeito no gráfico de um espaço-tempo, deve ser observada. É sabido que no referido gráfico o posicionamento de um determinado ponto no tempo e no espaço vai influir no resultado final, pois tempo e espaço são variantes e a posição do sujeito, ou do ponto, por conseguinte, vai determinar este ou aquele resultado. De outra forma, podemos dizer que um indivíduo não é capaz de contemplar todas as perspectivas possíveis da realidade, sendo este indivíduo, um sujeito  $x$  capaz apenas de perceber o que está ao alcance de seus olhos. Sua percepção não é, destarte, falsa. Ela apenas é diferente da de um indivíduo  $y$  que está num lugar e num tempo diferentes. Ambas as posições, a de  $x$  e a de  $y$  devem ser levadas em consideração. O sujeito, portanto, vai estar ligado perspectivamente ao objeto e sua posição frente a esse objeto vai influir no resultado final. Com isso queremos dizer que as diferentes relações que diferentes sujeitos travam com um mesmo objeto, perspectivas da posição subjetiva, não são, necessariamente, falsas, elas apenas são fruto de um diferente posicionamento frente ao objeto.

Pois bem, com essa mudança de paradigmas, iniciada em primórdios do século XX, alterações ocorrerão em todas as ciências que tinham por paradigma o de Descartes e Newton. As ciências naturais, a física, a matemática, a biologia e a química vão dar novos rumos aos seus conhecimentos. As ciências mais novas, como a sociologia, a antropologia e a história vão ser também bastante influenciadas por esses paradigmas e, a produção dos seus conhecimentos vai estar ligada aos mesmos. A produção científica das chamadas ciências humanas sempre esteve ligada aos paradigmas das demais ciências e a mudança

de tais modelos implica também a mudança de seus conhecimentos, bem como a utilização de novos métodos e novas técnicas, buscando um aprimoramento de seus conhecimentos.

A partir daqui vamos tomar como eixo a produção do conhecimento histórico frente a esses paradigmas, tratando a História enquanto uma ciência<sup>217</sup>, que tem como objeto o seu produtor: os homens no tempo (BLOCH, 1997). Assim vamos observar como a relação sujeito e objeto influem e já influíram em seu processo de produção do conhecimento. Vamos tratar da História como uma disciplina singular. Isso vai ficar claro no decorrer de nossa exposição.

Vamos traçar um pouco da história da História, *grosso modo*, observando o eixo das relações entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, tendo como norteadoras as considerações de Guy Bourdè e Hervé Martin em *As Escolas Históricas*.

Desde a antiguidade clássica, quando se começou a escrever uma *história*, observa-se a relação que o escritor tem com aquilo que escreve, bem como a forma como procede em sua investigação. Para além da tradição oral dos *logographoi*, Heródoto é o primeiro a escrever uma *história* e a utilizar o próprio termo *historiês*, no singular, traduzido como investigação, lembrando o verbo *historio*, que quer dizer investigar, indagar ou inquirir. Essa pesquisa requer um método, o qual em Heródoto é um tanto “obscuro”. Ele coloca seus objetivos ao escrever sua *História*, que circulam em torno da memória dos feitos dos helenos e dos bárbaros (HERÓDOTO, I,1)<sup>218</sup>, mas o método pode ser apreendido apenas implicitamente. Baseia-se numa tradição oral, em suas observações de viagens, investigações junto a habitantes dos lugares por onde passa, alguns escritos como os de Homero, pequenos pensadores políticos de sua época ou mesmo algum filósofo não referenciado. O que se observa principalmente é a sua forma de se portar enquanto um sujeito cognoscente. Heródoto não se distancia muito de seu objeto: os feitos humanos. Ele não se neutraliza frente a isso. Isso é perceptível quando se observam certos juízos levando-se em consideração sua cultura grega. Veja-se, por exemplo, no caso de seu posicionamento frente aos mitos e crenças dos gregos, ou também quando observa uma cultura diferente, como a dos Citas<sup>219</sup>. Não há uma dicotomização aguda entre ele e seu

---

<sup>217</sup> Aqui não vamos nos deter no debate acerca da cientificidade da História nem aos seus desdobramentos devido à restrição dos nossos objetivos.

<sup>218</sup> A referência às *Histórias* sempre será feita assim, apenas o número do livro em algarismo romano e o capítulo em algarismo arábico e daqui para frente também sem o nome de Heródoto.

<sup>219</sup> Veja-se por exemplo: HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* (1999).

objeto, senão que uma cultura, a helênica, serve de referência para que ele observe esse *orbis alterum* cultural, mas, imerso no ambiente estranho.

Já Tucídides é mais incisivo quanto aos seus objetivos. Em sua *História da Guerra do Peloponeso* ele demonstra primeiro a falta de rigor daqueles que escreveram anteriormente a ele (leia-se Heródoto, principalmente), para enfatizar que sua *história* é mais verdadeira que as outras. Sua relação com seu objeto é diferente frente a de Heródoto, pois ele coloca aquilo que, segundo ele e vários daqueles que o estudam, vêm e que podem apreender do seu objeto. Tudo isso para que sua objetividade seja alcançada e seus escritos sejam mais confiáveis. Por isso ele viria a ser mais conclamado entre os historiadores do século XIX como mais próximo à sua acepção de História.

Em outros casos a escrita da *história* na antiguidade não foge radicalmente desses dois modelos apresentados, tanto a grega quanto a latina. O que muda é a forma da narrativa que, em alguns casos, ganha poeticidade, o que acaba por deturpar ou escamotear através de eufemismos certos acontecimentos, dando a eles maior ou menor importância. Pode acontecer de surgir um objetivismo mais acentuado ou da posição do sujeito ser alterada por si mesmo ou por questões ideológicas. Isso acontecerá bastante no período medieval, mas também até a *história* ser colocada no patamar de ciência, ou pelo menos de se discutir se ela é ou não uma ciência.

Na Idade Média o que se vê em termos do que seria uma produção historiográfica está voltado a interesses religiosos dos produtores ou daqueles que encomendam a produção (BOURDÉ & MARTIN, s.d., 13-43). O sujeito, escritor de hagiografias, anais, crônicas, biografias ou autobiografias, está sempre atendendo a certos interesses. Isto não quer dizer que os historiadores contemporâneos não possam ser tendenciosos, mas o serão em graus diferentes dos medievais! Os interesses de um rei, de uns clérigos ou os próprios interesses movem o ato de escrever algo “histórico”. Isto não retira a validade dos escritos, mas mostra apenas que o sujeito tem uma posição um tanto quanto definida frente ao seu objeto. Esta forma de se escrever vai se manter até que a História entre no meio das discussões sobre sua cientificidade.

No século XVIII e início do XIX começam as discussões sobre o método na pesquisa histórica. Vemos na “Alemanha” o surgimento duma nova consciência histórica, num contexto em que o país passava por uma grande erupção cultural. Aí surge uma escola, a metódica, que vai ter como expoente Leopold von Ranke. Surgem os primeiros

manuais de pesquisa histórica, cujos métodos são construídos com o intuito de impor um maior rigor à pesquisa. Toda essa movimentação no campo do conhecimento histórico tem como objetivo validá-lo enquanto uma ciência, possibilitando atingir um maior grau de verdade, uma maior objetividade. Isso ocorrerá com maior atenção no século XIX (lembramos aqui do historicismo alemão, de fins do século XIX, representado por Dilthey, Windelband, Rickert, Simmel, Troeltsch, Meinecke). Isso ocorre quando os métodos das ciências naturais passam a ser utilizados na história, buscando, assim como eles proporcionavam um melhor conhecimento do mundo dentro dessas outras ciências, aprofundar o conhecimento do homem e de sua sociedade (CARR, 1996, 991). Aqui, o reflexo da ciência de Descartes e Newton vai influenciar bastante, pois é assim que sujeito e objeto vão se separar, em busca de uma maior objetividade. Esse modelo dicotomizado vai influenciar todo o conhecimento histórico produzido até boa parte do século XX.

Em França surge o chamado positivismo, iniciado por Auguste Comte, que tem como objetivo fundar uma ciência que tenha por objeto a sociedade, inclusive postulando princípios científicos, leis, para seu entendimento. O positivismo quer, então, fundar uma física social (GARDINER, 1995, 94-96), capaz de estudar a sociedade e os homens da forma mais objetiva possível.

A escola metódica alemã vai influenciar também os franceses em sua produção historiográfica, graças a Langlois e Seignobos. Estes estudaram com Ranke e acabaram por levar o metodismo para seu país, desenvolvendo inclusive um material, um grande manual baseado no manual de Leopold von Ranke. Na França vai dar nome a essa prática metódica de positivismo, lembrando o positivismo comteano. Se formos sistematizar a intenção da escola metódica e daquelas que receberam sua influência, podemos constatar que o seu principal pressuposto assenta-se na tentativa de se conseguir uma maior objetividade na História, colocando-a no patamar de ciência. Assim, ao se observar o que dizem seus manuais, constata-se o seguinte: o sujeito deve neutralizar-se frente ao objeto para que este diga o que tem que ser dito e coloque os “fatos como eles realmente aconteceram” (BURKE, 1992, 14). Esta forma de encarar a História e sua produção vai passar a se chamar de tradicional.

É no início do século XX que uma transformação vai acontecer. Com as inovações no campo da ciência da física, principalmente no campo da atomística e da ideia da teoria da relatividade, que a História também vai se renovar. Isso é notado por alguns

historiadores, que vêem que o historiador não poderia deixar de rever alguns conceitos frente a uma revolução de paradigma científico. Frente a essa mudança a relação do sujeito conhecedor também vai mudar. Diz Peter Burke “*Não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular (...) Nossas mentes não refletem diretamente a realidade*”(BURKE, 1992, 15). A posição do historiador frente aquilo que lhe serve de fonte também vai mudar. De uma objetividade irrefutável vai passar a dar margem ao olhar do sujeito. O historiador passa a ter um papel ativo frente ao documento. Jacques Le Goff, ao prefaciar uma edição da *Introdução à História* do Marc Bloch, diz, referindo-se à posição que o historiador deve tomar frente a uma fonte:

...Não existem fontes propriamente ditas, ou, sobretudo, para que as fontes aflorem é necessário que o historiador se transforme em vedor; os factos não são fenômenos objectivos existindo para além do historiador, mas são o resultado do trabalho e da construção do historiador, criador de factos históricos...(BLOCH, 1997, 14)

Isso passa a ser pensado de forma bastante contínua, pois o objeto da história são os homens, como diz Bloch (BLOCH, 1997, 88). Assim:

Os seres humanos não são apenas as mais complexas e variáveis entidades naturais, mas também têm de ser estudados por outros seres humanos, não por observadores independentes, de uma outra espécie.(CARR, 1996, 104)

Seu objeto é então bastante singular. Como fica sua relação, a do historiador, com o seu objeto, os homens e/ou seus produtos? Se assim considerarmos, uma história séria e rigorosamente construída seria impossível. “*O ponto de vista do historiador entra irrevogavelmente em toda observação que ele faz; a história é atingida inúmeras vezes pela relatividade*” (CARR, 1996, 104). Isso, a relativização, ameniza um pouco a afirmação da total subjetividade do historiador. Mas será que numa observação apenas entra o preconceito ou algo que possa deturpar a história? Não. Não apenas isso entra na observação! Mas é verdade que o ponto de vista do historiador interfere no resultado final de sua observação (CARR, 1996, 105). Resumidamente o que podemos dizer acerca da forma como a História vai receber um novo paradigma científico, aquele que não separa agudamente sujeito e objeto, que leva em consideração a inter-relação e interdependência

entre os mesmos, é que ela vai assimilar e passar a aplicar em sua pesquisa. É claro que esta assimilação não é unânime. Há aqueles que ainda se prendem ao paradigma tradicional que, no entanto, não impedem o aperfeiçoamento da História. Como evidencia Carr, para que o conhecimento histórico não seja empobrecido nem caia na descrença, o que se deve fazer sempre é exigir maior rigor daqueles que o produzem (CARR, 1996, 119).

Surgem, além do mais, novas ideias como a chamada Sociologia do Conhecimento, veja-se Karl Mannheim (1972), propondo uma nova Teoria do Conhecimento, que vai auxiliar na compreensão do agir do sujeito frente ao objeto. Segundo esta, deve-se observar a natureza e agir do sujeito, a construção subjetiva e também a posição do pensador frente ao processo de produção do conhecimento. Essas ideias e suas aplicações para a História são elaboradas por Adam Schaff em *História e Verdade* (1995). O fato é que a História vai ser influenciada também por essa Sociologia do Conhecimento, a qual já é influenciada por outras ciências. Uma crítica que ainda é feita quanto a essa nova teoria do conhecimento é a de que ela ainda se prende na gaiola do sujeito-objeto-produto do conhecimento.

Conforme diz nossa epígrafe, é com o advento da ciência moderna que a dicotomia entre sujeito e objeto vai ser colocada de lado. Todas as ciências tendem a passar então a rever seus conhecimentos, levando em consideração a posição ativa do sujeito, conscientizando-se que o resultado final, o conhecimento, é determinado pela posição do cognoscente e de sua relação com o objeto. Essa ideia vai também influenciar a produção do conhecimento histórico. O historiador, ser humano, agente histórico e objeto do historiador, vai atentar para sua singularidade. A História passa a ser produzida por um indivíduo que pensa e age enquanto sujeito e objeto, mas que não deixa de ser rigoroso ao *conhecer a si mesmo* e a sua própria história. Desta forma podemos dizer que a produção da História sempre está ligada à forma de relação entre sujeito e objeto vista pelas teorias do conhecimento, desde as clássicas até as modernas. A produção da História sempre está ligada às revoluções de paradigmas científicos e a todas as transformações que ocorrem no interior de seus métodos relativos à obtenção e um resultado final, mas nunca imutável.

**Novos olhares, novas questões.**

“Sendo o contexto histórico uma circunscrição espacial e temporal em que interagem diferentes níveis e gêneros discursivos, em que diferentes práticas, conceitos e ideologias conflituam, interpenetram-se, afirmam-se ou são negadas, o desafio colocado à interpretação histórica consiste em dar conta desta riqueza e qualidade do contexto discursivo historicamente dado.” (Francisco Marshall)

Conforme dissemos na primeira parte, a forma do historiador se portar diante de seu objeto se altera ao longo do tempo, dependendo das circunstâncias que influem em sua prática de pesquisador. Com o advento da ciência moderna e de suas implicações para com o produzir do historiador, a forma de o pesquisador agir diante do seu objeto vai se alterar, assim como o seu produto do conhecimento. Essa nova forma de se produzir o conhecimento é também fruto de diferentes formas de se ver e perceber o mundo que circunda o historiador.

Entre fins do século XIX e início do XX inicia-se na Europa uma transição entre diferentes formas de se ver, conceber e escrever a história. Aqui vamos observar algumas características básicas das duas tendências historiográficas que são o eixo dessa transição, denominando-as como Peter Burke as denomina na introdução do seu *A Escrita da História*: tendência tradicional (ou paradigma tradicional) e nova história<sup>220</sup>.

Dentro da tendência tradicional tínhamos uma história com eixo essencialmente político, narrativa, com uma “visão de cima”, baseada apenas em documentos oficiais, buscando a extrema objetividade, escamoteada na tentativa de se chegar a verdades absolutas sobre o passado, vendo a História como uma ciência, capaz de reconstruir o passado tal qual aconteceu, como diria Ranke. Com o fim do século XIX, junto a alterações de paradigmas nas ciências de forma geral (como a física e a química), a ideia que se tem de História sofre alterações. Pela nova história, que começa a se construir junto ao novo século, há uma alteração dos anteriores preceitos que delineavam a construção do conhecimento histórico. Seguindo esse novo paradigma tudo teria história, não apenas o político. Aqui, além da narrativa se configuraria uma análise de estruturas, conjunturas e de todas as mudanças na história, sejam de origem política, econômica, cultural ou mental, favorecendo-se uma história vista de variadas perspectivas, e não apenas de “cima”. Surge também a utilização de

---

<sup>220</sup> Para observar mais especificamente a forma como se dá a transição ou também outras modificações na historiografia ver Peter Burke (1992) em *A escola dos Annales* ou Guy Bourdê e Hervé Martin (s.d.) em *As escolas Históricas*, conforme referências bibliográficas finais.



novos documentos, não sendo os oficiais os únicos. A questão de uma busca da verdade também dá espaço a certo irrealismo na história, onde a aproximação toma espaço da verdade.

Vemos com essa transição da forma de se conceber a História uma alteração de paradigmas para a produção do conhecimento histórico. É interessante notar a utilização dos conceitos “paradigma tradicional” e “nova história” por Burke, pois aqui não se está preso a uma “escola” historiográfica para se explicar as mudanças na disciplina histórica e sim a uma tendência, seja ela inglesa ou francesa, marxista, cultural, etc. o que se pode dizer é que em dois países essa nova tendência tomará grande importância: Inglaterra (História Social e Econômica) e França (com a chamada revista dos *Annales*). Temos então uma tendência a se mudar os paradigmas da História no início do século XX. Serão grandes as influências da sociologia, economia, antropologia, psicanálise, etc.

Haverá diálogos entre a historiografia britânica e francesa neste ínterim, no entanto tais influências não são determinantes da forma como cada historiografia vai se configurar. Por se tratar dum período comum de mudança entre as ciências tanto características dos *Annales* quanto dos britânicos terão semelhanças. Eric Hobsbawm (1998), comentando os diálogos e as semelhanças entre historiografia britânica e *Annales* diz que os pontos em comum se assentam na influência marxista, onde ideias como a da metáfora da base e superestrutura, lutas de classes, história vista de baixo, junto à função social do historiador, configurariam as mais importantes aproximações entre tais historiografias.

### **As *Histórias* de Heródoto à luz de alguns historiadores da contemporaneidade.**

“Ele vai bem, o velho Heródoto. É lido (pelo menos supõe-se), editado, glossado e interpretado. Estará satisfeito com isso?” (François Hartog)

Vemos, por conseguinte, que em meio a essas discussões, no universo acadêmico há certas questões que sempre estarão ligadas à produção científica, seja em questões metodológicas, seja na própria compreensão do conhecimento que se pratica. Aqui, ao se tratar do conhecimento histórico podemos atentar para a forma de sua produção pelos historiadores, as suas diferentes tendências e alterações de paradigma. Além disso, ao tratarmos, digamos, da produção mais recente, outros fatores devem também fazer parte do

instrumental de análise. François Hartog, no prefácio ao seu *O Espelho de Heródoto* (HARTOG, 1999, 15-16) assinala elementos de importância central sobre a produção acadêmica: primeiramente, o ritmo da produção acadêmica; em segundo lugar as releituras de fontes; por fim, a atualização da historiografia de acordo com novos objetos, métodos e problemas.

Hartog observa esses itens principalmente na historiografia que trata de Heródoto, a qual nos interessa aqui e passamos a analisar a partir de agora. Para ele o movimento e aumento da produção sobre Heródoto, principalmente após o ano de 1950, são fruto das releituras possíveis, graças aos novos métodos e perspectivas na pesquisa que objetivam acabar com a inatualidade do conhecimento, projetando novas questões aos escritos do autor, estabelecendo novos recortes. Essa projeção de novos métodos, perspectivas e recortes refletem uma mudança historiográfica também, assim como já dissemos anteriormente. Além de tudo isso há o ritmo de produção das universidades que, graças ao aprimoramento dos programas de pós-graduação, impulsiona os estudantes a produzirem para obterem seus títulos. É sobre essa ideia de Hartog e as discutidas alterações historiográficas do início do século XX, que vamos observar a historiografia que tem nosso tema em seu conteúdo. Trata-se, pois, de observar a historiografia que versa sobre Heródoto, mormente aquela que trata de caracteres teórico-metodológicos nas *Histórias* de autoria do historiador grego.

Como dissemos na introdução, nossa análise possuirá dois recortes: um temporal e um temático. O temporal é o que restringe a historiografia analisada na década de 1980. O temático é o que atenta para as questões teórico-metodológicas de produção do conhecimento histórico de Heródoto.

No proêmio da obra de Heródoto está lançado o princípio axiológico de sua narrativa:

Hêrodotou Halikarnêsseos historiês apodexis hêde, hês mête ta genomena ex anthrôpôn tôi chronôi exitêla genêtai, mête erga megala te kai thômasta, ta men Hellêsi ta de barbaroisi apodechthenta, aklea genêtai, ta te alla kai di' hên aitiên epolemêsan allêloisi. (I, 1)<sup>221</sup>

---

<sup>221</sup> Essa é a tradução de acordo com Mario da Gama Kury “*Os resultados das investigações de Heródotos de Halicarnassos são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens*”

Primeiramente *histories apodexis* (exposição pública da investigação), para que “hôs mête ta genomena ex anthrôpôn tôi chronôi exitêla genêtai, mête erga megala te kai thômasta, ta men Hellêsi ta de barbaroisi apodechthenta, aklea genêtai, ta te alla kai di' hên aitiên epolemêsan allêloisi” (para que feitos e maravilhas de gregos e bárbaros bem como as causas pelas quais lutaram não se percam com o tempo). Desse parágrafo ecoariam na historiografia que versa sobre Heródoto a *historiês*<sup>222</sup> (investigação), a *megala*(grandeza) e *thômasta*(maravilha) as quais comportariam a grandeza da práxis humana e toda sua portentosidade trágica, daí a questão axiológica (PIRES, 1999, 148). Esse proêmio, possível certidão de nascimento da História (HARTOG, 2001, 43) também seria refletido em Aristóteles, ainda na tradição antiga, ao diferenciar o objeto do trabalho do poeta e do historiador. Este como se detendo ao que aconteceu (feitos humanos) e aquele ao que poderia acontecer (ARISTÓTELES, 1999, 47). E a partir de então o historiador grego muito seria criticado, desacreditado, interpretado, de forma que as mais variadas gamas historiográficas surgissem. Seria demasiado exaustiva uma análise de todas essas gamas, não obstante, optamos por delimitar nossa análise à parte da produção das duas últimas décadas que, malgrado aqui se restrinjam a uma pequena quantidade, refletem questões de ordem geral para o entendimento das problemáticas e interpretações do historiador grego. Aclaramos também não estarmos presos a nenhuma tendência teórica nem escola ligada a país, observaremos apenas a ordem cronológica do lançamento das obras e possíveis temáticas em comum.

Na década de 1980, Guy Lachenaud faz um balanço historiográfico dos estudos sobre Heródoto do século XX, dizendo sobre o repertório das óticas, intelectuais e político-ideológicas imbricadas na interpretação da obra:

...o triunfo do positivismo e da hipercrítica, a ascensão dos nacionalismos no entreguerras, a exaltação do artista criador de uma obra profundamente unificada, a importância crescente da crítica formal, temática ou estruturalista, a crise da ideologia do sujeito criador, a evolução da ciência histórica que redescobre o interesse da história social, da anedota significativa ou das mentalidades coletivas. (LACHENAUD apud PIRES, 2000, 2)

---

*com o passar do tempo, e para que feitos e maravilhosos e admiráveis dos helenos e bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles se guerrearam.*”(I,1).

<sup>222</sup> Aparece com essa conotação pela primeira vez em Heródoto, no sentido de investigação de acontecimentos passados para a memória. A palavra torna a aparecer mais 5 vezes no texto herodoteano (I,1-II,99-II,118 e 119-VII,96) e outras 364 em textos gregos.

E é nesse mar de confluências de pensamentos, tendências e inovações historiográficas fruto do saber cumulativo que surge nosso primeiro autor a ser observado, François Hartog (1980) e o seu *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. A obra antes de tudo lança um olhar hermenêutico à narrativa herodoteana apreendendo a forma como o historiador grego cria um mecanismo de decodificação da cultura do *outro* para a cultura grega, o que Hartog chama de *retórica da alteridade*. Por outro lado, Hartog também enfatiza, e daí o efeito do espelho, que o olhar de Heródoto objetiva ver no *outro*, diferente, nada senão a si mesmo, uma vez que um dos mecanismos de construção da identidade é justamente aquele que se acentua na definição daquilo que é diferente do que se quer criar como identitário. Essa é uma contribuição bastante profunda que se pode atribuir à análise hermenêutica empreendida por Hartog. Por sua vez a análise hermenêutica de Hartog nasce das influências da antropologia histórica de Lois Gernet e Jean-Pierre Vernant, além das questões da escrita da história trazidas por Michel de Certeau as quais também contribuirão para descortinar um novo horizonte epistemológico aos pesquisadores que posteriormente abordarão as *Histórias*. Primeiramente temos uma contribuição na ampliação do horizonte historiográfico descortinado por Hartog: o da antropologia histórica, que por si só já projeta novos problemas, métodos e objetos. Em seguida, analisando a questão da construção do conhecimento histórico, mais voltado ao texto herodoteano, Hartog discute os objetivos da escrita e faz uma aproximação ligeira com a escrita do aedo, aonde, tanto o historiador quanto o aedo se preocupam com a *kléos* (glória para o não esquecimento) daquilo que narram, mas também há suas diferenciações, que estão no fato de que o aedo entoava o *épos* (epopéia), com ênfase no individual e suas façanhas, enquanto o historiador se utiliza da prosa, voltada à coletividade e aos grandes feitos humanos em geral. Mas o caráter de maior diferenciação estaria ligado ao que Heródoto enuncia no prólogo: *historiês*. Outra contribuição importante é aquela que se assenta nos princípios de efeito de realidade presentes na narrativa herodoteana:

Tradução da diferença entre aquém e além, o *thôma* produz finalmente um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro. Com efeito, na esfera do outro, as coisas, os erga não podem menos que os *thomastá*. Nesse postulado repousa a verossimilhança. Na medida em que sua presença na narrativa produz um efeito sério, na medida em que cria um efeito de realidade (e há o efeito sério apenas porque há efeito de

realidade), enfim, na medida em que repousa no olho-medida do viajante, o *thôma* é bem um procedimento para fazer-crer, desenvolvido pela narrativa de viagem. (HARTOG, 1999, 251)

Assim evidencia-se um meio de percepção e restrição dos seus objetivos (o que cerca o *erga megala te kai thômasta* do seu proêmio) e também uma preocupação com a recepção de sua *historiês apodexis*, no seu processo de tradução do *outro*, de confrontação com o diferente e do efeito de crença a ser gerado nos seus ouvintes. Além disso, Hartog recupera no texto herodoteano as quatro marcas de enunciação do sujeito narrativo: eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo (HARTOG, 1999, 228). E é a partir dessas marcas de enunciação que:

“...o historiador firma todo o alcance declaradamente pretendido para a veracidade de sua narrativa porque atende aos reclamos de seu dever historiante: por vezes ajuíza a verdade dos informes, por vezes adverte sua incredulidade, por vezes meramente os expõe, por vezes deixa em suspenso esse juízo remetendo-o para a decisão do ouvinte/leitor. E por tais modos narrativos almeja persuadi-lo pela ambigüidade mesma dessa sua retórica discursiva.” (PIRES, 2000, 4)

Assim o próprio elemento de construção textual, a forma como Heródoto expõe suas fontes e seus informantes, suas opiniões e/ou suspensões de juízo, na análise de Hartog, muito dizem sobre seu método investigativo e contribuem para a apropriada hermenêutica de seu texto.

Vê-se, portanto, que o *thôma* (maravilhoso), o *erga* (feito, obra, trabalho) e a *historiês apodexis* (exposição da investigação) são retomados e revalidados em Hartog<sup>223</sup> para o melhor entendimento de Heródoto, junto ao instrumental hermenêutico de análise da narrativa e à antropologia histórica, que auxiliam ao se desvendar o processo de construção do conhecimento histórico presente nas *Histórias*.

---

<sup>223</sup> Aqui optamos por não discutir ainda a questão do *histor*, trabalhada por Hartog em seu *Espelho* e também em *A história de Homero a Santo Agostinho*. Não discutimos a mesma por entendê-la não como elemento central da análise dele, nem de suas contribuições às questões aqui abordadas. Por outro lado, ao se observar a *gnome* e *doxa*, seria interessante ter em mente sua ligação à tradição do *histor*, pois “a *historie de Heródoto, com seu zelo de guardar a memória do que aconteceu dos dois lados (gregos e bárbaros), conservará algo da posição do *histor* como árbitro, mesmo se o historiador não é nem pode ser um *histor*” (HARTOG, 2001, 35).*

Num outro tipo de análise, anos depois de Hartog, vem Keineth Waters (1985) e *Herodotos the Historian: his problems, methods and originality*. Waters se detém mais à composição e construção de um Heródoto historiador, buscando métodos (ou construindo-os no historiador grego) não enunciados. Primeiramente dá importância às viagens na formação de Heródoto e em sua investigação (WATERS, 1985, 24 e 25). Daí muitas das coisas que viu e ouviu iriam parar nos seus escritos finais, a partir dos relatos que coleta de sacerdotes egípcios ou não (além de outros informantes oficiais), persas ou ainda de coisas dispersas que ouve. Waters percebe também aspectos que circundariam uma “filosofia da história” presente nas *Histórias*, o que pode ser atestado pela presença das crenças, atitudes morais e religiosas que se fazem presentes no decorrer da obra ou ainda, de forma geral, no imaginário grego do século V a.C. (WATERS, 1985, 96). Quanto a estrutura da obra, Waters observa suas digressões (o próprio livro IV seria uma delas, quando Heródoto se dedica à análise dos Citas, trabalhados por Hartog, ou ainda em V,52-96; VI, 51-93, para citar apenas uns poucos exemplos) mas também vê nelas um caráter positivo, enriquecedor da obra que deve ser levada em consideração segundo as propostas que levanta para os gregos antigos e não para os historiadores modernos. A narrativa herodoteana seria fruto de influências literárias, quer épicas, com elementos genealógicos e temáticos bastante acentuados (WATERS, 1985, 61-62) quer trágicas, observadas pelas dramatizações perceptíveis em certas histórias que conta (I,8-13, como no caso de Gíges e Candaules ou I,30-45 na história de Cresos, dentre outras).

Assim, Waters ressalta a formação de Heródoto conjuntamente à própria construção das *Histórias*, não se podendo dissociar Heródoto e sua obra. Também ressalta a influência do pensamento da época, quer o mítico quer o racional, gerando um tipo de “filosofia da história”. Tudo isso e suas múltiplas problemáticas seriam responsáveis por um certo caminho (método) na obra, o qual deve ser levado em consideração por qualquer historiador modernos que a leia.

Catherine Darbo-Peschansky em 1987 publica um livro bastante completo intitulado *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto*, onde aborda a questão da verdade nas *Histórias*. A especificidade de suas investigações não chegaria a uma verdade absoluta como resultado, visto que isso seria impossível para os humanos, mas se chega a uma verdade relativa através da narrativa, pelo testemunho oral e da literatura, a qual ele escolhe como verdadeiro, conforme fala Paul Veyne no prefácio à obra de Catherine (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 10). Neste sentido imagina-se poder estender essa ideia

declarada sobre a obra de Catherine como que uma extensão das modalidades de crença do próprio Veyne (1983), vistas como verdades historicamente construídas. No entanto Paul Veyne declara no prefácio o não sectarismo de Catherine, mas sua imersão no pensamento de Marcel Détienne, Genette, Lois Gernet, Nicole Loraux, Vernant e Vidal-Naquet.

Ainda no prefácio Veyne declara, em consonância com Catherine, que o próprio saber para Heródoto é estar bem informado (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 10) e não deter a verdade sobre algo. E a análise de Catherine vai demonstrar grandes domínios historiográficos, teóricos e metodológicos e erudição de crítica da fonte observando alguns elementos que de certa forma avançam ao já enunciado por Hartog e também a outros que a antecederam. A *diké* (justiça, principalmente a divina) como o motor da história herodoteana (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 48 e 49), numa perspectiva filosófica do devir das ações humanas e suas implicações com a qualidade de seus atos. Outro ponto em que se detém Catherine é aquele em que interpreta as *Histórias* não de acordo com uma tradição já estabelecida, vendo digressões, lapsos e falta de unidade na obra. Ela vê a diversidade em Heródoto como indicativo da unidade de suas narrativas, unidade lançada num estilo de narrar (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 18). Seguindo alguns passos de uma interpretação discursiva já feita por Hartog, ao tratar dos princípios de enunciação da narrativa, Catherine vai mais além e aprofunda a análise, observando três categorias de discurso segundo o emissor: uma onde Heródoto se firma no *eu*, uma outra em *informantes* e por fim nos comentários que chama de *soltos*, impessoais no caso. No *eu*, afirma suas opiniões, o que viu, mediu, constatou. Nos *informantes*, o que ouviu, o que de qualquer modo tenha chegado aos seus ouvidos e ele reproduz. E os comentários *soltos*, dispostos aleatoriamente sem vinculação pessoal nenhuma, talvez fruto de especulação que se quer como impessoal. Assim chega-se a algum tipo de limite de informação por parte das fontes de Heródoto. Sabe-se que ele se apóia em boa parte a sua visão (*opsis*) e na sua audição (*akoe*). Veja-se por exemplo o excerto que indica Catherine, das *Histórias*:

Tudo que eu disse até agora é o resultado de minhas próprias observações (no texto lê-se do que tenho visto, *opsis*)<sup>224</sup> de meu julgamento (no sentido de reflexões, *gnome*) e de minhas investigações (*historie*); daqui em diante me reportarei às crônicas egípcias, de

---

<sup>224</sup> As observações são nossas, de acordo com Catherine, mas como utilizamos a tradução de de Mário da Gama Kury, conforme referências bibliográficas, há algumas alterações nas palavras traduzidas, mas mantemos o sentido, entre parêntesis, do grego).

acordo com o que ouvi (ekouon), acrescentando a isso algumas observações (novamente no sentido de opsis) feitas por mim mesmo.(II,99)

Desta forma, delimita-se a *opsis* e a *akoé* ( verbalmente conjugado acima como *eukouon* ) e se papel nesse pequeno contexto, que à grande maioria pode ser estendido. Outro ponto importante que aparece no excerto e que na análise que Catherine faz das *Histórias* é importante é a *gnome* (opinião, julgamento reflexivo) que faz par com a *doxa* (crença, o que aparenta, opinião). *Doxa* e *gnome* estarão ligadas portanto a uma posituação da opinião, uma vez que a verdade é inatingível para os humanos. Mas o campo da verdade, em palavras, aparece em Heródoto, conforme o detalha Catherine:

*Nas Histórias, o campo léxico da alethéia consiste de 81 ocorrência: 28 no próprio substantivo, 17 do advérbio alethéos,34 do adjetivo alethes e 2 do verbo alethizomai. Somente em 15 oportunidades, Heródoto emprega esse vocabulário em declarações geralmente de menor importância. Tais declarações dividem-se de fato em quatro categorias: reservas em relação ao fato discutido, e isso por nove vezes; ou 'opiniões de verdade', em dois casos; ou ainda, em duas ocasiões, precisões eruditas de puro detalhe, sem comprometer de modo algum o conjunto da exposição em que se inserem; por fim, assertivas hesitantes, em dois casos apenas. (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 186)*

Daí se associar a modalidades de crença, ou mesmo graus de verdade, contidos em opiniões recolhidas, em observações e declarações que apontam para uma *dóxa* ou *gnome*, mas que não soam como um tipo de verdade (*alethéia*) inatingível, como enunciamos há pouco. Catherine desenvolve essas questões minuciosamente, seja quantitativa seja qualitativamente. Por fim ela circunscreve um jogo que chama de *três tempos*, centrado na opinião, onde “...os informantes proporcionam opiniões sobre as quais, a seu turno, se exerce a opinião do investigador, enquanto o leitor ouvinte é convidado a apresentar a sua própria diante desse contexto.” (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 216). Tem-se, por conseguinte, segundo ela, um campo de verdades atingíveis pelos homens, *atrékéia* (exatamente) e *orthotes* (retidão, justeza, correção), pelos seus próprios meios (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 216). Catherine contribui em muito no aprofundamento das questões aqui esboçadas. Fornece subsídios a outros diversos tipos de leituras e análises das *Histórias*, lembrando-se principalmente que ela as caracteriza como diversidade unida em torno de uma complexidade.



Num outro tipo de análise, não tão minuciosa quanto a de Catherine, Donald Lateiner, em 1989, cria o seu *The historical method of Herodotus*. Aqui segue a vertente daqueles que trabalham com os elementos literários presentes na obra de Heródoto, tais como filosóficos, retóricos, políticos entre muitos outros, uma análise dos costumes literários nas *Histórias* (LATEINER, 1989, 5). Observa a forma como dentro da obra herodoteana se pode perceber (ou mesmo construir!) a estruturação de um método, seja de construção de um passado (mesmo que recente), mesmo que pela arte da retórica. Neste sentido Lateiner analisa também o próêmio das *Histórias*, observando suas categorias de enunciação, delimitação de objetivos e o suposto caráter de investigação (*historiês*) e esquadrinhamento de uma obra em tão pouco espaço, realmente algo sintético e “didático”, imerso, obviamente, em sua complexidade. Outro aspecto que analisa é a própria forma que a exposição da investigação (*historiês apodexis*) toma, em seus aspectos de demonstração pela argumentação linear da narrativa, os critérios de credibilidade que tenta passar ao leitor/ouvinte, as versões de determinados acontecimentos, para os quais em alguns casos dá mais de uma versão e em outros apenas uma. Veja-se por exemplo:

Façam bom uso dessas histórias egípcias as pessoas que acreditam nelas. Quando a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante. (II, 123)

Não sei se isso é verdade; escrevo o que se fala; mas tudo é possível... (IV, 195)

Ainda me causa admiração, no que ouvi dizer... (VII, 153)

No primeiro caso, um apelo à credibilidade pela certificação de que ele ouviu, supondo que seja de um interlocutor confiável, e reproduz tal qual chegou aos seus ouvidos. Aqui o mesmo mecanismo explorado por Catherine, da *akoe*, também presente nos outros dois excertos. Há também a argumentação de credibilidade à exposição que se liga ao mecanismo da *opsis*. Não analisados com a profundidade de Catherine, mas presentes implicitamente nas análises literárias de Lateiner que de sua forma tenta evidenciar um método em Heródoto. Outro ponto que observa é o da *poiesis* (no sentido de criação) do fato histórico, observando-os de acordo com o que constituiria um fato para um grego, aí a ligação com questões materiais de propriedade, etnografia (para resumir a ideia de culturas diversas e o interesse que porventura isso pudesse causar aos helenos), questões as quais tornariam a

paternidade da história de Heródoto bastante discutida. Da análise de Lateiner, o ponto mais interessante talvez seja aquele em que se detém ao sentido do método herodoteano e às suas peripécias explicativas dos acontecimentos. O evento e sua explicação em Heródoto, segundo a interpretação de Lateiner, poderia ser explicado por cinco sistemas: 1) inveja dividida; 2) ciclo e destino; 3) divindades; 4) ação e reação e 5) análises históricas de origens (em alguns dos pontos uma aproximação da ação da *diké*, *hybris*, esta como abuso ou insolência por parte dos homens, etc). Tais formas de explicação têm, em muitos aspectos, algo de filosofia da história também, para além de uma análise dos pressupostos epistemológicos em metodologia histórica. Tais perspectivas interpretativas estão, por sua vez, mais voltadas à explicação dos fatos, neste momento, que à sua própria construção. Não obstante, é nesse sentido que mais contribui Lateiner, a nosso ver, pois além de um horizonte exclusivamente voltado a um método direto, ele também busca os elementos sutis ou não que fornecem esse tipo de explicação para os acontecimentos e, de certa forma, para o próprio devir humano, reconhecendo as relações entre mundo humano e divino, suas problemáticas e a importância dessa ideia no contexto cultural grego do século V a.C.

### **Considerações finais.**

E é na forma de cada um dos pesquisadores se portar diante do seu objeto (aqui como foco observamos o caso da historiografia sobre Heródoto) bem como dos demais fatores em torno da produção do conhecimento histórico que apontamos, de acordo com Hartog (produção acadêmica, releituras de fontes e atualização historiográfica), que dispomos os trabalhos e os historiadores aqui analisados. Podemos definir tais trabalhos como que pertencentes a uma historiografia bastante heterodoxa que, independente dos seus lugares de origem e/ou vinculação teórica, ou não, coincidentemente fizeram parte de uma década, a de 1980, de releituras dos aspectos da construção do conhecimento em Heródoto. Quanto às suas utilidades poderíamos dizer que (e isso é um olhar totalizante, uma vez que para sua utilização não é necessário ser vinculado a nenhum tipo de análise especificamente) o mais interessante é o aproveitamento daquilo que é mais útil à análise do objeto de quem vai utilizar os seus instrumentais. O que vale dizer é que a não vinculação a uma tendência interpretativa torna possível essa ecleticidade ao se construir uma própria metodologia de trabalho.

Desta forma, cada autor analisado representa uma contribuição a qualquer historiador que se aventure no mundo das releituras e re-visitações às *Histórias* de Heródoto.

Hartog com sua análise da *retórica da alteridade*, a análise da *histories* herodoteana, assim como outros autores, sua delimitação do campo do *thôma*, bem como outros detalhes na obra. Waters e sua análise da influência da formação de Heródoto, das suas viagens, da percepção de uma possível “filosofia da história”, da presença do caráter religioso e moral nas *Histórias*, análise das digressões e do método de coleta dos dados de Heródoto. Catherine e seu cercamento dos campos da *opsis*, *akoe*, *gnome* e *alethéia*, bem como sua análise da *historiês*. Lateiner e seu estudo sobre o literário na narrativa herodoteana, elementos de retórica na construção da narrativa, a *poiesis* do fato e a definição dos sistemas explicativos dos fatos nas *Histórias*. Cada um limita um campo de análise, propõe uma explicação e/ou interpretação, relê as *Histórias* e auxilia no seu entendimento. Muitos os utilizam com frequência em seus trabalhos, que por sua vez cercam também problemáticas as mais variadas (religião, política, literatura, gênero etc). E no meio do constante produzir conhecimento, reler fontes, interpretar e re-interpretar questões vale a perspicácia e rigurosidade do historiador ao cercar seu objeto, se utilizar do conhecimento que se acumula academicamente e criar seu instrumental de análise. Desta forma a renovação do conhecimento continua perene e, no caso de Heródoto e suas *Histórias*, malgrado os 2500 anos aproximadamente em que se ecoam considerações a seu respeito, ainda há muito que se descortinar, muitos campos a serem analisados, relidos, reinterpretados e, por fim, reconsiderados enquanto objeto do conhecimento.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARISTÓTELES. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural: 1999.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: PEA, 1997.
- BOURDÉ, Guy & Martin, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: PEA, s.d.
- BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Trad. Ângela Martinazzo. Brasília: EDUNB, 1998.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- HERODOTUS. *Persian Wars*. Translation by A.R. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1986, Vol. I – IV. (bilingual edition greek-english)
- HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUNB, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LATEINER, Donald. *The Historical Method of Herodotus*. Toronto: University of Toronto Press, 1989.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sergio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- PIRES, Francisco Murari. “Resenha: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*”. Texto capturado em setembro de 2002 no site [www.ceveh.com.br](http://www.ceveh.com.br).
- \_\_\_\_\_. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1999.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUNB, 1986.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Campinas: Papirus, s.d
- WATERS, K.H. *Herodotus the historian: his problems, methods and originality*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.